

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO

DIEGO GARCIA BRAGA

NAS “QUEBRADAS DO INHANDUÍ”, GÊNESIS E EXERCÍCIO DO BIPARTIDARISMO
BRASILEIRO: O REGIME CIVIL-MILITAR E AS RELAÇÕES ENTRE A ALIANÇA
RENOVADORA NACIONAL (ARENA) E O MOVIMENTO DEMOCRÁTICO
BRASILEIRO (MDB). (1966 – 1979)

SÃO LEOPOLDO

2016

DIEGO GARCIA BRAGA

NAS “QUEBRADAS DO INHANDUÍ”, GÊNESIS E EXERCÍCIO DO BIPARTIDARISMO
BRASILEIRO: O REGIME CIVIL-MILITAR E AS RELAÇÕES ENTRE A ALIANÇA
RENOVADORA NACIONAL (ARENA) E O MOVIMENTO DEMOCRÁTICO
BRASILEIRO (MDB). (1966 – 1979)

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre, pelo
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS.

Área de concentração: Estudos Históricos
Latino-Americanos.

Orientador: Prof. Hernán Ramiro Ramírez

SÃO LEOPOLDO

2016

B813u Braga, Diego Garcia
Nas “Quebradas do Inhanduê”, gênese e exercício do bipartidarismo brasileiro: o regime civil-militar e as relações entre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). (1966 – 1979) / Diego Garcia Braga. -- 2016.
238 f. : il. ; 30cm.

Dissertação (Mestrado em História) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2016.
Orientador: Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramírez.

1. Ditadura. 2. Partidos políticos. 3. Bipartidarismo - Alegrete.
4. História política. I. Título. II. Ramírez, Hernán Ramiro.

CDU 321.6

DIEGO GARCIA BRAGA

NAS “QUEBRADAS DO INHANDUÍ”, GÊNESIS E EXERCÍCIO DO BIPARTIDARISMO
BRASILEIRO: O REGIME CIVIL-MILITAR E AS RELAÇÕES ENTRE A ALIANÇA
RENOVADORA NACIONAL (ARENA) E O MOVIMENTO DEMOCRÁTICO
BRASILEIRO (MDB). (1966 – 1979)

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre, pelo
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS.

Área de concentração: Estudos Históricos
Latino-Americanos.

Orientador: Prof. Hernán Ramiro Ramírez

Aprovada com recomendação para publicação em 5 de abril de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Lucia Grinberg – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Dra. Marluza Marques Harres – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Dr. Rafael Machado Madeira – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

AGRADECIMENTOS

Parece-me, à primeira vista, que este período de mestrado durou menos tempo do que as horas de viagem entre São Leopoldo e Alegrete, cidade no qual resido. Mas posso dizer que o sol nascente visto da janela do ônibus, exatamente quando o veículo atravessava o Lago Guaíba, em todas as manhãs de terças-feiras entre 2014 e 2015, serve como boa analogia ao campo de possibilidades que o fim desta etapa pode proporcionar.

Acerca disso, devo agradecer inicialmente a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), por ter viabilizado a pesquisa mediante bolsa de estudos. Em segundo lugar, ao Programa de Pós Graduação em História da Unisinos, ao propiciar as condições necessárias para o meu crescimento intelectual. No curso, pude conviver com professores de excelência, aos quais estendo os cumprimentos: Ana Paula Korndörfer, Ana Silvia Volpi Scott, Eliane Cristina Deckmann Fleck, Claudio Pereira Elmir, Gabriel dos Santos Berute, Maria Cristina Bohn Martins, Paulo Staudt Moreira e Rodrigo de Azevedo Weimer. Além deles, registro admiração à secretária Saionara Brazil, sempre ágil e atenciosa para com as questões burocráticas de todos os pós-graduandos. Aos componentes da banca examinadora, Lucia Grinberg, Marluza Marques Harres e Rafael Machado Madeira (os dois últimos presentes também no Exame de Qualificação), pelos apontamentos, sugestões e demais contribuições à pesquisa, importantes para o resultado final da dissertação.

Saúdo, especialmente, o professor Hernán Ramiro Ramírez, pelo empenho, generosidade e incentivo durante a trajetória, potencializando reflexões sobre pontos nos quais somente um orientador atento percebe. Relevante ressaltar a atenção prestada com o projeto desde antes do meu ingresso no PPGH, sem ter a obrigação de conferi-lo, enaltecendo qualidades e indicando problemas a serem revistos. Se de fato são os pequenos gestos os mais marcantes, este certamente evidenciou o caráter do grande intelectual, munido de umas das mais importantes (e raras) qualidades: a humildade.

Ademais, agradeço aos colegas pelas trocas de experiências e intensos debates. Entre os mais próximos: Alba Cristina Salatino, André Corrêa, Camila Eberhardt, Claudio Melo, Douglas Souza Angeli, Helenize Serres, Marcos César Cadore, Marcus Vinícius Barbosa, Mariana Couto, Mariana Schossler, Mateus Capssa, Natã Camilo, Rodrigo Pinnow e Tiago Conte. Alegro-me em saber que estes não são apenas colegas de profissão, mas verdadeiros amigos. E quanto aos amigos, faço referência aos companheiros do Instituto Histórico e Geográfico de Alegrete, assim como dos senhores Anderson Romário Corrêa, Bolívar Marini,

Edson Romário Paniágua, Luis Felipe Schervenski Pereira, Márcio Sônego, Thiago Vaucher e o casal Diego Severo e Paula Paz.

Aos funcionários do Museu Oswaldo Aranha, Eduardo, Jaqueline Fabres, Rosane, Romário Roland e Suzana (perdoem-me não ter lembrado o sobrenome de todos), pelos dois semestres de convívio; ao arquivista da Câmara Municipal de Alegrete, João Cândido, e às pessoas que me concederam entrevista. Além do mais, faço referência à memória do Sr. Danilo Assumpção, que por anos se dedicou “de corpo e alma” ao Centro de Pesquisa de Alegrete (CEPAL); e ao excepcional colega e amigo Márcio Zinelli, diretor da escola municipal Waldemar Borges, por ter proporcionado condições favoráveis para que continuasse estudando sem a necessidade de exoneração do quadro de funcionários públicos de Alegrete. Esta remuneração, embora abaixo daquilo que um professor de ensino fundamental e médio deveria receber, fazia muita falta, principalmente na época em que as viagens a São Leopoldo eram semanais. Por isso, mais do que nunca, dedico esta dissertação a ele.

Dedico também aos meus pais, Cleuza Margarete Garcia Braga e Antônio S. Guimarães Braga, as minhas maiores referências. Sem dúvida, não estaria hoje encerrando uma etapa da vida (o mestrado) sem o apoio de ambos; especialmente meu pai, por ter indiretamente me influenciado a seguir o caminho da área das humanas, devido o gosto pessoal por mapas geográficos. Estendo as homenagens aos meus irmãos e à Danielli Bruck, companheira de todas as horas, incluindo o precioso auxílio nos intermináveis e necessários cálculos realizados para o capítulo dois. Creio que nem todos possuem a sorte de encontrar pessoas como ela; quiçá, famílias como a minha.

Diego Garcia Braga, abril de 2016.

Trecho da canção “Payando”, gravada pelo músico nativista Noel Guarany em 1980, no álbum “Alma, Garra e Melodia”.

“Ah, payador indomado
Sempre a cantar contra o vento
A pátria é um fundamento,
Um grito no descampado
É um eco renovado
Na garganta da querência
Desafiando a prepotência
Que quer ditar os valores
Mas a esses ditadores
Não chamamos de excelência.”

(José João Sampaio da Silva; Noel Guarany)

RESUMO

A presente pesquisa parte da temática do regime civil-militar brasileiro, voltada à fronteira oeste sul-rio-grandense, para analisar o sistema bipartidário brasileiro (1966-1979), bem como as relações intra e interpartidárias envolvendo a Arena e o MDB em Alegrete. Ela se propõe verificar a forma com que as estruturas do regime em questão interagiram com as características da política local e vice-versa. Desse modo, o estudo de caso enfatiza a necessidade do olhar sobre o regime autoritário a partir da perspectiva do interior, muitas vezes portadores de dinâmicas sociais completamente diferentes das do grande centro urbano. Assim, os dois partidos foram avaliados nos âmbitos estrutural, estratégico e competitivo, a partir dos pleitos municipais de 1968, 1972 e 1976, estendendo a abordagem aos desempenhos nos escrutínios alegretenses referentes às eleições gerais. Embasando-se em importantes auxílios da História e da Ciência Política, foi possível discutir com o caso brasileiro aspectos a respeito do funcionamento dos sistemas bipartidários e os domínios dos partidos políticos, bem como o intrincado caminho que reflete sobre os espaços de atuação dos indivíduos e grupos, em vista do autoritarismo e da maior imprevisibilidade do campo político da época. Isso permitiu que contrariássemos aquilo que indicam muitos estudos, de que o bipartidarismo brasileiro foi artificial e a Arena e o MDB os partidos do “sim” e do “sim, senhor”. De fato, a nível nacional ambos tiveram as suas atribuições significativamente restringidas, principalmente o segundo. Contudo, consideramos esta uma generalização perigosa, pois os dados referentes ao município de Alegrete mostram realidade diferente. O MDB venceu as disputas para o Executivo e conquistou maioria no Legislativo local durante o período de maior repressão do regime. A Arena, por sua vez, reverteu esse cenário na segunda metade dos anos de 1970, época em que enfrentou desgaste em nível nacional, ao contrário do MDB. Em vista disso, verificou-se que os dois tiveram certa autonomia para traçar as suas respectivas estratégias, devido as características da política local, o acirramento das clivagens anteriores a 1966 e a combinação entre aspectos mantidos e outros criados pelo regime autoritário. Acerca deste último, teve-se nas sublegendas importante meio para examinar as disputas partidárias, embora tenham sido criadas para beneficiar a Arena. Assim, avaliamos que o bipartidarismo brasileiro apresentou atributos singulares, sendo, portanto, bastante complexo. Porém, ao relacionar política nacional e local, dificilmente o bipartidarismo pode ser considerado artificial.

Palavras-chave: Ditadura. Bipartidarismo. Alegrete.

ABSTRACT

This research about the Brazilian civil-military regime, is focused on the western border of Rio Grande do Sul state, to analyze the Brazilian two-party system (1966-1979), as well as intra- and inter-party relations involving the Arena and the MDB in Alegrete. It proposes to verify the way the typical structures of the dictatorship interacted with the characteristics of local politics and "vice versa". This way, the case study emphasizes the need to look at the authoritarian regime from the inland perspective, with held social dynamics completely different of the large urban centers. Thus, the two parties have been evaluated in structural, strategic and competitive levels, from municipal elections of 1968, 1972 and 1976, extending the approach to performance in the votings of Alegrete, relative for the General elections. Grounded on the contribution of History and Political Science, it discusses with the Brazilian case and the aspects regarding the operation of the two-party systems and in the fields of political parties as well as the intricate path that reflects on the areas of action of individuals and groups, in view of authoritarianism and increased unpredictability of the political field of the time. This allowed us to contradict many studies that indicate that the Brazilian bipartisanship was artificial and Arena and the MDB was the parties of "yes" and "yes, sir". In fact, nationally, both had their powers significantly restricted, especially the second. However, we consider this a dangerous generalization, because the search data of Alegrete city shows a different reality. The MDB won the elections for the executive and won majority in the local legislature during the period of greatest repression of the dictatorship. Arena, in turn, reversed this scenario in the second half of the 1970s, time when faced wear and tear in the national level, unlike the MDB. As a result, was founded that the two had some autonomy to chart their respective strategies, due to the local political characteristics, the intensification of fissions prior to 1966 and for the combination between other aspects created by the authoritarian regime. About this latter, the sublegendas are a important way to examine the parties disputes, although they have been created to benefit the Arena. Thus, we conclude that the Brazilian bipartisanship presented unique attributes, and is therefore quite complex. However, by linking national and local politics, the two-party system hardly can be considered artificial.

Keywords: Dictatorship. Two-party system. Alegrete.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Distribuição partidária no Senado Federal.....	55
TABELA 2 – Distribuição proporcional na Câmara dos Deputados	55
TABELA 3 – Legislatura estadual: 1967 – 1970	67
TABELA 4 – Legislaturas estaduais durante a década de 1970.....	67
TABELA 5 – Dados eleitorais comparativos: eleições municipais alegretenses (1951-1976)	70
TABELA 6 – Dados populacionais alegretenses	74
TABELA 7 – Eleitorado nacional, estadual e municipal	90
TABELA 8– Eleições para senador: 1966-1978	91
TABELA 9 – Eleições para deputado federal: 1966-1978.....	95
TABELA 10 – Eleições para deputado estadual	99
TABELA 11 – Percentuais obtidos pela Arena e pelo MDB nas urnas alegretenses	103
TABELA 12 – Percentuais obtidos pela ARENA e pelo MDB na Câmara de Vereadores de Alegrete	103
TABELA 13 – Dados estatísticos das eleições municipais alegretenses	104

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – O panfleto eleitoral	116
FIGURA 2 – Relatório de cassação de Eleú Menezes: imagem aproximada do texto que aborda o nome do possível delator	123

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. PARTIDOS POLÍTICOS E SISTEMAS PARTIDÁRIOS: PERSPECTIVA CONCEITUAL E O BALANÇO SOBRE O BIPARTIDARISMO IMPLANTADO NO BRASIL	28
1.1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METADOLÓGICAS SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS.....	30
1.2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METADOLÓGICAS SOBRE OS SISTEMAS BIPARTIDÁRIOS.....	38
1.3 O BIPARTIDARISMO BRASILEIRO E AS RELAÇÕES INTERPARTIDÁRIAS NAS ESFERAS FEDERAIS DE PODER	43
1.4 AS PARTICULARIDADES DA POLÍTICA SUL-RIO-GRANDENSE E ALEGRETENSE: A FORMAÇÃO DA ARENA E DO MDB	61
2. A ARENA E O MDB ALEGRETENSES FRENTE AO CAMPO ELEITORAL.....	76
2.1 OS PRIMEIROS ANOS DO REGIME.....	77
2.2 A POLÍTICA LOCAL E OS RESULTADOS ELEITORAIS	88
2.3 AS ELEIÇÕES PARA A PREFEITURA E O ADVENTO DAS SUBLEGENDAS.....	106
2.3.1 A eleição de 1968.....	109
2.3.2 A eleição de 1972.....	125
2.3.3 A eleição de 1976.....	134
3. A ARENA E O MDB ALEGRETENSES FRENTE AO CAMPO PARLAMENTAR	142
3.1 AS RELAÇÕES ENTRE AS BANCADAS LEGISLATIVAS NA CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRETE.....	144
3.1.1 Os anos entre 1966 e 1972	144
3.1.2 Os anos entre 1973 e 1979	170
3.1.3 A volta ao pluripartidarismo e os anos entre 1980 e 1982	193
CONCLUSÃO.....	206
REFERÊNCIAS	224
ANEXOS	235

INTRODUÇÃO

As palavras destacadas entre aspas no título desta Dissertação foram extraídas da letra da música “*Canto Alegretense*”, de autoria do grupo tradicionalista “Os Fagundes”. Inhanduí é um pequeno arroio localizado no município de Alegrete, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, e o termo “quebradas” se refere às águas que batem nas pedras de sua margem. Desse modo, a frase sugere uma metáfora entre duas situações desarmoniosas, que se chocam uma na outra, e está relacionada diretamente ao estudo de caso proposto, que tem Alegrete como objeto de pesquisa, e ao formato do sistema bipartidário brasileiro. Os preceitos deste sistema político, adotado no Brasil por meio do Ato Institucional nº 2 (AI-2)¹ e do Ato Complementar nº 4 (AC-4)², de 1965, e vigente entre os anos de 1966 e 1979, apresentou características que não se enquadraram nos modelos propostos pela teoria clássica sobre os sistemas bipartidários. Isso porque, segundo Giovanni Sartori (1982, p. 216), quatro aspectos principais os caracterizam: (1) dois partidos em condições de competir pela maioria absoluta de cadeiras; (2) um dos dois consegue, na prática, conquistar uma maioria parlamentar suficiente; (3) esse partido dispõe-se a governar sozinho; e (4) a alternância ou a rotatividade no poder continua sendo uma expectativa possível.

As concepções de Sartori são voltadas especialmente aos modelos parlamentaristas; entretanto, ao deixar claro que sua caracterização é flexível, ela também se aplica ao formato presidencialista, como no caso dos EUA, e amplia a margem de análise, conferindo um sistema que dê chances iguais aos dois partidos. No Brasil, o sistema bipartidário manteve o presidencialismo, organizado juntamente com um legislativo bicameral. Mas, evidentemente, o período indicado foi marcado por um regime ditatorial civil-militar, visto que este interferiu direta e indiretamente em todo o campo político. Assim, qualquer análise sobre a experiência bipartidária brasileira esbarraria neste aspecto sintomático. A igualdade entre os partidos políticos nas instâncias nacionais não se confirmou, sendo este, talvez, o dado mais significativo do sistema brasileiro, que influenciou o funcionamento dos demais pontos levantados por Sartori.

Ainda nos primeiros dias após o golpe de Estado, em abril de 1964, foram cassados mandatos eletivos e direitos civis de opositores ao regime. Em 1965, os partidos políticos

¹ BRASIL. **Ato Institucional nº 2**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm>. Acesso em: 15 jan. 2015.

² BRASIL. **Ato Complementar nº 4**. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=90596&norma=116094>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

foram vitimados, logo após o AI-2 e o AC-4. Conforme indica a historiografia, a derrota de vários políticos favoráveis ao regime civil-militar nas eleições ocorridas pouco antes, principalmente para os governos de Minas Gerais e de Guanabara, resultou na extinção dos 13 partidos existentes até então. (SCHMITT, 2000, p. 30-31). No início de 1966, os grupos políticos e antigos partidos tiveram que se reorganizar nas duas instituições criadas: a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB); o primeiro representou o governo e os seus grupos sociais apoiadores, nas esferas de poder, e o segundo abrigou a oposição majoritariamente moderada e construtiva. (RIDENTI, 2014, p.35).

A Arena beneficiou-se eleitoralmente da repressão imposta pelo regime, na maior parte dos municípios do país, nos governos e parlamentos estaduais e no Congresso. Aproximadamente até 1974,³ o partido teve maior força política, enquanto o MDB enfrentou dificuldades. (FLEISCHER, 2007, p. 309). Todavia, no que se refere às atribuições sociais dos partidos políticos, até mesmo a ARENA teve o seu desempenho diminuído, pois as eleições presidenciais foram indiretas, cujos escolhidos eram generais do Exército e não postulantes seus. (CARVALHO, 2014, p. 170). Como o cargo não foi revezado, tampouco ao partido governista fora oportunizada a palavra final em alguma decisão de competência exclusiva do Presidente da República, o item referente à alternância no poder foi descartado vorazmente pelo regime. As atividades do MDB foram ainda mais restringidas, impedindo-o de se estruturar de melhor maneira, conforme o seu âmbito como oposição legal ao governo autoritário. E esse último persistiu cassando mandatos e direitos políticos de todos aqueles que se manifestassem contra os princípios da “revolução”, além de ter realizado seguidas intervenções por meio dos atos institucionais e em medidas, como a fidelidade partidária e o “pacote de abril”, por exemplo.⁴

Essas observações deram margem às análises que apontaram o sistema bipartidário brasileiro, bem como os partidos políticos por ele criados, como artificiais. Conforme Maria D’Alva Kinzo, a falta de uma clareza ideológica e representativa e a diversidade de origens partidárias que caracterizaram a Arena e o MDB seriam marcantes para tal definição. (KINZO, 1988, p. 32). Outros estudos consolidados pela academia partem de caracterizações

³No período entre 1968 até, aproximadamente, 1974, o Brasil viveu um processo de crescimento econômico de em média 10% ao ano, interrompido principalmente pela crise capitalista mundial iniciada pela crise do petróleo, em 1973. José Murilo de Carvalho (2014, p. 172-73) escreve que o crescimento somente começou a cair no país a partir de 1977. Contudo, o ano de 1974 é emblemático, por marcar o fim do governo de Emílio Garrastazu Médici, o mais violento do regime civil-militar, a posse de Ernesto Geisel à presidência e o resultado das eleições para o Congresso Nacional, que apontou um elevado crescimento em número de cadeiras do MDB e deu mostras do desgaste do regime frente à opinião pública. Kinzo, Lamounier e outros pesquisadores debruçaram atenção sobre o “fenômeno” eleitoral de 1974, o qual será discutido mais à frente.

⁴ Cf. KINZO (1988); NICOLAU (2012).

semelhantes, como a expressão surgida à época e citada por Rodrigo Patto Sá Motta (1999, p. 118), entre o “partido do ‘sim’ (Arena) e o partido do ‘sim, senhor’ (MDB)”⁵; as considerações de Bolívar Lamounier e Rachel Meneguello (1986, p. 67), de que a Arena “era tão recente, artificial e, sobretudo, impotente quanto o MDB”; ou a classificação de Maria do Carmo Campello de Souza (1990, p. 32), segundo o conceito de Juan Linz, de que a Arena era um “pseudo-partido.”⁵

Apesar de estes referenciados estudos servirem como excelente apoio bibliográfico, talvez uma leitura apressada sobre eles possa levar-nos a conclusões diferenciadas daquelas propostas por seus idealizadores, de que os dois partidos estivessem muito mais para espécies de blocos mais ou menos institucionalizados, nos quais foram depositadas as antigas elites políticas no momento de criação do novo sistema político, do que partidos propriamente ditos. Diante disso, questiona-se sobre a culminância destas no jogo político-partidário, ao difundirem os seus interesses aderindo ou se colocando como oposição ao regime.⁶ Assim, que peso teriam as elites locais nestas relações entre as elites políticas e o regime civil-militar?

Tentando responder ao questionamento, partimos do caso observado em Alegrete, onde os resultados eleitorais contrariaram a tendência político-partidária nacional. O MDB venceu as eleições municipais de 1968 e 1972 para a prefeitura, conquistando ao mesmo tempo vantagem numérica na Câmara de Vereadores, justamente na fase mais repressiva do regime autoritário. Em 1976, houve uma inversão; isto é, a vitória da Arena ao Executivo e a vantagem numérica conquistada no Legislativo, em um período no qual o partido, nacionalmente, já enfrentava sinais de desgaste e enfraquecia eleitoralmente ano após ano.

Isso posto, o estudo pretende responder a uma indagação principal: como se deu o bipartidarismo brasileiro e as relações de poder político-partidárias entre a Arena e o MDB em Alegrete (RS), entre os anos de 1966 e 1979, em vista do período ditatorial e dos aspectos inerentes da política local. Em virtude de o recorte temático proposto ainda ser pouco tratado, no que se refere à avaliação política do regime sob uma perspectiva interiorana, procurou-se

⁵ A discussão entre estes autores é levantada por Lucia Grinberg (2009, p. 30-31) em sua pesquisa sobre a ARENA.

⁶ Dois estudos se enquadram nesta preocupação; são eles: CARVALHO, Alessandra. **Elites políticas durante o regime militar**: um estudo sobre os parlamentares da ARENA e do MDB. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2008; MADEIRA, Rafael Machado. **ARENA ou ARENAS? A coesão partidária da legenda do regime em três estados brasileiros**. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2002; JACOBINA, André Teixeira. **Clivagens partidárias: ARENA e MDB baianos em tempos de distensão (1974-1979)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) -- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2010.

considerar uma indagação feita por Daniel Aarão Reis Filho: para ele, (2014, p. 13) “cabe ao historiador [...] romper com as amarras da ‘história vigiada’, do senso comum e das memórias estabelecidas”.

Os filósofos Edson Teles e Vladimir Safatle, por seu turno, dizem que “a ditadura brasileira deve ser analisada em sua especificidade”, não devendo ser medida “por meio da contagem de mortos deixados pra trás, mas através das marcas que ela deixa no presente”. (2010, p. 10). Foi, sem dúvida, um regime complexo e de forma alguma dissociado de todo um conjunto de acontecimentos exteriores ao Brasil, das disputas políticas, ideológicas e econômicas entre EUA e URSS e dos golpes de Estado desferidos na América Latina, com o auxílio dos primeiros. Indo além, esta reflexão requer uma revisão bibliográfica acerca de algumas abordagens e linhas epistemológicas seguidas pela historiografia brasileira sobre o tema, de modo que apoiem os pressupostos levantados pela pesquisa. Inicialmente, é possível identificar algumas abordagens principais:

A primeira enfoca o golpe de Estado e os seus antecedentes. Nesse caso, um artigo de autoria de Lucilia Delgado serve como bom exemplo, devido à síntese elaborada pela historiadora, o qual apresenta variadas interpretações sobre as razões do “golpe de 64” e une-as à questão do tempo.⁷ Segundo ela (2004, p. 17), os exames de cunho estruturalistas e funcionais e de tempo longo, predominantes entre sociólogos, economistas e cientistas políticos, relacionam o golpe com “problemas quase atávicos da realidade nacional, com ênfase para o subdesenvolvimento e para o atraso na industrialização do Brasil”, cuja ruptura da ordem política institucional estaria também vinculada “aos conflitos sociais e políticos decorrentes da implementação de um modelo desenvolvimentista caracterizado por programa de industrialização dependente e baseado na concentração de renda”.

No segundo grupo de interpretações (2004, p. 19), o golpe teria um caráter preventivo, aos moldes de uma “contrarrevolução”, em vez de uma ação quase inevitável, como no primeiro caso. Para Delgado (2004, p. 19), estas abordagens mesclaram tempo longo (condições estruturais da realidade brasileira) e tempo curto (ação conjuntural imediata), com a crença de que o país “poderia, através da ação crescente dos movimentos populares e pela execução de programas governamentais reformistas, adotar, de forma definitiva, um modelo distributivo ou até mesmo [...] caminhar em direção ao socialismo”.

⁷ Outra discussão pertinente acerca da historiografia sobre o golpe de 1964 é realizada por Diorge Alceno Konrad e Rafael Fantinel Lameira, em texto publicado na obra “*O golpe civil-militar de 1964 no sul do Brasil*” (2014).

A terceira frente de análises (2004, p. 22) defende a concepção de uma conspiração conjuntural baseada nas forças estruturais do país, tendo no estudo de René Armand Dreifuss um dos seus principais referenciais. Conforme o próprio Dreifuss (1981, p. 361), o ocorrido em 1964 não foi um golpe das Forças Armadas contra João Goulart, e sim a “culminância de um movimento civil-militar”, com a distribuição posterior de importantes cargos do governo de Castelo Branco a “homens-chave dos grandes empreendimentos industriais e financeiros e de interesses multinacionais.” Ele descreve minuciosamente as atividades de grupos de pressão formados pela burguesia tradicional e por setores oligárquicos, por meio das organizações empresariais Ipes – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – e Ibad – Instituto Brasileiro de Ação Democrática. Houve, segundo Dreifuss (1981, p. 455), uma campanha ideológica e uma aliança ou a construção de uma rede de apoio envolvendo os institutos Ipes e Ibad e as Forças Armadas. Assim os “interesses multinacionais e associados” foram determinantes para a consolidação da conspiração. (1981, p. 145-146).

Retomando os apontamentos de Delgado, o último se refere àqueles estudos que destacam a falta de compromisso entre as esquerdas e as direitas para com a democracia, a partir da perspectiva de tempo curto. (2004, p. 24). Esta concepção de curta duração pode ser encontrada no livro “1964”, dos historiadores Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, ao explorarem as escolhas que Jango fez, do momento em que assumiu o governo até a deposição mediante o golpe de Estado.⁸

Ademais, outras linhas analíticas destacam as disputas antagônicas ocorridas durante o regime civil-militar: por um lado, na atuação das “oposições”, dos grupos de esquerda que atuaram na ilegalidade, assim como as classificações organizacionais e genealógicas dos mesmos, e, de modo geral, na resistência à ditadura⁹; por outro, na caracterização da repressão estatal, conferindo apreciação sobre os órgãos pelos quais as Forças Armadas se estruturaram e impuseram, na prática, a violência física e psicológica à sociedade, bem como a censura à livre expressão. As três Forças mantinham grupos de espionagem e de ação direta, reprimindo principalmente as esquerdas e pessoas que possuíam algum engajamento político. Relacionado a isso, tem-se em algumas pesquisas a busca de casos específicos de memória, buscando indivíduos que sentiram brutalmente a violência do Estado, para enquadrar o regime brasileiro ao conceito de Terror de Estado ou à denominada Ditadura de Segurança Nacional

⁸ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964**: o golpe que derrubou um presidente pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

⁹ No livro publicado pelo Projeto “Brasil: nunca mais” há uma tabela contendo as principais organizações de esquerda e de resistência à ditadura brasileira. (1985, p. 114-16).

(DSN).¹⁰ Nessas considerações, a DSN ganha espaço privilegiado, pois se constituiu de um mecanismo difundido inicialmente pelos EUA em meio à Guerra Fria e que se espalhou pela América Latina por intermédio das Escolas de Guerra de cada país, como a Escola Superior de Guerra (ESG) no Brasil. Conforme a DSN, as ditaduras latino-americanas deveriam eliminar o “inimigo interno”, isto é, os “subversivos”, havendo, inclusive, aproximações e cooperações repressivas entre elas, para combater movimentos comunistas.¹¹

Em outra frente de estudo, desta vez voltada ao sentido institucional, são dadas atenções aos movimentos dos grupos no interior das Forças Armadas, em especial ao Exército, como pode ser observado no trabalho de João Roberto Martins Filho¹², e ao poder Executivo e Legislativo federais, embora este último já tenha sido abordado anteriormente. Sem embargo, é destacado o cenário instável no qual atuaram a Arena e o MDB, sendo boa parte concernente à descrição e análise das distribuições das bancadas no Congresso e nos grandes acontecimentos e decisões dos governos presidenciais, bem como as ações de algumas personalidades de destaque nos bastidores da política nacional.¹³

Quanto ao trabalho de Martins Filho, o historiador procurou as divisões militares presentes na política ditatorial, o qual identifica “dois processos permanentes de crise, visíveis do começo ao fim” do regime: por um lado, diz ele, a natural “disputa pelo poder no seio da alta hierarquia em torno das sucessões presidenciais, que no Brasil foram regularmente mantidas”; por outro, “às tensões oriundas da percepção comum aos setores mais militantes da oficialidade, segundo o qual o regime *militar* era um regime dos *militares*”. (MARTINS FILHO, 2004, p. 126).

Além disso, critica a visão dualista considerada pela historiografia com relação ao Exército, na divisão entre a “linha moderada” ou Sorbonne, composta por oficiais com formação intelectual mais refinada, e a “linha dura”, facção que esteve envolvida nos atos

¹⁰ Sobre esta questão ver: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões. **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 – 1985): história e memória**. Vol. 1 – 4. Porto Alegre: Corag, 2009. A obra divide-se em quatro volumes, seguindo a ordem: (1) “Da campanha da Legalidade ao golpe de 1964”, (2) “Repressão e Resistência nos “Anos de Chumbo””, (3) “Conexão Repressiva e Operação Condor”, (4) “O Fim da Ditadura e o Processo de Redemocratização”.

¹¹ Um bom exemplo destas cooperações foi a Operação Condor. Sobre isso, ver: LEAL, Rogério Gesta. Operação Condor: há uma responsabilidade internacional solidária de Estados consorciados em atos de repressão política? **NOMOS/Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC**, v. 33, n. 1, jan./jun. Fortaleza, 2013, p. 283-303.

¹²MARTINS FILHO, João Roberto. A ditadura revisada: união ou desunião?. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENDI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 125-140.

¹³ Os quatro volumes publicados pelo jornalista Elio Gaspari sobre a ditadura civil-militar se enquadram neste aspecto: A Ditadura Envergonhada (2002), A Ditadura Escancarada (2002), A Ditadura Derrotada (2003) e A Ditadura Encurralada (2004). Igualmente importantes são os relatos autobiográficos, como os livros de Daniel Krieger (1977), Juarez Távora (1977) e Flávio Tavares (2005), para citar alguns.

mais violentos da repressão durante o regime, propondo outra classificação, dividida em quatro correntes. São elas: a linha dura, aos moldes da já consolidada pela historiografia; os “albuquerqueístas”, “agrupada em torno do general Albuquerque Lima” ao final da década de 1960; os “castelistas”, bastante articulados nos bastidores e que seguiam postura tal qual a referida aos “moderados”; e os “palacianos”, formada “por grupos de militares e oficiais reformados cuja força principal derivava justamente do controle dos mecanismos palacianos de poder”, destacando-se, entre outros, os ministros Mário Andreazza e Jarbas Passarinho e o chefe do Gabinete Militar da Presidência, o general Jayme Portella; havendo, por fim, um panorama de alianças entre os dois primeiros e os dois últimos, e uma disputa entre as duas uniões. (Idem, p. 133-34).

De modo geral, a ênfase metodológica na repressão imposta pelo regime revela complexas redes que visaram combater a “subversão”. No Rio Grande do Sul, por exemplo, as fronteiras foram atentamente guarnecidas entre as linhas divisórias com os dois países limítrofes, para dificultar a movimentação de pessoas e grupos considerados subversivos, que fugiam da perseguição política.¹⁴ A grande presença de quartéis do Exército no estado permitiu que houvesse uma conexão maior entre eles, nestes anos de ditadura, sendo que, em Alegrete, destacou-se o 6º Regimento de Cavalaria. Por localizar-se no alto da coxilha,¹⁵ a oeste da zona urbana do município, a expressão “subir a rampa” foi referência para indicar aqueles que iam até o 6º RC por detenção, prestar esclarecimentos ou denunciar alguém.

Em segundo lugar, também pode levar à exacerbação da “história vigiada”, atribuída por Daniel Aarão Reis Filho (2014), como se houvesse uma grande estrutura organizacional das Forças Armadas, que vigiavam a todos e a todo o instante, determinando por completo a vida dos cidadãos. Além disso, tendências mais simplistas de análises sobre o peso da ditadura podem equivocar-se ao delimitarem uma área específica, sobretudo capital ou regiões metropolitanas, onde naturalmente a coação social foi maior, e generalizarem ulteriormente os aspectos identificados, como se em todo o país a realidade fosse a mesma, desconsiderando quaisquer características das diferentes regiões do país. Esta preocupação também é levantada pela historiadora Marina Franco, pois, segundo ela, há um acúmulo de “estudios donde las

¹⁴ Sobre isso, ver: ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. **A fronteira gaúcha como espaço crítico de defesa da segurança nacional: repressão e resistência nas cidades geminadas de Santana do Livramento-Rivera (1964-1968)**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. TCC de graduação (História).

¹⁵ Segundo o dicionário Aurélio, em sua página da internet, coxilha é uma lomba prolongada em que há pastos. Disponível em: <<http://www.dicionarioaurelio.com>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

variables válidas para las grandes capitales nacionales son extendidas sin problematización para describir toda la dinámica nacional”.¹⁶

Geralmente localidades interioranas aparecem mais como cenário onde ocorreram reuniões e ações clandestinas distantes dos “olhos” do regime ou em fugas de “subversivos” e atos repressivos contra eles, mas são escassos os estudos voltados para as reações desde o interior. Não obstante, estas são práticas oriundas dos grandes conglomerados urbanos e que alcançaram por meio dos seus movimentos as regiões mais afastadas.¹⁷ Todavia, como adiantado anteriormente, a análise de um município do interior do Brasil e localizado próximo a uma região de fronteira serve como um fio condutor para questões mais abrangentes do regime autoritário e do sistema de dois partidos, não sendo de interesse, por outro lado, alimentar um suposto antagonismo entre metrópole e interior.

O regime civil-militar foi heterogêneo e distante de uma formatação rigidamente vertical entre Exército e sociedade. Bebendo da fonte deixada por Dreifuss, acendeu-se outra perspectiva sobre o período, com a participação civil não apenas no golpe de Estado ou que o mesmo fora somente um ato de interesse de classe. Essa análise diz que a participação civil foi fundamental no processo de deslegitimação dos governos democraticamente constituídos, na interrupção por vias de fato (o golpe de Estado) e na constituição e legitimação dos governos autoritários. (RAMÍREZ, 2012, p. 63). Nesse sentido, abre-se caminho para a colocação da burocracia e da adoção de políticas públicas no contexto do regime, com a exigência de indivíduos e equipes especializadas principalmente no setor econômico.¹⁸ Luis A. Gama de Andrade (2007, p. 249), analisando a situação histórica dos municípios brasileiros, aponta três características cruciais ocorridas nos anos entre 1964 e 1985, dentre os quais nos reportamos para o segundo item: a “modernização autoritária”. Trata-se de um exemplo claro da participação efetiva de civis durante o regime e da adoção de políticas públicas específicas, que visaram combater o denominado “populismo” de até então, como na criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e da Fundação da Casa Popular.

Os militares tiveram destaque nos aspectos ligados à repressão, censura e tortura, mas do mesmo modo civis inseriram-se em outros, como a participação nos governos, em

¹⁶FRANCO, Marina. A modo de cierre: La historia de las dictaduras recientes del Cono Sur como desafío epistemológico. In RAMÍREZ, Hernán; FRANCO, Marina (Org.). **As ditaduras do Cone Sul**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, no prelo.

¹⁷ É possível que grupos de esquerda tenham auxiliado pessoas a entrarem ou saírem do Brasil, e que tenham passado pelo município armamentos destinados à luta armada, devido ao vasto território de Alegrete e das inúmeras estradas municipais que cortam a zona rural de toda a fronteira oeste do estado.

¹⁸ Ver mais em: PRATES, Antônio Augusto Pereira. Administração pública e burocracia. In: Avelar, Lúcia; Cintra, Antônio Octávio (Orgs.). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP, 2007. p. 117-128.

ministérios, em cargos importantes, financiamentos de operações autoritárias ou contribuindo com as estratégias de legitimação social do regime. A nosso ver, estas instâncias estiveram imbricadas, embora nem todas possuíssem dinâmicas de funcionamento semelhantes.

Ademais, a posição geográfica de Alegrete permitiu-lhe condição singular perante os demais municípios da região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Alguns de seus vizinhos, como Quaraí, São Borja, Santana do Livramento e Uruguaiana, foram enquadrados como Área de Segurança Nacional, por serem fronteiriços à Argentina ou ao Uruguai.¹⁹ Os respectivos prefeitos destas localidades foram nomeados indiretamente pelo regime autoritário, enquanto os sufrágios legislativos permaneceram livres. Este cenário abre a possibilidade de avaliação acerca do peso sobre as bancadas de vereadores em municípios de Segurança Nacional, em especial às do MDB. Já em Alegrete – cuja população era a terceira maior da região, atrás de Uruguaiana e Santana do Livramento – mantiveram-se as eleições diretas.²⁰

Como visto anteriormente, os resultados dos pleitos municipais alegretenses contrariaram a tendência nacional. Esta observação prévia, acrescidas às considerações sobre o regime civil-militar e às clivagens entre a Arena e o MDB, buscam analisar as formas pelas quais o município de Alegrete reagiu ao contato com o modelo partidário imposto e como este regime, embora ditatorial, teve de se adequar a elementos característicos da política local.

Os interstícios destes três pleitos municipais apontados merecem análises minuciosas, no entanto. É possível sugerir que a distribuição partidária anterior ao regime autoritário tenha influenciado de algum modo os resultados dos sufrágios ocorridos em 1968, 1972 e 1976. Não há como deixar de mencionar, a partir disso, a característica peculiar ocorrida em boa parte do Rio Grande do Sul, que foi fundamental para a formação da Arena e do MDB no estado.²¹ Trindade e Noll, por exemplo, vão dizer que, em razão desta característica sul-riograndense, os partidos, em nível estadual, acomodaram-se com menos artificialismo do que no restante do país. Hélio Trindade, por sua vez, possui diversos estudos acerca do tema, e, juntamente com outros autores, como a própria Maria Noll, Leônidas Xausa e Francisco Ferraz, denominaram esta polarização de “PTB vs. Anti-PTB”, tendo como característica

¹⁹Esta matéria pode ser analisada a partir da Lei Nº 5.449, de 4 de junho de 1968, que declarou “de interesse da segurança nacional, nos termos do art. 16, § 1º, alínea b, da Constituição os Municípios que especifica”, dentre os do Rio Grande do Sul: Alecrim, Bagé, Crissiumal, Dom Pedrito, Eral, Horizontina, Itaqui Jaguarão, Osório, Pôrto Lucena, Pôrto Xavier; Quaraí, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento, São Borja; São Nicolau, Tramandaí, Tenente Portela, Três Passos, Tucunduva, Tuparendi e Uruguaiana. Tempo depois, Canoas foi incluída na lista.

²⁰ Além do mais, somente estes três municípios tinham populações aproximada ou superior a 50 mil habitantes.

²¹ Ver mais em: Miguel Bodea (1992), Leônidas Xausa e Francisco Ferraz (1981), Hélio Trindade (1981) e Hélio Trindade & Maria Isabel Noll (1991).

principal a união de partidos liberais e conservadores em coligações eleitorais, pois somente desta forma podiam almejar vencer o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Rio Grande do Sul. Coalizões que tiveram, inclusive, o PSD, que nacionalmente era aliado ao PTB.

Em Alegrete, a coligação “Anti-PTB” foi denominada Ação Democrática Popular (ADP) em 1955 (embora já houvesse uma aproximação desde 1951) e União Pelo Progresso de Alegrete (UPPA) em 1959 e 1963 e era formada pelo Partido Libertador (PL), Partido Social Democrático (PSD) e União Democrática Nacional (UDN).

Desse modo, as relações interpartidárias entre Arena e MDB enfrentaram os conflitos de nova ordem, isto é, daqueles certamente causados pelas imposições federais direcionadas às esferas institucionais (Executivo e Legislativo) do município e do surgimento de novos quadros partidários, denominados “puros”, por terem ingressado na política com o bipartidarismo em andamento. Esses aspectos foram balanceados pela organização anterior das elites políticas locais nos novos partidos, fazendo emergir o pressuposto de que a Arena e o MDB alegretenses se serviram de uma estrutura político-partidária praticamente montada da formatação anterior, entre UPPA e PTB.

Outro aspecto importante é o fato de Alegrete estruturar historicamente suas principais atividades econômicas à agropecuária, especialmente à criação de gado e ao cultivo de arroz.²² Estas atividades, comuns a toda fronteira oeste do Rio Grande do Sul, são ainda hoje facilitadas pelos vastos territórios planos, inseridos ao Bioma Pampa, que proporcionam concomitantemente baixa densidade demográfica à região. Contudo, propicia também o domínio econômico e político de influentes famílias através do latifúndio rural, somados à significativa subordinação social e, à época, dos traços de caudilhismo, que alinhavavam “seus interesses de classe aos da administração pública”. (ASEFF, 2008, p. 31). As elites rurais foram representadas politicamente pela ADP e pela UPPA, e durante o regime civil-militar, até 1979, pela Arena.

Em meio a isso, supõe-se que houve uma aliança entre o regime – e as suas estruturas repressivas – e as elites locais vinculadas à Arena, políticas e econômicas – embora estivessem entrelaçadas. As duas partes alinhavadas poderiam influenciar a opinião pública local através da manipulação de notícias nacionais transmitidas na imprensa de Alegrete e nos discursos anticomunistas e de depreciação do governo presidencial de João Goulart. Isso possivelmente auxiliaria nas intenções do regime em buscar apoio popular que o legitimasse, e na construção de um eleitorado para a Arena, além de prejudicar a imagem do trabalhismo,

²²A pecuária foi hegemônica em Alegrete até a metade do século XX, quando houve a inserção econômica do cultivo do arroz, por famílias de imigrantes recém-chegadas ao município.

que esteve conectado localmente ao MDB. Marcelo Ridenti discute com mais clareza a questão da legitimidade, importantíssima para a compreensão destas relações apontadas, abordando o fato de a ditadura ter combinado “diferenciadamente o uso da força e as tentativas de legitimação” e de nunca ter se assumido “como uma ditadura, no máximo como democracia relativa”, mediante um golpe em nome da própria “democracia, supostamente ameaçada”. (2014, p. 30).

Conforme outra suposição é possível destacar que o comum acordo entre as elites locais arenistas resultou em benefícios próprios, caso mantivessem relações cordiais com a elite militar presente no município e com o regime em si, a começar pela busca do poder político local e pela consequente pressão sobre a oposição, em vista dos sucessos eleitorais do MDB.

Em contrapartida, pode ser bastante delicado inferir sobre alianças, devido à sua complexidade. Seja como for, é inequívoco pensar nas relações de proximidades entre o Exército e diretórios locais da Arena, pelo fato de o partido ter sido implantado justamente para representar o regime no espaço político. Não é preciso ir muito longe para constatar no mínimo uma correlação entre o regime e a elite política proveniente do diretório partidário, independente da localidade à qual estivermos nos referindo e das características sociais inseridas a ela. A massiva presença do Exército por meio das cinco guarnições militares em Alegrete é significativa, pois poderia influenciar possíveis inseguranças sociais e difundir o medo, em virtude da repressão. Contudo, a violência estatal não foi radicalizada ou expandida para toda a sociedade do município, embora muitas pessoas tenham enfrentado prisões e restrições profissionais por causa da ditadura. A repressão atingiu indivíduos específicos e desmobilizou movimentos sociais, como a União dos Estudantes Secundaristas de Alegrete (UESA). Mesmo assim, essa repressão não pode ser vista como algo uniforme, pois a ocorrida em Alegrete não teve a mesma proporção do que a aplicada nos grandes centros, em virtude do conservadorismo, da vida mais “pacata” possivelmente tida no município e dos setores sociais favoráveis ao regime.

Isso não quer dizer que o cenário político alegretense ficou imune à repressão; assim, seria possível medir até que ponto os dois partidos tiveram autonomia, em nível local, para traçar suas estratégias político-eleitorais? Para tentar responder à indagação proposta, buscou-se apoio em concepções de Giovanni Lévi, Pierre Rosanvallon e Angelo Panebianco.

Com base no primeiro, é possível pensar sobre a compreensão de um período histórico a partir de um “lugar banal”, utilizando-se da diminuição da escala de observação. Em outras palavras, aproximar-se de um problema minúsculo e que pareça insignificante num primeiro

momento, mas que possibilite “revelar as inconsistências de um modelo homogêneo e sistemático”. (2011, p. 157). No entanto, são necessárias algumas ponderações sobre a citação deste autor e à escala de observação. Em primeiro lugar, embora Lévi seja um pesquisador voltado ao social e à economia, consideramos relevante a sua forma de pensar as relações entre os indivíduos e os grupos. Este é o motivo que nos fez uni-lo às concepções dos autores voltados, de fato, ao político, como se verá nas páginas seguintes. Quanto à escala de observação, outro desafio surge, mesmo que indiretamente: o de dialogar com a Micro História, na qual Lévi é um dos principais expoentes. Em suma, neste trabalho a redução de escala não possui a complexidade buscada da Antropologia e geralmente empregada pelos microhistoriadores. Aqui, ela é puramente geográfica, pois também julgamo-la necessária, além de ser um método e não uma propriedade da Micro História, embora a proposta desenvolvida tenha desta uma pequena influência.

Giovanni Lévi analisa na obra “*A Herança Imaterial*” o vilarejo de Santena, na atual Itália, o qual aborda desde a perspectiva do poder, entendido não como uma “coisa”, mas como algo que insere uma rede tradicional constantemente em movimento. Aponta ainda as relações sociais e políticas (as redes) como estratégias, sendo elas práticas familiares adotadas para se evitar o isolamento e a imprevisibilidade dos fatos. O cerne destas estratégias traria às famílias relativa segurança em meio às incertezas do futuro, ao final do século XVII. Entretanto, embora em perspectivas de análises diferentes, nesta dissertação o poder em sentido amplo será articulado junto ao poder político, submetido ao campo de atuação do político, conforme indica Pierre Rosanvallon (2010) nos textos “*Por uma história filosófica do político*” e “*Por uma história conceitual do político*”.

A partir das concepções destes dois autores – Rosanvallon em especial –, busca-se visualizar as articulações dos partidos dentro daquilo que o regime autoritário permitiu. A questão sobre as estratégias é expandida às ações dos indivíduos no interior dessas densas tramas políticas, detendo-se naquelas movidas pelos políticos profissionais, sobretudo às lideranças partidárias, e a dos eleitores, que a cada eleição tomavam posições por meio do voto, dentro de um campo de possibilidades que envolviam aspectos conjunturais e estruturais.

As ações dos indivíduos são postas metodologicamente no conceito de racionalidade limitada, utilizado por Lévi, e na racionalidade política, extraída de Rosanvallon. Dessa forma, a racionalidade é vista “como um ponto de partida, como algo impossível de ser descrito fora da ação humana, fora do comportamento humano, visto tanto como uma ação significativa e simbólica quanto além da interpretação”. (LÉVI, 2011, p. 144).

Respectivamente, a racionalidade é ligada às interpretações ou codificações que um indivíduo inserido no coletivo social faz, mediante as normas e os símbolos a que tem acesso. As suas ações, manifestações, estratégias etc., giram em torno destas interpretações, que ocorrem dentro do seu espaço particular de atuação. Em suma, a racionalidade limitada e a noção de abordagem do campo político podem ser usadas para analisar os atos de determinado político em alguma situação, entre a fidelidade partidária e o seu pertencimento a uma ala do partido, dentre outras possivelmente existentes, por exemplo; ou para avaliar as opções de voto tidas pelos eleitores nos pleitos abarcados pela pesquisa, considerando os candidatos em questão e os aspectos político-sociais nas esferas municipal e nacional na época do sufrágio.

Outros conceitos importantes são discutidos por Angelo Panebianco, a maior parte deles voltados ao estudo dos partidos em suas relações internas. Ao atuarem em Arenas,²³ a eleitoral e a parlamentar, as organizações partidárias inserem-se em um contexto nos quais estabelecem estratégias intencionais, ou simplesmente racionais, diminuindo o grau de imprevisibilidade dos efeitos dessas específicas ações e, ao mesmo tempo, em situações não intencionais, ou seja, quando fatos imprevistos exigem uma reorganização por parte do grupo dirigente.

Desse modo, decidiu-se dividir a presente dissertação em três capítulos: o primeiro com teor teórico-metodológico e os dois seguintes mais empíricos, abordando respectivamente o campo eleitoral, assim como o impacto do regime sobre indivíduos e grupos organizados em Alegrete, e o campo parlamentar, nas relações de poder ocorridas na Câmara de Vereadores local. Em ambos, os dois ambientes de atuação dos partidos são relacionados ao Poder Executivo alegretense.

No primeiro capítulo serão aprofundadas algumas questões de confluência entre a História Política e a Ciência Política e confrontados aspectos relativos às explicações teóricas sobre os sistemas bipartidários e o modelo implantado no Brasil. De modo que permita fundamentar os capítulos seguintes, esta discussão será pautada pelas considerações dos cientistas políticos Angelo Panebianco, Giovanni Sartori e Norberto Bobbio, e dos historiadores René Rémond e Serge Berstein. Análises sobre as relações entre a repressão e os poderes Executivo e Legislativo permitem avaliar, em primeiro lugar, se a Arena foi um partido dominante, predominante ou hegemônico no que refere às composições parlamentares em que teve maior número de cadeiras, nas esferas federal e estadual (RS). Em segundo lugar, nas formas pelas quais o conceito de oposição, atribuído ao MDB, e de certo modo à Arena

²³ Evitando problemas com o nome de um dos partidos estudados, substituímos o termo “Arena” por ambiente.

em Alegrete, em decorrência dos resultados das duas primeiras eleições municipais aqui estudadas, são concebidos pelos referenciais apontados. O regime, que também estabeleceu uma nova Constituição em 1967, permitiu o funcionamento de uma oposição formal, e este é justamente um dos pontos que se buscam compreender no capítulo inicial. Ademais, procurar-se-á discutir o papel dos partidos políticos nas sociedades humanas e as dinâmicas de funcionamento dos mesmos, aqui compreendidos como organizações representativas.²⁴ Além disso, somam-se outros questionamentos, como verificar de que forma as observações sobre o município de Alegrete contribuem efetivamente com as inquietações atuais da academia sobre o regime civil-militar e o sistema bipartidário em questão. Que representatividade teve a Arena e o MDB no Brasil, especialmente, em Alegrete? A artificialidade do sistema bipartidário e dos respectivos partidos se confirma?

De modo concomitante, este primeiro capítulo avaliará aspectos conjunturais da política local, ao apresentar os resultados dos pleitos municipais de 1968, 1972 e 1976 e relacionar aos da fase anterior ao bipartidarismo. O corpo documental analisado também é útil aos dois capítulos seguintes, por se tratarem das atas finais dos sufrágios municipais. Estes documentos foram digitalizados e estão armazenados no *website* oficial do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RS), na opção “Eleições municipais anteriores a 1990”, inseridos ao link “Eleições.”²⁵ É importante ressaltar que os dados eleitorais disponíveis no *site* se iniciam pelo pleito de 1959, até os dias atuais, com exceção ao ocorrido em 1963.²⁶ Sobre os dados das eleições anteriores a 1959, bem como a de 1963, buscou-se apoio nas informações contidas em um livro publicado pelo pesquisador alegretense Danilo Santos (2011) sobre o Legislativo local, intitulado *Câmara Municipal de Alegrete: 180 anos*. A obra, embora apresente somente listas de nomes de vereadores e prefeitos eleitos e nenhuma reflexão sobre a política local, serve como fonte primária. Trata-se de uma alternativa possível para cobrir a falta de documentação oficial do TRE/RS sobre os sufrágios de 1963 e aos anteriores a 1959.

Os capítulos dois e três abarcam as relações entre a Arena e o MDB nos campos eleitoral e parlamentar. Como adiantado, as fontes extraídas do TRE/RS terão importância basilar. Serão vistos, no segundo capítulo, os escrutínios correspondentes a cada instância formal de poder, dos resultados das urnas alegretenses nos pleitos gerais – incluindo a análise sobre os votos nulos, brancos e o não comparecimento de eleitores nas sessões eleitorais – e

²⁴Bertein (2003); Bobbio (2000); Panebianco (2005); Sartori (1982).

²⁵O site do TRE/RS não disponibiliza as eleições anteriores a 1959 e também a de 1963.

²⁶Consta-se que as atas dos resultados das eleições municipais ocorridas em 1963 sumiram do arquivo do TRE/RS, sendo desconhecidos os motivos deste desaparecimento. O assunto é tratado no texto “A eleição que não ocorreu”, publicado na internet e disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/urnadotempo/2012/09/02/a-eleicao-que-nao-ocorreu/>>. Acesso em: 5 ago. 2014.

dos referentes às disputas para a prefeitura. No terceiro capítulo, tais fontes indicam a formação das bancadas, os vereadores eleitos e as votações obtidas por cada um. Além disso, os atos institucionais e complementares, que são facilmente encontrados na página da internet da Câmara dos Deputados, serão igualmente úteis.

Outras duas frentes documentais comuns aos dois capítulos são as entrevistas realizadas com alguns políticos e ex-políticos ainda vivos, que se prontificaram a responder os questionamentos solicitados, e a cobertura política da imprensa, sobretudo, do periódico *Gazeta de Alegrete*.

Nos questionários, buscou-se partir da experiência do indivíduo para compreender o partido no qual esteve filiado e a conjuntura política local e nacional. Identificar as formas nas quais ingressou na política, as lideranças e as frações do partido, articulações políticas etc. foram os principais pontos indagados, variando de pessoa para pessoa, dependendo do cargo público que teve e dos anos em que atuou no mesmo. A questão foi buscar o “vivido conforme concebido por quem viveu”. (ALBERTI, 2005, p. 23). De outro modo, é relevante incluir as ocorrências vivenciadas por determinadas pessoas “em uma reflexão mais ampla, perguntando-se por que razão e em que medida sua concepção difere (ou não) das de outros depoentes.” (ALBERTI, 2005, p. 19). Conforme escreve José D’Assunção Barros (2010, p. 133) – embora não seja um historiador voltado a este campo de pesquisa –, “existem espaços dissimulados que se escondem na documentação escrita, contornando silêncios e falseamentos, revelando segredos que o próprio autor do texto não pretendia revelar, mas que escapam através da linguagem, dos modos de expressão” e assim por diante.

Em geral, as fontes orais conquistaram um espaço bem maior do que aquele reservado na ideia inicial da pesquisa. Ao todo, foram entrevistados quatorze indivíduos, incluindo dois antigos líderes de esquerda e uma professora.²⁷ Assim, ao se considerar os limites desse tipo de fonte, dialogou-se com a História Oral, especialmente nas relações existentes entre a experiência do entrevistado e a sua subjetividade, além da memória, do esquecimento e das

²⁷ Todos os depoimentos foram gravados e armazenados em arquivo MP3, e transcritos e salvos em PDF, com exceção dos prestados pelos arenistas Luiz Félix e Virgílio Leães e pelos emedebistas Dorval Braulio Marques e Julio Fagundes, pois foram utilizadas trocas de mensagens por e-mail. Todavia, ao se considerar os prejuízos que entrevistas deste tipo podem causar, seguiu-se metodologia própria, dividindo-as em quatro partes: (1) contato inicial com a pessoa, apresentando os objetivos da pesquisa; (2) envio de um questionário contendo perguntas sobre questões gerais da política local; (3) envio do segundo questionário, com perguntas mais específicas da política local, do partido ao qual pertencia e das relações internas na organização; (3) agradecimentos e solicitação de autorização para publicação e uso do material nesta pesquisa. Não foi necessário o envio de um terceiro questionário. Além deste recurso, foi importante a rede social Facebook, devido à sua dinâmica de comunicação e de diminuir consideravelmente as barreiras geográficas entre os entrevistados e o pesquisador.

disputas de poder entre diferentes discursos ao longo do tempo.²⁸ Outro desafio foi medir o sentido de verdade que os depoimentos adquirem a partir de questões implícitas à entrevista, no que se refere ao “eu estive lá, eu vi, eu senti na pele etc.”, e na busca, por parte do narrador, da coerência argumentativa, da linearidade do relato. Por seu turno, tais memórias, quando vinculadas a períodos históricos específicos, como os regimes autoritários, podem ser usadas como prova contra os responsáveis pela violência estatal, e também ao denominado “dever de memória”, que são os discursos em torno da defesa do não esquecimento e da não ocorrência de eventos semelhantes. Em contrapartida, Paul Ricoeur defende a ideia de um “trabalho de memória”, pois o “dever de memória” perturbaria o historiador em seu ofício. Segundo ele, corresponde ao juiz condenar e castigar, e ao cidadão militar contra o esquecimento e em nome da igualdade da memória; já ao historiador, recai a tarefa de compreender sem culpar nem desculpar.²⁹ Todavia, sem dúvida alguma, “as críticas oferecidas pelos historiadores podem enfrentar um julgamento público desfavorável se propuserem leituras diferenciadas sobre as narrativas socialmente aceitas”. (FERREIRA, p. 182).

Como se pode ver, o debate em torno das questões levantadas pela História Oral é pertinente, mas não será aprofundado, para que não se perca de vista o objeto central do presente estudo. Objeto no qual também se serviu do uso do periódico *Gazeta de Alegrete*. Nele, buscaram-se matérias jornalísticas que abordassem o espaço político alegretense e a cobertura sobre os processos eleitorais analisados, considerando, além disso, a sua linha editorial, uma vez ligada ao PL na fase anterior a 1964 e sob chefia de um militar do Exército ao final da década de 1960 e início da de 1970.

Em suma, o segundo capítulo será visto por três vieses: do ponto de vista do regime, ao buscar legitimidade social e ao mesmo tempo agir sobre indivíduos e grupos organizados em Alegrete; e da perspectiva dos partidos, de como foi o alcance eleitoral dos dois durante os escrutínios locais nos pleitos para senador e deputados federal e estadual, em 1966, 1970,

²⁸ Acerca da memória e da subjetividade, importante estudo é de autoria de Beatriz Sarlo. Para ela, o “discurso da memória, transformando em testemunho, tem a ambição da autodefesa; quer persuadir o interlocutor presente e assegurar-se uma posição no futuro”. (2007, p. 51). Além do mais, o “testemunho pode se permitir o anacronismo, já que é composto daquilo que um sujeito se permite ou pode lembrar, daquilo que ele esquece, cala intencionalmente, modifica, inventa, transfere de um tom ou gênero a outro, daquilo que seus instrumentos culturais lhe permitem captar do passado, que suas ideias atuais lhe indicam que deve ser enfatizado em função de uma ação política ou moral no presente, daquilo que ele utiliza como dispositivo retórico para argumentar, atacar ou defender-se.” (SARLO, 2007, p. 59). Ver mais em: SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte: UFMG, 2007.

²⁹ Ver mais em: RICOEUR, Paul. **La memoria, la historia, el olvido**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2000. Mais especificamente sobre o “trabalho de memória”, ver: Histoire et mémoire: l'écriture de l'histoire et la représentation du passé. **Annales**. Histoire, Sciences Sociales. N° 55-4. Paris: jul/ago, 2000, pp. 731-747.

1974 e 1978, e de como se deram as estratégias adotadas pelos partidos, frações partidárias e lideranças políticas nas disputas para a prefeitura do município estudado. Neste último caso, tanto nas disputas intra quanto nas interpartidárias, o advento das sublegendas será fundamental para o entendimento das eleições municipais durante o regime civil-militar. Elas foram criadas em 1966 e revistas em 1968, por meio da Lei nº 5.453, de 14 de Junho, e visaram amenizar as disputas internas entre lideranças advindas dos diferentes partidos que constituíram a Arena, de modo que não prejudicasse eleitoralmente o partido. Este recurso também foi permitido ao MDB. Assim, um candidato poderia disputar a eleição tendo como adversário um correligionário; sem embargo, uma soma dos votos de todas as sublegendas de um partido definia o vencedor, impedindo aquele mais votado de assumir caso seu partido obtivesse votação menor no geral. A indagação sobre a autonomia dos partidos na esfera alegretense será testada pela inserção das sublegendas no “jogo” político.

No capítulo três, considerar-se-á o campo parlamentar. Mais especificamente, o processo pelo qual foram constituídas as bancadas da Arena e do MDB, que abrigaram as elites oriundas dos antigos partidos e os novos quadros ingressos com o bipartidarismo em vigor. As posições tomadas pelas bancadas legislativas conforme os conflitos políticos e sociais do município e das discussões sobre as esferas nacionais serão o cerne da análise. Tanto sobre o Legislativo quanto sobre o Executivo, no entanto, o período histórico abordado irá até a eleição municipal de 1982, para identificar os caminhos tomados pelos grupos originários da Arena e do MDB nos novos partidos criados após o fim do bipartidarismo.³⁰

³⁰ Ao longo do texto, são colocadas expressões entre aspas que não obedecem à atual ortografia brasileira. Isso é observado nas citações de leis e atos institucionais e em obras bibliográficas de autores, cujas edições se deram antes do acordo ortográfico.

1. PARTIDOS POLÍTICOS E SISTEMAS PARTIDÁRIOS: PERSPECTIVA CONCEITUAL E O BALANÇO SOBRE O BIPARTIDARISMO IMPLANTADO NO BRASIL

O presente estudo de caso busca, no município sul-rio-grandense de Alegrete, aspectos que permitam análises sobre a complexidade e as dinâmicas do sistema bipartidário brasileiro, implantado pelo regime civil-militar entre os anos de 1966 e 1979. Sem embargo, este primeiro capítulo parte da seguinte reflexão: por que o sistema de dois partidos foi formulado e posto em prática no Brasil? Como avaliar um regime que interferiu autoritariamente no campo político, mas que, ao mesmo tempo, permitiu, embora de forma controlada, o funcionamento de um sistema competitivo? Quais os impactos da mudança estrutural no sistema político, devido à substituição do modelo partidário, e como se deu o funcionamento das instituições criadas? Que características inerentes à política brasileira foram assimiladas pelo bipartidarismo? As indagações direcionam a análise ao diálogo entre a História e a Ciência Política. Assim sendo, o capítulo foi subdividido em quatro unidades, com as duas primeiras compreendendo discussões sobre os sistemas bipartidários e os partidos políticos e as duas seguintes sobre as distribuições interpartidárias entre a Arena e o MDB nas esferas federal, estadual e municipal.

Em suma, o diálogo entre as duas áreas é importante, pois os avanços tidos na área da Ciência Política, sobretudo na segunda metade do século XX, permitiram a renovação da História Política, que se organizou em torno do que se chamou de “Nova História Política”. Todavia, embora a discussão esteja de certo modo ultrapassada nos dias de hoje, procurou-se, com a renovação, suplantando alguns vícios antigos altamente criticados por outras vertentes da História, tais como as tendências anedóticas, factuais e personalistas. (RÉMOND, 2003, p. 18). Desse modo, a mudança foi “provocada, suscitada, pela rediscussão dos conceitos clássicos e das práticas tradicionais”, fazendo da contestação sofrida um ponto salutar, cujo desafio “fustigou a imaginação e estimulou a iniciativa”. (RÉMOND, 2003, p. 26).

Por sua vez, o domínio da Ciência Política centralizou por muito tempo em suas análises as atividades relacionadas aos governos e à esfera do Estado. No entanto, tal prática foi, aos poucos, sendo ultrapassada em virtude da democratização daquilo que a política compreende. Isso se deu à medida que os conhecimentos teóricos acompanharam os avanços sociais ocorridos ao longo do século XX, apesar das crises e das guerras mundiais. A mudança resultou na inserção de grupos sociais anteriormente excluídos, que tenderam a permanecer no campo da atividade política e nela adquiriram uma maior estabilidade. Em

razão disso, o Estado se ampliou no que se refere às suas atribuições, mas os processos políticos não poderiam mais ser contidos no seu âmbito. Em consequência, o conceito de Estado foi ampliado gradualmente pelo de Sistema Político, considerado bem mais elástico. (SARTORI, 1981, p. 171). Dessa forma, o sistema político não só se decompõe em subsistemas, (como os eleitorais e partidários), “mas adquire a flexibilidade necessária para permitir o acréscimo, se necessário, de variantes particulares”, como, por exemplo, “o subsistema militar, quando os militares fazem política, e o subsistema sindical, quando os sindicatos se tornam potentados”. (SARTORI, 1981, p. 171). Em outras palavras, o amplo conceito abarca outros fenômenos político-sociais, embora a esta pesquisa o foco decaia sobre aqueles exclusivamente institucionalizados pelo Estado, sobretudo o subsistema partidário, mesmo estando diretamente relacionado à configuração do eleitoral e vice-versa.

À vista disso, o ingresso das massas populares à política justificou, por um lado, a reorganização na História Política, pois o campo político, partindo desta perspectiva, “liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva”, não constituindo um setor separado. É, em suma, “uma modalidade da prática social”. (RÉMOND, 2003, p. 35-36). Ainda assim, o autor não define o político, conforme salienta Christian Edward Cyril Lynch no texto de abertura da obra “*Por uma história do político*”, de Pierre Rosanvallon. Para Lynch (2010, p. 13), Rémond também não “deixa referências acerca de onde poderia ter eventualmente haurido semelhantes noções.” Não obstante, Rosanvallon escreve (2010, p. 42) que o político “pode ser definido como uma esfera de atividades caracterizada por conflitos irreduzíveis”; um processo “que permite a constituição de uma ordem a que todos se associam, mediante deliberação das normas de participação e distribuição”. A concepção parte daquilo que ele denomina de abordagem “compreensiva” do político, ou da “emergência do indivíduo”, sem deixar de lado a noção de determinação.³¹

Seja como for, a abrangência tanto da noção de sistema político quanto da de campo político, bem como a inserção de um número maior de pessoas na participação política, fez nascer a necessidade de os governos se tornarem flexíveis às novas exigências. No âmbito da Ciência Política, essa mudança os tornou “governo sensível”³² e, ao mesmo tempo, transformou estruturalmente os partidos políticos, conforme as acepções modernas do termo. Assim sendo, tais aspectos fazem-nos analisar a questão dos partidos antes dos subsistemas

³¹ A discussão acerca do político desenvolvida por Rosanvallon fundamenta melhor os argumentos contidos no capítulo dois.

³² Segundo Sartori (1982, p. 41-43), “o governo sensível deve manter-se atento e flexível à voz e às exigências do povo. É, em suma, contérmino ao governo partidário, pois o partido dificilmente poderá atender as reivindicações através das quais luta por votos se não puder governar, atenta e flexivelmente.”

partidários, porque estes tomam forma mediante a presença de organizações partidárias que possuem funções sociais e objetivos próprios.

1.1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METADOLÓGICAS SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS

A inserção das massas populares junto ao processo político trouxe consigo a ampliação do sufrágio, fazendo com que os partidos adquirissem vigor orgânico e se consolidassem. De acordo com Norberto Bobbio (2000, p. 471), a questão do sufrágio fez multiplicar o número de eleitores, tornando “necessária a formação daqueles grupos intermediários agregadores e simplificadores que são exatamente os partidos”. Isso gerou a eles um problema de canalização, perante as novas exigências públicas. (SARTORI, 1982, p. 62). Quanto maior o número de participantes, maior a necessidade de um sistema regularizado de trânsito. Se o sistema político se estrutura conforme as regras dialéticas que conectam a sociedade, basicamente politizada, com o Estado, “os partidos se transformam em agências canalizadoras, e o sistema partidário, no sistema de canalização política da sociedade”. (SARTORI, 1982, p. 63). Em suma, uma sociedade dita contemporânea não pode ficar sem canais, e a esta função delimita uma das razões de ser dos partidos, conforme Sartori. Para o cientista político, além da função de canalização, os partidos políticos (enquanto objetos de análise) seriam seguidos por outras duas premissas, a qual a já referida seria a última, como um canal de expressão.

A primeira refere-se ao fato de os partidos não serem “facções”. Isso porque o termo denota uma significação pejorativa da linguagem comum, embora tenha sido empregado às primeiras organizações políticas surgidas na Europa, em especial na Inglaterra do século XVIII. A conservação deste significado de valor profundamente arraigado “transmite a sugestão, pelo menos para o público geral, de que a matéria, o estofado da política é inerentemente sujo e maligno.” (SARTORI, 1982, p. 95). Seria “a expressão de conflitos pessoais, de um comportamento auto-referido e que ignora o público”, o qual guiaria as “motivações dos políticos para a busca do poder”. (SARTORI, 1982, p. 46). Por outro lado, embora não devam ser considerados como tal, os partidos não estão imunes às facções, tampouco elas deixaram de existir quando do advento deste. A referência às facções ganha relevância por meio de dois motivos, os quais serão mais bem discutidos ao longo da dissertação: das ações facciosas de grupos e partidos políticos na conspiração em 1964 e

durante o regime civil-militar e na conceituação metodológica de alguns autores ao denominarem como “facções” os grupos intrapartidários.³³

Na segunda premissa, considera-se o partido como “parte-de-um-todo”. (SARTORI, 1982, p. 46). Nesse caso, a noção de “parte-de-um-todo” propicia verificar que a organização possui instrumentos funcionais e objetivos, procurando “servir aos propósitos desse todo, ao passo que a facção é apenas parte de si mesma”. (SARTORI, 1982, p. 46-47). Também transmite a ideia de parte, cuja atenção denota a questão de uma “parte” e o seu “todo”. O “todo”, segundo Sartori, pode ser concebido de modo monolítico ou orgânico, isto é, como não composto de partes, ao passo que, se assim fosse, não haveria o porquê de se analisarem as “partes” que compõem a sociedade, tampouco os partidos políticos. Mas, se se ocupar de partes que são partidos, a implicação é de uma análise a partir de um “todo” pluralista³⁴ e de partidos vinculados ao todo. Por outro lado, se este partido, porventura, não fosse “uma parte capaz de governar em função do todo, isto é, tendo em vista o interesse geral”, então não diferiria de uma facção.

Reconhecemos que “servir ao todo” é vago, genérico. Mas a generalidade de um imperativo pode igualmente fortalecer sua aplicabilidade geral, enquanto o imperativo for significativo ou puder ser especificado de maneira significativa. Também se pode admitir que o interesse geral, o interesse público, o bem comum, e símbolos normativos semelhantes não tenham padrões objetivos. Mas não se segue a conclusão de que sejam simples peças de retórica ou que indiquem apenas qual possa ser o objetivo geral dos políticos. O fato de os padrões serem relativos e subjetivos não implica sua inexistência. Admitindo-se a existência de muitos públicos e de muitos interesses públicos, cada um deles pode ser distinguido dos interesses particularistas e privados, e a eles contraposto, a qualquer momento. O que constitui o interesse geral é sempre discutível, especialmente porque discutimos o que é *mais* do interesse geral e de qual público. Mas pode-se demonstrar sempre, fora de qualquer dúvida, que algumas coisas não contribuem para o máximo bem-estar coletivo de nenhum público que *não* são do interesse geral (qualquer que seja a definição deste). Isso porque toda questão tem soluções que só beneficiam a uns poucos, quando não a uma única pessoa, em detrimento de muitos. Os benefícios coletivos não surgem gratuitamente e por si mesmos, mas os não-benefícios coletivos, os danos coletivos, estão sempre nas imediações. O bem comum, o interesse público e símbolos deontológicos semelhantes só podem ser rejeitados se, e apenas se, pudermos demonstrar que não têm peso na motivação humana, que lhes falta uma realidade de comportamento. (SARTORI, 1982, p. 47-48).

³³Ao longo da dissertação, os grupos intra ou infrapartidários serão denominados “grupos”, “alas” ou “frações”.

³⁴ Conforme a obra Dicionário de Política, organizada pelos cientistas políticos Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, o Pluralismo “propõe como modelo a sociedade composta de vários grupos ou centros de poder, mesmo que em conflito entre si”.(1993, p. 928).

De acordo com o autor, as possibilidades de uma *concordia discors*, isto é, de um equilíbrio entre união e separação, o qual giraria “em torno da eficiência do imperativo que exige que a ‘parte’ vencedora seja ‘imparcial’, e que governe para todos e não apenas para si mesma”, até mesmo quando não praticadas, devem estar sempre presente. (SARTORI, 1982, p. 48). Tendo em vista o fato de estas concepções aludirem a governos ungidos por partidos políticos, estes, por sua vez, agem como canais de expressão. E isso requer considerar que eles “pertencem, em primeiro lugar e principalmente aos meios de representação”, sendo, portanto, um instrumento ou uma agência de representação do povo, expressando suas reivindicações. (SARTORI, 1982, p. 48). Em suma, a ênfase dada pelo autor recai sobre a função expressiva, pois, segundo ele, arrolar sobre “representação” é adentrar em um campo dificultoso. Por um lado, não existe expressão sem alguma capacidade de representação; por outro, “é bastante controversa a possibilidade de que os partidos representem os seus eleitores (e não os seus membros)”. (SARTORI, 1982, p. 49).

Independente se ele toma posturas imparciais quando componente de um governo ou de uma bancada legislativa. O partido possivelmente exercerá esta função para apenas “uma parte” do “todo”, isto é, voltado para as suas redes de apoio, tais como eleitores e militantes, grupos econômicos engajados e/ou inseridos no interior da organização e eventuais uniões ou coligações partidárias, antes de procurar uma forma de expressar as vontades do “todo”. A não ser que esteja na oposição ou em processo eleitoral, montando uma estratégia de campanha e buscando votos. Como visto, este é exatamente um ponto em que Giovanni Sartori recomenda cautela. De modo geral, expressar as vontades do “todo” é praticamente impossível, pelas complexidades e variedades dos interesses dos diversos estratos sociais. Mas expressar somente àquelas relacionadas às suas redes de apoio e de influência se torna uma prática mais segura, do ponto de vista do partido.

Seja como for, os partidos têm função expressiva, pois se defende a ideia de que “transmitem reivindicações apoiadas por pressões”, lançando o seu próprio peso nas que se sente obrigado a fazer eco. Pressupõe-se também, de modo concomitante, que os partidos tenham, no mínimo, um projeto de sociedade. Assim, eles também canalizariam os interesses públicos. Canalização que poderia ser dialogada com algumas considerações realizadas por Norberto Bobbio e Serge Berstein sobre os partidos políticos, cujo emprego de termos alusivos às suas funções na sociedade pode ser encarado como semelhantes aos de Sartori. Para Bobbio, além de ocuparem lugar central nos sistemas representativos, assumem uma espécie de intermediação entre eleitores e eleitos, enquanto Berstein escreve que é através deles que

se opera a mediação política, função primordial para articular as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas das populações.

Segundo Bobbio, a formação e o contínuo crescimento dos partidos despedaçaram, de modo geral, o vínculo direto entre eleitos e eleitores, dando origem a duas relações distintas de intermediação: “uma entre eleitores e partido, outra entre partido e eleitos, que tornam cada vez mais evanescente a relação originária e característica do Estado representativo entre mandante e mandatário, ou, hobbesianamente falando, entre o autor e o ator”. (BOBBIO, 2000, p. 470-71). “A presença dessas duas relações, das quais o partido é o termo médio, o termo comum a ambos, passivo no primeiro, ativo no segundo”, tem como consequência o fato de o eleitor ser apenas autor e o eleito apenas ator, “enquanto o partido é ator em relação ao eleitor, autor em relação ao eleito”. (BOBBIO, 2000, p. 471). Conforme o autor, nada melhor do que essa dupla função para se entender “o lugar central que o partido foi assumindo nos sistemas representativos”. (BOBBIO, 2000, p. 471). Assim sendo, esta posição de centralidade faz dos partidos instituições vitais não apenas para os sistemas representativos, mas ao sistema político como um todo.

Serge Berstein refere-se a eles atribuindo-lhes uma função mediadora. Nesse sentido, elabora uma densa análise estendida ao plano de formação das instituições partidárias e de algumas formas das quais o historiador do político poderia se valer para os seus respectivos estudos.

Questiona inicialmente os critérios pelos quais o partido poderia ser definido, buscando, em seguida, uma resposta, mediante uma discussão com a Ciência Política estadunidense. O primeiro critério seria a duração no tempo, “que permite ao partido uma vida mais longa que os seus fundadores”, embora haja um problema de definição quanto a uma duração mínima e, em contrapartida, à escala de geração. (BERSTEIN, 2003, p. 62). A duração no tempo, segundo ele, excluiria de qualquer confusão com os partidos as clientelas, as facções e os partidos ligados unicamente a um homem. O segundo seria a extensão no espaço, o qual haveria a necessidade de uma “organização hierarquizada e uma rede permanente de relações entre uma direção nacional e estruturas locais, abrangendo uma parte da população”, excluindo “grupos parlamentares sem seguidores no país e as associações locais sem visão de conjunto da nação”. (BERSTEIN, 2003, p. 62-63). A aspiração ao exercício do poder, diretamente relacionada à mediação política, seria o aspecto seguinte. Conforme a linha argumentativa elaborada, os partidos teriam como necessidade propor um projeto global que pudesse convir à nação em seu conjunto, implicando de modo concomitante, “a consideração de arbitragens necessárias aos interesses contraditórios que aí

se manifestam”. Este aspecto engloba a discussão sobre o fato de haver ou não democracia no interior do partido, bem como a ascensão e a oligarquização do mesmo, em torno de alguns membros ou grupos influentes, sendo este último aqui entendido como frações ou alas.

Dos critérios apresentados, o último seria a vontade de o partido buscar apoio da população, que estaria centrado numa dinâmica de recrutamento de militantes e atração de votos dos eleitores, “condição indispensável para a realização do objetivo anterior”. (BERSTEIN, 2003, p. 63). Para o historiador, eles são testemunhas de um determinado estágio de desenvolvimento e de evolução das sociedades, e adverte ao fato de que há diferentes dinâmicas parlamentares e de sistemas políticos em várias partes do mundo. (BERSTEIN, 2003, p. 66). São, substancialmente, produtos das grandes crises históricas, de modo que a crise “permita uma ruptura bastante profunda para justificar a emergência da opinião suficientemente fundamental para durar e criar uma tradição capaz de atravessar o tempo”. (BERSTEIN, 2003, p. 67).

Assim sendo, “um partido não nasce fortuitamente, da decisão de seus criadores, e só tem chance de sobreviver se responder de uma maneira ou de outra a um problema fundamental colocado para a sociedade contemporânea”, fazendo com que haja adequação “entre a imagem que ele transmite de si mesmo e as aspirações mais profundas de uma parte importante da população que aceita, como solução para os problemas que ela percebe, a mediação política que ele lhe propõe”. (BERSTEIN, 2003, p. 67-68).

Essa concepção faz o fenômeno partidário deixar o domínio do contingente, onde foi mantido acantonado durante muito tempo, para entrar no domínio do estrutural, onde ele aparece como revelador de problemas fundamentais que ultrapassam de muito o que se conhece dele numa primeira abordagem. Com isso, toda uma parte da vida política deixa de ser o lugar de acontecimentos ininteligíveis e, em suma, do fraco interesse, para se tornar um conjunto de fenômenos significativos que é preciso interrogar para trazer à luz os significados que eles encobrem. (BERSTEIN, 2003, p. 68).

A razão de ser dos partidos se daria pela definição do seu papel na sociedade política. Além disso, não haveria passagem natural entre as necessidades e aspirações no nível estrito da existência cotidiana ou do “concreto cotidiano”, isto é, da realidade vivida, e o campo político, nos quais estão inseridos os partidos, vinculados à esfera do discurso e das representações especulativas. (BERSTEIN, 2003, p. 60). Entre um programa político e as circunstâncias que os originaram, “há sempre uma distância considerável, porque passamos então ao domínio do concreto para o do discurso, que comporta uma expressão de ideias e

uma linguagem codificadas”. (BERSTEIN, 2003, p. 61).³⁵ Dessa forma, “é no espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação política, e esta é obra das forças políticas”, que têm como uma de suas funções primordiais precisamente articular, na linguagem que lhe é própria, as anteriormente mencionadas necessidades ou aspirações mais ou menos confusas da população. A mediação política “assume o aspecto de uma tradução e, como esta, exhibe maior ou menor fidelidade ao modelo que pretende exprimir.” (BERSTEIN, 2003, p. 61).

O partido político, portanto, forma-se “graças a interesses ou perenidades comuns”, cuja adequação à sociedade e ao seu espaço político e a leitura daquilo que seria de interesse público são primordiais. Mas, “uma vez nascido, (...) torna-se um organismo vivo que tem sua existência própria e proporciona a si mesmo os meios de durar”. (BERSTEIN, 2003, p. 69). Em virtude disso, deve ser compreendido a partir da longa duração e da cultura política, sendo que os mecanismos adotados, as leituras da sociedade, estratégias etc. vinculam-se a estas duas esferas. Como indica o historiador, tal instituição política se dota em um segundo momento “de uma rede de representantes eleitos, da comuna ao Parlamento, que criam situações sólidas, constituem clientelas e asseguram sua comum perenidade graças a uma solidariedade obrigada e fecunda”, além de disporem “de uma imprensa (ou, em nossa época, de outros meios de informação) que lhes permite introduzir aos poucos na opinião pública as ideias que defende”. O “conjunto desses elementos, que o partido se esforça naturalmente para conservar, permite-lhe adquirir uma força considerável e sobreviver durante longo tempo ao desaparecimento das condições precisas que favoreceram seu nascimento”. (BERSTEIN, 2003, p. 69). E é esse fenômeno, denominado por Berstein como “inércia do político”, que “explica por que as formações partidárias perduram, mesmo quando parecem não ter como agir sobre uma situação nova à qual não puderam se adaptar”. (BERSTEIN, 2003, p. 69). Se não for um “fogo de palha”, como menciona o autor, o partido se torna “depositário de uma cultura política com a qual comungam seus membros e que dá origem a uma tradição, muitas vezes transmitidas através das gerações”. (BERSTEIN, 2003, p. 69).

Mediante essa discussão, uma definição mínima sobre os partidos políticos se torna necessária. Na clássica obra da ciência política brasileira escrita por Paulo Bonavides nos anos de 1960, é proposto que o partido seja “uma organização de pessoas que, inspiradas por ideias ou movidas por interesses, buscam tomar o poder, normalmente pelo emprego de meios legais, e nele conservar-se para a realização dos fins propugnados”. (BONAVIDES, 2003, p.

³⁵ Esta consideração de Serge Berstein, que procura separar o “vivido” ou o mundo cotidiano do campo político e, por consequência, dos partidos políticos, merecerá mais à frente uma confrontação com as concepções de Giovanni Lévi e Pierre Rosanvallon, sobretudo no capítulo segundo.

346). A conceituação segue cinco critérios, os quais seriam formados e constituídos: (1) um grupo social; (2) um princípio de organização; (3) um acervo de ideias e princípios, que inspirariam a ação do partido; (4) um interesse básico em vista, a tomada do poder; (5) e um sentimento de conservação desse mesmo poder ou de domínio do aparelho governativo quando este chega às suas mãos. (BONAVIDES, 2003, p. 346).

Entretanto, “movidas por interesses”, expressão contida na definição de Bonavides, retoma a discussão sobre as facções e ao fato de as organizações partidárias serem mais facciosas do que um meio legal de canalização. Mas abre prerrogativa para as influências adquiridas pelos grupos de pressão no interior do partido e no espaço político como um todo.³⁶A referência sobre “tomar o poder” é ainda mais problemática. Em primeiro lugar, essa explicação parece abrir precedente a apenas partidos relevantes, indo ao total desencontro dos pequenos, que elegem poucos, ou até mesmo nenhum, candidatos nas disputas eleitorais. Em segundo lugar, a organização pode buscar apenas conservar um status, como um partido pequeno ou médio em manter uma posição conquistada, ou também em situações como as destacadas por Angelo Panebianco (2005, p. 9), de estabelecer estratégias que lhe prejudiquem substancialmente em períodos eleitorais.

De todo modo, segundo Sartori (SARTORI, 1982, p. 85), “um partido é qualquer grupo político identificado por um rótulo oficial que apresente em eleições, e seja capaz de colocar, através de eleições (livres ou não), candidatos a cargos públicos”. A nosso ver, o conceito destaca a legalidade do sistema, ao abarcar instituições oficiais de representação dos grupos políticos e ao mesmo tempo disponibilizar os cargos públicos por meio de disputas legítimas. A isso se relacionam as funções canalizadoras e de expressão dotadas pelos partidos. Mas, em contrapartida, a definição desconsidera organizações que se recusam a participar do sistema eleitoral, por razões ideológicas e críticas à estrutura do sistema político e de sua eficácia para com os problemas da sociedade. Ou que, pelas mesmas razões, são excluídas pelo Estado da participação às disputas eleitorais, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1947.³⁷

³⁶ Segundo Bonavides (2003, p. 426-40), o grupo de pressão “se define em verdade pelo exercício de influência sobre o poder político para obtenção eventual de uma determinada medida de governo que lhe favoreça os interesses”. Na relação com os partidos, geralmente “a técnica de dominação consiste em proporcionar financiamento copioso às campanhas eleitorais”. Quanto ao poder legislativo, há maior facilidade de dominação, pois os métodos de pressão se exercem principalmente sobre as comissões parlamentares. Ainda assim, embora haja quem destaque aspectos positivos a tais grupos, os quais seriam canais de comunicação necessários a uma sociedade complexa, é mais suscetível considerá-los pelo ponto de vista negativo, como um mecanismo elitista de dominação, que apresenta conformidades com a “lei de bronze” das oligarquias, enunciadas por Michels, e com as facções, como destaca Sartori.

³⁷ Sobre o PCB, ver mais em: FILHO, Daniel Aarão Reis. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. 2. ed. Brasiliense: São Paulo, 1990.

Seja como for, participando ou não de eleições, canalizando interesses públicos ou apenas alguns restritos a grupos econômicos específicos, os partidos se inserem ao tempo longo e a cultura política, de acordo com Berstein. Como destacado a partir das atribuições levantadas pelo historiador, a renovação da História Política procurou estabelecer uma nova forma de estudar o campo político, voltando-se não para a curta duração, mas para uma pluralidade de ritmos. Desse modo, a longa duração serviria para estudar os processos de formação políticas e ideológicas, ou seja, a cultura política, o que permitiria também refletir sobre os processos políticos (RÉMOND, 2003, p. 13-36). Porém, avaliando a cultura política nos estudos sobre os partidos políticos, a questão implica a constatação, caso examinarmos o Brasil, que historicamente a cultura política do país impossibilitou o enraizamento de instituições partidárias fortes na sociedade. Somam-se a isso questões estruturais vinculadas às influências das elites, sobretudo locais, nos processos políticos. Uma das mais significativas experiências partidárias brasileira, entre 1946 e 1964, foi interrompida exatamente pelo regime civil-militar.

Como coloca Rodrigo Patto Sá Motta, os partidos brasileiros “têm sido fracos por causa da fragilidade da democracia e vice-versa”; uma democracia seguidamente abalada por golpes sucessivos e constantes mudanças na estrutura partidária, que decorrem aos mesmos fatores básicos: o temor dos grupos privilegiados em relação à democracia; sua relutância em aceitar os riscos decorrentes das práticas democráticas, que poderiam levar a transformações de ordem social; e a incapacidade dos setores sociais comprometidos com a democracia em fazer prevalecer seus pontos de vista. (MOTTA, 1999, p. 140-41). Para ele, “a democracia teria tido mais chances de consolidação se poderosos partidos políticos lhe servissem de sustentação”. (MOTTA, 1999, p. 141).

No entanto, essa avaliação deve ser ampliada ao sistema partidário. Conforme Maria D’Alva Gil Kinzo, “em contraste com a maioria das novas democracias latino-americanas, o Brasil não desenvolveu um sistema partidário com perfil definido e duradouro”, o que não significa, por outro lado, “que estejamos no marco zero de um processo de desenvolvimento partidário”. (KINZO, 1993, p. 1). Ademais, a discussão sobre os sistemas partidários é o foco a seguir.

1.2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METADOLÓGICAS SOBRE OS SISTEMAS BIPARTIDÁRIOS

Como destaca Gianfranco Pasquino (1993, p. 1172), se é verdade que um sistema partidário surge em consequência de certas rupturas sociais e nelas se consolida, “é também verdade que ele adquire a seguir uma dinâmica em grande parte autônoma e até uma certa viscosidade que lhe permite absorver, com extrema lentidão, as mudanças sociais que se verificam.” De modo geral, possuem suma importância para a compreensão dos sistemas políticos atuais, pois influem diretamente no desenrolar da disputa eleitoral, no comportamento político dos eleitores e nas estratégias dos partidos. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1993, p. 392). Ao se levar em conta a sua eficiência, possuem capacidade e rapidez para enfrentar e resolver os problemas que se apresentam, e com base na sua receptividade, adquirem a disposição de assumir as aspirações do povo e, em particular, de favorecer a participação das mais amplas camadas. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1993, p. 1172-73). Como destaca Reinaldo Dias (2013, p. 210), os sistemas apresentam algumas características básicas, tais como um conjunto estruturado de relações, podendo ser conflituosas ou de cooperação, sob uma esfera nacional.

Uma das primeiras discussões sobre os sistemas partidários originou-se das questões de classificação destes sistemas. Em sua obra clássica, Maurice Duverger distinguiu-os de acordo com o número de partidos, classificando-os como “sistemas de partido único”, “bipartidários” e “multipartidários”. (2010, p. 243). Giovanni Sartori, por sua vez, destacou que os avanços ocorridos nas análises acerca dos sistemas de partidos ao longo dos anos fizeram surgir quase uma unanimidade sobre o fato de que esta classificação é inadequada. (1982, p. 143).

Mesmo assim, segundo ele, o universo dos sistemas partidários precisa, muito e cada vez mais, ser mapeado. Além disso, a tarefa traz algumas dificuldades, na medida em que são avaliados os aspectos fundamentais deste modelo. Um “desses problemas é determinar quando um país pertence à *classe* bipartidária, o que depende das regras de contagem”. (SARTORI, 1982, p. 214). Logo, o número de partidos é importante para a classificação do sistema, embora haja uma complexidade bem maior do que uma contagem simples entre um modelo com um, dois ou mais partidos. Entre outros fatores, o número de partidos indica “as proporções em que o poder político é fragmentado ou não, disperso ou concentrado”. (SARTORI, 1982, p. 144). Esse critério também adverte o pesquisador sobre as “correntes de interação” existentes entre eles, isto é, na rede de contato direto entre uma organização

partidária e outra. Dois partidos permitem, por exemplo, apenas uma corrente de interação recíproca, enquanto três partidos permitem três dessas correntes; por conseguinte, quatro partidos permitem seis correntes, cinco permitem dez, seis permitem quinze e assim por diante. Como todas essas correntes de interação possíveis ocorrem em múltiplos níveis (eleitoral, parlamentar e governamental), a “indicação clara é a de que, quanto maior o número de partidos (que têm influência), maior a complexidade e, provavelmente, a complicação do sistema”. (SARTORI, 1982, p. 144).

O outro problema “é determinar se temos um *tipo* bipartidário de sistema”. (SARTORI, 1982, p. 214). Nesse sentido, os modelos bipartidários estão em um estágio anterior ao que Sartori denomina de pluralismo limitado, de tipo moderado. Segundo a análise, o bipartidarismo se enquadra como um pluralismo simples, uma vez que o pluralismo limitado, de baixa fragmentação, estaria sob a configuração de três a cinco partidos, e o extremado, com a relevância de mais de cinco. (SARTORI, 1982, p. 152). Trata-se de um modelo relativamente simples e provavelmente a categoria mais conhecida. Como frisou Paulo Bonavides (2003, p. 361), o bipartidarismo “é considerado por alguns escritores políticos como o sistema democrático por excelência em matéria de organização partidária.” Ademais, a sua competitividade alcança uma máxima expressão nas eleições políticas gerais e nas votações parlamentares, e permite um olhar sobre a característica de “política da maioria”, no qual as “cadeiras ou votos perdidos ou ganhos por um dos contentores corresponderão à vitória ou à derrota do outro”. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1993, p. 849). Em resumo, a questão que pressupõe um sistema bipartidário decorre de os partidos se portarem de acordo com os fundamentos de organização e direção do Estado e que se reconheçam consequentemente em termos de mútuo respeito e lealdade. (BONAVIDES, 2003, p. 361). Na configuração de poder, há a presença de “dois partidos [que] competem por uma maioria absoluta que está ao alcance de ambos”. (SARTORI, 1982, p. 152).

Além disso, nem sempre o modelo é formado por dois partidos, o que faz emergir um novo problema, à luz dos dois anteriores: quando um terceiro partido ou mesmo terceiros partidos devem ser descartados? A resposta pode ser direta: “temos um *formato* bipartidário sempre que a existência de terceiros partidos não impeça os dois maiores de governarem sozinhos, isto é, sempre que as colizões forem desnecessárias”. (SARTORI, 1982, p. 214). Segundo Sartori, a resposta também significa que o formato do sistema deve ser avaliado em termos de cadeiras legislativas, e não de resultados eleitorais, pois a razão disso se dá porque “os governos são formados, e agem, com base em sua força no parlamento”. (SARTORI, 1982, p 214).

Com isso, o tipo bipartidário de sistema pode ser caracterizado por algumas propriedades básicas. A primeira resulta da “cláusula de governar sozinho”, isto é, no pressuposto de que “ambos os partidos devam estar em posição de conquistar, sozinhos, uma maioria absoluta e, com isso, governar sozinhos”. (SARTORI, 1982, p. 216). Se este é o principal atributo dos sistemas bipartidários, devemos acrescentar imediatamente o imperativo que problematize situações em que for sempre o mesmo partido que fica no poder, eleição após eleição. Caso isso ocorra, o sistema passa a ser de “partido predominante”, em vez do de dois partidos.³⁸ Isso “equivale dizer que a alternância no poder é a característica marcante da mecânica do bipartidarismo”. (SARTORI, 1982, p. 214). “Dois” difere de “três”, sempre que os terceiros partidos não afetem, em longo prazo e em nível nacional, a alternância no poder dos dois principais.

Mesmo assim, a “cláusula de alternância” e a de “governar sozinho” não são aplicáveis com rigidez. A “Alternância deve ser compreendida de forma ampla como significando mais a expectativa do que a ocorrência real do rodízio governamental”. (SARTORI, 1982, p. 215). Como exemplo, pode ser mostrado o ocorrido nos EUA, cujo modelo bipartidário é o mais antigo. Neste país, a partir da presidência de Lincoln (1861) até Franklin D. Roosevelt, os republicanos conquistaram 14 presidências e os democratas apenas 5. Mais à frente, de 1933 a 1953, a presidência foi democrata, enquanto no Congresso houve variações: os republicanos tiveram a maioria até 1932, com exceção dos anos entre 1910 e 1914, enquanto os democratas ficaram em vantagem numérica de 1932 até o período delimitado por Sartori, nos anos de 1970, com exceção dos desvios em 1942 e em 1946 e dos empates em 1950 e 1952. (SARTORI, 1982, p. 215).

Em outro exemplo, desta vez destacando a Austrália, a rotatividade proporcionou em dez eleições ocorridas, de 1946 a 1972, apenas uma vitória clara (em 1946) ao Partido Trabalhista e um empate (em 1961). No caso desse partido, foi recolocado no poder em 1972, após 23 anos na oposição. Mas foi derrotado nas eleições de 1975. Retomou o governo somente em 1983 e nele permaneceu até 1996; mais recentemente, governou entre 2010 e 2013. No entanto, ocorre no sistema australiano, que é parlamentarista, uma alternância no governo entre o Partido Trabalhista, de um lado, e a aliança dos Partidos Liberal e Nacional (Partido do País até 1975 e Partido Nacional do País até 1982), denominada Coalizão, de outro. Aparentemente, lembra Sartori, “trata-se de um formato tripartidário, e a solução simples seria classificar a Austrália como tal”. (SARTORI, 1982, p. 216). Apesar disso, a

³⁸A discussão sobre os partidos predominantes será realizada mais à frente, quando a distribuição das bancadas da ARENA e do MDB no Congresso brasileiro for tratada.

aliança permanente entre os dois nas diversas sessões eleitorais dão-lhes a condição de simbióticos, se assim se pode dizer. O fato proporciona, por um lado, a justificativa para o relaxamento da “cláusula do governar sozinho” e, por outro, na visão de que o rodízio pode ser composto por “um” *versus* “dois”, “desde que ‘dois’ não seja uma mera coalizão, mas uma coalescência”. (SARTORI, 1982, p. 216).³⁹

Não obstante, no Canadá o sistema partidário originou outra questão. No ano de 1958, o Partido Conservador obteve 53,6% dos votos, enquanto o Partido Liberal baixou para 33,6%, apesar de os liberais terem vencido oito vezes em onze pleitos (1945-1974). De modo concomitante, houve neste período a atuação de dois partidos menores, o Co-operative Commonwealth Federation (CCF), posteriormente integrado ao Novo Partido Democrata, à esquerda do Partido Liberal, e o Partido do Crédito Social. A presença destes na referida distribuição partidária impediu que qualquer dos dois maiores obtivesse uma maioria absoluta na Câmara dos Comuns. Assim, não houve governos majoritários naquele contexto político-partidário canadense, mas governos minoritários de um só partido. (SARTORI, 1982, p. 217).

Embora estes três exemplos auxiliem na reflexão sobre aspectos que permitem a classificação dos sistemas bipartidários, não parece clara, ainda, a questão sobre a sua mecânica de funcionamento. Conforme Pasquino (1993, p. 1172), nos “sistemas bipartidários, o normal é que os partidos tendam a assemelhar-se, à medida que a competição se orienta para o centro da formação política, onde se encontram os eleitores indecisos”. A competição centrípeta deste formato procura minorar as separações existentes entre os partidos, que disputam o jogo da política mediante moderação responsável. Pressumivelmente, essa competição é compensadora “porque os eleitores indecisos são moderados, isto é, localizados entre os dois partidos, mais ou menos em torno do centro do espectro de opiniões”. Contrariando-se a isso, já não seria compensadora se o “grupo principal de eleitores oscilantes fosse de extremistas não-identificados, isto é, extremistas inclinados a passar da extrema esquerda para a extrema direita e vice-versa”. (SARTORI, 1982, p. 220). O bipartidarismo funciona “quando a difusão de opinião é pequena e sua distribuição se concentra num ponto máximo único”. Logo, ele pressupõe um consenso de opinião, pois “a sua mecânica centrípeta cria o consenso”. (SARTORI, 1982, p. 220). Em suma, a minimização dos conflitos, função atribuída por Bobbio aos sistemas políticos, abre caminho para o consenso existente na mecânica competitiva deste sistema.

³⁹ O termo coalizão contido na passagem do autor pode ser confundido com o substantivo próprio Coalizão, o qual dá nome à aliança entre O Partido Liberal e o Partido Nacional.

No bipartidarismo, os partidos devem ser agências agregativas que mantêm sua quase igualdade competitiva pela fusão do maior número possível de grupos, interesses e reivindicações. Não devemos aceitar sem exame, portanto, a afirmação de que o bipartidarismo pressupõe um conjunto de condições favoráveis, tais como homogeneidade cultural, consenso sobre aspectos fundamentais etc. Se examinarmos o desenvolvimento dos países bipartidários, historicamente, veremos que o bipartidarismo *alimentou* e moldou, em grande parte, essas condições favoráveis. (SARTORI, 1982., p. 221).

Assim sendo, quanto menor a difusão da opinião, mais suave é o funcionamento do bipartidarismo; inversamente, quanto maior a distância ideológica, mais disfuncional é o seu formato. De outro modo, o espectro ideológico mínimo é característica de uma sociedade política com consenso, que pressupõe, embora não garanta totalmente, o seu funcionamento.

Portanto, como distinguir formato e mecânica de um modelo de dois partidos e classificá-lo conforme o seu enquadramento aos critérios anteriormente mencionados, ou a apenas um deles? Ademais, como considerar o modelo brasileiro em meio às explicações da teoria política?

De todo modo, o bipartidarismo brasileiro suscita análises minuciosas. Teve como mentor um regime autoritário, que o implantou de cima para baixo. Formou-se mediante a institucionalização de dois partidos, cujo objetivo inicial era desmantelar o quadro partidário formado ainda no período anterior a 1964, para, em seguida, redistribuir as elites políticas sob o jugo centralista e repressivo deste regime, entre situação e oposição. Neste caso, a antítese que pode existir entre situação e oposição deve ser confrontada com as características dos quadros que os compõem, para ver até que ponto há o consenso entre os partidos em uma configuração restritiva do Estado de Direito. Retomando a questão do bipartidarismo brasileiro, este presenciou seguidas alterações no sistema eleitoral e interrupções no funcionamento legal de instituições legislativas, conforme as manifestações decorrentes dos sufrágios e dos movimentos sociais. Além do mais, conforme consideram alguns autores, enfrentou tendências plebiscitárias em eleições ocorridas nos anos de 1970, principalmente para as esferas federais de poder, com um “sim” ou um “não” ao regime, ao invés de uma maior confiança da sociedade nos partidos. De qualquer maneira, o problema em questão já foi antecipado na introdução deste trabalho. Mas, ainda assim, tais aspectos requerem uma análise própria, mediante atenção, quiçá, redobrada.

1.3 O BIPARTIDARISMO BRASILEIRO E AS RELAÇÕES INTERPARTIDÁRIAS NAS ESFERAS FEDERAIS DE PODER

O sistema de dois partidos foi implantado no Brasil por meio do Ato Institucional nº 2 (AI-2) e do Ato Complementar nº 4 (AC-4) em 1965. Ambos foram impostos pelo regime civil-militar, no qual o primeiro suprimiu o sistema multipartidário existente desde 1946, bem como os treze partidos legais que naquele momento atuavam. O segundo, mais especificamente, criou o bipartidarismo. Como anteriormente indicado, foram fundados a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que deu sustentação partidária ao regime, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a oposição legal.

Na análise, identificamos dois momentos que se atribuem certa distinção nos resultados eleitorais para o Congresso Nacional, com o prevalectimento da Arena até a metade da década de 1970 e o crescimento do MDB de 1974 até 1979. Mediante o exposto, salientamos que o diálogo com a historiografia específica do período permite ainda a inferência de dois questionamentos: a Arena atingiu algum status de partido hegemônico, dominante ou predominante no Congresso Nacional, conforme as conceituações arroladas pela Ciência Política para as três categorias, nestes anos em que se beneficiou da repressão mais voraz do regime? Além disso, que atribuições possuem os partidos de oposição nos sistemas partidários, em especial aos de dois partidos, e de que forma se deu aquela desempenhada pelo MDB nas esferas nacionais da política partidária?

Não obstante, o bipartidarismo apresentou uma ruptura clara no sentido de estruturação do sistema político, na organização dos partidos e nas adaptações das elites políticas nestas instituições. O desafio que se impõe, portanto, é identificar as rupturas e as continuidades apresentadas pelo bipartidarismo, com relação ao sistema partidário anterior e de aspectos característicos da política inerentes à cultura política nacional.

Por seu turno, o historiador José Murilo de Carvalho salienta (2014, p. 131) que o período entre 1945 e 1964 foi a primeira experiência democrática da história do Brasil. O voto foi estendido a todos os cidadãos com mais de 18 anos de idade, homens e mulheres, com exceção dos analfabetos, que compunham uma parcela elevada da população do país. (CARVALHO, 2014, p. 149). A “participação do povo na política cresceu significativamente, tanto pelo lado das eleições como da ação política organizada em partidos, sindicatos, ligas camponesas e outras associações”. (CARVALHO, 2014, p. 150). Houve um amadurecimento democrático inerente à evolução partidária, embora estes aspectos ainda enfrentassem algumas limitações. Conforme escreve David Fleischer (2007, p. 304), até o ano em que o AI-

2 foi instaurado, o Brasil chegou a ter treze partidos representados no Congresso Nacional: três grandes (PSD, UDN e PTB), dois médios (PSP e PDC) e oito pequenos.

[Esse foi] o primeiro período da história brasileira em que houve partidos nacionais de massa, diferentes dos partidos nacionais do Império, concentrados em estados-maiores, dos partidos estaduais da Primeira República e dos movimentos nacionais não partidários da década de 30. Embora sobrevivessem influências regionais, os partidos de 1945 eram organizados nacionalmente e possuíam programas definidos, apesar de muitos se guiarem mais pelo pragmatismo. Eram partidos no sentido moderno da palavra, e apenas necessitavam de tempo para criar raízes na sociedade. (CARVALHO, 2014, p. 152).

No entanto, Maria do Carmo Campello de Souza indica alguns problemas importantes na atuação dos partidos no período multipartidário. Segundo ela (1990, p. 41-42), os principais inseriram-se em uma configuração conjuntural e mantinham traços de continuidade, com relação ao cenário estadonovista. A distribuição partidária se deu por clivagens “anti” e “pró” varguistas em 1945, com o PSD e o PTB instituídos a partir da influência de Getúlio Vargas, pouco antes do fim do Estado Novo, e a UDN, mediante os seus opositores. Em tal distribuição, o PSD foi organizado pelos políticos que se encontravam na liderança das interventorias, isto é, no sistema de dominação unitário integrado por interventores estaduais e municipais varguistas indicados pelo Estado até 1945. Já a UDN, foi formada pelos que haviam sido desalojados deste sistema (SOUZA, 1990, p. 41). Como indica Bodea (1992, p. 15), o PSD representou uma “tentativa de centralizar as forças oligárquicas fiéis a Vargas numa estrutura partidária que tivesse algumas tinturas reformistas e fosse fiel a um programa nacionalista”.

O PTB, por seu turno, foi concebido devido “ao descontentamento dos setores operários urbanos – vinculados à estrutura sindical criada no Estado Novo – e também graças à visão de Vargas da necessidade de mobilizar o voto de massas urbano” em torno de um partido específico, “especialmente voltado para o voto operário”. (BODEA, 1992, p. 15). Para Schmitt (2000, p. 17), o PTB constituiu-se no terceiro maior partido do período entre 1946 e 1964, também chamado de Terceira República, e foi organizado a partir de uma estrutura sindical corporativa, sob uma corrente nacionalista e reformista e por um grupo tradicional clientelista.

Assim como o PSD, a UDN possuía traços de conservadorismo e era ligada às classes dominantes. Apesar disso, o partido “tinha um perfil mais urbano, ligações mais estreitas com o empresariado moderno e com as classes médias das grandes cidades”, enquanto o PSD

mantinha “bases fortes nas zonas rurais, contando com elementos vinculados fortemente aos interesses agrários”, embora esta distribuição não fosse exclusiva. (MOTTA, 1999, p. 93). Defendia majoritariamente posturas liberais, criticando “o excesso de intervencionismo estatal, adotado em nome da proteção da economia e dos interesses nacionais, e posicionava-se a favor da abertura aos investimentos estrangeiros e à entrada do capital externo”. (MOTTA, 1999, p. 94). Além do mais, participou de inúmeros movimentos conspiratórios contra o sistema democrático, como a frustrada tentativa durante a posse de Juscelino Kubitschek em 1955, no processo resultante da renúncia de Jânio Quadros e nas pressões políticas para o impedimento da posse do vice-presidente João Goulart (Jango) em 1961, e, por fim, na fundamental participação no golpe de Estado em 1964. (CHALOUB, 2013, p. 303).

Como destaca Rogério Schmitt (2000, p. 27), partidos que apresentam posturas como as da UDN são denominados de “antissistema” pela Ciência Política, isto é, em “legendas que se opõem não ao governo, mas ao próprio regime democrático”. De todo modo, a UDN teve “uma história marcada por tentativas fracassadas de chegar ao poder através do voto”, abraçando com o passar dos anos a ideia de “intervenção militar como forma de derrotar a forte aliança eleitoral PSD-PTB”. (KINZO, 1988, p. 18). Os dois partidos estiveram juntos por aproximadamente duas décadas, em eleições presidenciais e acordos para a composição de maiorias governamentais no cenário nacional. O movimento “revolucionário”, como destaca Maria D’Alva Gil Kinzo, “destinava-se a possibilitar a esse partido, que havia estado na oposição durante grande parte do período desde 1945, chegar finalmente ao poder”. (KINZO, 1988, p. 18).

Conforme a autora (1988, p. 20), o regime jamais pensou em fechar o Congresso, pois este já havia sido “saneado” pelas cassações, sendo que se encontrava apenas sancionando leis formuladas dentro do restrito círculo do Executivo. Além do mais, o projeto proposto pelo Executivo, que introduziu a nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos, no início de 1965, parecia confirmar as intenções do regime em manter os partidos do período multipartidário em funcionamento. (KINZO, 1988, p. 20). Entretanto, de acordo com Schmitt (2000, p. 29), a “Lei Orgânica de 1965 já sinalizava a intenção do novo regime de reduzir o grau de multipartidarismo na política brasileira”. Segundo este autor (2000, p. 29):

O texto estabeleceu que os partidos então existentes teriam que ser reorganizados, mas sem fixar um prazo para tanto. Para ter o seu registro eleitoral confirmado, cada legenda deveria receber o apoio prévio de listas de eleitores totalizando, pelo menos, 3% do eleitorado que tivesse votado na

última eleição para a Câmara dos Deputados. Esses eleitores deveriam estar distribuídos em 11 ou mais estados, com um mínimo de 2% em cada um deles. Quanto ao desempenho eleitoral propriamente dito, a lei determinava que seriam cancelados os registros dos partidos que, mesmo cumprindo as cláusulas anteriores, não conseguissem eleger pelo menos 12 deputados federais, distribuídos em no mínimo sete estados da federação.

Se, hipoteticamente, apenas a segunda regra tivesse validade, somente cinco partidos (PSD, PTB, UDN, PSP, e PDC) teriam sobrevivido. Contudo, “a lei Orgânica determinou que aqueles dispositivos não deveriam vigorar no pleito previsto para dali a menos de três meses.” (Idem, p 30). Dadas “as manobras do governo para garantir que elementos ‘corruptos e subversivos’ não retornassem ao poder, as eleições de 3 de outubro de 1965 transcorreram em perfeita calma... até a contagem dos votos.” (KINZO, 1988, p. 24). A aliança oposicionista (PSD-PTB) venceu a disputa na Guanabara e em Minas Gerais, exatamente aqueles estados governados por Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, dois dos principais articuladores civis do golpe do ano anterior. A UDN perdeu em 9 dos 11 estados em disputa, já que, nos demais estados, de acordo com o calendário eleitoral, as eleições se realizariam em 1966.

Lucia Grinberg (2009, p. 58) pontua as diversidades de interpretações sobre a eleição de 1965. Segundo ela, ao longo do tempo, foi se consolidando a perspectiva de que o significado desse resultado “entrou para a história como uma vitória da oposição ao movimento de 1964 e, conseqüentemente, uma derrota do governo”. As interpretações posteriores teriam sido influenciadas “pela organização subsequente dos partidos em torno do eixo pró ou contra o movimento de 1964”. (GRINBERG, 2009, p. 58). Em contrapartida, destaca uma correspondência de Aliomar Baleeiro (UDN-BA) a Juracy Magalhães, de 6 de outubro de 1965, que enfatizou a falta de uma “indispensável autocrítica do partido”. Além disso, o próprio Juracy Magalhães teria considerado ter havido uma convivência política; segundo ele, o PSD e o PTB, caso continuassem vivos, manter-se-iam juntos e, assim, ganhariam sempre as eleições. (KINZO, 1988, p. 28; GRINBERG, 2009, p. 59). Desse modo, os resultados eleitorais “também foram interpretados como a continuação de experiências vividas nos últimos vinte anos”. (GRINBERG, 2009, p. 59).

O fato gerou uma intensa crise no governo, embora os candidatos vitoriosos “não fossem, de maneira alguma, elementos ‘perigosos’ da oposição – pelo contrário, iriam facilmente adaptar-se e colaborar posteriormente com o governo Castelo Branco”. (GRINBERG, 2009, p. 24). Setores das forças armadas os viam como ligados ao ex-presidente Juscelino Kubitschek, que tinha intenções em candidatar-se a presidente em 1966,

mas que fora cassado em 1964. Kubitschek retornou do exílio na França no dia da eleição de 1965.

Visando a amenizar a crise, Castelo Branco buscou apoio no Congresso, onde era apoiado por uma base parlamentar formada pela UDN. O grupo denominado “Bloco Parlamentar Renovador”, também reunia, dentre membros de outros partidos, 48 deputados do PSD e 23 do PTB. Entre as solicitações do presidente, estavam presentes várias ações suspensivas, como a “ampliação dos poderes do Executivo, maior controle do governo central sobre os governos estaduais, restrições severas à liberdade de expressão e ação dos cassados, ampliação da jurisdição militar com relação a questões de subversão e de segurança nacional” e a “garantia do controle do governo sobre o [Supremo Tribunal Federal] STF através do aumento do número de juízes”. (KINZO, 1988, p. 25). O governo já havia conseguido passar no Legislativo várias medidas controversas, com o apoio não apenas do Bloco Parlamentar Renovador, “como também dos representantes da oposição, intimidados pela possibilidade de reação dos setores ‘revolucionários radicais’, caso as propostas do Executivo não fossem atendidas”. (KINZO, 1988, p. 25).

Entretanto, as novas medidas do Presidente da República encontraram resistência dos parlamentares e acabaram não sendo submetidas à votação. A crise gerada pode ser vista pelo esboço de descontentamento dos udenistas “com a inexistência, por parte do governo, de qualquer indício de abertura, apesar do teor do discurso oficial”, uma vez que interessava aos principais líderes do partido (principalmente Carlos Lacerda, potencial candidato à eleição presidencial), “depois de realizada a devida ‘limpeza’ na vida política do país, a volta dos civis ao poder”. (MADEIRA, 2002, p. 35-36). Isso enfraqueceu a relação do regime com o Bloco Parlamentar Renovador. Além disso, a crise político-institucional foi aguçada pelo “insucesso do governo (através do Ministro da Justiça) em negociar para o regime um possível apoio do PSD, partido majoritário na Câmara dos Deputados” e pelos debates inflamados nas sessões da Casa, em um contexto cujas “forças oposicionistas detinham uma parcela de poder bem maior do que poderia ser tolerado pelo regime.” Em suma, “as forças de apoio ao governo não eram suficientemente numerosas nem unidas para garantir o respaldo necessário para aprovar as medidas apregoadas” pelo regime. (MADEIRA, 2002, p. 36). Do mesmo modo, essa base não era sólida e estável, e a principal força política de apoio ao regime, a UDN, não tinha vigor para prover sozinha aquela base. (KINZO, 1988, p. 27).

Assim sendo, Castelo Branco “decretou o Ato Institucional nº 2, na manhã de 27 de outubro de 1965”. (KINZO, 1988, p. 27). Segundo Grinberg (2009, p. 59), o presidente decidiu-se pela edição do ato institucional apenas depois da rejeição das emendas no

Congresso e da divulgação dos resultados eleitorais. Conforme as palavras do senador governista Daniel Krieger (1977, p. 198), a “agitação nas hostes revolucionárias vinha num crescendo, desde as eleições”, que apresentou “ascensão de homens ligados ao passado” e, por isso, “gerava um temor de volta dos proscritos e do ressurgimento do clima de agitação extremista, afastado pelo Movimento de 31 de março de 1964”.

Portanto, por meio do AI-2, ficaram outorgados poderes ao presidente para suspender o Congresso, governar por decreto, decretar estado de sítio, dispensar funcionários públicos, cassar mandatos e suspender direitos políticos. Aumentava significativamente o controle do Executivo sobre os gastos do governo, facilitava a aprovação de emendas constitucionais, tornava indiretas as eleições para Presidente da República e, finalmente, extinguiu os partidos políticos existentes.⁴⁰ Segundo Krieger (1979, p. 200), um constrangido Castelo Branco, mais com a extinção da UDN do que com as deliberações do ato em si, assinou-o com a “preocupação de resguardar-se das acusações de usurpador e de ambicioso”, redigindo e incluindo ao texto “dispositivo eliminando a possibilidade de continuar no poder”.

Nos dias que se seguiram ao AI-2, “os jornalistas procuraram os dirigentes e parlamentares dos vários partidos em busca de declarações”, que, por sua vez, “precisavam divulgar, para o eleitorado e também para os seus pares, mensagens sobre o sentido da extinção de suas organizações”. (GRINBERG, 2009, p. 60). PSD, PTB, PSB e PDC divulgaram notas oficiais de repúdio à concentração de poderes no Executivo e do fim dos partidos, enquanto a UDN “foi o único dos grandes que não falou da extinção”. (Idem, p. 60). Para Kinzo (1988, p. 27), essas manifestações não passaram de discursos ocasionais, pois “o receio de ser cassado levou a maior parte dos membros da oposição a optar pelo silêncio como forma de protesto”.

Conforme Grinberg, nem todos os membros da UDN ficaram contentes com a medida de extinguir também o partido que dera sustentação à, segundo eles, “revolução”. Mas as vozes dos que apoiaram a medida ganharam maior destaque, “através de declarações de ‘compreensão’ e de ‘contentamento’ com o governo”. (GRINBERG, 2009, p. 60-61). Segundo relato de Juracy Magalhães⁴¹, “para que a Revolução pudesse ter uma possibilidade de vitória eleitoral, ela precisava partir de uma coisa inteiramente nova”, embora admitisse assistir à morte da UDN com pesar. (GRINBERG, 2009, p. 58; KINZO, 1988, p. 28).

⁴⁰ BRASIL. **Ato Institucional nº 2**. op. cit.

⁴¹ Foi o 34º governador do estado da Bahia, de 7 de abril de 1959 até 7 de abril de 1963.

Pouco depois, foi decretado o Ato Complementar nº 4.⁴² Entre as suas deliberações, no Artigo primeiro consta que:

Aos membros efetivos do Congresso Nacional, em número não inferior a 120 deputados e 20 senadores, caberá a iniciativa de promover a criação, dentro do prazo de 45 dias, de organizações que terão, nos termos do presente Ato, atribuições de partidos políticos enquanto estes não se constituírem.⁴³

Como se pode notar, o AC-4 não menciona a criação de um sistema bipartidário, e sim de organizações provisórias, que teriam o prazo de 45 dias para a formação. Como atesta Schmitt (2000, p. 32), do ponto de vista “estritamente matemático, até três novos partidos poderiam ter sido organizados”, pois deveriam obter 1/3 do total de membros da Câmara e do Senado. Contudo, o escopo era “criar uma estrutura partidária em termos de apoio – ou a ausência deste – ao governo”, agrupando “em um único partido todos os membros do Congresso que endossassem as tendências políticas de sustentação do regime, e em um fraco partido de oposição”. O novo sistema partidário, em rejeição ao modelo de partido único, devido às suas conotações negativas, “constituía a única alternativa para se evitar a ressurreição dos antigos partidos sob diferentes siglas e, em particular dos imbatíveis PSD e PTB, que os udenistas preferiam ver definitivamente enterrados”. (KINZO, 1988, p. 28-29). Desta forma, formaram-se a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), como já indicado anteriormente.

Porém, o processo de formação dos dois partidos não se deu de forma tranquila. Tanto a ARENA quanto o MDB abrigaram alas políticas completamente heterogêneas.

No caso do MDB, o problema inicial foi atingir o número de parlamentares estabelecidos pelo ato complementar nas duas assembleias federais, apesar do esvaziamento que a oposição legal ao regime havia sofrido em decorrência das cassações. (COSTA; GAGLIARDI, 2006, p. 204). Os principais nomes que poderiam compor uma oposição estável foram aliados pelo AI-1, dentre os quais 50 deputados federais e 9 suplentes, sendo 25 do PTB e 12 dos partidos menores, de orientação trabalhista e reformista. Em 1966, houve um novo processo de cassações. Além disso, o partido somente conseguiu atingir o número mínimo de vinte senadores mediante a persuasão de Castelo Branco junto a um senador que iria filiar-se inicialmente à Arena. Conforme Kinzo (1988, p. 29), este senador foi o Sr. Aarão Steinbruck.

⁴²BRASIL. Ato Complementar nº 4. op. cit.

⁴³ Idem.

Em suma, o partido esteve em condição pouco atraente “para aqueles que buscavam pelo menos alguma proximidade com o poder, ou que não queriam correr o risco de ter seu mandato cassado em virtude de algum discurso imprudente”. (KINZO, 1988, p. 29). Basicamente, agrupou políticos contrários ao regime, partindo dos remanescentes do período multipartidário e dos que ingressaram na política após o AI-2, os quais são chamados de “puros”, o mesmo valendo para os arenistas, conforme denominação dada por vários pesquisadores do período aos que iniciaram suas carreiras políticas após 1966.

O MDB absorveu prioritariamente agremiações com bases urbanas e conseguiu se estruturar somente nos estados onde reuniu um número significativo de políticos pertencentes aos antigos partidos dominantes, conquistando um grupo maior de parlamentares, com relação à Arena, somente nas representações estaduais do Rio de Janeiro, Guanabara, Rio Grande do Sul e Amazonas. Isso explica porque o partido venceu a Arena nas eleições legislativas de 1966 nos três primeiros estados mencionados. (COSTA; GAGLIARDI, 2006, p. 204). Contudo, a realidade era a de um partido bastante débil em seus primeiros anos, com funcionamento bastante precário, ao passo que as convenções não passavam de mera formalidade para se preencher os requisitos da Lei Orgânica dos Partidos Políticos. (KINZO, 1988, p. 49-50).

Por seu turno, a Arena enfrentou problemas mais graves. Por causa disso, o prazo estabelecido de 45 dias para a formação dos partidos foi prorrogado para 15 de março de 1966, através do AC-6. A dificuldade era “reunir as diversas tendências de base regional e local que haviam optado por se filiar ao partido do governo”. (KINZO, 1988, p. 30). Em outras palavras, a questão era conciliar, sobretudo, ex-pessedistas e ex-udenistas, além de ex-petebistas, no mesmo partido, em vista das profundas rivalidades de antes. E, para aumentar o problema, em contentar a todos nas convenções que decidiriam os candidatos para as eleições do ano seguinte, especialmente para as disputas aos governos estaduais. Possivelmente, as alas oriundas das extintas organizações não abririam mão de indicar postulantes seus para os pleitos aos executivos estaduais, que em tese seriam disputados por um candidato da Arena e um do MDB. Isso foi resolvido somente “quando se recorreu a um mecanismo que permitia a formação de grupos adversários dentro de um mesmo partido – a sublegenda – para concorrer a eleições locais”. (KINZO, 1988, p. 30). O recurso eleitoral foi criado pelo AC-4, cujo art. 9º do inciso geral dizia: “Para as eleições diretas a serem realizadas em 1966, poderá ser

admitido o registro de candidatos em sublegendas, na conformidade do que dispuser o documento constitutivo de cada organização.”⁴⁴

Segundo Walter Costa Porto (2000, p. 390), a sublegenda foi instituída com base no modelo uruguaio de “Sublema”. Criado em 1910, o recurso da legislação daquele país permitiu que os grupos intrapartidários apresentassem candidato próprio à Presidência da República e a outras funções eletivas, atribuindo-se ao que obtivesse o maior número de votos o total obtido pelo conjunto dos grupos (sublemas) do partido. O autor destaca que as primeiras menções do modelo no Brasil se deram ao final da década de 1940, e durante a de 1950, através das propostas de Raúl Pilla (PL/RS). Para o político, as sublegendas visariam a conceder garantias às correntes minoritárias dos partidos e à coesão destes como um todo, servindo de válvulas para os dissídios.

Entretanto, para o regime autoritário as sublegendas atuavam “como um modo de manter a unidade dos partidos nacionais, na violenta sístole que reduziu (os partidos) a dois, em um bipartidarismo oficial”. (PORTO, 2000, p. 391). Foi, em resumo, uma medida preventiva do regime para evitar a ruína do seu partido político legalmente representante. Em linhas gerais, a ARENA foi formada principalmente por oligarquias locais conservadoras e de posição liberal, dentre as quais constituídas por grupos que preferiram coexistir pacificamente dentro do partido, seguindo uma direção de coesão, e por frações que somente puderam conviver entre si por causa das sublegendas. Esse arranjo, segundo Kinzo (1988, p. 30), “permitiria ao governo testar a viabilidade da nova estrutura e, acima de tudo, testar a capacidade da ARENA de proporcionar o respaldo eleitoral necessário”. Caso o resultado da eleição favorecesse o regime, como de fato ocorreu, “o sistema bipartidário obteria credenciais plenas pelo tempo que conviesse ao regime mantê-lo”. (KINZO, 1988, p. 30). A sublegenda também foi permitida para as eleições municipais, se constituindo como um importante recurso para as articulações políticas, infra e interpartidárias, dos diretórios locais dos partidos. Em vista da pesquisa, elas serão exploradas quando os pleitos majoritários alegretenses forem analisados, no segundo capítulo.

Seja como for, os dois partidos foram organizações criadas de cima para baixo, cujo cenário foi amplamente desigual e em favorecimento da Arena. A distribuição dos recursos financeiros às duas instituições serve como excelente exemplo. Eram duas as fontes financiadoras: a primeira era a contribuição mensal dos membros do partido com mandato político, que eram obrigados a fornecer 3% dos vencimentos fixos do cargo ocupado. Desta

⁴⁴ Idem.

contribuição, 40% ficavam para o Diretório Nacional e 60% para o Diretório Regional do estado do parlamentar. A segunda fonte de recursos vinha da cota recebida do Fundo Partidário, que consistia num recurso advindo basicamente da arrecadação proveniente das multas cobradas dos eleitores penalizados por não terem votado. Além disso, havia uma parte doada pelo orçamento nacional, que era distribuída trimestralmente aos partidos pelo Tribunal Superior Eleitoral. 10% vindos dos recursos da União eram divididos em partes iguais e 90% distribuídos proporcionalmente ao número de representantes do partido na Câmara dos Deputados.⁴⁵

Como o MDB era minoria na Câmara, sua cota era bem menor do que a da Arena, tornando o Fundo Partidário pouco contribuinte para com as suas despesas. Isso sem mencionar o fato, conforme indica Kinzo (1988, p. 53), de que esta cota devia ser distribuída aos diretórios nacional (20%), regionais (80%) e municipais (60% da parte recebida pelos diretórios regionais). Durante as campanhas eleitorais, por exemplo, “as despesas eram cobertas principalmente pelos próprios candidatos, seja lançando mão de seus próprios recursos, seja conseguindo levantar contribuições de seus simpatizantes”, servindo de barreira para o ingresso de postulantes a cargos públicos que tivessem menos recursos financeiros. (KINZO, 1988, p. 54).

Além disso, os fatores mais explícitos para a abordagem sobre os dois partidos são as medidas autoritárias adotadas pelo regime no campo político e os resultados eleitorais para o Congresso Nacional. Esses aspectos permitem a consideração de que o bipartidarismo brasileiro foi artificial. Assim, as principais referências sobre o tema, de Maria D’Alva Kinzo (1988) a Rogério Schmitt (2000), de Bolívar Lamounier e Rachel Meneguello (1986) a Rodrigo Patto Sá Motta (1999), apesar de apresentarem conceituações e metodologias diferenciadas entre si, parecem chegar a um ponto comum, que é justamente a afirmação da artificialidade do bipartidarismo brasileiro.

Não obstante, a artificialidade do sistema é um dos pontos a serem discutidos por este trabalho. Ainda assim, se reconhece que não são poucos os aspectos que corroboram para tal afirmação. O regime pôs em vigor uma nova Constituição em 1967 e apertou a repressão após a instauração do AI-5, devido às efervescências sociais ocorridas ao longo do ano de 1968 e tendo como estopim a denominada “crise Moreira Alves”. Na ocasião, o regime abriu processo de cassação contra o político emedebista Márcio Moreira Alves, devido a um pronunciamento seu no Congresso, que pregava o boicote da sociedade aos desfiles cívico-

⁴⁵BRASIL. Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4740.htm> Acesso em: 15 jan. 2015.

militares na semana da pátria, em setembro. Levado à votação na Câmara dos Deputados, o processo não foi aprovado, por causa da união da bancada do MDB com parte da arenista. O governo, considerando um ultraje o fato de o partido “situacionista” não ter apoiado uma medida sua, como a do referido caso, introduziu na legislação eleitoral a fidelidade partidária, através da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.⁴⁶ A Emenda visou controlar dissidências arenistas em votações legislativas, assegurando o peso da bancada do partido nas deliberações de interesse direto do Executivo. (GRINBERG, 2009, p. 123-130). Os objetivos da fidelidade partidária podem ser interpretados a partir da leitura do artigo 152 da Emenda. Em parágrafo único, sancion

Perderá o mandato no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais quem, por atitudes ou pelo voto, se opuser às diretrizes legitimamente estabelecidas pelos órgãos de direção partidária ou deixar o partido sob cuja legenda foi eleito. A perda do mandato será decretada pela Justiça Eleitoral, mediante representação do partido, assegurado o direito de ampla defesa.⁴⁷

Esta Emenda foi feita através de decreto presidencial, pois o Congresso estava em recesso compulsório desde a decretação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, e assim permaneceu até 21 de outubro de 1969. O primeiro recesso tinha se dado entre 20 de outubro a 22 de novembro de 1966, e o último foi entre os dias 1º e 14 de abril de 1977. Schmitt aponta o “caráter casuístico de toda a legislação partidária promulgada durante o regime autoritário”, que tornou virtualmente impossível identificar, da Lei Orgânica dos Partidos Políticos à Emenda Constitucional nº 11, de 1978 (que também foi dirigida ao funcionamento dos partidos, tal como a Lei Orgânica pioneira, de 1965) “algum propósito coerente de engenharia política, a não ser a manipulação visando à perpetuação artificial do bipartidarismo”. (2000, p. 41).

Mediante esses fatos, a análise de um sistema partidário que promoveu sucessos eleitorais à organização criada para dar sustentação política ao regime autoritário, especialmente até a metade da década de 1970, permite a reflexão sobre os dois questionamentos anteriormente feitos, com relação à colocação da Arena neste sistema e do papel desempenhado pelo MDB como oposição. Com relação ao primeiro, mediante avaliações entre a Arena e os modelos de partido dominante, predominante ou hegemônico.

⁴⁶BRASIL. **Emenda Constitucional nº 1**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_antecor1988/emc01-69.htm. Acesso em: 15 jan. 2015.

⁴⁷ Entretanto, Lucia Grinberg (2009, p. 151) destaca que a fidelidade partidária foi posta em prática “apenas em 1971, quando da aprovação de uma nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos.”

Neste caso, partimos logo para os partidos predominantes, em concordância com Giovanni Sartori. Para ele, o critério que define os dominantes é pouco operacionalizado, embora a ideia seja bastante clara: um partido significativamente mais forte que supera de longe todos os outros. (1982, p. 222). Porém, o autor propõe o uso do termo “predominante”, por ser semanticamente menos forte do que “dominância”, sendo uma palavra mais adequada para o tipo de sistema partidário em questão.⁴⁸ O sistema de partido predominante pertence à área do pluralismo partidário, e nele também se inserem outros partidos, que “não só têm permissão de existir como realmente existem enquanto competidores legais e legítimos, embora não necessariamente eficientes”. (SARTORI, 1982, p. 224). Na realidade, é um sistema no qual a rotação ou a alternância no poder não ocorre, sendo que “o mesmo partido consegue sempre uma maioria absoluta de cadeiras (não necessariamente de votos) no parlamento”. (SARTORI, 1982, p. 224).

O modelo não é fixo, deixando em aberto a possibilidade de o partido deixar de ser predominante quando a sua maioria parlamentar fica aquém de 50%. Esse limite é assim colocado a partir da suposição de que o governo opere – como geralmente o é – à base do princípio de maioria absoluta. Além disso, “três maiorias absolutas consecutivas podem ser indicação suficiente, desde que o eleitorado pareça estabilizado, que o limite da maioria [50%] absoluta seja claramente superado e/ou que o intervalo seja amplo”. Inversamente, se uma dessas condições não se apresentar, o julgamento terá de esperar maior tempo. (SARTORI, 1982, p. 228). Em relação ao bipartidarismo brasileiro, a avaliação testada a seguir é cabível, pois o seu tempo de duração foi de aproximadamente três legislaturas.

Partindo disso, a análise sobre as representações legislativas da Arena e do MDB seguem os resultados das eleições gerais de 1966, 1970, 1974 e 1978, para o Senado e para a Câmara dos Deputados. As distribuições das respectivas bancadas serão mostradas na tabela abaixo, para um melhor entendimento. Mas duas ressalvas devem ser feitas. A primeira se refere ao Senado, pois os mandatos eram de oito anos, sendo que os pleitos preenchiam consecutivamente 1/3 e 2/3 do número de cadeiras, em um total de 68. Assim, temos três composições de bancadas, considerando a duração do mandato: 1966-1974; 1970-1978; e 1974-1979 (legislatura que durou até 1982). A segunda ressalva consiste em considerar ou não a última legislatura, pelo fato de o bipartidarismo ter acabado no ano seguinte à eleição.

⁴⁸ David Fleischer, no artigo intitulado “Os partidos políticos” (2007, p. 307-308), faz mau uso desta categoria, apontando a ARENA como um partido “dominante” conforme o conceito de Sartori, embora este proponha o uso de “predominante”.

TABELA 1 – Distribuição partidária no Senado Federal

		Assentos disputados eleitoralmente			
		ARENA		MDB	
Assentos disputados	Ano	Assentos conquistados	Percentual obtido	Assentos conquistados	Percentual obtido
22	1966	18	81,8%	4	18,2%
46	1970	41	89,1%	5	10,9%
22	1974	6	27,3%	16	72,7%
23	1978	15	65,2%	8	34,8%
		Composição das bancadas			
		ARENA		MDB	
Mandatos (oito anos)		Bancada	Percentual	Bancada	Percentual
1966 – 1974		59	86,76%	9	13,23%
1970 – 1978		47	69,11%	21	30,88%
1974 – 1979		43	64,17%	24	35,82%

Fonte: KINZO, Maria D'Alva Gil. **Número e porcentagem de cadeiras obtidas pela ARENA e MDB no Senado e Câmara Federal, 1966-78.** 1988.p.74.

* Conforme informações de Kinzo e Schmitt, o número total de senadores relativos à legislatura 1974-79 é de 67 e não de 68, como nas anteriores.

** Em 1978, a ARENA elegeu 15 senadores eleitoralmente e 22 de forma indireta, sendo estes últimos denominados “senadores biônicos”.

TABELA 2 – Distribuição proporcional na Câmara dos Deputados

Ano	ARENA		MDB	
	Assentos conquistados	Percentual obtido	Assentos conquistados	Percentual obtido
1966	277	67,7%	132	32,2%
1970	223	71,9%	87	28,1%
1974	204	56,0%	160	44,0%
1978	231	55,0%	189	45,0%

Fonte: KINZO, Maria D'Alva Gil. **Número e porcentagem de cadeiras obtidas pela ARENA e MDB no Senado e Câmara Federal, 1966-78.** 1988.p. 74.

O Congresso era organizado por dois tipos de sistema eleitoral, isto é, um majoritário para o Senado e um de representação proporcional para a Câmara Federal. Nos dois modelos, eram os eleitores, votando em um candidato individual, que contribuíam para definir a ordem em que eram alocados na lista partidária, e não o inverso, através de uma lista cuja ordenação era definida previamente pelo partido. Segundo Kinzo (1982, p. 70), se por um lado esse método tem a “vantagem de dar aos eleitores, e não aos partidos, o direito de escolher os candidatos eleitos por um partido”, por outro lado “tende a tornar o pleito mais individualizado”, levando correligionários a “competirem entre si, ao invés de a uma disputa entre partidos políticos”.

Além disso, antes do pleito de 1966, as bancadas se formaram através da filiação dos parlamentares eleitos pelos antigos partidos. Na composição inicial, a Arena herdou 257 deputados e 45 senadores e o MDB 149 deputados e 20 senadores, proporcionando 62,8% da Câmara e 69,2% do Senado ao primeiro e 36,4% e 30,8% ao segundo. (SCHMITT, 2000, p. 35). Com o acréscimo das composições parlamentares posteriores, a Arena conquistou mais de 50% em todos os pleitos destacados e cumprindo o mínimo de três legislaturas seguidas. Logo, poderia ser considerada como partido predominante, conforme os critérios de Giovanni Sartori, embora a análise esteja restrita ao Congresso Nacional.

Apesar disso, a questão é mais complicada. Do início até o fim do bipartidarismo, a Arena garantiu para a sua esfera de influência todos os cargos de governador de estado e prefeituras dos municípios enquadrados como Área de Segurança Nacional (ASN). Governadores e prefeitos (de ASN) foram escolhidos indiretamente pelas assembleias legislativas estaduais e municipais, com o aval do Executivo Federal e das bancadas arenistas locais. Inúmeras alterações nas regras eleitorais foram feitas, e a ameaça constante de cassação de mandato esteve sempre presente, principalmente entre os emedebistas. Além disso, o resultado da eleição proporcional de 1974, que elevou numericamente a bancada emedebista nas duas Casas Federais, influenciou o regime a modificar o critério de escolha dos senadores para o pleito seguinte, o qual haveria uma renovação de 2/3 do Senado. Assim, o denominado Pacote de Abril (Emenda Constitucional nº 8, de 14/4/1977) alterou significativamente o sufrágio, pois, dos 45 assentos disponíveis, somente 23 foram disputados. Cada estado escolheria eleitoralmente o seu senador, mas um segundo, da Arena, também chamado de “biônico”, seria eleito automaticamente, garantindo a maioria arenista. (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986, p. 73).

Por este motivo, das duas observações feitas anteriormente, aquela referente ao pleito de 1978 necessita de uma atenção especial. Além da presença dos “senadores biônicos”, o

fato de as bancadas terem durado apenas um ano podem distorcer a análise sobre a “predominância” da Arena nas esferas federais, em virtude do fim do sistema bipartidário e da nova distribuição partidária. Embora o fim do bipartidarismo exija considerações que serão mais bem adequadas aos capítulos seguintes, historiadores e cientistas políticos destacam que o partido permaneceu praticamente intacto no posterior Partido Democrático Social (PDS), enquanto o MDB dividiu-se em vários partidos de oposição. Tal redistribuição não se deu de forma monolítica. Como indica Schmitt (2000, p 51), 6 deputados e 2 senadores arenistas ingressaram no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); respectivamente 28 e 4 no Partido Popular (PP), que pouco depois foi assimilado pelo PMDB; e 3 deputados no PTB. Ao mesmo tempo, 22 deputados e 1 senador emedebista ingressaram no PDS; respectivamente 109 e 20 no PMDB; 41 e 4 no PP; 5 deputados no Partido dos Trabalhadores (PT); e 1 sem partido. PDS e PMDB ocuparam a maior parte dos assentos legislativos. Mas pela falta de exatidão proporcionada, no que se refere às três legislaturas seguidas com base superior a 50%, decidiu-se excluir a eleição de 1978.

Todavia, o cenário político-partidário observado feriu de certa forma uma condição crucial para eventuais partidos predominantes serem considerados como tal: a autenticidade das vitórias eleitorais.

Por um lado, a autenticidade das vitórias arenistas nos pleitos ao Congresso não pode ser balanceada pelas fraudes eleitorais. Quanto a isso, registra-se que o processo de votação durante o regime civil-militar consistiu na permanência do título de eleitor adotado a partir de 1956, a partir do qual o eleitor “comparecia à sessão eleitoral, recebia a cédula oficial e dirigia-se à cabine de votação, onde, em sigilo, preenchia-a e, em seguida, depositava-a na urna”. (NICOLAU, 2012, p. 116). Além disso, sabe-se muito pouco sobre as possibilidades de fraudes nos escrutínios. Como sugere Jairo Nicolau, os tipos de fraudes empregados nas eleições do regime civil-militar eram iguais aos já utilizados no Brasil desde os anos 1950 (quando as eleições passaram a ser realizadas mais regularmente): “inscrever o eleitor para votar em mais de uma seção eleitoral, votar com o título de outro eleitor, adulterar os votos durante a contagem, trocar cédulas, adulterar os mapas finais de votação.” Além, é claro, “do uso de violência para inibir eleitores e da ‘compra’ de votos”. (NICOLAU, 2012, p. 118). O autor acredita que elas não tenham sido totalmente eliminadas durante o regime, mas afetaram de forma marginal os resultados das eleições.

Por outro lado, a Arena esteve associada à conjuntura política da época, que lhe concedeu vantagens. Poderia, então, ser enquadrada como um partido hegemônico. Nessa categoria de partido, o hegemônico pode até reconhecer outros grupos políticos, mas estes são

periféricos. São partidos de segunda classe e tolerados, pois não têm autorização para competir com o partido superior em termos antagônicos ou em bases iguais. Em suma, o partido hegemônico não permite a competição formal ou de fato pelo poder. No máximo, ele distribui de maneira discricionária, uma fração de seu poder, a grupos políticos subordinados. (SARTORI, 1982, p. 258-59). Segundo Sartori, constituem uma “variedade de regimes militares indiretos, e/ou de regimes duais militar-civis, para os quais a hegemonia parece representar uma solução ideal”. Nessas condições, o partido é aceito, ou aceitável, como um afrouxamento de uma ditadura até então fortemente coercitiva. (SARTORI, 1982, p. 264).

Ainda assim, o sistema de partido hegemônico pressupõe a falta de competição. Já no de partido predominante, há um critério numérico específico como exigência principal, e a competição, em se tratando do Brasil, ocorreu legitimamente. Com isso, o partido arenista teria sido mais predominante do que hegemônico, pois ao segundo também é pressuposto estar no total controle da situação (que o governo seja partidário), o que de fato não ocorreu. A Arena foi influente em disputas estaduais e municipais, obteve grande envergadura eleitoral, mas não participou efetivamente das grandes decisões do Executivo.⁴⁹

De modo geral, a Arena apresentou alguns aspectos de “predominância” e de “hegemonia”, mas dificilmente pode ser considerada efetivamente como um ou outro. No entanto, várias análises sobre o período parecem coincidir com uma passagem de Giovanni Sartori sobre os partidos hegemônicos, pelo qual destaca que “os [partidos] de fora não se podem tornar nunca partidos de dentro e sua oposição é a oposição consentida”. (1982, p. 260). Neste caso, além de um sistema artificial, é fácil encontrarmos avaliações do MDB como um partido especificamente de oposição consentida. Vale lembrar que a observação é mais uma hipótese do que uma confirmação, e que não consiste no cerne da presente análise. No entanto, permite, no mínimo, uma reflexão do papel desempenhado pelo MDB enquanto oposição legal ao regime.

Para Angelo Panebianco (2005, p. 127), os partidos de oposição precisam de uma organização forte e sólida. Não podem se apoiar na “burocracia estatal, não podem utilizar o Estado e seus aparatos *pro domo sua*, nem dispõem normalmente do abundante apoio financeiro que os grupos de interesse reservam aos partidos governistas”. (PANEBIANCO, 2005, p. 127). O único caminho possível, na maior parte dos casos, para superar a desvantagem na disputa com os partidos governistas, como no caso da Arena, é fortalecer a própria organização, colocando-a em condição de mobilizar com eficácia e continuamente os

⁴⁹ Ver mais em: GRINBERG, 2009, p. 34-35.

defensores do partido. Seguindo a indicação de Panebianco (2005, p. 127), os partidos que “nascem e se consolidam na oposição tendem mais facilmente a se tornar instituições fortes”, e o contrário com relação aos governistas, que tendem a se tornarem instituições fracas.

Distintivamente abordando a atuação do MDB no país, seu desempenho se concentrou mais em questionar a própria existência do regime autoritário, “do que representar ou canalizar interesses de classe”. (KINZO, 1982, p. 10). Ainda que autores cogitem o fato de o bipartidarismo ter sido também implantado para transmitir internacionalmente uma “fachada democrática” ao regime, o objetivo primeiro foi o restabelecimento da democracia, motivos pelos quais permitiram a unificação de forças tão diversas em um único canal de oposição. (Idem, p. 10). Ainda assim, a direção nacional do partido cogitou a autodissolução, como atesta Schmitt (2000, p. 44-45), em virtude do resultado da eleição de 1970 ao Congresso, e ao fato de os arenistas terem denominado o seu partido como “o maior do Ocidente”. No entanto, questões ocorridas a partir da metade da década de 1970, como os problemas causados pelo fim do “milagre brasileiro” no campo econômico,⁵⁰ o crescimento gradativo da insatisfação social à repressão e o início das tratativas conduzidas pelo presidente, à época, recém-empossado Ernesto Geisel, sobre uma abertura política “lenta, gradual e segura”, evidenciaram claros sinais de desgaste do regime, o que refletiu também em seu partido legitimador. Isso porque a Arena sofreu a já mencionada derrota eleitoral em 1974. E o MDB, por sua vez, melhor estruturou-se a partir de então, conquistando maior espaço no campo político. Conforme Kinzo (1988, p. 82), “pode-se afirmar que o MDB, a despeito do fato de ter sido criado artificialmente, acabou por adquirir, com o tempo, a legitimidade para se tornar um autêntico partido de oposição”.

Deste modo, é certo considerar que há uma clareza maior em identificar as rupturas promovidas pelo regime civil-militar no sistema político, especificamente na substituição do sistema partidário e nas constantes alterações no campo político, do que as continuidades entre um sistema e outro. Apesar disso, é possível perceber aspectos assimilados do sistema político anterior pela formatação iniciada em 1966, além de características mais implícitas da cultura política brasileira. Parafraseando o título da tese de doutorado de Rafael Machado Madeira (2006), temos a instigante frase: “*vinhos antigos em novas garrafas*”. Portanto, eis

⁵⁰ Sobre o “milagre econômico”, ver mais em: GIANNASI, Carlos Alberto. **A doutrina de segurança nacional e o “milagre econômico” (1969/1973)**. 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2011.

que a concepção a ser refletida é similar a essa, embora apresentem recortes temáticos diferentes.⁵¹

Anteriormente, foi abordado que a cultura política brasileira pouco contribuiu para o enraizamento efetivo das instituições partidárias. Por seu turno, Lucia Grinberg salienta que a compreensão sobre a Arena e o MDB a partir da visão destes como “grupos constituídos dos indivíduos socializados em organizações políticas anteriores”, de intenso clamor popular na fase anterior ao AI-2 e de significativa atuação durante o bipartidarismo, abrem novas perspectivas de estudo. (GRINBERG, 2009, p. 31-32). No entanto, essa visão evidencia características partidárias personalistas da política do país, ou seja, da influência maior de indivíduos políticos do que dos programas partidários. Maria D’Alva Kinzo registrou essa dinâmica nos pleitos brasileiros em sua análise sobre o Congresso, mostrada anteriormente acerca do sistema eleitoral e das tendências do voto se voltarem ao personalismo dos candidatos. Nesse sentido, uma visão geral do eleitorado brasileiro pressuporia uma característica intrínseca, de expectativas relativas a ações imediatistas pertinentes a variados interesses de ordem pessoal ou de natureza pública. (BONAVIDES, 2003, p. 398-99). Ao mesmo tempo, embora o eleitorado urbano tenha sido fortalecido pela maior concentração industrial nas cidades, sobretudo a partir da década de 1930, o rural ainda se manteve, de certo modo, preso ao poder do chefe político, por intermédio de prestação e contraprestação de serviços, não estando imunes os municípios menores.

Em outras palavras, houve a formação de um eleitorado que teve como base uma cidadania constituída em meio a desigualdades sociais, apesar dos avanços decorrentes dos projetos nacionalistas e progressistas difundidos no período anterior ao regime. Mecanismos de patronagem e de clientelismo permaneceram, mediante a influência de elites rurais e urbanas abalizadas em sistemas de reciprocidade e que também envolveram a conciliação. Somado a isso, tem-se a própria restrição da cidadania a parte da população, pois o regime deu continuidade ao não implemento do sufrágio universal.⁵² Conforme dados mostrados por Alceu Ravanello Ferraro (2002, p. 34), da população superior a 15 anos de idade em 1950, 50,5% eram analfabetas; em 1960, 39,6% eram analfabetos e em 1970, 33,6%.⁵³

⁵¹Em “**Vinhos antigos em novas garrafas: a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro**”, o autor analisa a carreira política dos deputados federais brasileiros eleitos entre 1982 e 2002.

⁵²Sobre a cidadania e as desigualdades sociais, ver artigo de: SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 9, n. 25, jun. 1994. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=212:rbcsc-25&catid=69:rbcsc&Itemid=399>. Acesso em: 10 fev. 2015.

⁵³O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, e teve por objetivo a “alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e

Não obstante a dinâmica do voto, o sistema eleitoral criado durante o multipartidarismo foi mantido, especificamente nos escrutínios legislativos e em suas diferentes esferas (federal, estadual e municipal). Em contraposição, os sufrágios para Presidente da República, Governador de Estado e prefeituras de municípios enquadrados como área de segurança nacional sofreram alterações radicais. Houve ainda uma centralização das grandes decisões no Executivo Federal, cuja Arena pouco participou. Esse centralismo do Estado no Poder Executivo já havia sido identificado por Campello, como um legado do Estado Novo, assimilado pela democracia liberal iniciada após a Constituição de 1946 e na liberal-autoritária difundida pelo regime.

1.4 AS PARTICULARIDADES DA POLÍTICA SUL-RIO-GRANDENSE E ALEGRETENSE: A FORMAÇÃO DA ARENA E DO MDB

O cenário político anterior ao AI-2 no Rio Grande do Sul, visivelmente, apresentou diferenças com relação ao nacional, sendo apontado como singular por alguns autores. Deste modo, não há como discutir as relações de poder entre a Arena e o MDB em Alegrete sem antes abordar a distribuição partidária ocorrida nestes anos anteriores ao bipartidarismo e indicá-la como primordial para a própria constituição dos dois partidos no estado. Pode-se dizer que o epicentro deste aspecto singular foi a estruturação e a envergadura eleitoral obtida pelo PTB sul-rio-grandense nos escrutínios estaduais. Ademais, isso resultou na aproximação de partidos conservadores e liberais por meio de seguidas uniões, denominadas de “Anti-PTB”, para os pleitos estaduais e municipais. Conforme Leônidas Xausa e Francisco Ferraz (1981, p. 146-47), este cenário foi “o mais rígido e constante do país” e se diferenciou do apresentado nacionalmente, que envolveu disputas, sobretudo entre o PSD e a UDN, e a coligação entre o PTB e o primeiro.

Ainda assim, o PSD surgiu no estado como o principal partido, tal como no restante do país, a ponto de ter obtido 57,8% da representação na Câmara Federal na eleição de 1947 e ter conquistado $\frac{3}{4}$ do eleitorado estadual nas eleições presidenciais (71,5%) e senatoriais (73,3%). Reduziu os partidos adversários, na ocasião, a um nível eleitoral nunca superior a 10%. (Idem, p. 66). No entanto, a conjuntura política do estado levou-o a tomar medidas que

adultos”. Sobre o MOBREAL, ver: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-normaatualizada-pl.pdf>. Ou em: PAIVA, Vanilda. MOBREAL: um desacerto autoritário. Síntese, **Revista de Filosofia**, Belo Horizonte: FAJE, vol. 8, n. 23, p. 83-114, 1981. Disponível em: <http://faje.edu.br/periodicos2/index.php/Sintese/article/view/2214/2499>. Acesso em: 12 fev. 2015.

o descaracterizaram, ou, como se referem Xausa e Ferraz, a enfrentar um processo de “udenização”. (1981, p. 151). Em outras palavras, o PSD no Rio Grande do Sul optou por escolhas dissonantes das do diretório nacional, “expresso, por exemplo, no apoio maciço e oficial ao Sr. Juarez Távora [UDN] em 1955 e ao Sr. Jânio Quadros [PTN/UDN] em 1960”. (Idem, p. 151).

Por seu turno, a UDN sul-rio-grandense, mesmo constituída e formada pelos antigos líderes caudilhos chimangos, reconciliados, Antônio Augusto Borges de Medeiros e José Antônio Flores da Cunha, conseguiu em sua primeira experiência eleitoral “apenas 9,4% dos votos [estaduais] para a Câmara Federal, declinando progressivamente para 4,0% em 1958”. (TRINDADE; NOLL, 1991, p. 66-68). Conforme Hélgio Trindade e Maria Noll (1991, p. 66-68), o 10º lugar alcançado no Estado nas eleições de 1947 e o “fato do liberalismo regional concentrar-se, tradicionalmente, no Partido Libertador [PL], inclusive atraindo intelectuais urbanos, de tradição católica, o que foi um fator decisivo, também, no retardamento da fundação, somente em 1954, do partido Democrata Cristão (PDC)”, deu um caráter marginalizado à UDN estadual.

Já o PTB dividiu-se ao longo dos anos em três correntes, conforme enumera Miguel Bodea (1992, p. 20): a sindicalista, a doutrinário-pasqualinista e a pragmático-getulista. A corrente sindicalista originou-se de um desligamento da ala trabalhista do PSD, que tinha como influência José Diogo Brochado da Rocha e que havia sido formada na primeira convenção estadual do partido; o grupo teria fundado o PTB no Rio Grande do Sul. A corrente doutrinário-pasqualinista surgiu de um círculo de intelectuais progressistas, na maioria bacharéis e profissionais liberais, agrupados em torno de um “pensador-teórico”, o advogado Alberto Pasqualini. A terceira corrente, a pragmático-getulista, foi formada por políticos profissionais “oriundos do PSD e que passaram a transferir-se, sob inspiração e orientação direta de Getúlio Vargas, do PSD para o PTB”. (BODEA, 1992, p. 20-31).

Além disso, mostrou progressivo desempenho eleitoral. Se comparado ao resultado obtido em sua primeira eleição legislativa, com modesto percentual de 6,4%, o salto é espetacular: “multiplica por mais de seis vezes sua votação, atingindo o patamar de 40% [ainda em 1947], que se manterá até 1962”. (Idem, p. 68). Acrescenta-se, além disso, o fato de o Rio Grande do Sul ser, à época, o terceiro maior colégio eleitoral do país, atrás somente dos estados de São Paulo e Minas Gerais. Conseqüentemente, a força eleitoral do PTB sul-rio-grandense contribuiu para a alavancada nacional do partido, que também se serviu da ilegalidade do PCB para a obtenção de votos. Como escreve Glaucio Soares (1981, p. 14), “comunistas candidataram-se sob a bandeira do PTB, em outros casos, o PCB, ainda que na

ilegalidade, apoiou ostensivamente candidatos do PTB”. Certamente, segundo Soares (1981, p. 14), “muitos eleitores comunistas dirigiram-se a candidatos petebistas como a menos pior das alternativas existentes”, sendo estes, votos fundamentalmente urbanos, o que reforça o argumento de o PTB tinha a sua base de votos na cidade.

Na avaliação de Trindade e Noll (1991, p. 68), a ascensão vertiginosa do PTB, combinada com a mediocridade dos outros perfis partidários individualmente, estabeleceu “a originalidade do padrão eleitoral do Rio Grande do Sul no período multipartidário de 1945/62.” Em 1950, o PSD, já em fase de “descontaminação” de suas origens varguistas, recebeu “o apoio da UDN a seu candidato ao Governo do Estado, contra a candidatura trabalhista”. (XAUSA; FERRAZ, 1981, p. 151). No ano seguinte, com a adesão do PL, fixou-se “definitivamente a aliança PSD-UDN-PL, na chamada ‘Frente Democrática’ que apoiou a candidatura pessedista do Sr. Ildo Meneguetti, sucessivamente, para a prefeitura de Porto Alegre em 1951 e para o Governo do Estado em 1954”. (XAUSA; FERRAZ, 1981, p. 151). A aliança, que segundo Xausa e Ferraz (1981, p. 151) foi a “matriz da polarização”, continuou em 1958 (contra Leonel Brizola, do PTB) e é levada às últimas consequências na eleição de 1962, quando se somaram à Frente Democrática, rebatizada de “Aliança Democrática Popular”, o PDC, o PRP e o PSP, totalizado seis partidos.

Trindade e Noll (1991, p. 68) salientaram que a cultura político-eleitoral do estado, face à bipolarização acentuada, foi “provavelmente tributária também da cultura política platina onde se digladiavam, desde o século passado, ‘federales’ e ‘unitários’ na Argentina e ‘blancos’ e ‘colorados’ no Uruguai”. Segundo eles (1991, p. 68),

(...) a confrontação PTB/anti-PTB do pós-45, fugindo ao padrão brasileiro dominante, em grande medida, é a reprodução no interior do sistema multipartidário da polarização preexistente, cuja origem histórica configurou-se no estuário da Revolução dos Farrapos, definindo o processo de estruturação das opções políticas regionais. Esse padrão torna mais consistente no Império a competição entre conservadores e liberais e explica, também, na República Velha, o estilo radicalizado do confronto entre conservadores-liderais (federalistas e libertadores) e conservadores-autoritários (republicanos positivistas).

A avaliação dos autores se mostra bastante pertinente, apesar de homogeneizar perigosamente as relações políticas mencionadas, no estado e nas disputas locais; especialmente nas segundas, mediante cenários interpartidários independentes dessa formatação bifurcada. Mas retomando a questão do “Anti-PTB”, Xausa e Ferraz (1981, p. 151) indicam quatro pontos essenciais para a formação das coalizões: (1) partidos pequenos e

médios lançando-se em candidaturas majoritárias próprias e tendo poucas votações; (2) partidos pequenos entrando na coligação buscando afirmação política; (3) acordos transitórios, tendo em vista vantagens eleitorais recíprocas; (4) o crescimento do PTB de eleição para eleição, aumentando o número de partidos que necessitavam unir-se para aspirarem a derrotá-lo. Ademais, Leônidas Xausa e Francisco Ferraz vão considerar, assim como Héglio Trindade e Maria Noll, outro dado específico ocorrido no Estado, desde 1945, nas eleições majoritárias: a sistemática alternância no poder entre Governo e Oposição.

Tal alternância, em uma primeira dimensão, não deixaria, evidentemente, de ligar-se aos fatores gerais que soem traduzir normalmente em voto de oposição os estados de insatisfação coletiva, e com traços específicos da Política e da Administração do Rio Grande subjacentes à tendência consistente à mudança dos grupos no poder. Todavia, em uma segunda dimensão, ao nível dos alinhamentos partidários, estaria a revelar, em tese, e em qualquer sistema, nada mais do que a existência de dois grupos de forças extremamente equilibrados, cada um potencialmente apto do ponto de vista eleitoral a assumir o Governo. (XAUSA; FERRAZ, 1981, p. 157).

Conforme a alternância no Poder Executivo estadual, segue-se uma relação dos governadores do Rio Grande do Sul: Walter Sá Jobim (PSD, coligado com o PRD e o PCB, que seria extinto pouco depois – 1947-51), Ernesto Dornelles (PTB, coligado com o PSDA e o PSP/ 1951-55), Ildo Meneghetti (PSD/ Frente Democrática, 1955-59), Leonel de Moura Brizola (PTB, 1959-63) e Ildo Meneghetti (PSD/ Aliança Democrática Popular/ARENA, 1963-66). (TRINDADE; NOLL, 1991).

No caso gaúcho, como vimos, este se manifesta num período de aproximadamente 20 anos, através do confronto básico PTB-anti-PTB, e, o fenômeno de alternância, não só não infirma, mas precisamente está a explicar, ou se quisermos, é explicada, pelo fato antes apontado de ser cada vez maior o número de partidos que necessita unir-se para, em momentos sucessivos, poder derrotar o PTB. O que a observação revela é que uma tomada de consciência identificando o adversário comum obriga vários partidos a esquecerem passadas divergências, como única forma de vencê-lo e atingir o poder, como em 1954 e 1962, através da “Frente Democrática” e da “Aliança Democrática Popular”. (XAUSA; FERRAZ, 1981, p. 157).

Ao partirem destas observações, Xausa e Ferraz enfatizam o padrão rígido da clivagem; enquanto Trindade e Noll (1991, p. 82) avaliam que este padrão permitiu um acomodamento “menos artificial que nos outros estados” das elites políticas na Arena e no MDB. Seja como for, cabe o questionamento: já havia no Rio Grande do Sul um sistema bipartidário antes de este ter sido implantado legalmente no país?

Conforme Leônidas Xausa e Francisco Ferraz (1981, p. 157), as características apresentadas seriam suficientes para defini-lo, *lato sensu*, como um bipartidarismo. Conforme os autores, como não definir como bipartidária uma estrutura organizada de forma particular, que se diferenciou do restante do país, que se valeu de uma polarização rígida, com alternância de poder (sobretudo para Governador do Estado) e com grupos de forças potencialmente aptos para assumir o Governo? Em suma, a aliança “Anti-PTB” foi constituída por partidos “de direita”, conforme os preceitos do senso comum com relação aos partidos políticos, podendo ser vista como uma das tendências políticas existentes no período, o qual adotou posturas conservadoras e representou o liberalismo no estado, enquanto o PTB encabeçou as tendências trabalhistas. Considerando as características da política do estado levantadas por Trindade e Noll, temos, talvez, um padrão bipartidário natural, conforme as concepções de Maurice Duvenger. Segundo ele, nas opções políticas dualistas:

[Quando há um dualismo político] No simple hay un dualismo de partidos: pero casi siempre hay un dualismo de tendencias. Toda política implica una selección entre dos tipos de soluciones: las soluciones llamadas intermedias se relacionan con una y otra. Esto equivale a decir que el centro no existe en política: puede haber un partido de centro, pero no una tendencia de centro, una doctrina de centro [onde se reúnem os moderados de tendências opostas]. (DUVENGER, 2010, p. 242).

Contudo, de forma alguma esta distribuição apresentada no Rio Grande do Sul pode ser considerada como natural. Houve, em muitos casos, disputas políticas entre elites econômicas, tendo sido o povo comprimido por tais clivagens. Pelo menos até os avanços ocorridos por meio do sistema político adotado logo após a Constituição de 1946, no que concerne à cidadania.

Para tanto, Trindade e Noll (1991, p. 68-69) preferem definir o período em questão como “polarizado” e “dicotomizado”, que, por meio de uma tradição histórica, mostrou um padrão bipartidário, diferentemente do que atestam Xausa e Ferraz. Todavia, a estruturação de cada partido se dava, como não poderia deixar de ser, a partir de estatutos próprios, conforme um modelo nacional. Ou seja, eram instituições políticas independentes umas das outras, cujas coligações, quando formadas, se embassavam em interesses particulares e objetivos comuns dos seus formadores. Assim sendo, mesmo que as uniões “Anti-PTB” tenham sido, relativamente, coalescentes, não representaram uma das forças de um bipartidarismo, que eventualmente teria ocorrido antes do oficial, implantado pelo regime civil-militar. Isso pois, juridicamente, não há como um sistema partidário emergir e funcionar dentro de outro.

Portanto, o “antipetebismo” contribuiu para a formação de coligações originadas mais por brexas do sistema do que por ser uma das forças de um bipartidarismo de fato.⁵⁴

Na composição parlamentar eleita em 1963 para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a última antes do golpe de Estado, sete partidos elegeram deputados. O PTB elegeu 23, seguido do PSD (11), PL (7), Partido Democrata Cristão (4), Partido Republicano Progressista (3), UDN (3), Movimento Trabalhista Renovador (3) e Aliança Republicana Socialista (1). Desta composição, PTB, MTR e ARS tiveram suas bancadas alteradas pelas cassações. Pelo PTB, 12 deputados foram cassados, sendo que, dos 23 assentos conquistados, apenas 19 foram preenchidos pelos suplentes. O MTR e a ARS tiveram um deputado cassado cada.⁵⁵

Por conseguinte, na composição de 1966, o MDB elegeu 28 deputados e a Arena 27, num total de 55 vagas. No entanto, nove foram cassados, diminuindo a bancada do partido para 19. Essas medidas “trouxeram uma grande desolação aos deputados do MDB, e inclusive, foi cogitada a possibilidade de renúncia coletiva aos mandatos, pois a atuação da oposição estava sendo constantemente prejudicada”. (HEINZ, 2005, p. 57). As cassações pautaram muitos debates em plenário. Os emedebistas discursaram dizendo que as medidas se centraram em perseguições políticas, pois não havia acusações de corrupção. Segundo os arenistas, os membros da oposição, “pelo fato de possuir muitos seguidores dos ideais pregados por Getúlio Vargas durante o Estado Novo”, não poderiam estar protestando “pela perda de mandatos, pelo fechamento do Congresso Nacional, nem mesmo pelos excessos cometidos em relação a presos políticos, uma vez que todas essas medidas haviam sido aplicadas com muito mais rigor durante o Estado Novo”. (HEINZ, 2005, p. 57). Com base no AI-5, foram cassados em março de 1969: Darcilo Ivo Giacomazzi, João Brusa Netto, Lauro Hagemann, Mozart Bianchi Rocha, Pedro Gomes Nunes, Rubem Machado Lang e Terezinha Gisela Irigaray Chaise. Em abril, novos nomes foram incluídos à lista: Flávio Antônio Lopes Ramos, Renato Souza. Também em 1969, foi cassado o arenista Ary da Silva Delgado.⁵⁶

⁵⁴ Além disso, Trindade e Noll (1991, p. 73) indicam uma terceira força política no estado, formada pelo PRP e PDC, indicando os riscos da generalização do “PTB vs. Anti-PTB” no estado, como se tivesse existido em todos os municípios do Rio Grande do Sul.

⁵⁵ Todas as legislaturas estaduais do Rio Grande do Sul estão armazenadas na página da internet do “Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul”, disponíveis em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/Informa%C3%A7%C3%B5esParlamentares/Legislaturas/tabid/3543/Default.aspx>. Acesso em: 14 fev. 2015.

⁵⁶ Idem.

TABELA 3 – Legislatura estadual: 1967 – 1970

Resultado eleitoral	
ARENA	MDB
49,09 %	50,09 %
Bancadas após as cassações de 1969	
57,77 %	42,22 %

Fonte: Elaborado pelo autor.

Não houve cassações nas legislaturas “1971-74” e “1975-78”. Na primeira, a Arena conquistou 27 assentos e o MDB 23, num total de 50 vagas. De acordo com Trindade e Noll (1991, p. 76), “o descrédito com relação ao processo eleitoral contribuiu para o aumento do voto nulo e branco” (19,8%) em 1970, no estado. Na segunda legislatura, o MDB, tal como o crescimento em nível nacional, conquistou 33 assentos, e a Arena 23, num total de 56 vagas. No pleito ocorrido em 1978, cujos mandatos duraram até 1982, o MDB elegeu 31 deputados e a Arena 25, num total de 56. Destes, 25 ingressaram no PDS (23 da Arena e dois do MDB), 18 no PMDB e 13 no PDT.⁵⁷

TABELA 4 – Legislaturas estaduais durante a década de 1970

Legislatura 1971 – 1974	
ARENA	MDB
54 %	46 %
Legislatura 1975 – 1978	
ARENA	MDB
41,07 %	58,92 %

Fonte: Elaborado pelo autor.

No caso do Rio Grande do Sul, as eleições de 1974 também servem como parâmetro à análise sobre os resultados eleitorais. Até esta data, a Arena foi favorecida pela conjuntura repressiva do regime, tal como em nível nacional. Antes de 1966, o PTB detinha 54,1% dos municípios do estado; enquanto o MDB passou a dominar apenas 5,7%. A Arena, por sua vez, obteve 40,8%. (TRINDADE; NOLL, 1991, p. 89). Além do mais, entre 1966 e 1978, a ARENA predominou mais nos municípios de populações entre 50 e 20 mil pessoas e nos inferiores a 20 mil pessoas, enquanto o MDB teve maior êxito nos de populações superiores a 50 mil habitantes. (TRINDADE; NOLL, 1991, p. 84).

⁵⁷ Idem.

No entanto, os dados estaduais evidenciam um quadro interpartidário equilibrado, apesar da ocorrência das cassações em dois momentos na Assembleia Estadual. Como anteriormente indicado, por meio de uma observação de Célia Costa e Juliana Gagliardi (2006, p. 204), o MDB sul-rio-grandense conseguiu estabelecer uma base organizada, o que unimos às considerações da Trindade e Noll e de Xausa e Ferraz (1991), para considerar que isso se deu por causa da polarização partidária anterior e da influência do trabalhismo e dos trabalhistas. As alianças “Anti-PTB”, por sua vez, não ocorreram em todo o estado, mas em boa parte dele, assim como em Alegrete e nos demais municípios da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. É possível considerar que o MDB, em virtude da relevância do antigo PTB na região, imporia grandes dificuldades aos diretórios municipais da Arena. Para se ter um exemplo, em 1959 ocorreram coligações envolvendo o PSD, o PL e a UDN em Santana do Livramento e Uruguaiana, para as disputas no Executivo. Em São Francisco de Assis, a aliança teve o acréscimo do PSP, e, em Quaraí, a UDN registrou uma “candidatura solo”; em Rosário do Sul, houve três concorrentes, do PTB, PDC e PL; em Itaqui, a disputa envolveu somente o PTB e o PSD; e em São Borja, houve candidatura única do PTB. Somente em Alegrete e em Quaraí o PTB não venceu neste ano.⁵⁸

Contudo, a questão que se coloca é o impacto desta configuração “PTB vs. Anti-PTB” na formação da Arena e do MDB em Alegrete, para que possamos refletir sobre a representatividade que ambos tiveram no município. Possivelmente as dicotomias partidárias foram mais arraigadas nas eleições municipais, pela maior proximidade entre partidos, políticos e eleitores. Em Alegrete, desde a primeira eleição municipal “pós-Estado Novo”, quatro partidos relevantes participaram das disputas: PL, PTB, PSD e UDN.

No pleito de 1947, por exemplo, o Sr. Arthur Hormain, do PL, sagrou-se prefeito, evidenciando a força local tida pelo seu partido. Na mesma disputa, o PL elegeu 6 vereadores (54,54%), num total de 11; enquanto o PTB elegeu 3 (27,27%), o PSD e a UDN 1 cada (9,09%).⁵⁹ O candidato derrotado, Ruy Ramos,⁶⁰ do PTB, endereçou uma carta à Getúlio Vargas sobre o resultado desta eleição.

⁵⁸RIO GRANDE DO SUL (TRE/RS). Eleições municipais anteriores a 1990. Disponível em: <http://www.tre-rs.jus.br/index.php?nodo=8773>. Acesso em: 10 dez. 2014.

⁵⁹ Números adaptados pela pesquisa das informações extraídas de Danilo Assumpção Santos (2011).

⁶⁰ Ruy Ramos foi posteriormente eleito deputado federal pelo PTB (1951-55; 1959-62). Faleceu por causa de um acidente aéreo, em 20 de setembro de 1962, juntamente com sua esposa, Nehyta Martins Ramos, o médico alegretense Emílio Zuñeda e o Sr. Francisco Brochado da Rocha, ex-Presidente do Conselho de Ministros. Em vida, Ramos foi um dos principais articuladores do partido em nível local. É o que atesta o antigo deputado federal emedebista, também de Alegrete, Aldo Fagundes. Segundo Fagundes, em análise feita no perfil parlamentar de Ruy Ramos, publicado pela Câmara dos Deputados Federal (1991, p. 107), o político deixou o diretório do partido estruturado e organizado.

Conforme é de seu conhecimento, fui candidato aqui no nosso PTB no último pleito. Perdemos a carreira... O outro parrelheiro era de mais “estado”. Saímos na frente e assim corremos um trecho grande da cancha, mas ele nos matou de atrás... Acabou-se o nosso cavalo, quando chegou na campanha, onde impera a força “LIBERTADORA” do fazendeiro, com peões e agregados – o núcleo da resistência reacionária da Fronteira. Em todo o caso, tivemos uma ótima oportunidade de fazer uma ampla pregação de ideias por todos os recantos do município. (DISCURSOS PARLAMENTARES, 1991, p. 107).

Em 1955, no entanto, ocorreu o primeiro registro de união formal entre PL, PSD e UDN, por meio da Ação Democrática Popular (ADP), lembrando que a partir de 1959 ela foi rebatizada para União Pelo Progresso de Alegrete (UPPA).⁶¹ Mas em 1951 já havia uma aproximação destes partidos, oportunidade em que elegeram cinco vereadores em onze assentos legislativos disponíveis, sendo três do PL, enquanto o PTB obteve os seis restantes. O PL local ainda teve um representante na Assembleia Estadual⁶², o Sr. Heitor Galant⁶³, entre 1951 e 1963. Galant era um dos editores do Jornal *Gazeta de Alegrete*, periódico abertamente ligado aos libertadores e que prestara, posteriormente, apoio ao regime civil-militar. No sufrágio municipal de 1955, essa vantagem numérica do PTB na Câmara aumentou. Das mesmas onze vagas, sete vereadores elegeram-se pelo partido, junto com o candidato a prefeito, Waldemar Borges.⁶⁴ Nos dois pleitos seguintes, em 1959 e 1963, o PTB elegeu seis vereadores, contra cinco da ADP e da UPPA, respectivamente, embora tenha perdido a disputa majoritária no primeiro, mediante a vitória do libertador Joaquim Fonseca Milano; em 1963, o prefeito eleito foi o petebista Adão Ortiz Houayek, que teve o mandato estendido até 1968.⁶⁵

De modo geral, houve no Executivo alegretense um breve período de alternância de poder, com Waldemar Borges (PTB), Joaquim Milano (UPPA) e Adão Houayek (PTB/MDB), respectivamente em 1955, 1959 e 1963. Na Câmara, as bancadas tiveram um número percentual de 54,54% para o PTB e 45,45% para a UPPA em 1959 e 1963, e de 63,63% para o PTB e 36,36% para a ADP/UPPA em 1955. Com o regime civil-militar em vigor, os

⁶¹ ASSUMPÇÃO SANTOS, Danilo. **Câmara Municipal de Alegrete**: 180 anos. Alegrete: Gráfica Universitária. 2011. p. 173.

⁶² Cf. HEINZ, Flávio M., 2005, p. 92-96.

⁶³ Galant era um antigo político libertador que fora vereador entre 1935 e 1937 (legislatura interrompida pelo início do Estado Novo) pela Frente Única. (ASSUMPÇÃO SANTOS, 2011, p. 171).

⁶⁴ Cf. ASSUMPÇÃO SANTOS, Danilo, 2011. p. 174.

⁶⁵ RIO GRANDE DO SUL. **Tribunal Regional Eleitoral**. Eleições municipais: 1959; 1963. Sobre o pleito de 1959 deve-se fazer uma importante ressalva. No arquivo referente ao pleito extraído do site oficial do TRE/RS, aparecem na candidatura da UPPA apenas o PL e o PSD. Isso não quer dizer que a UDN estivesse de fora, pois o vice da “chapa” era pessedista. Outra informação que comprova isso é a indicação do Sr. Manoel Antunes, eleito vereador e um dos mais destacados líderes udenistas, como pertencente da “União.” Haveria a formação de três bancadas (PTB, UPPA e UDN) caso tivesse ocorrido, de fato, a separação dos udenistas.

integrantes da bancada petebista ingressaram no MDB e os da UPPA na Arena. Isso pode também ser verificado pela comparação das listas de candidatos apresentadas por cada organização partidária nos pleitos de 1952 a 1976, com as principais lideranças e antigos membros da ADP/UPPA e do PTB que se mantiveram na política, apresentando certa fidelidade para com a Arena e o MDB.⁶⁶

Além disso, vários aspectos do período bipartidário em Alegrete foram semelhantes aos da distribuição “PTB vs. Anti-PTB”. Em primeiro lugar, os dois partidos assimilaram as bancadas eleitas na eleição de 1963, sendo que os vereadores originados do PL, do PSD e da UDN, em momento algum, nas atas das sessões da Câmara Municipal, são vinculados com os seus partidos de filiação. São mencionados como pertencentes à bancada da UPPA, o que indica uma presumível estabilidade ou coesão desta organização. Em segundo lugar, a Arena e o MDB herdaram estruturas partidárias praticamente prontas da distribuição multipartidária, uma vez que o primeiro se valeu de modo considerável da organização do PL. Essa observação reflete diretamente com a presença dos antigos políticos nas duas organizações e da referida fidelidade que tiveram, e, sobretudo, com um terceiro aspecto, embasados nos resultados eleitorais. Por duas décadas e meia, as votações finais alcançadas pelos partidos na Câmara Municipal mantiveram percentuais parecidos. Esse terceiro aspecto pode ser mais bem observado através da tabela a seguir:

TABELA 5 – Dados eleitorais comparativos: eleições municipais alegretenses (1951-1976)

1951		1955		1959		1963	
PL, PSD e UDN	PTB	ADP	PTB	UPPA	PTB	UPPA/ARENA	PTB/MDB
45,45%	54,54%	36,36%	63,63%	45,45%	54,54%	45,45%	54,54%
1968		1972		1976			
ARENA	MDB	ARENA	MDB	ARENA	MDB		
45,45%	54,54%	47,05%	52,94%	52,94%	47,05%		

Fonte: Elaborado pelo autor.

⁶⁶ Nesse caso, é possível identificar os antigos líderes petebistas que formaram uma comissão que se destinou a organizar o MDB em Alegrete, conforme dados do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE/RS). Foram eles: Waldemar Borges, João Bicca de Freitas (quando foi vereador, seu nome é assinalado como João Oliveira Freitas), Vasco Alves Pereira, José Guedes do Canto (no referenciado documento está escrito erroneamente José Guedes do “Couto”) e Cassiano Pahim da Motta. Há ainda as citações de Aldo Fagundes e Adão Faraco, que, talvez por excederem o número de pessoas componentes do grupo, tiveram os nomes excluídos da lista enviada ao TRE/RS. Ainda assim, todos esses homens, com exceção de Borges e Pereira, conquistaram cargos eletivos pelo MDB entre 1966 e 1979, embora o primeiro, que já havia sido prefeito, tenha sido presidente do diretório local no início dos anos de 1970. Cf. “Pedido de Registro de Comissões Interventoras: MDB”. Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE/RS).

Desse modo, o MDB elegeu o prefeito em 1968 e 1972, além de ter conquistado uma vantagem numérica mínima de seis vereadores contra cinco da Arena na primeira (54,54% e 45,45%, respectivamente) e de nove contra oito na segunda (52,94% e 47,05%), quando o número de assentos legislativos foi aumentado para dezessete. Em 1976, a Arena reverteu a vantagem emedebista, elegendo o prefeito e nove vereadores. Apesar de o MDB ter vencido no período mais repressivo do regime e a Arena, por sua vez, ter conquistado a vitória somente na segunda metade da década de 1970, os escrutínios dos pleitos municipais foram amplamente disputados.⁶⁷ Por outro lado, a política alegretese teve pouca expressão em nível estadual, mediante a participação de políticos do município na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Somente conseguiu eleger Aldo Fagundes (PTB/MDB)⁶⁸ em 1963 e Joaquim Milano (Arena) em 1970, embora este só tenha assumido por causa da suplência conquistada.

Como mencionado, o MDB herdou a influência conquistada pelo PTB no estado, e abrigou diferentes forças políticas, dentre as quais formadas por trabalhistas, comunistas e todos aqueles que, de uma forma ou de outra, eram contra o regime civil-militar, não deixando de lado tradições familiares. O partido manteve grande parte do eleitorado do antigo PTB, que se concentrava basicamente na zona urbana de Alegrete, além de estar mais próximo aos sindicatos e de comunidades de bairro.⁶⁹ Não se pode deixar de lado, também, os votos nulos ou brancos, que poderiam servir de rejeição aos candidatos lançados aos pleitos ou protesto com relação ao regime autoritário.

Por outro lado, os partidos formadores da ADP/UPPA tinham bases rurais, sobretudo os ligados ao PL.⁷⁰ A este partido também se uniam antigas tradições caudilhistas maragatas, no qual os antigos líderes ainda vivos na época de atuação da Arena, bem como os seus filhos e demais familiares, vincularam-se. Alguns depoimentos discutidos nos capítulos posteriores mencionam fragmentos da tradição chimanga na UDN local.⁷¹ Em suma, os votos arenistas concentravam-se nas “urnas do centro da cidade e na zona rural, com exceção do Passo Novo; o Durasnal era o seu maior reduto”.⁷²

⁶⁷ Em vista dos objetivos da pesquisa, preferimos analisar de melhor maneira os resultados finais de cada pleito majoritário (1968, 1972 e 1976) no capítulo dois.

⁶⁸ Posteriormente foi eleito Deputado Federal pelo MDB, permanecendo no cargo entre 1967 e 1983.

⁶⁹ Informações extraídas dos depoimentos dos ex-políticos emedebistas Adão Faraco, Airton do Amaral e Eleú Meneses.

⁷⁰ Cairíamos em erro caso dividíssemos o eleitorado, de forma homogênea, entre rural (Arena) e urbano (MDB). A categoria é simplista, embora não esteja totalmente errada. Além do mais, todos os entrevistados da pesquisa confirmaram esta polarização, que não era completa, mas que formavam, de fato, as bases eleitorais dos partidos.

⁷¹ De acordo com Luiz Félix: “Na zona rural, o PL e UDN eram os [partidos] que tinham mais votos. Era a velha rixa de Maragatos e Chimangos”. **depoimento** [fev. 2013]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga

⁷² Idem. Outra informação importante é buscada em José Murilo de Carvalho. Segundo ele (2014, p.176), o eleitorado rural apoiou o regime em “todas as eleições”, pois “a legislação social contribuiu para reforçar essa

Alguns fragmentos do depoimento prestado à pesquisa por Luiz Félix, que foi candidato a vereador em 1972, elucidam algumas questões interessantes acerca do voto e de certo clientelismo existente, conforme a cultura política da época.

Participei dos comícios da nossa sublegenda, bairros e dois no centro. Os grandes comícios eram na zona rural, onde o partido era mais forte. Sempre com muito churrasco, como era a tradição. (FÉLIX, depoimento, 2013)

Félix, que na época era professor, conta que em 1972 “era pouco conhecido no município, sem reduto eleitoral”.

[Eu] Visitava as vilas, principalmente a Ibirapuitã, onde era mais conhecido. Não tinha carro, fazia tudo a pé. Naquele tempo não era obrigado tirar licença eleitoral, trabalhava e fazia visitas à noite e fins de semana. Fui em alguns comícios no interior. Minha plataforma era pela Educação. Ganhei 200 santinhos, tipo calendário de bolso e 300 panfletos, de péssima qualidade. No dia da eleição, um amigo emprestou-me um carro para trabalhar, pois naquele tempo se levava o eleitor para votar. Todos queriam mordomia. Não gastei nada a não ser conversa e sola de sapato. (FÉLIX, depoimento, 2013)

Em meio a isso, a Arena teve ao seu favor não apenas o discurso oficial difundido pelo regime, contra a subversão e o comunismo.⁷³ Teve o apoio das elites vinculadas ao agronegócio, bastante influentes em toda a região da fronteira oeste. No caso de Alegrete, desde o século XIX a sua economia esteve baseada na pecuária, chegando a ter, em 1970, um rebanho bovino de 500.000 cabeças, destinado ao corte, e uma numerosa criação ovina de 980.000 cabeças. (Alegrete, Plano Diretor, 1971). Segundo o editorial do jornal *Gazeta de Alegrete*, num texto datado de 1976, a representatividade do gado para o município foi classificada da seguinte forma: “o gado é nossa fortuna. As origens do Rio Grande, a formação sociológica e a riqueza nossa repousam séculos sobre o negócio de pecuária. Não vejo razão para desprezá-la”.⁷⁴

No entanto, após a segunda grande guerra mundial houve uma mudança econômica significativa, coma inserção do cultivo do arroz e a consequente divisão de espaço com a tradicional pecuária. Introduzido no município por famílias de imigrantes italianos a partir das

tradição”. Como a previdência rural não onerava os proprietários e não se falava mais em reforma agrária, também eles tinham motivos para apoiar o governo.

⁷³ Alessandra Gasparoto (2012) aborda em seu trabalho as retratações públicas de ex-militantes de esquerda que haviam participado de atividades de resistência relacionadas à luta armada. A autora destaca a preocupação do regime em construir uma imagem positiva de si para a sociedade brasileira e internacional, buscando legitimidade ao difundir o combate “necessário” contra a subversão, o comunismo e o terrorismo.

⁷⁴ BASTIDORES. *Gazeta de Alegrete*, Alegrete, n. 121, 7 out. 1967. Brasil, p.1.

décadas de 1940 e 50, e através de uma melhor organização, por meio de cooperativas, o grão ultrapassou o mercado pecuarista em rentabilidade.⁷⁵ O censo agrícola de 1960 revela dados relevantes sobre a melhor organização das lavouras de arroz. Os dados mostram que 681 áreas eram usadas para atividades de agricultura e agropecuárias, enquanto 7.724 eram exclusivamente propriedades voltadas à pecuária. Dos 701.804 Km² do território do município, havia um total de 2.018 estabelecimentos, sendo que 1.840 eram de propriedade individual.⁷⁶

Sobretudo, a presença do latifúndio faz-nos refletir sobre uma situação dupla, como destaca Mauro Aseff (2008, p. 31) em estudo sobre Santana do Livramento: famílias influentes do latifúndio rural, detentoras do status de ricas dentro da esfera local e que, ao longo do tempo, pouco investiram no desenvolvimento do município. Soma-se a isso, segundo o autor, a subordinação social e os traços do caudilhismo que havíamos anteriormente mencionado, que os alinhavam por meio de pressão os seus interesses de classe.

Essas atividades econômicas rurais passaram por processos de melhoramento tecnológico ao longo das décadas de 1950 e 60, que resultaram na substituição de parte da força de trabalho humano pelas novas técnicas e maquinários implantados. Com o potencial desemprego rural, muitas famílias migraram para a cidade; situação ocorrida em todo o país. Nesse período, pela primeira vez a população urbana ultrapassou a rural. Segundo Silva (1990, p. 351)

[...] o período entre 1950 e 1980, ocorre o mais intenso processo de modernização do Brasil [...] [que] verificam-se em todos os setores da vida brasileira, com alterações estruturais importantes e definidas, [...] como a inversão da relação campo/cidade, onde a população urbana, em 1950, representava 64% da população total e a população urbana 36%, passando, em 1980, a primeira para 33% e a segunda para 67% da população total.

De acordo com Milton Santos (1994, p. 20), o Brasil, que foi um país agrário durante séculos, viu a sua população urbana passar dos 10,7% em 1920 para 65,10% em 1980. A grande guinada foi, sem dúvida, a metade do século XX. Em Alegrete, a população urbana ultrapassou definitivamente a rural nos anos de 1960.

⁷⁵ BRAGA, Diego Garcia. **Anos de chumbo na fronteira oeste sul rio-grandense**: a ditadura militar em Alegrete (1964 – 1974). URCAMP: 2010. TCC de graduação em História.

⁷⁶ BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Censo 1960.

TABELA 6 – Dados populacionais alegretenses

CENSO 1940			CENSO 1950			CENSO 1960		
Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
38.949	16.686	22.263	43.426	20.119	23.307	54.627	34.571	20.056
CENSO 1970				CENSO 1980				
Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
65.030	46.077	18.953	69.472	55.598	13.874			

Fonte: IBGE.

O resultado dessa migração populacional foi o “inchaço” das cidades, isto é, o crescimento desordenado, pois a falta de infraestrutura adequada para receber os migrantes resultou no aumento do número de periferias e do desemprego. O plano diretor alegretense elaborado em 1970, por exemplo, mostra que “na zona periférica da cidade”, existiam “ranchos e casebres que, pela falta de recursos de seus moradores, constituem grave problema de saúde pública e socioeconômico do município”⁷⁷ O aumento da população urbana em Alegrete fez surgir entre 1964 e 1968 várias vilas em áreas invadidas e alguns loteamentos sob o financiamento do Banco Nacional de Habitação (BNH), como os bairros Vera-Cruz, Vila Prado e as vilas Kennedy, Novo Lar e Piola.⁷⁸

Do ponto de vista dos partidos, uma questão era captar para si os votos partidários destas novas parcelas populacionais recém estabelecidas na cidade. Possivelmente, muitas dessas pessoas vindas do campo já haviam enfrentado inferências sobre concepções políticas acerca da Arena, e teriam, de uma forma ou de outra, maior contato com o MDB enquanto residentes da cidade. No entanto, Airton Amaral, em depoimento à pesquisa, diz que durante os anos de 1970, o grande eleitorado urbano emedebista – ou “eldorado eleitoral” como ele se refere – eram os bairros Macedo, Vila Nova e Vila Fronteira Oeste, enquanto a zona leste era da Arena, basicamente bairros formados por grande contingente de pessoas vindas da zona rural, principalmente o Bairro Capão do Angico. (AMARAL, depoimento, 2014).

Os dois partidos, em nível de Alegrete, se valeram dos aspectos mantidos da configuração partidária anterior. No caso do MDB, ao assimilar a estrutura política do PTB e na influência personalista das suas principais lideranças; a Arena, ao se amparar em questões

⁷⁷ ALEGRETE, Plano Diretor, 1971, p.12.

⁷⁸ “Piola” era o apelido do prefeito emedebista Adão Ortiz Houayek, que administrou Alegrete em duas oportunidades (1963-1968 e 1972-1976).

do próprio regime autoritário e na influência tida pelos grupos econômicos ligados ao partido. Ainda assim, as disputas intrapartidárias foram acentuadas, sobretudo nos anos de 1970.

Na Arena, observaram-se relações próximas com as elites militares oriundas dos quartéis do município, sendo que o Exército procurou evitar ações ríspidas à sociedade, o que de modo algum quer dizer que não tivessem ocorrido em Alegrete atos repressivos. O regime estabeleceu aliança com a Arena local, de modo que proporcionasse o êxito de interesses comuns às duas partes; e outros objetivos particulares, como se valer do apoio do Exército para conquistar poder político.

Mediante os fatos ocorridos no município, sugere-se que o regime bipartidário não foi artificial, assim como os partidos políticos. O termo significa algo não natural, sintético, postiço e factício, transmitindo a ideia de que a Arena e o MDB tiveram muito pouca serventia para com a política nacional e que foram partidos totalmente subjugados pelos militares, com utilidade apenas para acomodar elites políticas apoiadoras e contrárias ao regime. Todavia, a partir dos nossos dados empíricos, é possível questionar essa artificialidade. Em Alegrete, objeto de análise do presente estudo, a Arena e o MDB não foram os partidos “do sim e do sim, senhor”, tampouco este segundo teve o papel de “oposição consentida”, como generalizaram alguns dos autores até aqui mencionados. O campo político local assimilou características de continuidade, com as mesmas elites políticas atuando nos dois partidos e estabelecendo – ou procurando estabelecer – vínculos com os eleitores, e estes, orientando-se através das siglas criadas em 1966.

A questão a ser refletida, portanto, é avaliar até que ponto a Arena e o MDB tiveram autonomia para estabelecer suas estratégias políticas em meio à presença do regime civil-militar, e, assim, verificar de que forma canalizaram os variados interesses sociais no município de Alegrete, e como isso refletiu no campo eleitoral. Esses aspectos serão tratados no capítulo seguinte.

2. A ARENA E O MDB ALEGRETENSES FRENTE AO CAMPO ELEITORAL

As apreciações a respeito do sistema bipartidário extraídas das análises empíricas sobre as relações entre a Arena e o MDB nos grandes centros urbanos, bem como nas esferas federais e estaduais da política, em contraponto às esferas locais, como em um município como Alegrete, suscitam um problema de escalas de observação. Não se trata, no entanto, de pensar o micro em total detrimento do macro; mas uma forma de explorar as inconsistências dos sistemas normativos, como indica o historiador italiano Giovanni Lévi (2000; 2011). Ou, no caso da pesquisa, de apontar a partir da experiência alegretense, que o sistema partidário adotado pelo regime não foi necessariamente um modelo rígido, homogêneo e artificial.

Dialogamos, no primeiro capítulo, com algumas teorias de Giovanni Sartori acerca dos sistemas bipartidários, uma vez que esse referencial, sem dúvida alguma, propicia excelente caminho para a discussão sobre o modelo partidário brasileiro. Mas, por outro lado, tais concepções teóricas não dão conta da explicação da singularidade desse modelo. Além disso, em Alegrete, os resultados eleitorais foram diferentes dos da conjuntura nacional, o que deixa a análise ainda mais complexa. Dos pleitos municipais de 1968, 1972 e 1976, o MDB venceu as disputas executivas e legislativas nos dois primeiros, exatamente no período mais repressivo do regime, no qual a Arena, em nível nacional, foi pujante. Em 1976, esse cenário foi invertido, com a vitória da Arena, numa época de crescimento nacional do MDB. Não obstante, esses resultados evidenciaram uma contrariedade com relação aos das esferas federais, muito por causa da conjuntura político-partidária anterior ao início do regime, que foi fundamental para a formação dos diretórios locais da Arena e do MDB, bem como para o acirramento dos pleitos.

Com base nisso, o capítulo é estruturado a partir de três abordagens, sendo a primeira voltada a verificar aspectos ocorridos na sociedade local durante os primeiros anos do regime autoritário. Em segundo lugar, os estudos centram-se nos partidos frente ao campo eleitoral, isto é, na envergadura partidária da Arena e do MDB nos pleitos alegretenses, assim como nos resultados das urnas municipais relativas às eleições gerais, comparando-os com os dados estaduais e nacionais. Finalmente, a última destaca os partidos frente ao advento das sublegendas, dando-se atenção às articuladas visando às disputas para o Executivo de Alegrete. Neste caso, a forma pela qual ocorria o escrutínio com sublegenda denota uma análise específica; portanto, serão problematizadas a partir da sua importância para as eleições municipais durante o regime civil-militar. Sumamente, as análises serão centradas em dois questionamentos norteadores: de que forma a presença do regime autoritário influenciou sobre os

resultados eleitorais alegretenses e o que as sublegendas representaram para o regime e para a política local?

2.1 OS PRIMEIROS ANOS DO REGIME

A presença do Exército foi massiva em Alegrete, pois, durante o regime, quatro quartéis e um hospital militar estavam instalados na zona urbana do município, para uma população de aproximadamente 50 mil habitantes. Esse número é significativo, em vista do impacto da onipresença militar na sociedade local.

Baseado em tal perspectiva, percebeu-se em Alegrete uma dicotomia entre as formas de legitimidade desenvolvidas pelo regime e a repressão a indivíduos e grupos sociais organizados. Neste sentido, é defendida a concepção de que as elites militares, econômicas e políticas estabeleceram alianças por meio de interesses comuns e particulares. Aos militares, era necessário manter o ordenamento social previsto pelo próprio regime, e isso foi feito a partir da perseguição de “subversivos” e pela infiltração em grupos e entidades locais. Já às elites civis, econômicas e políticas, imbricadas e representantes inicialmente da UPPA, e da Arena a partir de 1966, era vital enfraquecer significativamente o grupo político opositor.

Todavia, a violência estatal não foi generalizada em Alegrete. Agiu-se sobre pessoas e grupos específicos.⁷⁹ Sem embargo, as informações sobre essas pessoas são esparsas e compõem um arquivo desparelho de informações sobre as mesmas. Mas é possível percorrer alguns casos para se entender, pelo menos em parte, a repressão que foi imposta à sociedade alegretense.

Carlos Eroní Carús e Cassiano Pahim da Motta eram políticos do PTB e foram presos por manterem um discurso forte contra o regime. Além disso, Carús era vereador, mas acabou renunciando o mandato em 1965, após a segunda detenção. Outro petebista, João Antunes, foi candidato a vereança em 1963 e sofreu durante a campanha acusações de ser comunista, juntamente com o Sr. Carús, em vista do pânico que essa palavra gerava em municípios

⁷⁹ Acerca disso, são relevantes dois depoimentos prestados à pesquisa, dos senhores Carlos Lopes e Rui Neves, antigos militantes do PCB e do PC do B. Embora não tenham lembrado o sobrenome de todos, os dois relembram algumas pessoas que foram presas durante os primeiros dias de abril de 1964: Amadeu Pereira, Gregoriano, Pedro Siqueira, Luís Afonso, José Ângeli Sobrinho, Paulo Lopes, Sandoval, Emilio Lopes (pai de Carlos Lopes), Eroní Carús, Timóteo Bombach, Valentin Trindade, Policarpo Pereira da Costa, Cassiano Pahim da Motta, João Antunes. Posteriormente, um grupo entre 15 e 20 pessoas aproximadamente, foi levado ao DOPS, em Ponto Alegre; entre eles: Cassiano Motta, Valentin Trindade, Policarpo Pereira, Luís Afonso Almeida, Eroní Carús, Paulo Lopes, Timóteo Bombach, Honório. De acordo com o Sr. Lopes, o grupo foi mandado de volta para Alegrete após se constatar que os integrantes não tinham a alta periculosidade prevista nos relatórios. Cf. LOPES, Carlos: **depoimento** [set. 2010]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga; NEVES, Rui: **depoimento** [nov. 2010]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

interioranos. Antunes havia tido uma destacada elevação profissional, ao conquistar o primeiro lugar num concurso público para o Banco do Brasil. Ajudou a formar o Sindicato dos Bancários local e foi preso pelo Exército justamente por militar nessa associação. Não obstante, logo em seguida foi movida contra ele uma carta de demissão, entregue intencionalmente no dia de seu aniversário, em junho de 1964, como presente pela data.⁸⁰

Sua irmã, Maria Ignácia Antunes, também sofreu problemas nas atividades profissionais. Era professora de História no Instituto de Educação Oswaldo Aranha, a maior escola pública de Alegrete. Segundo ela, visou-se o impedimento de sua docência, através da ação do diretor-interventor Carlos Grande,⁸¹ quem tentou barrar a professora por ser “irmã de comunista”, sendo também uma comunista, conforme a acusação sofrida.⁸² Em outra oportunidade, Carlos Grande teria elaborado à professora uma extensa carga horária: “durante o período da manhã, eu lecionava no [Colégio] Marquês de Alegrete e no restante do dia, no Oswaldo Aranha. Pela tarde, atendia turmas do ginásio e, à noite, na científica e na clássica”.⁸³ Nas aulas referentes ao turno da tarde, teria sido posta na disciplina de Língua Portuguesa, para substituir outra professora. Entretanto, os vencimentos dessas aulas foram repassados à docente substituída, pois, segundo Carlos Grande, Maria Ignácia não poderia receber três vencimentos, embora a pessoa gratificada em seu lugar não lecionasse durante o período em questão.⁸⁴ Maria Ignácia recorda que as aulas eram vigiadas, sob a justificativa de o professor doutrinar os jovens à subversão, e essas posturas “inadmissíveis” de certos docentes, culminavam em reclamações/acusações dos pais dos alunos. Segundo ela, “muitos professores foram prejudicados”, mas alguns colegas, bem como integrantes de direções de escolas, orientavam determinados dissentes a serem indisciplinados propositalmente nas aulas ministradas por aqueles considerados subversivos e/ou comunistas.⁸⁵ Em uma das formas de pressão direcionadas à Maria Ignácia, a diretora Cecília Leal utilizava-se de um gravador para registrar as aulas do lado de fora da sala e era identificada pelo barulho feito pelos sapatos salto-alto que usava.⁸⁶

⁸⁰ ANTUNES, Maria Ignácia: **depoimento** [out. 2010]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

⁸¹ Idem.

⁸² Segundo a Sr.^a Maria Ignácia, durante os seus trabalhos na docência do Oswaldo Aranha, presenciou uma conversa entre os professores Geraldo Miguel Costa e Estér Vaucher Rodriguez, no qual o primeiro, intencionalmente para que ela ouvisse, fez o seguinte comentário: “[sic] A ‘gente’ faz a revolução contra os comunistas em 64 e agora eles estão aqui trabalhando com a ‘gente’...”, sendo respondido pela professora em tons afirmativos: “Aqui está cheio de comunistas!”.

⁸³ Idem.

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Idem.

Outra professora perseguida pelo regime foi a Sra. Wanda Trindade, comunista e esposa do também comunista Valentin Trindade. Trindade, ao lado de Policarpo Pereira, era um dos principais líderes do PCB alegretense.⁸⁷ No primeiro dia letivo após o golpe de 1964, Wanda teria sido comunicada por Carlos Grande a não comparecer à escola, pois seria detida pelo Exército. Em uma data não especificada pelo entrevistado, o Sr. Carlos Lopes, ela teria sido interrogada no 6º RC pelo capitão Assis Brasil, que fora anos antes seu aluno; na ocasião, teria ironizado o militar dizendo que anteriormente era ela quem fazia as perguntas e naquele momento era ele quem as fazia.⁸⁸

De acordo com o Sr. Carlos Lopes, os interrogatórios objetivavam a contradição nas respostas do acusado, mas não tinham critérios adequados nas perguntas, pelo menos os ocorridos em Alegrete e presenciados por Lopes. Para o entrevistado, as indagações apenas seguiam ordens centrais, que determinavam o combate aos comunistas, e não possuíam técnica ou metodologia. Segundo ele, os interrogadores disputavam entre si qual extrairia o maior número de “informações contundentes dos presos”, buscando “mostrar serviço ao alto-escalão do Exército”, para facilitarem as promoções.⁸⁹ Consta-se informalmente entre pessoas que viveram a época, que o Sr. Policarpo Pereira teria sido forçado, quando preso, a ministrar aulas de comunismo aos oficiais do 6º RC, pois, como apenas cumpriam ordens, desconheciam o que seria essencialmente o comunismo. Já na questão referente às promoções, ganhou destaque o Sr. Tito Vilallobos, do 3º GCan. 75, que ao longo do regime passou de sargento a oficial, sendo ao mesmo tempo um dos militares mais ativos na repressão ocorrida em Alegrete. Outro militar, o capitão Flávio Fabres, também possui o nome vinculado a muitas acusações de abusos e torturas. Segundo relatos prestados à pesquisa, o qual se busca o de Jorge Mooje, Fabres comumente agredia os presos políticos com tapas e queimaduras por meio de cigarro.⁹⁰

Além disso, a repressão não poupou nem mesmo o Sr. Emílio Lopes, que foi preso, apesar de ter, à época, uma idade bastante avançada. O fato também se deu em abril de 1964, por causa das suas ligações com o PCB local. Lopes era um dos mais antigos comunistas de Alegrete e proprietário da Tipografia Tupi. Na ocasião, uma viatura do Exército com quatro

⁸⁷ Airton Amaral, em depoimento, fala da presença de comunistas nas reuniões do MDB: “Foi de menor expressão. O Policarpo participava. O Valentin não, era próprio dele. O Timóteo participava; ele era muito consciente de participar sem comprometer o pessoal. O Policarpo era muito pacífico, claro, foi preso, foi punido. Eles eram mais como conselheiros, mas não eram levados muito a sério devido às dificuldades que tinham de se expressar. [Pergunta feita pelo pesquisador: “quem freava eles?”] O próprio partido. AMARAL. Airton Pacheco do: **depoimento** [nov. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

⁸⁸ LOPES, Carlos: **depoimento** [set. 2010]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ MOOJE, Jorge: **depoimento** [set. 2010]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

militares armados com mosquetões estacionou em frente à oficina, retirando-o do local e levando-o ao 6º RC. Apesar de ter tuberculose, contraída pelo contato com chumbo e antimônio ao longo dos anos em seu trabalho, permaneceu preso por trinta dias.⁹¹

Um dos filhos de Emilio Lopes, Carlos, que presta o seu testemunho à pesquisa, foi preso após um mandado movido fora de Alegrete, o qual teve a presença, segundo ele, “de um comerciante e de um fazendeiro, vereador arenista na época, em território uruguaio”, em Artigas.⁹² Em uma de suas várias detenções, relata que seguidamente era acordado durante a madrugada, para prestar esclarecimentos a algum oficial. Apesar de ter um problema na perna, que o faz ter dificuldades de locomoção, era posto em pé, no corredor próximo à sala do interrogador, e nessa posição permanecia por horas. Devido às fortes dores, Lopes relata que se jogava ao chão, fazendo com que o guarda que o vigiava lhe pusesse novamente em pé em meio a chutes e empurrões. De acordo com o depoimento, outros desafios eram o frio e a sensação subjetiva de que as sessões de perguntas eram movidas apenas para torturá-lo psicologicamente, devido à expectativa e ansiedade geradas pela espera e pelo fato de que muitos interrogatórios simplesmente não ocorriam.

Por volta de 1969, José Mário de Souza Lagranha, conhecido como “Pereca”, esteve preso no 10º B Log., antigo 3º GCan, e foi torturado com afogamento num tonel de óleo, o que lhe causou um problema de surdez.⁹³ Pereca, juntamente com Timóteo Bombach e Teobaldo (o depoente não recordou o sobrenome) sofreram outras agressões físicas, com os dois primeiros tendo sido transferidos à Bagé.⁹⁴ O Sr. Bombach, antigo peão de estância, havia sido alfabetizado pelo filho do patrão, Telmo Marengo, e por influência deste, teve contato com o comunismo. Posteriormente, no início dos anos de 1960, participou de um grupo formado por camponeses que visou à desapropriação de uma área rural denominada Barragem, o que desagradou os grandes proprietários de terras locais. Também colaborou na formação de inúmeros sindicatos trabalhistas, dentre os quais, o dos Bancários e da Construção Civil.⁹⁵ Por ter ligações com o PCB e reunir jovens para a doutrinação política, Bombach foi talvez aquele que mais vezes esteve encarcerado durante o regime civil-militar em Alegrete.

Ademais, houve uma intensa ação contra os movimentos estudantis, que tinham considerável força militante no município. Consta-se que em 1970 Alegrete possuía 123

⁹¹ LOPES, Carlos: **depoimento** [set. 2010]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

⁹² O entrevistado Carlos Lopes preferiu não mencionar os nomes dos envolvidos, pelo fato de a entrevista estar sendo gravada, embora com autorização do mesmo.

⁹³ NEVES, Rui: **depoimento** [nov. 2010]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ LOPES, Carlos: **depoimento** [set. 2010]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

estabelecimentos de ensino primário, doze de ensino médio (Ginásio) e dois de nível superior, e que nessas instituições atuavam sete grêmios estudantis de nível médio e dois de ensino superior.⁹⁶

De acordo com Eleú Menezes, que foi eleito vereador em 1968 pelo MDB, o movimento estudantil alegretense

Refletia o movimento estudantil do estado. Os grêmios não tinham uma visão somente de recreação. Tinha a mesma finalidade [do movimento em nível estadual]... Era uma finalidade política de unificação, de apoio aos movimentos sociais, aos movimentos populares, no caso da reforma agrária. Tudo aquilo que se postulava a nível nacional e estadual. De apoio ao Brizola... Todo esse movimento que o Brizola patrocinou... O movimento de reforma agrária, as desapropriações, a criação da CRT. E também era contra os americanos, porque eles apoiavam a ditadura. (MENEZES, depoimento, 2014)

Os líderes dos grêmios locais conquistavam projeção por intermédio da atuação em congressos estudantis, torneios desportivos e, principalmente, na organização da União dos Estudantes Secundaristas de Alegrete (UESA). (GUBERT; ADAMS, 2004, p. 65). A UESA mantinha um forte prestígio na cidade, desde antes do regime. Possuía sede própria, um organizado regimento interno⁹⁷ – sendo dotada de um presidente, dois vices e quatro secretários – e, em 24 de março de 1969, foi considerada uma entidade de utilidade pública de Alegrete, mediante a Lei N° 889/69.⁹⁸

Por meio da centralidade da UESA, os grupos estudantis inseriam-se a uma rede de relações, no qual também se destacaram o Grêmio da Escola Técnica em Contabilidade Emílio Zuñeda e o Centro dos Estudantes do Curso Agrotécnico de Alegrete (CECATA), da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete (EAFA).

Com o advento do regime autoritário, “os militares golpistas ainda não davam muita importância aos Congressos e Seminários de estudantes secundaristas do interior, embora os vigiassem”. (GUBERT; ADAMS, 2004, p. 67). Ainda assim,

Depois do golpe de 1964, houve uma intervenção branca na entidade (UESA), quando a maioria dos estudantes, representantes dos diversos cursos, foi convencida e no final, obrigada a se afastar da entidade. No lugar dos afastados foram indicados novos delegados, sensíveis à nova ordem militar, na maioria filhos de militares. Este episódio ocorreu nas férias [...] Os novos dirigentes da UESA não eram maus, mas eram jovens

⁹⁶ ALEGRETE, **Plano Diretor**, 1971, p. 11.

⁹⁷ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Caixa-arquivo. SOPS / A – 1.-.1.1.1 a SOPS / A.-.18.4.1.

⁹⁸ ALEGRETE. Lei N° 889/69. Extraído de: <<http://www.alegrete.rs.gov.br/2010/leis/889-1969.doc>>. Acesso em: 13 out. 2010.

absolutamente despreparados para o exercício de qualquer função de liderança. Sem nenhuma base no movimento estudantil. Mas, ali estavam como joguetes nas mãos da ditadura, sempre acompanhados de um assessor especial, que os orientava a cada momento, possivelmente um militar. Nunca saberíamos ao certo. (GUBERT; ADAMS, 2004, p. 68).

Desta forma, as atividades estudantis foram aos poucos perdendo força, pois “a UESA, sempre caracterizada como uma entidade combativa na defesa dos estudantes se transformara numa entidade pífia, sem propostas, sem projetos e sem objetivos, calada e bem comportada”, sendo que os “Congressos e Seminários Estudantis que debatiam grandes teses, nos quais se realizavam grandes debates dos problemas sociais e educacionais foram excluídos de pauta e deixaram de existir.” (GUBERT; ADAMS, 2004, p. 74).

Movimento que sofreu processo semelhante à UESA foi o Conselho de Desenvolvimento de Alegrete (CDA). Fundado no início da década de 1960, esteve diretamente envolvido em várias questões relacionadas ao município, chegando a ser considerado em 1967, pelo *Jornal do Comércio* de Porto Alegre, uma comuna agropastoril. O CDA era uma entidade sem fins lucrativos e independente do governo municipal. Seu corpo de membros era composto por pessoas de destaque social, entre médicos, advogados, empresários e comerciantes; em suma, por pessoas detentoras de considerável capital econômico. Todavia, algumas obras construídas no município talvez não fossem realizadas, ou esbarrariam na burocracia do Estado, sem a sua efetiva participação. Com relação a isso, tem-se no setor energético um importante exemplo: o CDA, junto com a prefeitura municipal e a Rádio Alegrete, compôs, em 1965, o grupo que buscou a implantação da Usina Termelétrica Oswaldo Aranha no município. Com base no chamado “Plano Hélice”, houve a aquisição de verbas e a mobilização de três senadores e oito deputados federais visando o transporte das mais de duas mil toneladas de equipamentos que estavam estocados no porto de Rio Grande.⁹⁹

O Plano Hélice foi amplamente difundido no *Jornal Gazeta de Alegrete*, assim como notícias vinculadas ao CDA. No entanto, o CDA, que também ajudou na elaboração do Plano Diretor do município em 1970, foi gradativamente perdendo força, até deixar de existir ao longo desta mesma década. Por sua vez, a *Gazeta de Alegrete*, em 18 de novembro de 1970,

⁹⁹ O projeto da construção da usina, que melhoraria a distribuição de energia na fronteira oeste do estado, iniciou-se no governo estadual de Leonel Brizola, mas foi sendo adiado até a mobilização do Conselho. O Plano Hélice, já durante o regime civil-militar, obteve êxito, e a obra foi finalizada em 1968. A Termelétrica Oswaldo Aranha teria dois grupos de geradores com uma capacidade total de 66 MW. Sendo de baixa produção de energia, sua função seria a substituição das pequenas usinas movidas a diesel existentes na região e também na operação do sistema de transmissão de energia, isto é, teria a função de manter o controle dos níveis de tensão entre as cidades da região. ELETROSUL. **Memória:** Usina Termelétrica Oswaldo Aranha 20 anos de energia. 1988, p.9.

foi considerada “imprensa oficial” de Alegrete. Como adiantado, o jornal se caracterizou por exercer apoio ao regime civil-militar, deslegitimando o governo de João Goulart e vinculando apenas notícias positivas ao cenário proporcionado no “pós-1964”. Quanto às suas publicações, em nenhum momento os casos de prisões ocorridas no município, como os elencados anteriormente, foram abordados. Entretanto, é sabido que vários veículos da imprensa enfrentaram a censura; por outro lado, a *Gazeta* possuía vínculos políticos com o PL, o que fez diminuir significativamente a sua imparcialidade, sobretudo acerca de questões políticas locais.

No que se refere à deslegitimação ao governo Jango, estabeleceu-se comparativos segundo os quais a “revolução saneadora de 1964” teria livrado o país do comunismo e da insegurança. Em outras palavras,

O movimento de 31 de março não foi um golpe militar, à velha maneira caudilhesca do continente: foi resultante da reação das forças vivas da Nação, manifestada no Congresso Nacional, na imprensa, nas marchas da família – que desfechou na ação militar. (GAZETA DE ALEGRETE, 9/7/1965, p. 2).

Ademais, a imprensa tradicional que se manteve funcionando após 1964 – incluindo a grande parcela que apoiou o golpe, mas também a que se postou moderadamente para manter-se funcionando – seguiu linhas editoriais parecidas durante os primeiros anos do regime, possivelmente até a metade dos anos de 1970: crítica ao governo Jango e ao comunismo e, posteriormente, à exploração dos resultados econômicos promovidos pelo “milagre brasileiro”. Como não poderia deixar de ser, esse foi o caso do referido periódico alegretense.

Durante o malfadado governo Jango – o mais calamitoso de toda a República [...] - as greves eram quase diárias. [...] A qualquer pretexto, sem mais nem menos, toda uma classe se declarava em greve e impunha o que lhe bem lhe parecesse. Ao final, suas reivindicações eram atendidas [...] como prêmio de sua impatriótica atitude, eram recebidos pelo Sr. Presidente da República. O Brasil se tornava o paraíso dos grevistas. [...] O governo trabalhista do Sr. João Goulart, que nos ia arrastando para o comunismo, dava-lhe tudo: mais direitos, mais regalias, mais ordenados, mais salários e menos horas de trabalho! [...] Agora, caro leitor amigo, as greves cessaram como por encanto. Nem em greve se fala. [...] Onde estão os líderes das greves que não se manifestam? Porque não agitam, não gritam? (GAZETA DE ALEGRETE, 6/6/1964, p. 3).

O texto ainda afirma que o golpe (civil) militar antecipou um golpe comunista organizado por Jango e Leonel Brizola, sendo finalizado por afirmações a respeito dos seus respectivos matizes políticos. Ao mesmo tempo, evoca sobre as greves um valor nocivo frente

a uma democracia, não considerando a repressão exercida principalmente aos líderes sindicais, por isso silenciados, e distorce os direitos trabalhistas, como se fossem lutas por “regalias”.

[...] aconselhado pelo cunhado, Sr. Leonel Brizola, o homem das revoluções pelo microfone e com tendências esquerdistas, o Sr. João Goulart, dentro em breve estaria convertendo o Brasil em uma segunda Cuba. Aliás, o golpe estava marcado para 1º de maio. Mas os democratas, os verdadeiros brasileiros, os patriotas autênticos e principalmente as gloriosas Forças Armadas, ganharam-lhe o tirão. (GAZETA DE ALEGRETE, 6/6/1964, p. 3).

De acordo com o referido texto, intitulado “E as greves?”, o governo de João Goulart conspirava contra si mesmo. (GAZETA DE ALEGRETE, 9/7/1965, p. 2). Mas, por outro lado, “Enquanto a turba sanguinária conspira e trama na sombra sua destruição, os verdadeiros patriotas velam indormidamente, pela sua sorte”. (GAZETA DE ALEGRETE, 7/9/1968, p. 3). No dia 23 de julho de 1964, a obra “*Um Estadista do Império*”, de Joaquim Nabuco, foi utilizada para explicar a “benfeitoria” trazida pelo regime, expressando que os “propagandistas da idéia reformista ou de ação retificadora, os batedores da rebelião, os atacantes da primeira hora nunca se mantêm no poder e são muito felizes quando lhes resta a cabeça para prantear a República dos seus sonhos”.

Além do mais, esse foco jornalístico foi cedendo espaço gradativamente às análises econômicas.¹⁰⁰ Houve, nesse processo, a saturação de notícias positivas ao regime, verificadas nos editoriais focados nas realizações do Governo Federal, como na construção civil, com destaque para o plano de desenvolvimento da Amazônia, na estruturação do sistema de saúde, de educação, do setor rural etc. Conforme um dos textos editoriais, “O Brasil cresceu, progrediu, assumiu as rédeas de seu próprio destino e ocupou o lugar de vanguarda que lhe cabe no mapa do mundo”. (GAZETA DE ALEGRETE, 1/1/1972, p. 2).

Para vencer as barreiras erguidas pelo reconhecimento, o Brasil intensificou agora uma política de maior aproximação com os países vizinhos, pela abertura de novas estradas, construção de pontes, concessão de portos livres, vivificação das regiões fronteiriças, concessão de bolsas de estudo para universitários, intercâmbio técnico, científico e comercial e empreendimentos de interesses bi-nacionais. (GAZETA DE ALEGRETE, 14/8/1971, p. 2).

¹⁰⁰ Como exemplo, podemos verificar trecho do texto publicado na edição de 26 de fevereiro de 1972: “Os investimentos maciços em energia, transportes e comunicações, realizadas pelos sucessivos governos da revolução, manterão as taxas de crescimentos do produto interno bruto, de 8% a 10% ao ano, dependendo, principalmente, de novo aumento da produção agrícola e industrial.” Gazeta de Alegrete, 26/2/1972, p. 2.

Não obstante, apesar das dificuldades encontradas por veículos de imprensa interioranos, o grupo dirigente do jornal influenciou na opinião pública de Alegrete durante esses anos.¹⁰¹ Nesse sentido, as críticas a Jango e ao trabalhismo, bem como as menções elogiosas à “revolução”, também se inseriram ao contexto partidário, porque poderiam atingir a imagem do PTB, e a do MDB, a partir de 1966, e serem determinantes eleitoralmente nos eventos municipais.

Para ilustrar essa questão, tem-se na publicação referente às eleições gerais de 1966 um excelente exemplo. Ao demonstrar contrariedade para com os resultados do escrutínio e o grande número de emedebistas eleitos no pleito, o editorial do periódico considerou como ingênuo o eleitor alegretense, que estava dando, naquele momento, a vitória, sobretudo no município, aos “anti-revolucionários” do MDB. No entanto, é destacado que, mesmo com o despreparo do eleitorado, a Arena se sagrava a grande vencedora, pois mantinha hegemonia política e continuaria a sua marcha de saneamento e moralização.

O número de inconformados com o movimento de 31 de março de 1964, explorando o alto custo de vida e invocando a memória de seus antigos líderes, de cujos cadáveres fizeram bandeira, conseguiu levar as urnas um número considerável de eleitores que inconscientemente lhes garantiu uma vitória fictícia, esquecendo que a situação de dificuldade das classes trabalhadoras, nada mais é do que o efeito dos desmandos dos governos de João Goulart e Leonel Brizola. (GAZETA DE ALEGRETE, 17/11/1966, p. 1).

Entretanto, a compreensão sobre o processo de formação dos diretórios da Arena e do MDB e do cenário partidário alegretense necessitam primeiramente da atenção aos resultados da eleição de 1963. Esse pleito, além de ter sido o último a ocorrer dentro de uma configuração mais democrática, manteve o acirramento dos escrutínios e das composições parlamentares. Como já adiantado no capítulo anterior, somente em 1955 uma bancada na Câmara Municipal foi formada mediante a diferença de mais de um vereador, nos pleitos correspondentes ao período entre 1951 e 1976. Na prefeitura, houve novamente uma pequena vantagem do PTB, por meio das vitórias de 1951, 1955 e 1963, com apenas uma vitória da UPPA em 1959.

Ademais, a Arena herdaria uma estrutura praticamente montada da ADP/UPPA, mas não dotada de nomes eleitoralmente fortes para disputas majoritárias. A exceção, talvez, tenha

¹⁰¹ Tal posicionamento político contribuiu, inclusive, para a conquista de uma concessão de rádio em 1978. Desta forma, em 26 de abril do ano seguinte, a Rádio Gazeta foi inaugurada, numa solenidade que marcou a presença do presidente militar João Baptista Figueiredo.¹⁰¹ Acerca da imprensa no país, Guareschi (2005, p. 37), ao discutir considerações de Sobrinho, destaca que “historicamente, a política de concessões foi orientada para privilegiar as oligarquias e os monopólios. Se um jornal era dócil ao governo, seu dono ganhava uma concessão de rádio. Se o jornal e a rádio eram dóceis, o dono ganhava uma televisão”.

sido somente o Sr. Joaquim Milano, que foi eleito prefeito em 1959 e que não pôde almejar reeleição em 1963. Isso é facilmente observado pela forma com que se deu a escolha do candidato da UPPA para esse pleito.¹⁰² Em suma, houve um impasse quanto à escolha do seu representante. Isso porque, em 7 de março de 1963, meses antes do início da campanha eleitoral, foram cotados seis nomes para a disputa: Ruy Barbosa da Silveira, Mário Thaddeu, Jarbas Aurélio, Delcy Dorneles, Cândido Leães da Silveira e Manoel Antunes da Silva. Como não se teve um consenso, formou-se uma comissão orientada a definir o candidato. Antônio Gomes Silveira e Tertuliano Machado representaram o PSD, Miguel Dorneles Siqueira e Manoel Antunes da Silva a UDN e James Saldanha e João de Deus Peres o PL. Ainda consta nessa informação a presença do PRP na UPPA, que, na oportunidade, concordou com a escolha do grupo.

Desse modo, “Em 1º lugar [a comissão] esteve na residência do dr. Ruy Barbosa da Silveira, a quem foi formulado o convite”, sendo que o “conhecido médico conterrâneo embora demonstrasse o seu reconhecimento pela lembrança fez à Comissão uma ponderada exposição das razões pelas quais declinava do convite”. Silveira candidatar-se-ia vereador, tendo sido eleito. Por conseguinte, estendeu-se o convite ao também médico Jarbas Aurélio, que recusou, após alegar as dificuldades que teria em conciliar as atividades políticas, caso fosse eleito, com as profissionais. No entanto, “Este indicou o nome do Dr. Mário Thaddeu, que aceitou”. Thaddeu fez algumas considerações em torno de motivos pelos quais “podiam levá-lo a não aceitar a sua candidatura, mas que com o apoio dos Partidos que o convidaram e dos alegretenses de boa vontade, estava disposto a aceitar o convite, prestando a Alegrete, os serviços que lhe pediam”. Disse ainda que “a sua candidatura para administrar [seria] sem submissão a qualquer vínculo partidário, seguindo a orientação do atual Prefeito [o libertador Joaquim Milano], cuja ação administrativa elogiou e que lhe serviria de modelo”.¹⁰³

Assim sendo, o candidato Mario Thaddeu foi apenas a terceira opção da UPPA. No pleito, obteve 8.061 votos, e o vice, Manoel Antunes da Silva, conquistou 7.748. O vencedor foi o petebista Adão Ortiz Houayek, eleito com 8.497 votos. O seu vice, Arnaldo da Costa Paz, também foi eleito, uma vez que esse pleito foi o último a ter escrutínios separados para prefeito e vice-prefeito. Obteve 8.355 votos.

¹⁰² O emedebista Airton Amaral opina acerca da UPPA. Segundo seu depoimento “Eles não tinham nenhuma novidade. O Dr. Joaquim Milano, por exemplo, um grande prefeito, mas conservador, ele não fez nada de novo na administração. Ele administrou de forma harmoniosa, mas não teve grandes lances administrativos. Então, perante a comunidade, embora tenha sido um nome respeitado, ele não plantou uma sucessão política”. **Depoimento** [nov. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

¹⁰³ GAZETA DE ALEGRETE. 7/3/1963, p. 1.

Por conseguinte, um segundo ponto pode ser extraído desse pleito de 1963. Embora houvesse a centralidade do regime, a partir de abril de 1964, o resultado do escrutínio evidenciou que a sua oposição partidária teve maior influência nas instituições Executiva e Legislativa locais, pelo menos até a eleição seguinte, que ocorreria em 1967, mas que foi adiada para 1968. Isso permite avaliar as disputas de poder envolvendo as estratégias do MDB para exercer as vantagens eleitorais conquistadas, em contraponto às pressões sofridas pelo autoritarismo do período e às articulações da UPPA/ Arena, que poderia tirar proveito da conjuntura nacional e valer-se do regime para obter maior influência e o poder político da localidade.

Do mesmo modo, o prefeito Adão Houayek não estava imune à tentativa de cassação de mandato e isso passaria diretamente pelas suas ações, dependendo da política adotada ou por alguma opinião expressa a respeito da situação do país naquele momento. Como poderá ser visto mais à frente, houve, segundo depoimento de emedebistas, algumas tentativas para cassá-lo. Apesar disso, Houayek completou o mandato; mas o mesmo destino não tiveram os prefeitos petebistas de alguns municípios vizinhos de Alegrete. Foi o caso de Antônio Simão Visintaine, de Rosário do Sul, juntamente com outras lideranças correligionárias rosarienses, embora o município não fosse considerado Área de Segurança Nacional. Com o enquadramento nessa categoria, foram vitimados os prefeitos de Santana do Livramento, Itaqui e Uruguaiana, respectivamente os senhores Sergio Fuentes, Gil Cunegatto Marques e Izabelino Buldain Abad.

Em Livramento, Sergio Fuentes sofreu impeachment logo após o golpe de Estado e foi substituído interinamente pela Sra. Luiza Dias Cassales, que havia sido eleita vereadora pelo PSD e era filha do antigo vereador do mesmo partido, Concesso Cassales, eleito para a legislatura 1948-51 e que fora presidente da Câmara em 1951. (ASEFF, 2008, p. 66-67). Após a concretização do processo contra Sergio Fuentes, o vice-prefeito petebista Milton Linn Molinos assumiu, governando até janeiro de 1969. Em Itaqui, no entanto, além do prefeito, o vice Otoni Monteiro Píffero e vereadores petebistas, integraram um grupo de aproximadamente 60 pessoas que foram presas em um campo eletrificado.¹⁰⁴ Essas pessoas, vigiadas por um grupo de militares aos encargos dos dois sargentos responsáveis, Pacífico Berne e Catelan, ficaram presas por 111 dias. No lugar do prefeito, assumiu o latifundiário Júlio Santiago. No caso do prefeito de Uruguaiana, ainda são poucas as informações que

¹⁰⁴ Dois textos abordam o “campo de concentração” de Itaqui. A obra *Nuvens de Chumbo sobre o Cambaí - a Queda de João Goulart, um Campo de Prisioneiros em Itaqui* (2009), de Iberê Athaide Teixeira, e *A existência de um ‘campo de concentração’ em 1964 em Itaqui no Rio Grande do Sul* (2009), artigo de Graciele Martini de Azevedo e Diorge Alcenno Konrad.

tratam da sua detenção, embora muito se tenha discutido quando este recebeu homenagens na Câmara de Vereadores do município no ano de 2014, quando uma sessão legislativa objetivou “Corrigir o erro do passado e devolver o que é de direito aos que sofreram com a repressão da Ditadura”, justificando a “devolução simbólica do mandato cassado em 1964 no período do Golpe [Civil] Militar ao ex-prefeito, Izabelino Abad”.¹⁰⁵

Finalmente, o terceiro ponto a ser destacado do contexto político gerado pelo pleito de 1963 propicia a análise que dará sequência ao capítulo. Uma vez oriundos de estruturas partidárias praticamente prontas, de abrigarem as principais lideranças da fase anterior e de herdarem as bancadas legislativas eleitas em 1963, cabe focar o desempenho tido pela Arena e pelo MDB nas urnas alegretenses, assim como traçar um comparativo entre as tendências eleitorais das duas organizações nos pleitos municipais e gerais, entre 1966 e 1979.

2.2 A POLÍTICA LOCAL E OS RESULTADOS ELEITORAIS

Os partidos políticos atuam em “Arenas”, especialmente na eleitoral e parlamentar, mas conforme indicado na introdução do trabalho, o termo será substituído por “ambiente”, para evitar confusão com o nome de uma das siglas estudadas. Com base nisso, as análises que serão feitas a seguir decaem sobre o primeiro, conforme Angelo Panebianco.

De acordo com este autor, o ambiente eleitoral “desenvolve a competição dos partidos pelo controle dos próprios recursos (os votos)”, podendo “apresentar diversos graus de estabilidade e de complexidade.” (PANEBIANCO, 2005, p. 411). Essa relação estabilidade e/ou complexidade “influenciam, por sua vez, o grau de hostilidade/liberdade desse ambiente para com a organização”. (PANEBIANCO, 2005, p. 411). Sobre a primeira dimensão, se o ambiente eleitoral for relativamente estável, não apresentando grandes deslocamentos ou expectativas de deslocamentos “nas relações de força entre os partidos, na distribuição dos votos de eleição em eleição”, ou seja, se o ambiente for, segundo Panebianco, “semiplácido”, “relativamente previsível, podemos esperar uma maior coesão e estabilidade das coalizões dominantes dos partidos”, ou das “coalizões dominantes daqueles partidos que, dentro de um certo sistema político, atuam em condições de estabilidade ambiental”. (PANEBIANCO, 2005, p. 411-12). Mas, por outro lado, se o ambiente for complexo ou turbulento, caracterizado “pela fluidez eleitoral e por fortes deslocamentos nas relações de força entre os partidos, a imprevisibilidade é maior”, podendo gerar maiores dificuldades “para a coalizão

¹⁰⁵ TRIBUNA DE URUGUAIANA. Extraído de: <http://tribunadeuruguaiana.blogspot.com.br/2014/05/camara-presta-homenagem-ex-prefeito.html>. Acesso em: 8 jul. 2015.

dominante ter sob controle a incerteza ambiental, [as] tensões internas mais fortes, [havendo uma] maior divisão e instabilidade na coalizão”. (PANEBIANCO, 2005, p. 412).

Nesse sentido, pode ser definido como “turbulento” o ambiente onde “a área do voto de fidelidade é reduzida (o voto de identificação com o partido como tal) e é mais amplo o voto de opinião (o voto sobre ‘problemas’ e/ou sobre os candidatos)”. (PANEBIANCO, 2005, p. 412). Vice-versa, é semiplácida a área “onde o componente do voto de opinião é reduzido”, e ampla a do “voto de fidelidade”. Isso ocorre porque, “quanto maior a proporção de voto de opinião sobre o voto de fidelidade, maior a (potencial) fluidez eleitoral e, portanto, maior o grau de incerteza ambiental.” (PANEBIANCO, 2005, p. 412).

A questão, portanto, é pensar a problemática do voto durante o período bipartidário, verificando de que forma os rumos do regime autoritário, de maior ou menor repressão, de consentimento e de força da oposição, inferiram sobre os percentuais eleitorais analisados. Por esse motivo, esta sessão do capítulo analisa os dados eleitorais dos pleitos nos quais a Arena e o MDB participaram, enfocando duas frentes de estudo: a primeira, ao abordar os pleitos gerais, nas disputas para o Congresso Nacional e Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, tendo como ponto de referência os resultados das urnas alegretenses; e a segunda, ao verificar os dados dos pleitos municipais de 1968, 1972 e 1976, acerca dos percentuais obtidos pelos partidos, além dos votos apurados, válidos e das abstenções em cada escrutínio.

Durante os anos indicados, o eleitorado brasileiro cresceu significativamente, de 39% em 1966 para 73% em 1982. (NICOLAU, 2012, p. 114). Segundo Jairo Nicolau (2012, p. 114), esse fenômeno ocorreu “mesmo após as disputas terem ficado menos competitivas, devido ao fechamento dos partidos e à cassação de lideranças da oposição”. Para o autor, dois fatores influíram sobre isso. O primeiro, institucional, “associado à ampliação da obrigatoriedade de alistamento para todas as mulheres e a introdução de um número maior de sanções para os eleitores faltosos”. O sistema eleitoral sancionou multas de 5% a 20% do salário-mínimo aos faltosos que não justificassem à Justiça Eleitoral o não comparecimento à votação, além da impossibilidade em “inscrever-se em concursos nem receber salários (caso de funcionários públicos ou de funcionários de estatais); obter empréstimos bancários; renovar matrícula em estabelecimento de ensino; obter passaporte ou carteira de identidade”. (NICOLAU, 2012, p. 113). O segundo fator indicado, no perfil educacional da população, devido a “ampliação do número de crianças na escola nas décadas de 1940 e 1950”, que fez aumentar “o contingente de jovens alfabetizados, os quais, por sua vez, eram obrigados pela legislação a se alistar”. (NICOLAU, 2012, p. 113). Desta forma, “é possível afirmar, então,

que um grande número de cidadãos brasileiros teve suas primeiras experiências com eleições, votos e candidatos sob o sistema bipartidário criado pelos governos militares”. (CARVALHO, 2010, p. 224).

Em Alegrete, o eleitorado subiu de 20.853 em 1966 para 35.180 em 1978. O maior número de alistamento se deu entre 1966 e 1968, no qual houve um acréscimo de 4.900 pessoas.¹⁰⁶ Não obstante, entre 1968 e 1978 o crescimento foi de 9.427 pessoas, acompanhando, aproximadamente, o índice de crescimento populacional do município, que foi de mais ou menos 10 mil pessoas entre uma década e outra (1940-50; 1950-60; 1960-70; 1970-80).

Partindo dessas informações, enumera-se na tabela abaixo o eleitorado relativo aos pleitos gerais que serão analisados na sequência. Nesse quadro estão colocados, lado a lado, os dados nacionais, estaduais (RS) e municipais, que servirão de parâmetro para os cálculos percentuais exigidos pelo exame que se pretende.

TABELA 7 – Eleitorado nacional, estadual e municipal

	Gerais		
	Eleitorado: Brasil	Eleitorado: RS	Eleitorado: Alegrete
1966	22.335.242	1.927.796	20.853
1970	28.966.114	2.402.204	25.216
1974	35.810.715	2.893.152	28.966
1978	46.030.464	3.541.669	35.180

Fonte: tabela montada a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE)

Por conseguinte, os quadros a seguir abordam os percentuais dos pleitos gerais em que a Arena e o MDB participaram. O cálculo que será feito é simples: votos apurados, votos válidos e abstenção presencial (brancos e nulos) sobre o número de eleitores aptos ao voto; e a soma entre as abstenções presencial e não presencial (não comparecimento à sessão eleitoral) sobre o número de votos apurados.

¹⁰⁶ O eleitorado alegretense: 20.853 em 1966; 25.753 em 1968; 25.216 em 1970; 28.602 em 1972; 28.966 em 1974; 32.138 em 1976 e 35.180 em 1978.

TABELA 8– Eleições para senador: 1966-1978

1966 – Senador					
Votos apurados					
Nacional		No RS		Em Alegrete	
17.259.598 (77,27%)		1.578.515 (81,9%)		16.132 (77,36%)	
Votos válidos					
Nacional		No RS		Em Alegrete	
13.630.749 (78,97%)		1.310.629 (63,02%)		13.616 (84,40%)	
Branco e Nulos			Não compareceram à sessão eleitoral		
Nacional	No RS	Em Alegrete	Nacional	No RS	Em Alegrete
3.628.849 (21,02%)	267.886 (17%)	2516 (15,59%)	5.075.644 (22,72%)	349.281 (18,11%)	4721 (22,63%)
Branco + nulos + não comparecimento à sessão eleitoral					
Nacional		No RS		Em Alegrete	
8.704.493 (39%)		617.167 (32,01%)		10.413 (49,93%)	

1970 – Senador					
Votos apurados					
Nacional		No RS		Em Alegrete	
22.435.521 (77,45%)		2.031.032 (84,54%)		19.713 (78,17%)	
Votos válidos					
Nacional		No RS		Em Alegrete	
10.136.852 (45,18%)		1.405.860 (69,21%)		*	
Branco e Nulos			Não compareceram à sessão eleitoral		
Nacional	No RS	Em Alegrete	Nacional	No RS	Em Alegrete
12.298.669 (54,81%)	625.172 (30,8%)	5.692 (28,82%)	6.530.593 (22,54%)	371.172 (15,45%)	5.503 (21,82%)
Branco + nulos + não comparecimento à sessão eleitoral					
Nacional		No RS		Em Alegrete	
18.829.262 (65%)		996.344 (41,5%)		11.195 (44,39%)	

* Um problema de extrema relevância foi encontrado neste escrutínio, pois os votos constados na ata do TRE/RS acerca do pleito para cada postulante, juntamente com as abstenções, resultam em um número bem superior ao número de eleitores no município. Assim, Tarso Dutra recebeu 9.368 votos, Geraldo Brochado da Rocha 7.723, Daniel Krieger 8741, Paulo Brossard 7.902 votos. Em branco foram 5.012 votos; e nulos foram 630. Somando apenas os votos dos candidatos, o número chega a 33.734, e inserindo as abstenções o mesmo atinge 39.426.

Esse resultado, portanto, é confuso, pois o eleitorado era de 25.216. Com isso, considerando também um possível erro na ata, preferimos deixar o espaço em branco.

1974 – Senador					
Votos apurados					
Nacional		No RS		Em Alegrete	
28.982.400 (80,93%)		2.579.774 (89,16%)		24.776 (85,53%)	
Votos válidos					
Nacional		No RS		Em Alegrete	
24.610.654 (84,91%)		2.281.091 (88,42%)		21.928 (75,70%)	
Branco e Nulos			Não compareceram à sessão eleitoral		
Nacional	No RS	Em Alegrete	Nacional	No RS	Em Alegrete
4.371.744 (15,08%)	298.683 (11,57%)	2.848 (11,49%)	6.828.315 (19,06%)	313.378 (10,83%)	4.190 (14,46%)
Branco + nulos + não comparecimento à sessão eleitoral					
Nacional		No RS		Em Alegrete	
11.200.059 (31,27%)		612.061 (21,15%)		7.038 (24,29%)	

1978 – Senador					
Votos apurados					
Nacional		No RS		Em Alegrete	
37.629.180 (81,74%)		3.129.585 (88,36%)		27.748 (78,87%)	
Votos válidos					
Nacional		No RS		Em Alegrete	
30.797.577 (81,84%)		2.842.600 (80,26%)		25.291 (71,89%)	
Branco e Nulos			Não compareceram à sessão eleitoral		
Nacional	No RS	Em Alegrete	Nacional	No RS	Em Alegrete
6.831.603 (16,24%)	286.985 (9,17%)	2.457 (8,85%)	8.401.284	412.084 (11,63%)	7.432 (21,12%)
Branco + nulos + não comparecimento à sessão eleitoral					
Nacional		No RS		Em Alegrete	
(? %)		699.069 (19,73%)		9.889 (28,10%)	

Fonte: tabela montada a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), diversos volumes.

Dos dados, percebe-se que os diretórios alegretenses se mobilizaram em determinados nomes, ao longo dos respectivos pleitos. No caso da eleição de 1966, o candidato mais votado foi o emedebista Siegfried Emanuel Heuser, com 6.932 votos no município e 638.140 no estado. O sufrágio conquistado por Heuser, somado ao do deputado federal Aldo Fagundes, comprova o teor do texto publicado pelo Jornal *Gazeta* acerca do eleitorado alegretense, ou parte dele, de ter votado fortemente em candidatos do MDB, como visto anteriormente. O postulante ao senado foi o mais votado no estado e venceria se não houvesse a presença da sublegenda. Por causa disso, o candidato eleito foi o arenista Guido Mondin, apesar dos 322.901 votos conseguidos. No entanto, este não foi o arenista preferido pelo eleitorado alegretense. Este foi o candidato Mario Mondino. Natural de Uruguaiana, Mondino conquistou 3.259 votos em Alegrete e 142.662 no estado, enquanto Synval Guazelli obteve respectivamente 1.649 e 206.917 votos.¹⁰⁷

Em 1970, apesar do problema indicado abaixo da tabela, o arenista Tarso Dutra foi o mais votado no município, com 9.368 votos, seguido do correligionário Daniel Krieger, com 8.741, e do emedebista Geraldo Brochado da Rocha, com 7.723 votos. Dutra foi eleito senador, mas o fato de o seu suplente ter sido o alegretense Heitor Galant talvez tenha contribuído para a sua vitória também nas urnas alegretenses. É raro vermos o nome dos suplentes nos materiais de campanha eleitoral, mas o diretório local da Arena estampou na *Gazeta de Alegrete*, por várias semanas, o nome de ambos juntamente com a frase “amigos do Alegrete”.

Em 1974, o candidato mais votado, e eleito no geral, foi o emedebista Paulo Brossard, com 11.131 votos em Alegrete. Em segundo lugar ficou o arenista Nestor Jost, com 10.707 votos. Finalmente, em 1978, o mais votado no município foi o emedebista Pedro Simon, que se elegeu no geral, juntamente com o denominado “senador biônico” Tarso Dutra, eleito pelo voto em 1970 e indiretamente em 1978. Seguindo a lista dos candidatos, os arenistas José Mariano da Rocha Filho, Mariano Bernardino Ramos e Fernando Affonso Gay da Fonseca obtiveram respectivamente 5.964, 5.261 e 904 votos.

Sem embargo, chama-se a atenção para os resultados de 1970 e 1974, pois são, de certo modo, emblemáticos, e não apenas para o Senado. Como já abordado no capítulo anterior, em 1970 a Arena conquistou considerável vantagem frente ao MDB, fazendo com que os seus principais dirigentes considerassem o partido como o “maior do Ocidente”. Isso foi concomitante à maior repressão imposta pelo regime autoritário, que levou muitos

¹⁰⁷ A soma das sublegendas arenistas resultou em 672.280 votos, 34.340 a mais que o candidato emedebista.

eleitores a não comparecerem à votação ou de preferir anular ou votar em branco, em protesto pela situação vivida no país e/ou por não ver no MDB a força necessária a uma organização de oposição. Em contrapartida, esse período mais repressivo, ocorrido durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, marcou a forte pressão estatal por meio das campanhas ufanistas e pelo denominado “milagre econômico”.

Nesse sentido, foi arquitetado o slogan “Brasil: ame-o ou deixe-o”, que enfatizou a valorização dos símbolos nacionais e promoveu a saturação de notícias positivas ligadas ao governo na imprensa. No que se refere ao ufanismo, o título da seleção brasileira de futebol na copa do mundo de 1970, no México, foi utilizado como propaganda política, bem como a música-tema “Pra Frente Brasil”. Em meio a isso, ganhou destaque os resultados econômicos atingidos pela política adotada pelo então Ministro da Fazenda Delfim Neto, o referido “milagre econômico”. Esse período proporcionou um relativo crescimento econômico entre 1968 e 1973 e foi definido com o lema “Brasil Potência” pelos militares e civis componentes da máquina burocrática do regime. Caracterizou-se pela queda da inflação e pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em até 10% ao ano, no período acima indicado. Contudo, a questão mundial do petróleo, em 1973, gerou uma grande crise capitalista, atingindo o Brasil. Na ocasião, os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), cartel formado em boa parte por países do Oriente Médio, aumentaram o preço do mineral em mais de 400%, como protesto pelo apoio prestado pelos EUA a Israel durante a Guerra do Yom Kippur.

Ademais, ficou constatado que o “milagre econômico” fez crescer significativamente a concentração de renda, e, conseqüentemente, a desigualdade social no Brasil. Além disso, no campo partidário, os resultados negativos gerados pelo “milagre” foram explorados eficazmente pelo MDB, durante a campanha política visando às eleições gerais para o Congresso Nacional em 1974. Ao final do escrutínio, o partido de oposição conquistou 16 das 22 cadeiras disponíveis no Senado e aumentou a sua bancada na Câmara dos Deputados, bem como a sua envergadura eleitoral nos anos seguintes. Sem dúvida alguma, esse foi outro aspecto que contribuiu para o desprestígio do regime civil-militar. Em 1973, o presidente nacional do MDB, Ulysses Guimarães, havia lançado uma “contra candidatura” para o cargo de Presidente da República; ainda nesse período, “Lysaneas Maciel discursava sobre direitos humanos, [e] Chico Pinto combatia a política econômica do governo.”¹⁰⁸

¹⁰⁸ Revista Caros Amigos. **A Ditadura Militar no Brasil**: a história em cima dos fatos, fascículo 11, p. 323.

De todo modo, esses dados não trazem nenhuma novidade, pois uma extensa bibliografia aborda esse período específico do regime civil-militar brasileiro. Assim sendo, por meio desta sessão do capítulo é possível avaliar dois aspectos. O primeiro, a respeito dos estudos que consideram a característica plebiscitária dos pleitos gerais ocorridos durante o bipartidarismo, sobretudo no de 1974. Nessa perspectiva, o eleitorado teria optado entre um “sim” ou um “não” ao regime, e não necessariamente nas propostas apresentadas pelos partidos. Com isso, o ambiente eleitoral teria sido complexo ou turbulento, por causa da maior presença do voto de opinião. O segundo aspecto, por outro lado, se remete ao fato de a Arena e o MDB no Rio Grande do Sul terem tido um grau de institucionalização mais amplo do que nacionalmente.¹⁰⁹ Isso porque os percentuais de abstenção ocorridos nas votações para senador no estado, assim como em Alegrete, foram menores do que os nacionais. O mesmo é observado nos escrutínios para deputado federal, como se pode ver a seguir:

TABELA 9 – Eleições para deputado federal: 1966-1978

1966 – Deputado Federal					
Votos apurados					
Nacional		No RS		Em Alegrete	
13.647.108 (61,10%)		1.352.758 (70,17%)		16.132 (77,36%)	
Votos válidos					
Nacional		No RS		Em Alegrete	
10.008.660 (44,81%)		1.127.001 (58,46%)		14.462 (69,35%)	
Branco e Nulos			Não compareceram à sessão eleitoral		
Nacional	No RS	Em Alegrete	Nacional	No RS	Em Alegrete
3.638.448 (26,66%)	225757 (16,68%)	1.670 (10,35%)	8.688.134 (38,89%)	575.038 (29,82%)	4.721 (22,63%)
Branco + nulos + não comparecimento à sessão eleitoral					
Nacional		No RS		Em Alegrete	
12.326.582 (55,18%)		800.795 (41,53%)		6.391 (30,64%)	

¹⁰⁹ De acordo com Angelo Panebianco (2005, p. 324), a uma forte institucionalização do partido “corresponde uma coalizão dominante coesa (grupos pouco organizado, tendências) e a uma institucionalização fraca corresponde uma coalizão dominante dividida (grupos muito organizados)”.

1970 – Deputado Federal					
Votos apurados					
Nacional		No RS		Em Alegrete	
22.435.521 (77,45%)		2.031.032 (84,54%)		19.713 (78,13%)	
Votos válidos					
Nacional		No RS		Em Alegrete	
15.645.741 (54,01%)		1.628.378 (67,78%)		16.111 (63,89%)	
Branco e Nulos			Não compareceram à sessão eleitoral		
Nacional	No RS	Em Alegrete	Nacional	No RS	Em Alegrete
6.789.780 (30,26%)	402.654 (19,82%)	3.602 (18,27%)	6.530.593 (22,54%)	371.172 (15,45%)	5.503 (21,82%)
Branco + nulos + não comparecimento à sessão eleitoral					
Nacional		No RS		Em Alegrete	
13.320.373 (45,98%)		773.826 (32,21%)		9.105 (36,10%)	

1974 – Deputado Federal					
Votos apurados					
Nacional		No RS		Em Alegrete	
28.982.400 (80,93%)		2.579.774 (89,16%)		24.776 (85,53%)	
Votos válidos					
Nacional		No RS		Em Alegrete	
12.822.343 (63,73%)		2.198.173 (75,97%)		21.329 (73,63%)	
Branco e Nulos			Não compareceram à sessão eleitoral		
Nacional	No RS	Em Alegrete	Nacional	No RS	Em Alegrete
6.160.057 (21,25%)	381.601 (14,79%)	3.447 (13,91%)	6.828.315 (19,06%)	313.378 (10,83%)	4.190 (14,46%)
Branco + nulos + não comparecimento à sessão eleitoral					
Nacional		No RS		Em Alegrete	
12.988.372 (36,26%)		694.979 (24,02%)		7.637 (26,36%)	

1978 – Deputado Federal					
Votos apurados					
Nacional		No RS		Em Alegrete	
		3.129.585 (88,36%)		27.748 (78,87%)	
Votos válidos					
Nacional		No RS		Em Alegrete	
		2.686.754 (75,86%)		23.897 (67,92%)	
Branco e Nulos			Não compareceram à sessão eleitoral		
Nacional	No RS	Em Alegrete	Nacional	No RS	Em Alegrete
	442.831 (14,14%)	3.851 (13,87%)		412.084 (11,63%)	7.432 (21,12%)
Branco + nulos + não comparecimento à sessão eleitoral					
Nacional		No RS		Em Alegrete	
		854.915 (24,13%)		11.283 (32,07%)	

Fonte: tabela montada a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), diversos volumes.

* Assim como na tabela anterior, encontramos um novo problema nesta; desta vez referente aos dados nacionais, pois não estão disponíveis, até o momento, nas páginas oficiais do Estado consultadas, como os demais.

Nos pleitos para deputado federal, o índice de abstenção presencial e não comparecimento em 1966 representaram 55,18% do eleitorado, o que significa que mais da metade dos aptos ao voto não participaram do processo de escolha das bancadas. Nesse pleito, as cassações de mandatos e os registros legais de funcionamento da Arena e do MDB ainda eram recentes. Isso contribuiu para o grau de incerteza no campo eleitoral, decorrido não pela movimentação partidária durante a campanha, mas pelo cenário instável proporcionado pelo regime. Ainda assim, no pleito seguinte, em 1970, no qual a repressão e o grau de incerteza foram maiores, a soma entre a abstenção presencial e o não presencial apresentou um número menor do que em 1966. Se forem considerados apenas os votos brancos e nulos, o percentual foi maior em 1970 do que em 1966, o mesmo valendo para o comparativo com o sufrágio para senador, no mesmo pleito. Em 1974, por motivos já discutidos, as abstenções presenciais diminuíram para 21%, e a soma desse percentual com a do não comparecimento representou 36%.

Nas urnas alegretenses, entre 1966 e 1978, os votos válidos tiveram percentuais entre 63 e 73%. Quanto à abstenção presencial, os dados mostram um número baixo, um pouco

menor que a média estadual: 18,27%, 13,91% e 13,87%, entre 1970 e 1978. Isso talvez tenha se dado pela presença do emedebista e alegretense Aldo Fagundes, que atraiu os votos partidários e daqueles eleitores de opinião, que votaram neste candidato por ser conterrâneo, acreditando que por esse motivo o mesmo concentraria projetos que contribuíssem com o desenvolvimento do município, enquanto eleito. Em vista disso, provavelmente o MDB alegretense arregimentou apoio dos diretórios da região, expandido a crença de que se fosse eleito representaria os interesses dessa região.¹¹⁰

Fagundes foi eleito em 1966 com 6.044 votos nas urnas alegretenses. O prestigiado correligionário Paulo Brossard, que atingiu significativa votação no estado, conquistou em Alegrete apenas 28 votos. Aloizio Paraguassu Ferreira, por sua vez, obteve 865. Em 1970, Fagundes obteve 6.269 votos; em 1974, 8.613, e em 1978, 7.896 votos; em todas essas eleições o candidato foi eleito.

Já os votos arenistas concentraram-se em três nomes em 1966: Carlos Britto Velho, antigo libertador, com 2.639 votos, eleito; Flores Soares, ex-udenista, com 1.087 votos; e Vasco Amaro da Silveira, de Pelotas, eleito, com 1.800 votos em Alegrete. Nos pleitos de 1970 e de 1974, Vasco Amaro da Silveira foi novamente eleito, não obtendo sucesso em 1978. Mas teve o apoio do diretório alegretense da Arena, sobretudo nos dois primeiros: conquistou 4.767 votos em 1970, sendo que o segundo mais votado do partido, Sinval Guazzelli, obteve apenas 613; em 1974, teve 7.435; e em 1978, 4.065 votos. Nesse último pleito, os votos arenistas foram divididos praticamente entre Silveira, Carlos Alberto Gomes Chiarelli, também pelotense (eleito), com 1.259 votos, Jair de Oliveira Soares (eleito), com 2.115 votos e Nelson Marchezan, com 1.165 votos.

De modo geral, os pleitos para o Congresso Nacional tiveram percentuais de votos apurados e válidos menores do que para a Assembleia Legislativa sul-rio-grandense, no que se refere aos votos apurados e válidos. Em Alegrete, os votos válidos representaram 70,50%, 64,89%, 75,46% e 69,37%, respectivamente em 1966, 1970, 1974 e 1978. Curiosamente, o pleito de 1978 teve um percentual menor do que o de 1966 e mais próximo com o de 1970 do que o de 1974. Nesse ano, a repressão já não era como a ocorrida em anos antes, mas as determinações do “pacote de abril” e a denominada Lei Falcão,¹¹¹ que prejudicou

¹¹⁰ Importante ressaltar que, embora mantivesse um editorial conservador, de apoio ao regime civil-militar e com vínculos políticos com o antigo PL, como se tem mostrado ao longo da pesquisa, o periódico *Gazeta de Alegrete* cedia amplo espaço ao emedebista Aldo Fagundes, seja por meio de divulgação de material de campanha eleitoral, seja por meio de entrevistas.

¹¹¹ A Lei nº 6339/76 ficou assim conhecida em alusão ao seu criador, o Ministro da Justiça Armando Falcão, em 1º de julho de 1976. A Lei se concentrou na alteração das propagandas eleitorais transmitidas na televisão e na rádio. Assim, os candidatos, independente do partido, estavam proibidos em suas propagandas de aprofundar

significativamente o debate político durante a campanha, certamente contribuíram para esse resultado.

TABELA 10 – Eleições para deputado estadual

1966 – Deputado Estadual			
Votos apurados			
No RS		Em Alegrete	
1.578.515 (81,88%)		16.132 (77,36%)	
Votos válidos			
No RS		Em Alegrete	
1.370.927 (71,11%)		14.702 (70,50%)	
Branco e Nulos		Não compareceram à sessão eleitoral	
No RS	Em Alegrete	No RS	Em Alegrete
207.588 (13,15%)	1.430 (16,98%)	349.281 (18,11%)	4.721 (22,63%)
Branco + nulos + não comparecimento à sessão eleitoral			
No RS		Em Alegrete	
556.869 (28,88%)		6.151 (29,49%)	

propostas políticas de campanha e inserir músicas com letra, ficando permitidas apenas algumas informações breves, como a sua trajetória de vida, e uma foto, para ser exibida na televisão. Também permitiu a divulgação do local e do horário dos comícios, e determinou o aumento do mandato presidencial, que passou de cinco para seis anos. BRASIL. Lei nº 6339/76. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/103382/lei-falcao-lei-6339-76>. Acesso em: 15 jan. 2015.

1970 – Deputado Estadual			
Votos apurados			
No RS		Em Alegrete	
2.031.032 (84,54%)		19.713 (78,17%)	
Votos válidos			
No RS		Em Alegrete	
1.654.427 (68,87%)		16.364 (64,89%)	
Branco e Nulos		Não compareceram à sessão eleitoral	
No RS	Em Alegrete	No RS	Em Alegrete
376.605 (18,54%)	3.349 (16,98%)	371.172 (15,45%)	5.503 (21,82%)
Branco + nulos + não comparecimento à sessão eleitoral			
No RS		Em Alegrete	
747.777 (31,12%)		8.852 (35,10%)	

1974 – Deputado Estadual			
Votos apurados			
No RS		Em Alegrete	
2.579.774 (89,16%)		24.776 (85,53%)	
Votos válidos			
No RS		Em Alegrete	
2.223.434 (76,85%)		21.858 (75,46%)	
Branco e Nulos		Não compareceram à sessão eleitoral	
No RS	Em Alegrete	No RS	Em Alegrete
356.340 (13,81%)	2.918 (11,77)	313.378 (10,83%)	4.190 (14,46%)
Branco + nulos + não comparecimento à sessão eleitoral			
No RS		Em Alegrete	
669718 (23,14%)		7.108 (24,53%)	

1978 – Deputado Estadual			
Votos apurados			
No RS		Em Alegrete	
3.129.585 (88,36%)		27.748 (78,87%)	
Votos válidos			
No RS		Em Alegrete	
2.715.263 (76,66%)		24.407 (69,37%)	
Branco e Nulos		Não compareceram à sessão eleitoral	
No RS	Em Alegrete	No RS	Em Alegrete
414.322 (13,23%)	3.341 (9,49%)	412.084 (11,63%)	7.432 (21,12%)
Branco + nulos + não comparecimento à sessão eleitoral			
No RS		Em Alegrete	
826.406 (23,33%)		10.773 (30,62%)	

Fonte: tabela montada a partir dos dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RS), diversos volumes.

Não obstante, em todos os pleitos observados para deputado estadual, o índice de votos apurados e válidos é menor em Alegrete do que no estado, embora com pouca diferença. Conseqüentemente, o percentual de votos brancos e nulos estadual e municipal também é menor do que os referentes ao Congresso. Novamente o pleito de 1970 é o que mais destaca a abstenção presencial e o não comparecimento à sessão eleitoral, chegando aos 31,12% para o escrutínio estadual e 35,10% para o alegretense.

Pode-se dizer que as disputas para a Assembleia Legislativa foram mais disputadas em decorrência da maior proximidade entre os candidatos locais. No caso de Alegrete, entre Joaquim Milano (Arena) e Cassiano Pahim da Motta (MDB) em 1966; Milano e Nivaldo Soares, candidato de Uruguaiana e apoiado pelo diretório emedebista alegretense, em 1970; José Rubens Pillar (Arena) e Cassiano Motta em 1974; e entre Francisco Lisboa Napoli, apoiado pelo diretório local arenista, e Adão Ortiz Houayek. Nessas disputas, tal como nas referentes ao Congresso, os candidatos lançados e/ou apoiados pelos diretórios da Arena e do MDB conquistaram votações amplamente superiores, sendo, talvez, desnecessário aprofundar análise aos demais nomes das listas dos partidos.

A primeira disputa entre Milano e Motta se deu no pleito municipal de 1959, cujo primeiro, pela UPPA, venceu pela diferença de 75 votos.¹¹² Em 1966 a diferença foi de 16 votos para o segundo. Milano obteve 6.321 votos, enquanto Motta, que já havia sido preso pelo regime, obteve 6.337 votos. Em 1970, Milano ficou como primeiro suplente e assumiu o cargo após a indicação de um dos deputados para uma das secretarias do governo do estado. Já no MDB houve uma aliança entre os diretórios dos dois municípios, no qual se buscaram votos em Alegrete para a candidatura de Soares e em Uruguaiana para a candidatura de Aldo Fagundes para deputado federal. Em 1974, Soares teve menos votos, 751, por causa da candidatura de Cassiano Motta, que obteve 8.405, embora este não fosse, naquele momento, uma unanimidade no partido. José Rubens Pillar, por sua vez, obteve 9.268 votos. Em 1978, Adão Ortiz Houayek obteve 9.347 votos, e assim como Motta, não teve o total apoio dos grupos emedebistas na campanha.¹¹³ Nesse pleito, Nivaldo Soares conquistou 538 votos. Já o candidato apoiado pela Arena, obteve 8.314 votos.

Partindo desses apontamentos, enumera-se a questão das necessidades das elites políticas estabelecerem vínculos, que em muitos casos servem como relações de trocas, visando inicialmente os períodos eleitorais e o voto. Deste modo, estabelece-se a noção de que possivelmente as elites políticas alegretenses – e nesse caso cabe uma abordagem expandida a outras áreas para se verificar se tal fenômeno também ocorrera nesses locais – empenharam-se mais em apoiar candidatos postulantes aos cargos de deputado, especialmente para a assembleia estadual, do que para senador.¹¹⁴

Continuando a abordagem, na tabela a seguir são mostrados os sufrágios obtidos pelos partidos nas eleições gerais de 1966, 1970, 1974 e 1978, conforme as votações ocorridas em Alegrete.

¹¹² Milano conquistou 6.921 votos contra 6.846 obtidos por Motta. Cf. RIO GRANDE DO SUL. Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RS). Eleição municipal de 1959.

¹¹³ As questões internas dos partidos serão analisadas mais à frente.

¹¹⁴ Nesse sentido, cabe destacar o trecho do depoimento de Luiz Félix, quando aborda as disputas intrapartidárias na ARENA alegretense: “As discordâncias eram sempre relativas a ocuparem posições dentro do partido e divergências de ordem política, quando ao apoio a candidatos em pleitos estaduais. Era difícil apoiarem um candidato que não fosse originário do seu antigo partido.” FÉLIX, Luiz Carlos: **depoimento** [fev. 2013]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

TABELA 11 – Percentuais obtidos pela Arena e pelo MDB nas urnas alegretenses

	Senado		Câmara Federal		Assembleia Estadual RS	
	ARENA	MDB	ARENA	MDB	ARENA	MDB
1966	6.684 (41,43%)	6.932 (42,97%)	6.711 (41,60%)	7.751 (48,04%)	7.323 (45,39%)	7.379 (45,74%)
1970			8.567 (43,45%)	7.544 (38,26%)	9.280 (47,07%)	7.084 (35,93%)
1974	10.797 (43,57%)	11.131 (44,92%)	10.778 (43,5%)	10.551 (42,58%)	11.338 (45,76%)	10.520 (42,46%)
1978	12.129 (43,71%)	13.162 (47,43%)	12.001 (43,24%)	11.896 (42,87%)	12.142 (43,75%)	12.265 (44,20%)

Fonte: tabela montada a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), diversos volumes.

* Em 1966, 1978, o MDB lançou um candidato ao senado, enquanto a ARENA lançou três.

** O espaço em branco da tabela é devido ao problema indicado nos dados alegretenses referentes às votações para o Senado, que apresenta um total de votos superior ao número de votantes do município.

Considerando os dados, não há uma grande diferença entre os percentuais conquistados pela Arena e pelo MDB nas três esferas de poder legislativas analisadas. Não obstante, cabe, a partir desse momento, avaliar a envergadura eleitoral dos dois partidos no legislativo alegretense; e, por conseguinte, examinar os pleitos municipais como um todo.

TABELA 12 – Percentuais obtidos pela ARENA e pelo MDB na Câmara de Vereadores de Alegrete

	Câmara de Alegrete	
	ARENA	MDB
1968	8.759 (44,37%)	8.971 (45,44%)
1972	10.741 (45,44%)	11.192 (47,35%)
1976	12.933 (47,45%)	12.602 (46,23%)

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RS), 1968-1976.

Como se pode observar, a diferença entre as votações alcançadas pelos partidos no legislativo alegretense é baixa e, em suma, estabelece uma continuidade com relação ao cenário constituído pela ADP/UPPA e pelo PTB durante os anos anteriores, conforme visto

no primeiro capítulo, com diferença mínima entre as bancadas. Por meio das tabelas abaixo, os três pleitos municipais analisados podem ser mais bem discriminados.

TABELA 13 – Dados estatísticos das eleições municipais alegretenses

Pleitos Municipais			
Ano	Eleitorado	Votos apurados	Não comparecimento
1968	25.753	19.740 (76,65%)	6.013 (23,30%)
1972	28.602	23.634 (82,6%)	4.968 (17,4%)
1976	32.138	27.256 (84,80%)	4.882 (15,19%)

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RS)

	Câmara		Prefeitura	
	Branco	Nulo	Branco	Nulo
1968	1.212	798	257	301
1972	1.324	377	618	552
1976	1.260	461	721	652

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RS)

	Prefeitura	
	Abstenção [brancos + nulos / apurados]	Branco + nulos + não comparecimento à sessão eleitoral
1968	558 em 19.740 = 2,8%	8023 em 25.753 = 31,15%
1972	1.170 em 23.634 = 4,95%	6.138 em 28.602 = 21,46%
1976	1.373 em 27.256 = 5,037%	6.255 em 32.138 = 19,5%
	Câmara de Vereadores	
	Abstenção [brancos + nulos / apurados]	Branco + nulos + não comparecimento à sessão eleitoral
1968	2.010 em 19.740 = 10,18%	6.571 em 25.753 = 25,5%
1972	1.701 em 23.634 = 7,2%	6.669 em 28.602 = 23,3%
1976	1.721 em 27.256 = 6,31%	6.603 em 32.138 = 20,54%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RS)

Assim sendo, em Alegrete, o número de abstenção presencial para o Executivo é bem menor do que para o Legislativo. Em 1968, por exemplo, o percentual de votos brancos e nulos no Executivo foi de apenas 2,8%, o menor entre as três eleições analisadas; mas na Câmara, foi de 10,18%, inversamente o maior entre as votações. A eleição de 1968 também apresentou o mais baixo número de participação do eleitorado para a disputa à prefeitura, de 31,15%. A soma entre as abstenções presencial e não presencial resultaram nos indicativos de 21,46% em 1972 e 19,5% em 1976; e 25,5% em 1968, 23,3% em 1972 e 20,54% em 1976 no Legislativo. Esses resultados permitem a inferência, em vista do inexpressivo índice de abstenções, de que a maior parte do eleitorado que compareceu às urnas durante os pleitos municipais esteve disposta a validar o voto, apesar de o período repressivo ter contribuído para o elevado número de não comparecimento, assim como anteriormente apontado nas análises aos sufrágios gerais.

Além do mais, é importante salientar as consideráveis diferenças entre os modelos de votação para as duas esferas de poder abordadas. No legislativo, o sistema proporcional de lista aberta garantiu que os postulantes à vereança mais votados assumissem o mandato, processo no qual são também inseridas as regras equivalentes aos quocientes eleitorais. Por esse ângulo, a Arena conquistou 44,37% dos votos válidos em 1968, 45,44% em 1972 e 47,45% em 1976; e o MDB, respectivamente 45,44%, 47,35% e 46,23%. De modo concomitante, no Executivo o candidato mais votado poderia não ser necessariamente o vencedor do pleito, situação permitida pelo recurso das sublegendas. Sendo assim, os percentuais dos votos obtidos individualmente pelos candidatos foram desconexos aos resultados gerais da eleição, e isso, por si só, já necessita de uma análise distinta.

De modo geral, as sublegendas permitiram múltiplas possibilidades para os diretórios locais dos partidos, aumentando o leque de alternativas para que os mesmos se valessem estrategicamente da soma dos votos para vencer a eleição, e, ao mesmo tempo, enquadrarem-se ao fato que levou o regime a criar este recurso especificamente à Arena, que foi a maneira de conciliar desavenças entre as frações partidárias. Mas, a soma dos votos também fez aumentar o grau de imprevisibilidade das eleições majoritárias. Por esse motivo, as análises a esses eventos eleitorais requerem abordagem e aparatos teórico-metodológicos específicos.

2.3 AS ELEIÇÕES PARA A PREFEITURA E O ADVENTO DAS SUBLENDAS

As sublegendas foram criadas pelo regime com o objetivo de aglutinar antigos grupos políticos rivais na Arena, evitando que este partido se desintegrasse. Partindo disso, acredita-se que as relações político-partidárias estabelecidas encontraram, nelas, importante recurso eleitoral para a obtenção do poder sobre as instituições formais da localidade, propiciando, à luz da análise histórica, consideráveis reflexões sobre a complexidade do sistema bipartidário brasileiro, vigorante entre os anos de 1966 e 1979. Com base nas sublegendas, era permitido a cada partido lançar até três candidaturas. Assim, os eleitores poderiam ter seis opções de escolha, entre o voto partidário ou baseado no personalismo dos candidatos, além da possibilidade da anulação do mesmo ou o não comparecimento à sessão eleitoral, por meio do erro de escrita na cédula eleitoral, como protesto ao regime autoritário ou por desgosto para com os postulantes aos cargos públicos em voga na respectiva eleição. Em vista da grande extensão territorial do município, até mesmo um problema logístico – de não conseguir chegar ao local de votação – deve ser considerado, embora não dispomos de fontes sobre esse aspecto.

Diante dessas informações, é possível inferir sobre as possibilidades e as intenções da utilização do referido mecanismo eleitoral: quanto aos candidatos, àquele escolhido com a primeira sublegenda era possivelmente uma liderança superior às outras, pertencia a uma fração mais forte da organização ou se tratava do político no qual o partido considerava ter maiores chances de vitória. Outra possibilidade seria a situação de os postulantes à sublegendas serem igualmente fortes na organização, tornando definição do número algo próximo de um sorteio. Quanto ao partido, ele poderia formar mais de uma sublegenda para acomodar lideranças e frações discordantes em seu interior, remanescentes do período anterior ao bipartidarismo e/ou surgidas já com este em andamento, como também indicar apenas um candidato ou apoiar apenas um dos seus postulantes; dar total liberdade às sublegendas formadas; ou criar duas ou três para tirarem votos dos adversários do outro partido, considerando uma delas favorita. Nos dois últimos casos, sobretudo no terceiro, a organização se valeria da soma geral dos votos conquistados antes de buscar o objetivo no pleito por meio do candidato mais votado.

Desta forma, a análise sobre as sublegendas torna-se necessária para a compreensão dos pleitos municipais, e também, das dinâmicas da política dessas localidades interioranas, em meio ao regime civil-militar.

A observação prévia sobre os resultados alegretenses permite a suposição de que as sublegendas conferiram certa autonomia aos diretórios da Arena e do MDB, não servindo unicamente para a acomodação dos grupos e das lideranças políticas anteriores ao AI-2 e ao AC-4. Por meio das sublegendas, inúmeras estratégias poderiam ser elaboradas no período eleitoral, em busca do cargo público em disputa e do poder político na localidade, e ainda, acirram as disputas inter e intrapartidárias e servirem como um recurso possível, especialmente ao MDB, para diminuir as amarras proporcionadas pela repressão.

Assim sendo, a atenção às atuações dos partidos e das lideranças partidárias na esfera local, enfocando as sublegendas e as disputas para o Poder Executivo, faz-nos buscar alguns apoios teóricos considerados primordiais para a análise empírica proposta. Por isso, é destacada a proximidade identificada entre a racionalidade limitada e a racionalidade política, discutidas respectivamente por Giovanni Lévi (2011) e Pierre Rosanvallon (2010).

Sem embargo, as relações intra e interpartidárias são movidas pelos indivíduos e pelas múltiplas formas de comportamento, sendo que a compreensão sobre esta última é uma das preocupações de Giovanni Lévi, que reconhece a relativa liberdade dos indivíduos, mas não fora das limitações dos sistemas normativos prescritos e opressivos. (2011, p. 137). Com isso, “toda ação social é vista como o resultado de constantes negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo”, diante de “uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais”. (LÉVI, 2011, p. 137). Segundo o historiador, existem discrepâncias entre as restrições que emanam dos vários sistemas normativos, como as normas do Estado e da família, por exemplo, e do fato de que, além disso, “um indivíduo tem um conjunto diferente de relacionamentos que determina suas reações à estrutura normativa e suas escolhas com relação a ela”. (LÉVI, 2011, p. 141). Os sistemas normativos são compostos por inconsistências que sempre existem, e por isso garantem espaços para a liberdade de ação dos indivíduos.

A questão a ser refletida, portanto, seria “como definir as margens – por mais estreitas que possam ser – da liberdade garantida a um indivíduo pelas brechas e contradições dos sistemas normativos que o governam”. Em outras palavras, de investigar a extensão e a natureza da “vontade livre dentro da estrutura geral da sociedade humana”. (LÉVI, 2011, p. 137-38). Se o homem recorre à orientação de modelos de emoção públicos e simbólicos, pois estes são essenciais para que ele perceba o mundo, a racionalidade limitada estaria colocada no seio dessas várias formas de acesso à informação. Dentro desse conceito, não desconsiderando as condicionantes estruturais, os indivíduos interpretariam as complexas

informações a que tem acesso, sendo elas fundamentais para as escolhas tomadas em seu espaço de atuação.

Giovanni Lévi (2011, p. 155) considera ainda que as “mudanças ocorrem por meio de estratégias e escolhas minuciosas e infinitas”. Contudo, discordamos dele nesse ponto. Não apenas as mudanças devem ser avaliadas pelo ponto de vista das estratégias e das escolhas dos indivíduos. Vale lembrar que estamos tratando de um regime de exceção, e que todos aqueles que excedessem o que era “permitido” pela repressão poderia ser punido. Logo, até mesmo a passividade frente a questionamentos sociais sobre o regime autoritário pode ser vista como uma estratégia pessoal, para que não fosse vitimado por eventuais punições. Todavia, refletir sobre a passividade pode ser amplamente perigoso, pois ela também poderia ser fruto de acomodação ou um resultado das políticas estatais da ditadura, de pouco investimento na educação e de transformações nos seus componentes curriculares, que fez da Educação Moral e Cívica o seu baluarte. Certamente pessoas com tais características, e não apenas estas, conviveram entre si no contexto interiorano alegretense, cada qual com uma particular forma de interpretar e de agir no heterogêneo corpo social que se inseriram.

Apesar da ressalva, o referido texto de Giovanni Lévi é influenciado pelos pressupostos lançados pelo antropólogo Clifford Geertz e pela sociologia de Max Weber. Ainda assim, a aproximação teórica em Weber é ainda mais acentuada nos pensamentos de Pierre Rosanvallon. Para este historiador, devem-se identificar as “constelações históricas” em torno das quais “novas racionalidades políticas e sociais se organizam, representações da vida pública [que] sofrem mudanças decorrentes da transformação das instituições, e das formas de relacionamento e de controle social”. (ROSANVALLON, 2010, p. 44). No sentido proposto por Weber, “a compreensão no campo da história implica reconstruir o modo pelo qual os atores entendem sua própria situação, redescobrimo as afinidades e as oposições a partir das quais eles projetam suas ações”, configurando “genealogias de possibilidades e impossibilidades que, implicitamente estruturam seus horizontes”. (ROSANVALLON, 2010, p. 48).

No método de Rosanvallon, o campo político pode ser destacado por duas formas de abordagem, a interativa e a compreensiva. A primeira analisa “o modo pelo qual uma cultura política, suas instituições e eventos interagem para estabelecer formas políticas mais ou menos estáveis”. Na seguinte, “seu objeto central é apreender uma questão situando-a no contexto de sua emergência”. (ROSANVALLON, 2010, p. 48). Partindo disso, o historiador se debruça sobre a abordagem compreensiva, propondo uma história da compreensão das ideias e da racionalidade dos atores políticos. Mais do que nunca, Rosanvallon busca aquilo

que pode ser chamado de “presente do passado”, que nada mais é do que “tentar restituir ao passado sua dimensão de presente, isto é, de indeterminação”. Desse modo, é preciso resgatar a experiência política dos atores, seus sistemas de ação, representação e contradição, reconstruindo “o modo por que os indivíduos e os grupos elaboraram a compreensão de suas situações; de enfrentar os rechaços e as adesões a partir das quais eles formularam seus objetivos”; e de “retraçar de algum modo a maneira pela qual suas visões de mundo limitaram e organizaram o campo de suas ações”. (ROSANVALLON, 2010, p. 76). O objetivo dessa história, de outro modo, é o de “seguir o fio das experiências e das tentativas, dos conflitos e das controvérsias, através das quais a pólis tentou encontrar sua forma legítima”, formada por uma comunidade dotada de sentido. (ROSANVALLON, 2010, p. 76). Segundo ele, essa concepção enriqueceria e tornaria mais complexa a noção de determinação, pois destacaria as representações ativas “que orientam a ação, limitam o campo de possibilidades através do pensável e delimitam o quadro de controvérsias e conflitos”. (ROSANVALLON, 2010, p. 86).

Não obstante, Rosanvallon deixa claro que as suas colocações não se enquadram apenas às análises das ações no interior das instituições ou mecanismos eleitorais e resultados dos pleitos. Isso seria uma história “da” política, embora esteja presente na história “do” político. Contudo, esse auxílio permite pensar o objetivo da unidade do capítulo, acerca das eleições e das sublegendas, e de forma simultânea os casos de perseguição trazidos anteriormente.

2.3.1 A eleição de 1968

Diversos acontecimentos marcaram o ano de 1968 em nível mundial: os protestos na França, a revolução cultural chinesa, o assassinato de Martin Luther King – que lutava contra a segregação racial nos EUA –, a ascensão do rock, da psicodelia e assim por diante. Pode-se dizer que uma reação dos jovens contra o conservadorismo das sociedades da época foi o resultado de uma série de transformações políticas, éticas, sexuais e comportamentais que vinham ocorrendo ao longo da década de 1960 e que marcaram o surgimento dos movimentos ecologistas, feministas e organizações não governamentais (ONGs). No Brasil, essa efervescência foi sentida especialmente pelas manifestações populares ocorridas em algumas capitais de estado, movidas junto às influências das chamadas “músicas de protesto”, difundidas por músicos como Geraldo Vandré, Chico Buarque e outros, em contrariedade ao regime civil-militar.

Esse contexto, juntamente com a questão do deputado Márcio Moreira Alves, contribuiu para a instauração do AI-5, em dezembro do mesmo ano. O Ato fez aumentar a radicalização entre os órgãos repressores e as esquerdas, que resistiram em grande maioria por meio da luta armada. Por outro lado, o AI-5 não inaugurou a repressão do regime, tampouco as alterações casuísticas nos sistemas eleitoral e partidário. Nesse caso, enumera-se a mudança no calendário dos pleitos municipais que ocorreriam em 1967, devido à ampliação em um ano dos mandatos eletivos conquistados em 1963. Feito isso, os pleitos ocorreram em 1968, concomitante à referida efervescência social, podendo refletir inversamente por meio dos votos de protesto, tanto para o MDB como para as abstenções, e na vigilância dos comícios e atos políticos que poderiam ser considerados “subversivos”.

Partindo disso, cabe o questionamento: como a Arena e o MDB iriam se comportar durante a campanha política? Além disso, como os resultados dos escrutínios iriam influir sobre o campo político alegreense? Não obstante, essa seria a primeira experiência eleitoral dos dois partidos no município; portanto, como a Arena valer-se-ia do período histórico e como o MDB esboçaria as suas estratégias frente ao arcabouço que limitava as suas ações?

Nesse contexto, a Arena lançou duas sublegendas para o pleito de 1968. Na sublegenda ou Arena 1, o candidato foi Joaquim Francisco Fonseca Milano, que teve como vice Manoel Antunes da Silva. Na sublegenda 2, representaram-na os senhores Jarbas Mendonça Aurélio e Delcy Dorneles.¹¹⁵

Desses nomes, Milano, Antunes e Dorneles eram as mais destacadas lideranças arenistas durante os anos de 1960 e início dos 70. Entretanto, não seria exagero acreditar que as esperanças de vitória estiveram depositadas na sublegenda 1, partindo inicialmente do histórico apresentado pelos dois nomes que a formaram. Joaquim Milano era originário do PL, por heranças familiares. Era filho do ex-prefeito Eurípedes Brasil Milano, maragato, e que exerceu o cargo durante a década de 1940. O candidato a prefeito foi vereador por três legislaturas seguidas, atuando de 1948 a 1959, licenciando-se neste último ano para disputar (e vencer) a corrida ao Executivo, pela UPPA. (SANTOS, 2011, p. 172-74). Dois anos antes, em 1966, também foi candidato a deputado estadual, ocasião no qual não se elegeu.

Em suma, Milano era politicamente forte dentro do cenário local, pelo peso do sobrenome de sua família e pelo desempenho tido nos cargos eletivos que conquistou, sendo, portanto, o principal nome da Arena em 1968. Completando a “chapa”, o vice, Manoel Antunes, era da UDN. De modo geral, a família Antunes constituía-se em um grupo

¹¹⁵ RIO GRANDE DO SUL. Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Eleição Municipal de 1968.

economicamente rico, ligado ao agronegócio. O local de maior influência dos Antunes, e em especial do Sr. Manoel, era o Durasnal, subdistrito alegretense localizado entre o município de Rosário do Sul e as terras onde décadas antes eram de influência do maragato Honório Lemes, o Caverá. No Durasnal, um dos maiores polos eleitorais arenistas, Manoel Antunes foi um dos fundadores do Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Oswaldo Aranha, o que indica a sua força também entre os setores sociais ligados ao “tradicionalismo” difundido pelos Movimentos de Tradições Gaúchas (MTGs). Além disso, já havia sido candidato a vice de Mário Thaddeu em 1963, pela UPPA.

Por sua vez, Jarbas Mendonça, que encabeçou a sublegenda 2, era médico. Tinha simpatias “libertadoras”, mas era da UDN, fazendo parte da ala da Arena proveniente deste partido, juntamente com Manoel Antunes, da Arena 1.

Eu era um admirador do PL, mas era da UDN. [Essa admiração se dava] Pela lealdade [dos libertadores] em si. Tinham um programa parlamentarista que era questão de honra pra eles. [Mas eu era da UDN] Por questão de família. Meu pai era chimango. [...] [No entanto] Quando eu me qualifiquei pra votar, me qualifiquei no Partido Comunista... Tinha um amigo que era comunista e ele me convidou. Claro, não votei no Partido Comunista, lógico. Mas eu não tinha essa coisa “fulano é comunista”. Aqui no Alegrete eram os melhores amigos que eu tinha. Tinham dois aqui, já morreram. [Um deles] O Policarpo [Pereira, anteriormente citado, membro do PCB e dentista], [havia sido] colega de ginásio. (MENDONÇA, depoimento, 2014).

Embora esta tenha sido a primeira e única vez que concorreu a cargo eletivo, Mendonça havia sido sondado para ser o representante da UPPA em 1963, conforme indicado no início do capítulo.¹¹⁶ Seu vice, Delcy Dorneles, era libertador e também ligado ao agronegócio e ao “tradicionalismo”. Atuou posteriormente como presidente do partido, tendo alguma liderança em virtude de seus posicionamentos conservadores e contundentes em defesa da “revolução de 64”. A sua participação partidária, no entanto, se deu mais nos “bastidores” do que na concorrência a cargo eletivo, pois esta foi a única vez que concorreu.

Em suma, a candidatura de Jarbas Mendonça deve ter sido lançada em virtude do grande acesso ao público exigido pelas atividades profissionais exercidas. O próprio Jarbas, em entrevista, diz que era “bastante popular”, mas que não era de sua vontade adentrar na disputa, tampouco exercer um cargo eletivo. Em meio a isso, é sugestivo crer que a sublegenda 2 foi articulada para a conquista de votos para o partido, tendo-se entre os correligionários a ciência de que ela não venceria o pleito, ou que não conquistaria mais votos

¹¹⁶ Idem.

do que a Arena 1. Por outro lado, “o Delcy era um homem muito vaidoso”,¹¹⁷ e “eles [o grupo formador da sublegenda 2] acharam em um determinado momento que o Jarbas iria ganhar a eleição”¹¹⁸. Esses dois relatos dificultam a crença em uma estratégia desprovida do objetivo da vitória, embora o próprio Jarbas Mendonça diga que o seu vice teria feito algumas ações buscando votos rurais para Joaquim Milano e que ambas as sublegendas dividiram o mesmo palanque de comícios.

Eu mexia com o Joaquim [Milano]: essa zona é minha, essa é tua [riso]... Mas não tinha problema. Era uma família. Eu conhecia toda a cidade. Até hoje eu sou popular em minha profissão. [Entretanto] O Delcy trabalhava contra. [Pergunta feita pelo pesquisador: “por quê?”] Ele trabalhou pro Joaquim [riso]. Era um “cara” radical. [Eu dizia:] “– Vai me botar [eleitoralmente] lá em baixo... De fato [fui o menos votado].” [Delcy era] Correto, amigo, mas era radical. [Pergunta feita pelo pesquisador: “em que sentido radical?”] [Em] Tudo. Nunca admitiu falsidade. Ele “dizia o que dizia”. (MENDONÇA, depoimento, 2014).

Independente disso, a soma das duas “chapas” arenistas aumentariam as chances de vitória. Como pode ser observado, houve uma mescla entre políticos do PL e da UDN nas duas sublegendas, indicando a coesão ou as boas relações partidárias entre os antigos partidos, estabelecidas na época da existência da ADP/UPPA, e de uma menor participação dos grupos oriundos do PSD. Além disso, um amplo espaço para exposição de ideias foi concedido à Arena pelo Jornal *Gazeta de Alegrete*.

Na oposição ao regime, o MDB lançou Cassiano Paim da Motta e José Pinto de Medeiros na sublegenda 1, e Arnaldo Paz e Adão Faraco na sublegenda 2.¹¹⁹ Cassiano Motta era dentista e foi vereador mediante a eleição de 1951 e vice-prefeito de Waldemar Borges mediante a de 1955, pelo PTB. Durante a disputa para a prefeitura, em 1959, perdeu para Joaquim Milano pela diferença de 75 votos.¹²⁰ Em 1966, foi candidato a deputado estadual. O vice, José Pinto Bicca de Medeiros, por sua vez, era uma das principais lideranças do antigo PTB. Consta-se que era amigo de Getúlio Vargas. Foi vereador em duas legislaturas, em 1947 e 1959. (SANTOS, 2011, p. 172-74). Proprietário rural, Bicca de Medeiros era detentor de considerável fortuna, agindo mais como financiador de campanhas emedebistas do que postulante a cargos eletivos, pois esta foi a única eleição no qual se candidatou pelo MDB.

¹¹⁷ MENEZES, Eleú: **depoimento** [mai. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

¹¹⁸ MARIMON, Ary Faria: **depoimento** [set. 2015]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

¹¹⁹ RIO GRANDE DO SUL. Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Eleição Municipal de 1968.

¹²⁰ *Ibidem*. Eleição Municipal de 1959.

Sua vasta biblioteca, assim como a sua residência, na Praça Getúlio Vargas, foi doada para a Fundação Educacional de Alegrete pouco antes de sua morte.¹²¹

Já no MDB 2, Arnaldo Paz e Adão Faraco também eram políticos do antigo PTB: o primeiro, comerciante, foi vereador em 1955 e reeleito em 1959, tendo sido Presidente da Câmara entre 1962 e 1963 e vice-prefeito entre 1964 e 1968. (SANTOS, 2011 p. 172-174). O segundo, advogado, iniciou na política por meio do PL, por heranças familiares. Trabalhou junto com Joaquim Milano (também advogado) e foi um dos principais articuladores do movimento criador da Fundação Educacional, antes de ingressar no PTB em 1963, para ser candidato (e eleito) vereador. Foi Presidente da Câmara entre 1964 e 1965. Ambos eram conhecidos no município; afinal de contas, além das atividades diárias em seu estabelecimento comercial, Arnaldo Paz era o vice de Adão Houayek e Adão Faraco professor na escola Oswaldo Aranha e na Fundação Educacional. (MARTINS; FARACO, 2012, p. 235).¹²²

Todavia, quando Jarbas Mendonça indicou as supostas boas relações entre as sublegendas arenistas durante a campanha eleitoral, também apontou as desavenças que teria havido entre as do MDB. Partindo disso, vários pontos podem ser destacados acerca dessa organização. O primeiro deles é o da atuação dos grupos e das lideranças. Desde o início do regime, o MDB local teve que estabelecer uma estratégia para não ser desfigurado pelas punições do regime, sobretudo na Câmara.

A esse tempo, a liderança partidária era exercida, fundamentalmente, pelo Deputado Federal Aldo Fagundes, pelo Prefeito Adão Ortiz Houayek, pelo Vice-Prefeito Arnaldo da Costa Paz, pelo Vereador Adão Dornelles Faraco, pelo Vereador Eroní Nogueira Carús, pelo Vereador Gustavo Perfeito, pelo ex-Prefeito Waldemar Borges, pelo Doutor Cassiano Pahim da Motta, pelo Doutor Romário Araújo de Oliveira, pelo pecuarista Waldemar Brandolt Calovi, por alguns líderes de bairros etc. Já na segunda metade da década de 60, começavam a surgir os “emergentes” (uma espécie de “jovem guarda”),

¹²¹ Importante salientar o fato de o Sr. José Pinto Bicca de Medeiros ser homossexual, em uma época cujo preconceito era extremamente forte, ainda mais em um município de interior, com um maior conservadorismo social.

¹²² Em fevereiro de 1969, Arnaldo Paz declarou à Câmara de Vereadores de Alegrete ter: um terreno; Capital registrado em firma individual – NCr\$ 10.000,00; conta-corrente credora em firma individual (NCr\$ 56.894,49); Quota de Capital (NCr\$10.000,00) e conta-corrente credora (NCr\$ 8.000,00) na Indústria de Massas Alimentícias da Fronteira Oeste Ltda.; 160 rezes de cria; 1000 ovinos; 10 cavalares; 20 ações na União dos Bancos Brasileiros S/A; 10 ações na Cia Federal de Investimentos; e Imp. em poder de Guilherme Dias Ferreira Neto, respondendo por contrato de comodato mútuo (NCr\$ 5.000,00). Na mesma data, Adão Faraco declarou: um prédio na Rua Gaspar Martins; 105 hectares de campo no 5º subdistrito de Alegrete, com benfeitorias consideráveis, sistema de poteiros para pastoreio e instalação de água com reservatório tipo australiano; 140 bovinos; 2040 ovinos; e uma camioneta Rural Willys 1960. ALEGRETE. Câmara Municipal. Sessão de 1/2/1969.

que, posteriormente, vieram a fazer parte do diretório, da executiva, da bancada de vereadores etc. (FAGUNDES, depoimento, 2016).

No entanto, embora aparentemente coesos no período anterior a 1968, duas alas coexistiam no partido: uma conservadora, defendendo uma postura contrária ao regime, mas de forma moderada, sob a influência de Adão Houayek, assim como de Arnaldo Paz e Adão Faraco, e outra, sob a influência de Cassiano Motta, de orientação mais radical em relação ao autoritarismo, pregando uma oposição crítica do partido. Segundo o ponto de vista de Airton Amaral, “ainda tínhamos o resquício dos capitães, dos donos do partido [...], [nesse sentido] ninguém queria ceder o seu espaço”.¹²³

Tenho para mim que, caso se pudesse “ressuscitar” as expressões “autêntico” e “moderado”, seria o caso de apelidar-se de autênticos os integrantes da sublegenda 1 e, de moderados, os membros da sublegenda 2, ainda que, pessoalmente, eu goste mais de reconhecer, na sublegenda 1, a linha ideológica do Governador Leonel Brizola e, na sublegenda 2, a linha ideológica do Presidente João Goulart. (FAGUNDES, depoimento, 2016).

De acordo com Eleú Menezes, essas duas alas “se conflitavam no praxismo, mas não nos objetivos, pela democracia, pelo Estado democrático de Direito”, além da defesa das “liberdades individuais, [e] o respeito a todas as conquistas sociais, da legislação social, que tem origem lá no Getúlio Vargas.”¹²⁴ Entre as duas, a liderada por Houayek era mais forte, embora isso não tenha impedido, no âmbito do pleito local de 1968, que o Sr. Cassiano formalizasse primeiro a sua candidatura.

Contudo, as posturas de Cassiano Motta não agradavam a todos no MDB. Como indica o Sr. Paulo Vargas, ex-vereador emedebista na legislatura 1973-76, o Cassiano “era meio ‘brutão’, mas não era demagogo, era direto. Muito coerente, muito forte; dizia o que tinha que dizer. Era respeitado politicamente, mas não era popular”.¹²⁵ De modo semelhante, Airton Amaral opina sobre as características de Cassiano Motta: “era temperamental. A escola dele era a do Getúlio, com uma mão forte. Se sentia como herdeiro dessa doutrina. Tinha que dizer as coisas, dizia. Tinha que enfrentar, enfrentava. Mas não era assim [no sentido estratégico contra o regime]”.¹²⁶

¹²³ AMARAL, Airton Pacheco do: **depoimento** [nov. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

¹²⁴ MENEZES, Eleú: **depoimento** [nov. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

¹²⁵ VARGAS, Paulo: **Depoimento** [set. 2015]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

¹²⁶ Além disso, “quando estourou [o movimento de 31 de março], o grupo da esquerda se aproximou” de Cassiano Motta, embora este, no período anterior a 1964, fosse anticomunista. AMARAL, Airton Pacheco do: **Depoimento** [nov. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

Na última noite permitida para propaganda eleitoral, [...] [em um comício] em frente à prefeitura, o Cassiano percebeu que o funcionalismo “tava” mais tendente a apoiar o Arnaldo. Ele percebeu isso. Ele foi pro comício e disse que se elegeisse “ia meter uma taquara no ninho desse funcionalismo.” Mas no outro dia o que se explorou nos bastidores? Foi o que definiu a eleição. Então as nossas sublegendas eram de fato adversárias. [...] Naquela época o funcionalismo definia... O Cassiano defendia que nós [da sublegenda 2] éramos, o grupo do Arnaldo, um grupo sem personalidade capaz de enfrentar a situação vigente. Era preciso uma administração forte pra enfrentar. (AMARAL, depoimento, 2014).

Não obstante, Cassiano Motta poderia ser cassado pelo regime, caso fosse eleito, por defender ideias que poderiam facilmente ser consideradas pelos militares como “subversivas”. O fato de, naquele momento, já ter sido preso pelo Exército, possivelmente deve ter contribuído para a desaprovação da sua candidatura por dirigentes do MDB, embora fosse acompanhado pelo igualmente respeitado Bicca de Medeiros. Mas, se hipoteticamente Cassiano fosse eleito e cassado, provavelmente o vice também o seria¹²⁷, em uma articulação envolvendo os militares e as elites apoiadoras do regime, oportunizando ao presidente da Câmara, que de 1966 a 1972 foi da Arena, a chance de assumir o cargo. Além disso, Cassiano teria dito em campanha que “acabaria com o ninho dos caranchos”, em alusão ao pássaro comum na região, chamado coloquialmente de carancho,¹²⁸ e à suposta política desenvolvida por Houayek, de aparelhar as secretarias de governo com pessoas oriundas do seu grupo político ou, quiçá, “apadrinhando amigos políticos”.¹²⁹

Com base nas informações coletadas, pode-se dizer que o discurso de Cassiano Motta em frente à prefeitura tenha sido fragmentado pelo falatório popular que se deu nos dias seguintes, apesar de os depoimentos de Jarbas Mendonça e Airton Amaral indicarem a expressão “ninho”, seja do funcionalismo seja de “caranchos”, nas palavras do candidato. Independente disso, o ex-emedebista Julio Cezar Fagundes diz não concordar com o termo “desavenças” entre as duas frações do partido. Segundo ele, “Deve ter havido, no máximo,

¹²⁷ Esta sugestão é uma hipótese levantada pelo pesquisador e está embasada na punição sofrida pelo Sr. Bicca de Medeiros, conforme o AI-5, em 1969, juntamente com a cassação de três correligionários. Tais informações, assim como a lista dos políticos atingidos em todo o RS, aparecem no relatório de cassação do emedebista Eleú Menezes, embora não indique maiores detalhes sobre a punição. Possivelmente, Bicca de Medeiros ficou inelegível, isto é, impedido de concorrer a cargo eletivo. Informações extraídas de: BRASIL. **Conselho de Segurança Nacional**: processo de cassação de Eleú Rosa Menezes. O ex-vereador teve acesso ao documento após mover uma ação judicial contra o Estado, em virtude da punição causada pelo regime, passando-nos o mesmo no ano de 2010.

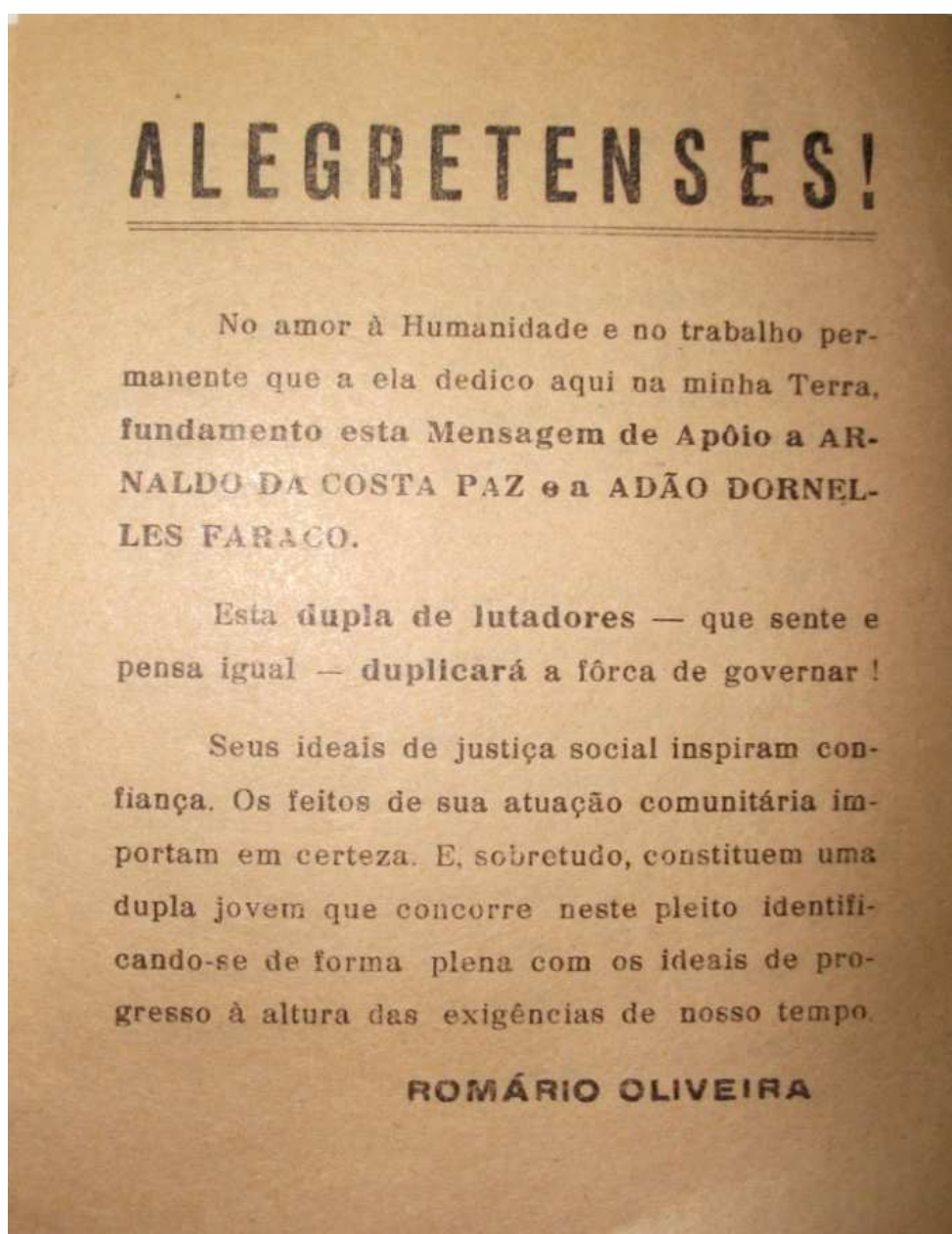
¹²⁸ No Rio Grande do Sul, é chamado de “carancho” o típico indivíduo “malandro”, que age em benefício próprio em determinada situação. É também aquele indivíduo que chega a um local sem ser convidado.

¹²⁹ A expressão “ninho de caranchos” foi extraída do depoimento de Jarbas Aurélio Mendonça.

algum ‘leva e traz’ por parte de cabos eleitorais quase anônimos, mas não de parte das lideranças de ambas as sublegendas, constituídas, estruturalmente, de pessoas de bem”.¹³⁰

Outro ponto que indica a disputa entre as sublegendas emedebistas pode ser observado por meio do panfleto eleitoral da campanha do MDB 2, assinado por um conhecido médico alegretense. O panfleto ou “santinho”, como é mais conhecido, faz parte do acervo documental do Centro de Pesquisa de Alegrete (Cepal).

FIGURA 1 – O panfleto eleitoral



Fonte: Centro de Pesquisa de Alegrete (CEPAL).

¹³⁰ FAGUNDES, Julio Cezar: **depoimento** [jan. 2016]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

São curiosos alguns trechos do panfleto. Primeiramente, foi assinado pelo médico Romário Oliveira, muito popular entre os alegretenses e que era conhecido como “o médico dos pobres”, pois atendia gratuitamente os seus pacientes, no consultório médico, em sua residência ou até mesmo em vias públicas. Além do mais, militava em prol da saúde das populações dos bairros mais carentes da cidade e era declaradamente petebista, e emedebista quando este se formou, mas nunca concorreu a cargo eletivo.

Portanto, o apoio formal do médico poderia render à sublegenda muitos votos. Por outro lado, não se deve sobrecarregar o peso desse apoio, como se apenas o seu nome pudesse levar a sublegenda à vitória, pelo fato de os dois candidatos da sublegenda já terem carreiras políticas estabelecidas em 1968. Porém, o texto escrito no “santinho” permite algumas indagações: considerados uma dupla que “pensa igual”, Arnaldo Paz e Adão Faraco estariam em plena sintonia, fator que motivou à confiança do médico, ou ambos representavam o inverso da sublegenda 1, que estaria, nesse caso, enfrentando problemas ou desentendimentos internos, além das rivalidades entre as duas indicadas acima? O médico poderia defender uma ideia política mais próxima à do grupo “moderado”. Ainda assim, por que não apoiou o partido como um todo, emprestando o nome à instituição partidária e não apenas a uma de suas sublegendas? Aliás, o médico não cita o nome do Movimento Democrático Brasileiro na frase. Sumamente, o panfleto não indica o desentendimento entre as sublegendas, se analisado de forma isolada, e, talvez, a sigla MDB não tenha sido escrita na cédula eleitoral porque era apenas necessário o nome do candidato, e não o nome acompanhado do partido.

Seguindo outro trecho do “santinho” temos: “[Arnaldo e Adão] constituem uma dupla jovem”. Portanto, havia uma disputa entre uma “ala jovem” e uma “ala velha” no MDB, entre frações evidentemente vindas da época do PTB? No período em que Arnaldo Paz foi vereador, tendo sido companheiro de bancada de José Bicca de Medeiros, Cassiano Motta era o vice-prefeito do petebista Waldemar Borges, o que indica que este possuía maior peso político do que aquele durante os anos anteriores ao bipartidarismo. Nesse último aspecto, novamente Julio Fagundes discorda. Para ele, Paz era um “trabalhista histórico” do município, assim como Motta e Bicca de Medeiros; e Faraco, por sua vez, era vereador desde 1964, não sendo, portanto, uma novidade. Todavia, o termo também denota uma ideia de renovação política, referindo-se mais às propostas de cada “chapa” do que à idade dos homens envolvidos na disputa.

Contudo, independente de todas as articulações partidárias inerentes aos processos de escolhas públicas, o pleito seria decidido pelos 25.753 eleitores aptos ao voto em 1968. Destes, 19.182 compareceram. Por algum motivo, 6.571 não compareceram às sessões

eleitorais, sendo que, somados aos votos não válidos, o número sobe para 7.129 pessoas. As abstenções indicam que 257 eleitores votaram em branco e outros 301 preferiram anulá-lo. Para o legislativo, 1.212 votaram em branco e 798 votaram nulo. Das onze vagas disponíveis na Câmara, seis foram ocupadas por políticos do MDB e cinco da Arena.¹³¹

Considerando as distribuições partidárias anteriores ao regime autoritário, o eleitor mais conservador poderia depositar seu voto na Arena; até mesmo aquele com vínculos familiares, que, por exemplo, eram partidários do antigo PL pelas origens maragatas. Além disso, poderia confiar na Arena em 1968 crendo na representação desta com a luta contra a “subversão” e a “corrupção”, conforme o discurso nacional do partido e do regime, valendo-se de concepções anticomunistas (isso poderia valer também para os pleitos seguintes). O início dos resultados econômicos do “milagre brasileiro” poderia influenciar.

Por outro lado, o eleitor que olhasse os candidatos do MDB constataria a presença de um maior número de políticos profissionais, isto é, todos os homens envolvidos já tinham sido vereador ou vice-prefeito, embora os componentes da sublegenda 1 não ocupassem cargos eletivos naquele momento. Poder-se-ia avaliar, por exemplo, um Cassiano Motta que havia tido frustrada as suas intenções de se tornar prefeito (1959) e deputado estadual (1966)¹³² e um Arnaldo Paz que era o atual vice-prefeito, que seguiria provavelmente a política do titular Adão Ortiz Houayek (caberia, nesse caso, uma avaliação subjetiva sobre o governo de Houayek). No caso do MDB, é válido associar um hipotético pensamento do eleitor acerca da distribuição anterior ao bipartidarismo: se ele integrasse algum sindicato trabalhista; fosse comunista (pela ilegalidade dos partidos de esquerda); ou tivesse simpatias por Getúlio Vargas, Leonel Brizola ou João Goulart – eram fatores que poderiam levá-lo ao voto no PTB antigo. Também é válido pensar em um cidadão que residisse em uma casa simples na periferia da cidade, num dos vários bairros surgidos do rápido crescimento urbano, que consultava ou ouvia amigos ou vizinhos falarem de um médico “que atende de graça”; e que este tinha o nome vinculado a uma das campanhas políticas em 1968. Nesse caso, com possíveis votos conquistados pelo MDB 2 em virtude do apoio oficial de Romário Oliveira.

Portanto, o pleito de 1968 foi considerado pelo jornal *Gazeta de Alegrete* como “a mais disputada eleição da história política alegretense”, expressão que também marcou a capa do exemplar do dia 19 de novembro. A contagem final apontou a maior votação para a sublegenda 1 da Arena, com 8.065 no total. Mas não saiu vencedora. O MDB 2, com 6.892 votos, beneficiando-se do acréscimo dos 3.118 obtidos pelo MDB 1, totalizou 10.010 votos

¹³¹ RIO GRANDE DO SUL. Eleição Municipal de 1968.

¹³² RIO GRANDE DO SUL. Tribunal Regional Eleitoral. Eleição Geral – Alegrete, 1966.

no total, e assim, venceu a disputa. A soma dos votos da Arena 1, acrescidos aos 1.107 da sublegenda 2, chegaram ao número de 9.172, ou seja, 838 votos a menos que o MDB.

A *Gazeta* apontou ainda que “a margem de votos entre o Movimento Democrático Brasileiro para a Aliança Renovadora Nacional, não obstante haver surpreendido pelos números – 838 votos – somente foi desenhada no período da tarde de sábado”.

Falando ao povo alegretense pelo microfone da Rádio Alegrete ZYK – 70 logo após o encerramento dos trabalhos das juntas apuradoras, Paz conclamou os alegretenses “à união para resolver os grandes problemas da comunidade”. (GAZETA DE ALEGRETE, 19/11/1968, p. 1).

Conforme depoimento de Airton Amaral, posteriormente, Cassiano Motta teria dito a correligionários, acerca desse pleito: “– Fui burro. Vocês [sublegenda 2], enquanto pintavam o sete diferente, eu queria consertar o mundo e na verdade não tinha força”.¹³³ Desse modo, o emedebista “foi se dando conta”, segundo palavras do depoente, de que o enfretamento com o regime não deveria ser da forma por ele pouco antes defendida, tendo, com isso, moderado o tom de seu discurso, embora continuasse sendo ríspido em suas colocações.¹³⁴ Nesse sentido, possivelmente houve, após o pleito, uma aproximação entre os dois grupos anteriormente mencionados.

Já a administração de Arnaldo Paz iniciou-se “com um entusiasmo muito grande, pelas propostas novas que trouxe e uma liderança nova que se implantava, que era a do próprio Adão Faraco, e se fixou na educação como uma das metas principais do seu governo.”¹³⁵ Segundo Amaral, ao longo desse governo, conseguiu-se “implantar o famoso decreto 201,¹³⁶ que trouxe uma roupagem nova e controle da administração”. As verbas, ele prossegue, “começaram a ser, digamos, disciplinadas. Não foi um governo de grandes obras, mas deu uma estabilidade e uma certa organização do funcionalismo”.¹³⁷

No entanto, poucos meses depois do início do governo local, o vice-prefeito eleito foi cassado, juntamente com dois vereadores emedebistas, Eleú Menezes e Honório Paines, que perderam os direitos políticos por dez anos.¹³⁸ O cargo de vice-prefeito ficou desocupado pelo

¹³³ AMARAL. Airton Pacheco do: **depoimento** [nov. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

¹³⁴ *Idem*.

¹³⁵ *Idem*.

¹³⁶ Ao mencionar o termo “famoso”, o depoente considera uma questão da política local e se refere ao decreto como uma conquista partidária.

¹³⁷ *Idem*.

¹³⁸ De modo geral, as cassações realizadas após o AI-5 foram sentidas em todo o país. Nos municípios vizinhos a Alegrete houve ao todo doze suspensões de direitos políticos. Além dos já citados, três vereadores foram cassados em Santana do Livramento (Agustin Adalberto Soares Argilês, Antônio Apoitia Neto e Oriovaldo Gomes), três em Uruguaiana (Carlos Fonseca Brum, Manoel Goulart e Wandir Rangrar Taborda), um em

restante da administração, assim como os assentos da bancada do partido, que não foram preenchidos pelos suplentes.

[...] foi sentido esse vazio que se estabeleceu, essa punição que Alegrete sofreu. Então nós [o diretório] recebemos um apoio muito grande da direção estadual do partido. E através da direção estadual do partido nós conseguimos alguns convênios a nível federal, através das lideranças legislativas, porque a nível de governo propriamente dito a coisa era muito difícil.[...] Inclusive mantendo relações com os adversários, que tinham liderança aqui, tinha o [Nelson] Marchezan. O Marchezan foi muito útil em várias ocasiões. [...] Ele tinha uma forte liderança local. (AMARAL, depoimento, 2014).

Não obstante, todos foram acusados de subversão. Em seu livro de memórias, Adão Faraco escreve: “pessoas influentes não absorveram meu afastamento do Partido Libertador”, sendo que em 1963 “fiz 2.167 votos [...]. Foi forte a votação, acima da que foi obtida pelo candidato libertador que esperavam fosse o mais votado, o grande médico Ruy Barbosa da Silveira, com 1.900 votos”; além disso, no “plano da educação, meu êxito incomodava tanto pelos quatro ginásios criados por propostas que fiz na Câmara de Vereadores e na Fundação, como pela criação do Curso Superior pioneiro da cidade, abrindo caminho para a implantação da Universidade do Alegrete.” (MARTINS; FARACO, 2012, p. 240).

Esses dados concretos caíam como ‘riscos eleitorais’ para a ‘direita’ desesperada pela intervenção na Prefeitura. Eles encontraram na nossa Bancada e em mim uma trincheira que se revelou capaz de os enfrentar e de refutar todas as suas investidas. Certamente foi por aí o caminho retroativo em busca de motivação para tolher a série de êxitos que meus companheiros e eu vínhamos obtendo na discreta opinião pública. (MARTINS; FARACO, 2012, p. 240)

Faraco diz que a sua cassação ocorreu “por atitudes e conclusões equivocadas do regime policialesco, encravando na mediocridade local”, pois “Alguns, num piscar de olhos, viraram machos de primeira água”. Tais atitudes teriam dado início “a caça às bruxas”, no qual “a vindita pessoal, a inveja, o direito da força, as ‘investigações’ em sigilo, os tristes

Rosário do Sul (Artigas Castillos Puignau); e dois políticos suspensos, José Pinto Bicca de Medeiros (Alegrete) e Rubens Clair Viana (suplente de Deputado Federal).¹³⁸ No Rio Grande do Sul, foram cassados ainda, Estevam Malinoski (prefeito de Barracão), Rui da Silva Teixeira (prefeito de Cachoeirinha), Kurt Water Graebin (prefeito de Feliz), Emir Squeff (prefeito de Canguçu), Victor Kurt Schuck (vice-prefeito de Estância Velha), Euclides Gonçalves, Francisco Paulo dos Santos Lemes e Otávio Tomazzi Filho (vereadores em Santa Maria), Nelson de Aquino Silveira Machado e Ruy Favali Bastide (vereadores em Dom Pedrito), conforme o Art. 4 do Ato Institucional nº5, sob indicação do Conselho de Segurança Nacional (CSN). BRASIL. **Conselho de Segurança Nacional**: processo de cassação de Eleú Rosa Menezes.

Inquéritos Policiais Militares, (os IPMs), deram predomínio aos ‘ditadores locais’.” (MARTINS; FARACO, 2012, p. 234).¹³⁹

O problema era o fato de que a simples acusação de “comunista” nada mais exigia. O rótulo, sem exame do que realmente pensasse o atingido pela infâmia, e sem qualquer consideração ao que o conceito realmente significa em termos de filosofia ou de política, era o suficiente para marcar a fogo! E por aí se escancaravam as chances de estúpida perseguição. (MARTINS; FARACO, 2012, p. 238).

O político salienta que a “intervenção e as cassações se davam por decisões nos bastidores da ilegalidade encoberta pela força. Ora, essa opção antiética, encontrou na viagem à China o motivo ‘suficiente’ para a pecha do momento – é um comunista! Se era, ou não, a insinuação bastava”. (MARTINS; FARACO, 2012, p. 240).

Ademais, a Eleú Menezes pesaram os dados detalhados do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre as suas atividades em movimentos estudantis em Porto Alegre, antes de fixar residência em Alegrete. Consta no documento ações no recrutamento e aliciamento de estudantes ou simpatizantes e na promoção e distribuição de panfletos e propaganda subversiva. “Como Exemplo dessas atividades, destacam-se os fatos abaixo.”¹⁴⁰

Combatente Anti-revolucionário, sob as ordens diretas de BRIZOLA; elemento de ligação entre os exilados no Uruguai e os anti-revolucionários gaúchos; ex-integrante da UNIÃO GAÚCHA DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS; pichador de paredes.¹⁴¹

Na ficha informativa, as acusações também se justificaram pelas supostas colocações enquanto candidato, principalmente nos comícios públicos. De acordo com o relatório, Eleú teria (1) atacado “o governo e as Forças Armadas, cujos integrantes chamou de corruptos, opressores, traidores da Pátria, canalhas etc., (2) ter rasgado durante comício uma farda verde-oliva para demonstrar seu ódio ao Exército, (3) exercer atividades subversivas no meio estudantil e (4) ser um anti-revolucionário, jovem, mas de alta periculosidade.”¹⁴² Ademais,

¹³⁹ Faraco relata que, ainda em 1964, foi-lhe suspensa em caráter definitivo a autorização para o exercício do magistério no Instituto de Educação Oswaldo Aranha [onde trabalhou de 1961 a 1965], juntamente com as professoras Vanda Souza Trindade e Maria Purcina Pereira da Costa. Segundo ele, essa ação, bem como a instauração de um Inquérito Policial Militar, foi movida por Guilherme Kapp, interventor federal da Inspeção Seccional de Ensino de Santa Maria, e “ao que tudo indica, tinha endereço certo [...]; houve quem se valesse do Exército para pôr em prática mesquinhos interesses subalternos”. (MARTINS; FARACO, 2012, p. 235-238).

¹⁴⁰ BRASIL. Conselho de Segurança Nacional: processo de cassação de Eleú Rosa Menezes.

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² Idem.

consta-se que além de supostas pichações no ano de 1965, haveria ligações do acusado com elementos e atividades comunistas, sobre ordens diretas de Leonel Brizola.¹⁴³

[Quando se deu o golpe de 1964] Eu não morava em Alegrete. Eu morava em Porto Alegre. Estudava no Colégio Rosário. E quando eu estudava no Rosário, [foi] quando eu comecei a militar no movimento estudantil [antes de 1964]. Aí, em decorrência dessa militância, eu fui candidato à presidência da União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Porto Alegre. Não obtive êxito na minha postulação. Fui derrotado. [Mas] Tive o apoio do Partido Comunista, das forças de esquerda. E prevaleceu o lado oposto. Posteriormente eu comecei a militar no movimento estudantil a nível de Rio Grande do Sul. [Fui] Secretário Geral da União Gaúcha dos Estudantes Secundários, cujo presidente era o Aloízio Paraguaçu [eleito vereador de Porto Alegre em 1968, pelo MDB; deputado estadual em 1971, onde ficou até 1975; e deputado federal de 1975 a 1979 e de 1979 a 1983]. E essa participação do movimento estudantil foi significativa, foi forte, porque era um movimento muito organizado, organicamente estruturado, no plano doutrinário, ideológico. Naquela época haviam grandes debates sobre o marxismo, o leninismo. Os cristãos também estavam se dividindo... [...] Aí, depois [...] eu fiz vestibular pra Direito, em 1965, passei... Aí eu consegui uma transferência pra Santo Ângelo. Isso deu pra eu voltar pra Alegrete. E me candidatei a vereador pelo MDB, na ala liderada pelo Cassiano Pahim da Motta. (MENEZES, depoimento, 2014).

De acordo com o documento do SNI, as cassações dos três emedebistas alegretenses tiveram origem a partir de uma informação vinda do candidato derrotado Joaquim Fonseca Milano.¹⁴⁴ Consta no relatório que Joaquim Milano havia salientado que não apenas Eleú Menezes era comunista atuante, mas também “outros elementos ligados à atual administração municipal”, como o próprio Adão Faraco e o secretário Luiz Trindade.¹⁴⁵ O relatório pode ser conferido a seguir.

¹⁴³ Acreditamos que essas acusações eram exageradas, pois o próprio Eleú nega que tenha rasgado, queimado ou cometido algo que atacasse ou fizesse juízo ao Exército durante a campanha política. Além disso, se ele tivesse cometido algo contra a farda verde-oliva, certamente teria uma punição maior do que a cassação do mandato de vereador e dos seus direitos políticos.

¹⁴⁴ BRASIL. **Conselho de Segurança Nacional**. Processo de Eleú Rosa Menezes.

¹⁴⁵ Idem.

FIGURA 2 – Relatório de cassação de Eleú Menezes: imagem aproximada do texto que aborda o nome do possível delator¹⁴⁶

O Maj Art ALFREDO LAYDNER LELES, Com do Dep Armt e Mun da 3ª RM, informou que, em Alegrete-ES, por ocasião da campanha política para as eleições de Prefeito e Vereadores daquela Cidade, um candidato ao Legislativo Municipal - ELIUR MENEZES - elemento reconhecido como comunista, fez as mais tôrpes acusações às classes armadas e, para materializar o seu espírito anti-militarista, quis usar um uniforme do Exército.

Tal fato chegou ao conhecimento do Com da Alegrete, que determinou a prisão do citado elemento. No entanto, este conseguiu fugir, só reaparecendo, surpreendentemente no recinto da Prefeitura, no instante de tomar posse, voluntariamente, do seu cargo de Vereador, pois que se fez eleger pelo MDB.

Ainda sobre o mesmo fato, o Dr. JOAQUIM FONSECA MILAFO, ex-Prefeito de Alegrete, comentou que não só ELIUR MENEZES é comunista atuante, como também outros elementos ligados à atual administração municipal:

- LUIZ TRINDADE, Secretário do Município •
- ALDO DORNELIS FARACO, eleito Vice-Prefeito.

OBS: Sugere-se como medida de Contra-Inteligência a cassação dos elementos acima sublinhados, convido, entretanto, colher mais informações a respeito com o III Ex.

Fonte: BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Processo de Eleú Rosa Menezes.

¹⁴⁶ Como comprovação da veracidade deste documento, cedido ao pesquisador pelo próprio Menezes por meio de fotocópia, colocou-se em anexo a página da capa do mesmo, seguido da que consta o nome do denunciante, lembrando que a figura inserida no corpo do texto é a aproximação desta segunda imagem.

Os políticos atingidos, dentro de suas respectivas competências, e em especial os senhores Eleú e Faraco, representavam uma ameaça ao regime. Logicamente, eles não eram ameaças ao regime em si, à sua estrutura nacional, mas eram políticos atuantes e de elevado destaque no MDB local. Eram “ameaças” do ponto de vista eleitoral, no âmbito político do município. Mas desconhecemos as causas que justificaram a cassação de Honório Paines, que mantinha um pequeno comércio na localidade de Passo Novo. Talvez isso tenha se dado pela considerável votação obtida no pleito. Seja como for, a questão das cassações serão melhor tratadas no capítulo seguinte.

Entretanto, o fato da denúncia de Joaquim Milano deve ser avaliado com precaução. Isso porque uma curiosa situação ocorreu em Alegrete entre 1966 e 1967. Durante esses anos, os quartéis da cidade fecharam as portas para as relações públicas, pelo elevado número de denúncias contra “pessoas subversivas”. De certo modo, os comandantes dos quartéis sabiam que grande parte dessas denúncias eram exageros ou rivalidades entre pessoas, uma forma de vingança contra o desafeto.¹⁴⁷ Tentemos imaginar, nesse caso, o ponto de vista desses oficiais, em apurar a denúncia e a real periculosidade do denunciado, em paralelo à “lista oficial” formada por nomes específicos e que eram seguidamente detidos pelo Exército. Isso não quer dizer que o leque de pessoas que tiveram impedimentos em suas atividades profissionais ou em sua vivência particular fosse homogêneo, pois não era difícil ultrapassar o limite daquilo que era considerado uma subversão pelo regime. Tais intimidações (muitas vezes informal) levadas pelo Exército até a residência do interrogado originou o jargão alegretense de “subir a rampa”, em analogia à estrada que dá acesso ao 6º Regimento de Cavalaria, localizado no alto da coxilha, ao lado oeste da cidade de Alegrete.¹⁴⁸

Portanto, a denúncia de Joaquim Milano pode ter sido fruto de correligionários incomodados com a sua liderança dentro da Arena. Essa hipótese pode ser complementada com algumas informações extraídas dos documentos referentes ao pleito de 1972, que serão discutidos a seguir. O próprio Eleú Menezes, além do seu antigo correligionário, Airton Amaral, que tecem elogiosos comentários ao mesmo, mostraram-se surpresos ao ter conhecimento do fato, não acreditando na delação. Contudo, é preferível apenas conjecturar possibilidades sobre o ocorrido e não estabelecer afirmações da denúncia ou não dos emedebistas cassados por parte de Milano.

¹⁴⁷ LOPES, Carlos: **depoimento** [set. 2010]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

¹⁴⁸ Para o Sr. Airton Amaral, em depoimento, “o grande erro da revolução foi dar guarida ao denunciamento sem que [os denunciados] assinassem. Não assinavam! Iam lá [no quartel], ‘- O fulano fez isso, fez aquilo.’” AMARAL, Airton Pacheco do: **depoimento** [nov. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

2.3.2 A eleição de 1972

Durante o pleito de 1972, três candidaturas foram formalizadas. A Arena lançou duas sublegendas, com Ary Faria Marimon e Claudio Amildon Rosso na 1 e Brasilêncio Lopes Machado e José Rubens Pillar na 2, e o MDB, indicou apenas o Sr. Adão Ortiz Houayek, que novamente estava concorrendo ao cargo de prefeito municipal.

Com relação aos arenistas, Marimon e Rosso tinham no PL a base que lhes permitiu o ingresso na política, por influências familiares. O primeiro, natural de Bagé, assimilou os vínculos políticos do pai e do avô, que possuíam propriedade rural ao lado do castelo de Pedras Altas, de Joaquim Francisco de Assis Brasil, um dos antigos líderes federalistas e a grande influência teórica dos libertadores. Coursou técnico agrícola e posteriormente formou-se em agronomia, indo residir em Alegrete na década de 1960, por ser funcionário da Secretaria de Agricultura. Como a Secretaria era subdividida pelas microrregiões do estado, Marimon foi escolhido coordenador da localizada na fronteira oeste, formada por dez municípios e tendo Alegrete como sede.¹⁴⁹ Uma vez agrônomo, estabeleceu contato com o meio rural e com a UPPA, durante a administração do prefeito Joaquim Milano. “Eu participava junto com as lideranças”, em uma aliança formada por vários partidos, que tinha “uma conduta diferente daquela lá de cima [da política nas esferas federais], onde faziam qualquer negócio”. “O normal era uma unidade entre os três partidos [garantida] durante longo tempo”.¹⁵⁰

Com o advento do bipartidarismo, Marimon filiou-se à Arena e em 1968 foi eleito vereador, obtendo 866 votos. Foi um dos destaques em sua bancada, sendo, inclusive, indicado para ser o relator do processo movido pela Arena contra o prefeito Arnaldo Paz, em 1970, na Câmara (cujos fatos serão abordados no capítulo seguinte). Ao obter certa influência, foi lançado candidato a prefeito. No entanto, “eu nunca sonhei com cargo político; nas vezes em que fui candidato, fui forçado por amigos, por companheiros de partido, pelo diretório”.

Eu tinha uma representação funcional, digamos, com o meio rural, com o homem rural, o agricultor, o pecuarista. Então, acharam que eu podia pegar voto. Mas também pela minha participação. Eu sempre participei de boa vontade e deliberadamente nunca querendo cargo eletivo. [...] Meu feito não era esse. Eu acompanhei a política partidária e os representantes dos partidos, o sacrifício que é, o que tem o político, a luta que tem, o esforço para satisfazer os seus representados; e não me agradava isso, mas, fui

¹⁴⁹ Anos mais tarde, Ary Marimon foi presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL) e em 1990 candidato a deputado federal, pelo PDS.

¹⁵⁰ MARIMON, Ary Faria: **depoimento** [set. 2015]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

obrigado. Aí fui candidato a vereador, fui candidato a prefeito e posteriormente fui candidato a deputado federal quando eu estava na presidência da FARSUL. (MARIMON, depoimento, 2015).

O Sr. Marimon relata que o amigo e deputado arenista Vasco Amaro da Silveira mandou-lhe, em certa oportunidade, uma mensagem de Brasília parabenizando-o pelo aceite à candidatura a prefeito. “Eu não tinha aceite coisa nenhuma, era uma espécie de chantagem de amigo. [...] Mas eu acabei cedendo”.¹⁵¹

Não obstante, o vice da sublegenda 1, Claudio Rosso, candidatou-se pela primeira vez em 1968, à vereança, pela Arena. Conforme o próprio Rosso, que é advogado, a campanha para vereador obteve o importante apoio de várias famílias de imigrantes italianos residentes no município, por também ser descendente de italianos. Ao final do pleito, foi eleito com 1.163 votos. Quatro anos depois, foi convidado a compor a sublegenda com o companheiro de bancada, Ary Marimon.¹⁵² Ao ser questionado se foram sugeridos outros nomes para ocupar o posto de vice da “chapa”, Marimon é enfático: “não, nós éramos companheiros de vereança, e o Rosso sempre foi de bem. Então, foi uma coisa bem ao natural, sem dificuldade nenhuma, sem problema nenhum”.¹⁵³

Pela Arena 2, conforme acima indicado, concorreram Brasilêncio Machado e Rubens Pillar. Brasilêncio, antigo membro da UDN, era um rico fazendeiro, com propriedade na região de São João, entre os subdistritos de Durasnal e Passo Novo (que abrigou a antiga Escola Agrotécnica de Alegrete, fundada no governo estadual de Brizola, onde hoje está sediado o Instituto Federal Farroupilha). Foi eleito vereador em 1963 pela UPPA e em 1968 pela Arena. Obteve, neste segundo pleito, 961 votos. Além do mais, foi presidente da Câmara por três anos consecutivos, entre 1969 e 1971. Como se pode observar, três dos cinco componentes da bancada arenista na Câmara estiveram envolvidos na disputa.

O vice de Brasilêncio Machado, José Rubens Pillar, era padre da Igreja Católica. Chegou em Alegrete ao final dos anos de 1960. Antes, residia em Uruguaiana, onde teria enfrentado problemas com o Exército, em virtude de suas posições políticas e sociais. Já em Alegrete, obteve espaço no periódico local *Gazeta de Alegrete*, em 1970, no qual escrevia na capa, e às vezes na segunda página, sobre assuntos gerais, problemas sociais, política, etc. Foi docente na Faculdade de Economia da Fundação Educacional de Alegrete e ingressou na política por meio do convite de Brasilêncio Machado, em meados de 1972.

¹⁵¹ Idem.

¹⁵² ROSSO, Claudio: **depoimento** [dez. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

¹⁵³ MARIMON, Ary Faria: **depoimento** [set. 2015]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

Desse modo, a Arena novamente lançou duas sublegendas, mas, ao contrário de 1968, as “chapas” não se entenderam bem. Primeiramente, a falta de coesão da Arena se iniciou na convenção que escolheu os candidatos. Conforme expõe Ary Marimon, a questão era simples: o partido indicaria uma candidatura, como havia sido acordado com ele. “Eu fui eleito pelo diretório por unanimidade, aí depois houve uma proposta para uma sublegenda. Na época existia essa história da sublegenda”.¹⁵⁴ Com isso, a sublegenda 2 foi formada, “no mesmo dia, na mesma reunião”. “Eu era o candidato do partido; eu era o candidato da Arena, quando então surgiu o companheiro, político também, amigo, propondo a sublegenda, achando que, com a sublegenda, qualquer diferença com algum eleitor que tivesse em relação a minha pessoa, com a sublegenda [2] teria o recurso de votar no outro”.¹⁵⁵ Em outras palavras: “eu não sabia [acerca da formação da Arena 2]; acho que ninguém sabia. Mas um partidário sugeriu [...] no sentido de dar mais forma [ao partido].”¹⁵⁶

Em segundo lugar, as referências que indicam a falta de coesão da Arena são evidenciadas por três documentos: os relatos de Ary Marimon e Luiz Félix (eleito primeiro suplente da Arena em 1972), e uma nota publicada no jornal *Correio do Povo*.

Assim, conforme as palavras de Marimon:

Lamentavelmente um dos problemas [...] foi que eu era de origem do Partido Libertador e ele [Brasilêncio] da UDN. Então, se criou, assim, de repente, onde algumas pessoas, algumas lideranças inclusive, propunham um jogo entre nós dois. Quer dizer, nós dois, correligionários, um jogo entre nós. Não tinha sentido! Então, foi uma campanha muito ruim. [...] Imagina isso, um jogo! Quem jogava nele ia tirar votos de mim. Resultou que o candidato da oposição ganhou. Então, são erros da política, que acontecem, pessoas que podem ter a melhor das intenções, mas [que] na realidade erram. (MARIMON, depoimento, 2015).

Luiz Félix diz que o “Dr. Mário Thadeu [candidato a prefeito pela UPPA em 1963], oriundo da UDN”, mas que se somou com o tempo “ao grupo majoritário, liderado pelos antigos Libertadores”, “foi um grande articulador para aproximar os grupos, pois era uma pessoa que se relacionava com todos, [além de ser] um direto amigo do Dr. Joaquim Milano.”¹⁵⁷ Mas apesar disso, complementa:

[O processo eleitoral] Não foi bom em termos partidários, porque de um lado ficou o grupo ligado ao PL e no outro da UDN e PSD. Esses grupos não se

¹⁵⁴ Idem.

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ FÉLIX, Luiz Carlos: **depoimento** [fev. 2013]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

aceitavam, por disputas internas na sigla. Os nomes da Arena foram escolhidos por esses grupos. Cada um convidava seus candidatos a vereador, que fechavam com uma das sublegendas. Os comícios eram sempre separados. Dessa campanha ficaram muitas cicatrizes. (FÉLIX, depoimento, 2013).

Na matéria publicada pelo Jornal *Correio do Povo* em 1º de setembro, intitulada “Pinga fogo”, é destacada a desavença entre as duas sublegendas lançadas no pleito.¹⁵⁸ De acordo com o texto, o slogan da Arena 2 seria: “Vote em Brasilêncio contra o clã dos Milanos”. Trata-se de uma clara referência a Joaquim Milano, ex-prefeito e candidato em 1968, que era oriundo do PL e que naturalmente apoiou a candidatura da sublegenda libertadora “pura”, se assim se pode considerar. Conforme palavras de Gilberto Brandolt, os grupos originários anteriormente do PL e da UDN disputaram espaço entre si, enquanto o do PSD atuou mais como conciliador.¹⁵⁹ Por outro lado, para Luiz Félix os “grupos se alinhavam pela origem partidária, PL de um lado, [e] de outro UDN e PDS”, apontando uma proximidade deste último com os udenistas.¹⁶⁰ Em suma, “UDN e PL brigavam”.¹⁶¹

Seja como for, a instabilidade partidária na Arena pode ser vista como o “jogo político” mencionado por Ary Marimon: membros de uma ala do partido vinculada principalmente à antiga UDN estando descontentes pela influência de uma liderança abertamente ligada à fração libertadora (Joaquim Milano) nas decisões da organização. Além disso, essa disputa foi intensificada pela atuação de Milano como deputado estadual (1970-1974), dando força partidária e eleitoral, mesmo que de forma mínima, à Marimon e Rosso.¹⁶²

Diante dos fatos, temos dois depoimentos que expressam opiniões parecidas com relação ao Sr. Milano e sua liderança:

¹⁵⁸ O texto do jornal foi encontrado junto a outros materiais jornalísticos e demais informações sobre Joaquim Milano no acervo do Centro de Pesquisa de Alegrete (CEPAL), na caixa-arquivo catalogada como “Joaquim Fonseca Milano”.

¹⁵⁹ BRANDOLT, Gilberto: **depoimento** [dez. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

¹⁶⁰ FÉLIX, Luiz Carlos: **depoimento** [fev. 2013]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

¹⁶¹ BRANDOLT, Gilberto: **depoimento** [dez. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

¹⁶² Outro indício das rivalidades surgidas por causa da influência de Joaquim Milano pode ser observado na eleição de escolha da presidência da Câmara e demais cargos da Mesa diretora, em dezembro de 1971, ocasião em que o arenista Claudio Rosso venceu a disputa. Como a ARENA possuía uma bancada formada por cinco vereadores, Newton Peixoto, que perdeu para o emedebista Átila Etchepare em virtude da idade, após empate em 4 votos a 4, protestou, conforme indica a ata do dia: “Dizendo de sua estranheza por não ter contado com a totalidade dos votos da bancada da ARENA como candidato à vice-presidência; com relação ao voto em branco disse que isso deveria ter ocorrido em face de ter sido julgado incapaz para o exercício ou por estar êle ligado por laços de família ao Deputado Joaquim Milano. Disse que não contava mesmo contar com êsse voto”. ALEGRETE, Câmara Municipal. 15/12/1971.

[O Joaquim Milano era] um homem simples, modesto, não atacava ninguém, mas seu pecado era que tinha muito prestígio. Brasilêncio, oriundo da UDN, não aceitava as ideias do Dr. Joaquim, que apoiava a sublegenda do Marimon. Procurava desmerecê-los, com ataques sutis. (FÉLIX, depoimento, 2013).

O Joaquim foi um homem de bastante prestígio aqui. Foi prefeito, o pai dele foi prefeito, enfim... Ele sempre foi um homem de posição séria e isso não agradava a alguns. Mas é, eu diria que isso aí era uma espécie de ranço político, uma coisa que vinha de muito longe. A liderança maior era dos Antunes, principalmente o Manoel e o Salatiel Antunes [vereador eleito em 1963 pela UPPA]. Esses foram quem sustentaram a campanha do Brasilêncio. (MARIMON, depoimento, 2015).

Apesar dos ataques da sublegenda 2,¹⁶³ em especial à publicação no *Correio do Povo*, Ary Marimon relata que preferiu não revidar:

Do nosso lado, eu proibi: “ – Não pode haver crítica ao outro lado [Arena 2]”. Tanto que depois eu quis até renunciar à candidatura. Mas, lamentavelmente, algumas pessoas que vinham de longa data, daquela coisa de chimango e maragato... Então, se perdeu a eleição. O Delcy era o presidente do partido na época, quando eu pedi numa reunião com ele. “ – Vamos fazer uma reunião aí, porque eu não quero continuar.” (MARIMON, depoimento, 2015).

O candidato indica que questões de décadas antes ainda influíam sobre as relações partidárias. Quando destaca as disputas entre antigos chimangos e maragatos, está se referindo ao processo de formação do PL (maragato) e da UDN (formada no estado por antigos líderes de “lenço branco”) logo após a promulgação da Constituição de 1946, mas que se remetem a questões políticas ainda mais antigas no Rio Grande do Sul. Na Arena, tais desavenças, consideradas por Marimon como “picuinhas” e “ranço político”, foram sentidas já em 1968, mas com pouquíssima expressão, e intensificada em 1972. Luiz Félix também considera que essas questões ocorreram pelas “origens partidárias”, que eram ainda bastante fortes.

[Pergunta feita pelo pesquisador: “como foi a relação deles nas sublegendas (de chimangos e maragatos)?”] É o que eu digo, é o ranço. [“Em 1968 também?”] Sim... Sem nada, sem embasamento nenhum. Uma coisa na cabeça de pouquíssimas pessoas. Então, eu não sei se a gente teria ganhado a eleição [referindo-se novamente a de 1972], no caso, de um trabalho mais sério pelo partido, e não em interesse de ex-partidos, que não existiam mais. (MARIMON, depoimento, 2015).

¹⁶³ Por outro lado, o candidato Brasilêncio Machado, após o pleito, afirmou que “juntamente com o companheiro de chapa [também] foram alvos de ataques pessoais”.

Luiz Félix ilustra de forma clara o que representou este pleito para a Arena e o papel das sublegendas naquele contexto: “Em 1972, as sublegendas da Arena se preocupavam e procuravam tirar votos dos companheiros, [...] [ao invés de buscarem] a adesão de um adversário. A sublegenda somava votos, mas separava os companheiros”.¹⁶⁴

Na questão do sufrágio, os dois políticos libertadores que representaram a sublegenda 1 poderiam conquistar votos partidários de antigos membros e/ou simpatizantes do antigo PL. Além disso, haviam sido eleitos vereadores em 1968 mediante boas votações, especialmente Claudio Rosso, o mais votado do partido e o quarto no geral. Portanto, ambos possuíam certo status local, além do fato de o candidato a prefeito ter o nome vinculado a atividades rurais, embora, neste caso, Brasilêncio Machado também tivesse. Machado era estancieiro e criador de gado, assim como o financiador de sua campanha, Manoel Antunes. Seguindo essa perspectiva, as estruturas políticas movidas em torno da subserviência entre patrão e peões poderiam ser canalizados no voto, principalmente para a sublegenda 2. O eleitor veria na opção da sublegenda 2 arenista um homem eleito vereador por duas vezes e que foi presidente legislativo por três anos consecutivos.

Ademais, o potencial eleitor arenista poderia estar confuso quanto às desavenças ocorridas entre as duas “chapas”, ainda mais após uma delas ter assinalado uma possível desistência, poucas semanas antes do pleito. De certo modo, é difícil avaliar o quanto isso fez a sublegenda de Marimon perder votos e o quanto isso somou aos escrutínios de Brasilêncio e Adão Houayek, mas é possível considerar que isso favoreceu o MDB.

O MDB, por sua vez, lançou apenas uma candidatura, com Adão Ortiz Houayek. Concedendo entrevista à *Gazeta de Alegrete*, o deputado Aldo Fagundes comentou a escolha feita pelo diretório.

Estou contente que tenha sido esta a decisão do meu Partido. Penso mesmo que em poucos lugares o MDB desfruta de uma situação privilegiada como em Alegrete: Temos um grande contingente eleitoral, temos quadros dirigentes, temos tradição de luta política, temos estado repetidas vezes no governo da comuna, através de correligionários que têm engrandecido o mandato popular, mercê de suas qualidades e das realizações feitas em prol do município e de sua gente. Prefeitos como João Modesto de Souza, Eduardo Vargas, Waldemar Borges, Adão Houayek e o atual, Arnaldo da Costa Paz, representam uma tradição de vitória que ninguém ignora. Desta forma, alegro-me com a decisão tomada pelos meus companheiros como prenúncio de que mais uma vez haveremos de vencer. (GAZETA DE ALEGRETE, 9/5/1972).

¹⁶⁴ FÉLIX, Luiz Carlos: **depoimento** [fev. 2013]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

Todavia, essa indicação se deu por várias questões pontuais. A primeira delas pode ser extraída do depoimento de Dorval Braulio Marques. Conforme ele, o “MDB, por princípio, era contra as sublegendas, por ser um instituto criado pela ditadura”¹⁶⁵. Todavia, essa pode ter sido uma mudança de leitura do partido quanto ao cenário político local, pois já havia lançado duas sublegendas no pleito anterior. Talvez a indicação de apenas uma candidatura tenha buscado demonstrar a ideia de consenso, ao invés de abrir a possibilidade de o eleitor verificar atritos entre eventuais sublegendas, como ocorrera em 1968.

O segundo ponto foi o fortalecimento adquirido por Houayek, também conhecido pelo apelido de “Piola”. Ele era um dos principais articuladores do grupo mais moderado do partido, ao lado de Arnaldo Paz e Adão Faraco. Mas esses dois não poderiam concorrer, pela impossibilidade de reeleição de Paz e pelo impedimento de Faraco por causa da perda dos direitos políticos, após a cassação do mandato de vice-prefeito. Além disso, era aliada à Houayek a boa avaliação da sua primeira administração, em vista das várias obras realizadas, como a pavimentação e iluminação de ruas e avenidas centrais e a construção de pontes e escolas rurais. Desse modo, apesar de o MDB poder indicar mais duas sublegendas, “o Piola era consenso”. Como um todo, o partido “estava coeso [pois] o Piola era unanimidade; [...] pra falar a verdade, era uma dificuldade arrumar candidato, por causa do medo que eles tinham da revolução.”¹⁶⁶ “Quem poderia ser o contraponto, Adão Faraco, mas tava cassado. [...] Não sobrou nenhum vereador que tenha se destacado na Câmara pra concorrer com o Piola.”¹⁶⁷

Portanto, em um momento específico do partido, que tinha escassas opções de nomes populares, Houayek obteve grande influência e assim pôde traçar uma estratégia de campanha sem grandes contestações do diretório. Em vista disso, o político utilizou-se do seu carisma pessoal, necessário nas atividades diárias em sua loja comercial, e transpôs, segundo indicam alguns depoimentos, uma característica individualista, ou seja, com pouco diálogo com correligionários. O Piola “era muito concentrador [...]. Acho que ele nem seria candidato se tivesse sublegenda.”¹⁶⁸

Ademais, outro fato pautou as discussões no partido: o cuidado com novas cassações, com base em orientações vindas da presidência do diretório – que nesse ano estava a cargo do deputado federal Aldo Fagundes – e também do próprio Houayek.

¹⁶⁵ MARQUES, Dorval Braulio: **depoimento** [set. 2015]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

¹⁶⁶ VARGAS, Paulo: **depoimento** [set. 2015]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

¹⁶⁷ Idem

¹⁶⁸ Idem.

O nosso candidato a prefeito que venceu a eleição tinha um terror do esquema político [dos discursos contundentes contra a ditadura, como afirma ter sido o seu, e também da presença de comunistas no partido]. Apesar de ser [politicamente] bem definido, do PTB, o Piola, era um administrador. Não era um prefeito político. Então, ele tinha um terror que alguém fosse cassado. Por isso, eu fiquei dois anos de mal com o Houayek, [...] eu briguei antes da eleição. Ele dizia que eu ia prejudicar a campanha dele com o meu nível de discurso. Eu disse: “– Eu faço o que o MDB prega. Eu não vou falar em tapar buraco. Eu vou falar politicamente. Nós precisamos democratizar o país.” Então nos afastamos politicamente. Eles tinham que me engolir nos comícios. (VARGAS, depoimento, 2015).

Quanto ao presidente do partido em 1972:

Nós tínhamos o Aldo Fagundes, deputado federal. Ele era muito presente. Era ele quem comandava politicamente o MDB aqui. Nesse período, era muito presente... Vencedor... Nessa conexão que ele fez com Uruguaiana, com o Nivaldo (deputado estadual). Ele nunca relatou [se enfrentava pressões do Exército ao visitar Alegrete e articular questões no MDB local]. Ele era muito receoso. [Mas] Sempre colocava pra nós essas questões [do perigo de ter o mandato cassado]. (VARGAS, depoimento, 2015).

Entretanto, as cassações não elucidaram apenas as orientações aos políticos emedebistas para moderarem os seus respectivos discursos. Elas também foram exploradas na campanha, buscando constranger o partido arenista, de modo a transmitir ao eleitor a ideia de despotismo para com os emedebistas punidos e da forma com que as medidas representavam à política local, ainda mais em se tratando de um município urbanamente pequeno.

Essas cassações somaram muito mal pra Arena aqui, tanto que elas transformaram um partido vitorioso em derrotado. As cassações influíram pra eleição do Piola, essa mudança da população, pela injustiça. [Pergunta feita pelo pesquisador: “as cassações foram usadas na campanha?”] Bastante. Quem tinha coragem de falar, falava exatamente isso aí. Falava-se muito em Adão Faraco, que era um proeminente político de Alegrete. Todo mundo via que [ele] tinha uma condição de assumir como prefeito. Um político em ascensão... E a cassação mexeu com toda a cidade. Ele era simpático à comunidade. (VARGAS, depoimento, 2015).

Acerca do depoimento, o trecho que arrola sobre a Arena ser um partido vitorioso é dotado de várias possibilidades interpretativas. Não fica claro se o ex-emedebista está se referindo ao partido em nível nacional ou local. Se nacional, de ter grande vantagem frente ao MDB, pelo menos até 1974; a isso se insere outro trecho no qual Vargas se refere ao período como “revolução”. Ou se se refere a nível local, de a Arena ser o braço político do regime, embora o seu grupo representante tenha enfrentado algumas derrotas políticas e elegido bancadas legislativas menores do que as do grupo oposto.

Feita a ressalva, outra passagem do depoimento ganha destaque:

O MDB poderia ter usado como vice o Pillar. Ele veio pra cá como padre subversivo... A “gente” sabia “em off”. O padre queria a Secretaria da Educação, e o MDB tinha nessa Secretaria o Airton Pacheco do Amaral. O Pillar não veio aqui como um “cara” da Arena, ele veio como padre perseguido em Uruguaiana. [questionamento feito pelo pesquisador: “mas em nossas informações, incluindo o relato do próprio Airton Amaral, o nome de Pillar nunca apareceu como uma possibilidade emedebista, tampouco com contatos entre as partes!”] [Resposta]: pelo que eu soube, sim. [Pergunta: “mas ele foi lançado pelo Brasilêncio!”] [Resposta]: pois aí o Brasilêncio “achou” o Pillar, descobriu... O Pillar era um cara muito inteligente. Depois, o Pillar ficou como o grande nome da Arena aqui. (VARGAS, depoimento, 2015).

Todavia, na escolha do vice da “chapa”, chegou-se à formalização do nome de Airton Pacheco do Amaral, que era Secretário de Educação desde 1969, após o cargo ter ficado vago por conta da cassação do titular, que também era o vice-prefeito. Profissionalmente advogado, o político ingressou na política por origens familiares, no PSD, e filiou-se no MDB em meio à campanha eleitoral de 1968, ajudando a sublegenda 2 durante a disputa.¹⁶⁹

Durante a campanha, o MDB concentrou-se no eleitorado urbano, líderes sindicais e comunitários, estudantes e algumas comunidades rurais.¹⁷⁰

Aqui [em Alegrete] era muito segmentado. Nós tínhamos o Passo Novo, que era favorável a esse movimento do MDB e nós tínhamos o Durasnal, que até hoje é forte da direita. O Passo Novo era o reduto fortíssimo do MDB. [Pergunta destinada a saber em quais outras áreas rurais o partido teve entrada] Na Conceição, Rincão do 28, essa região dos Pinheiros. Nós tínhamos comícios fortes, mas acredito que os comícios deles [da Arena] eram maiores que os nossos, pelo Brasilêncio, pela vinculação dos fazendeiros. Mas nós tivemos no interior uma bela votação. O interior correspondeu, tanto que vencemos a eleição. (VARGAS, depoimento, 2015).

Ainda assim, articulou-se mais na popularidade do seu candidato, que teve ao seu favor a liderança conquistada nesse momento específico do partido. A isso se somou a estratégia de exploração do primeiro mandato de Houayek como prefeito, para que o eleitor visualizasse as obras anteriormente feitas, e que pudesse projetar uma nova administração com esta mesma visão, ainda que pudesse ser apenas promessa de campanha. De acordo com Claudio Rosso, o Piola, em seu primeiro mandato, fez “um bom governo; [pois possuía] visão meio paisagista, de arrumar a cidade”.¹⁷¹ Já Adão Faraco é mais enfático: “Homem inteligente

¹⁶⁹ AMARAL, Airton Pacheco do: **depoimento** [nov. 2014]. Entrevista concedida a Diego Braga.

¹⁷⁰ MARQUES, Dorval Braulio: **depoimento** [set. 2015]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

¹⁷¹ ROSSO, Claudio: **depoimento** [dez. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

e hábil, ganhou a eleição [de 1963] e fez uma administração sem precedentes! De tal gabarito que lhe garantiu nova eleição, após o mandato de Arnaldo Paz”. (MARTINS; FARACO, 2012, p. 192).

Assim sendo, o eleitorado apto ao voto em 1972 era de 28.602. Compareceram 23.634, sendo que 618 votaram em branco e 552 o anularam. Como já adiantado, o candidatura emedebista venceu, por meio dos 11.911 votos conquistados. Pela Arena, Ary Marimon e Claudio Rosso obtiveram 3.193, enquanto Brasilêncio Lopes Machado e José Rubens Pillar atingiram 7.360 votos. Somados, os votos arenistas totalizaram 10.553, exatamente 1.358 votos a menos que a “chapa” emedebista.¹⁷²

2.3.3 A eleição de 1976

Na disputa de 1976, novamente se formaram três sublegendas, duas da Arena e uma do MDB. Pela Arena, José Rubens Pillar foi indicado à sublegenda 1, tendo Hernani Motta Antunes como vice. Pela sublegenda 2, João Farret e Odilon Bessa Simões foram os representantes. No MDB, Airton Pacheco do Amaral foi o candidato e Felipe Scarrone Silva o vice.¹⁷³

Pelo lado arenista, uma preocupação do partido deve ter sido pauta comum das duas sublegendas, que foi o aumento populacional urbano e a intensificação do êxodo rural no município, haja vista a maior entrada do partido entre o eleitorado do campo. De acordo com a tabela populacional mostrada no primeiro capítulo, em 1960 Alegrete possuía 54.627 habitantes, sendo 34.571 urbanos e 20.056 rurais; em 1970, possuía 65.030 habitantes, sendo 46.077 urbanos e 18.953 rurais; e em 1980, com alguma variação com relação à população de 1976, tinha 69.472 no total, sendo 55.598 urbanas e 13.874 rurais.¹⁷⁴ A diminuição da população rural e a instalação de muitos migrantes em bairros periféricos da cidade, onde a entrada do MDB era maior, se tornaram aspectos problemáticos para a Arena. Além do mais, o desgaste nacional do partido poderia contribuir para uma terceira derrota em Alegrete. Uma alternativa, no entanto, seria atrair os eleitores não partidários e aqueles indecisos.

Diante disso, a Arena lançou um candidato popular, José Rubens Pillar, e outro que podemos considerar como “puxador de votos”, João Farret, por ter tido considerável votação para vereador na eleição anterior e de ser, nessa época, o presidente do partido. Em suma, a

¹⁷² TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. Eleição municipal de 1972.

¹⁷³ Ibidem; 1976.

¹⁷⁴ BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados censitários: 1960, 1970 e 1980.

necessidade dos votos urbanos por parte da Arena possibilitou que Pillar utilizasse as suas ações individuais desenvolvidas ao longo dos anos de 1970 como trunfos para a conquista de influência no partido; a ponto de não ser nenhuma novidade a sua indicação à sublegenda 1 em 1976. Além das informações anteriormente apontadas sobre este político, após o pleito de 1972, José Rubens Pillar “deixou a batina, casou; aí, é lógico, se integrou mais à política”. Na oportunidade em que esteve ao lado de Brasilêncio Machado, “a candidatura dele foi muito bem aceita, porque ele era bastante popular, e ele tinha um programa de rádio, ‘Por um Mundo Melhor’, e esse programa entrava fundo principalmente na região da campanha”.¹⁷⁵

Como pode ser visto, em meio à época em que largou as atividades vocacionais, Pillar ingressou na Rádio Alegrete, cujo programa diário era pautado por temas gerais, sendo também fundador e presidente de inúmeras associações de bairros durante os anos de 1970. Essas atividades tornaram-no bastante popular e a principal liderança da Arena.¹⁷⁶ Além disso, candidatou-se deputado estadual em 1974, não sendo eleito.

O vice de Pillar, Hernani Antunes, vinha de uma família rica, ligada à pecuária. Filho de Manoel Antunes da Silva, e sobrinho de Salathiel e Gaspar Antunes, o primeiro tendo sido vereador até 1968 e o segundo, candidato e eleito vereador pela Arena também em 1976, Hernani representava a base de apoio dos grandes fazendeiros do município, sobretudo os das já referidas regiões de Durasnal e São João.¹⁷⁷

Na outra sublegenda arenista, apoiada pelos antigos libertadores, estava João Farret, que na época era o presidente do partido. Sendo militar reformado e tendo relações com o recém-inaugurado frigorífico de Alegrete, valeu-se de seu prestígio para buscar votos nas instituições militares da cidade e entre os funcionários da referida empresa.¹⁷⁸ Ingressou na política na eleição de 1972, como candidato a vereador pela Arena. Obteve 2.765 votos, sendo eleito com a maior votação entre os postulantes à vereança e com 1.121 votos de diferença do segundo colocado, o emedebista João Oliveira Freitas. Ao pleito de 1976, certamente Farret confiou na expressiva votação anterior, tendo ao seu lado outro político bem votado: Odilon Bessa Simões. Simões, advogado, já havia sido vereador entre 1964 e 1968. Não se

¹⁷⁵ MARIMON, Ary Faria: **depoimento** [set. 2015]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

¹⁷⁶ Vários depoentes apontaram que o Sr. José Rubens Pillar era politicamente centralizador e que, por causa desta postura, teria minado o surgimento de novas lideranças no partido.

¹⁷⁷ Cf. AMARAL. Airton Pacheco do: **depoimento** [nov. 2014]; BRANDOLT, Gilberto: **depoimento** [dez. 2014]. Entrevistas concedidas a Diego Garcia Braga.

¹⁷⁸ O candidato do MDB nessa eleição comenta, nos dias atuais, a candidatura de Farret: “[...] ele comandava o frigorífico, um dos comandantes. Até por ser militar, [era] mais provocativo, ao ponto de ele pegar os operários [do frigorífico] e mandar... O pessoal desfilou na [Rua dos] Andradas. Todo mundo uniformizado, fazendo campanha política. Ele teve uma atitude agressiva [durante a campanha], até pra provocar. [...] Havia, portanto, uma tensão de campanha, mas foi possível mandar uma mensagem.” AMARAL. Airton Pacheco do: **depoimento** [nov. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga

candidatou em 1968, diferentemente de 1972, oportunidade em que foi eleito mediante os 864 votos conquistados. Foi o quinto mais votado, em uma composição parlamentar de onze cadeiras, e o terceiro geral da Arena.

Já no MDB, a estratégia talvez tenha sido a mesma adotada em 1972, ocasião em que venceu duas sublegendas arenistas. Assim, em 1976 foi lançada candidatura única. O representante foi o, até então, vice-prefeito, Airton Amaral. Todavia, o partido enfrentou consideráveis problemas entre as suas lideranças. Como adiantado, durante os primeiros anos do regime, havia dois grupos bem definidos. O primeiro teve uma postura moderada, sob influência de Adão Houayek e Arnaldo Paz. O segundo, mais crítico com relação ao regime, teve a influência principal de Cassiano Pahim da Motta.¹⁷⁹ Entretanto, o grupo de Cassiano foi perdendo força, principalmente devido aos seus seguidos insucessos eleitorais, para deputado estadual em 1966 e 1974 e prefeito em 1968, e por ter sido seguidamente detido pelo Exército. Além disso, os governos dos líderes do outro grupo tiveram boa aprovação popular e a postura moderada foi significativa para a governabilidade dos mesmos. Já o risco de Cassiano Motta ser cassado, caso ocupasse algum cargo eletivo, era iminente.

Mas ao longo dos anos de 1970, a ala moderada subdividiu-se em duas. Airton Amaral, mesmo sendo vice de Adão Houayek, fez parte de um grupo próprio, que mantinha vínculos com Arnaldo Paz, que se encontrava, por opção própria, distante da política partidária.¹⁸⁰ Pode-se dizer que o próprio Amaral tenha conquistado maior influência do que Arnaldo Paz, pois este ainda estava abalado pela tentativa de impeachment sofrida em 1970, apesar de não sucedida, e aquele por ter organizado uma importante base a partir da atuação no campo da educação municipal. Além disso, Amaral estabeleceu boas relações com a bancada legislativa.

Era o Airton o consenso. A “gente” acreditava muito no Airton. Foi um bom Secretário de Educação, e como político partidário, era mais presente, mais acessível às nossas colocações. A bancada tinha uma simpatia pelo Airton, toda a bancada. E isso já não se repetia com o Piola. A “gente” ia na casa do Airton, e o Piola não era presente. Nem os secretários. (VARGAS, depoimento, 2015).

O relato indica que Houayek não foi presente durante a campanha. Por outro lado, Dorval Braulio Marques, componente do grupo de Houayek, dá a sua versão:

¹⁷⁹ MENEZES, Eleú: **depoimento** [nov. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

¹⁸⁰ Conforme trecho do depoimento de Paulo Vargas, “o [grupo] do Arnaldo, [era] muito mais político; e o grupo do ‘Piola’, muito o ‘Piola’; era ele; era pessoalista. [Quanto ao] Perfil do Arnaldo: era um bom cidadão, [mas] não era um político veemente.” VARGAS, Paulo: **depoimento** [set. 2015]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

Eu não posso afirmar tal fato porque acompanhei o Adão Houayek em várias solenidades de apoio ao candidato Amaral. Ocorre que, na época, havia um permanente medo de que a exposição de um prefeito em campanha, pregando contra a ditadura corria sério risco de ser cassado ou ser punido com cortes de recursos e outros meios insidiosos pelos governos do Estado e da União. Possivelmente, por isso não tenha havido uma “entusiástica” participação de Houayek na campanha. (MARQUES, depoimento, 2015).

O impasse seguinte seria a definição do candidato à vice. Como aponta o próprio Amaral, dois nomes foram indicados: Felipe Scarrone e Julio Cezar Fagundes.¹⁸¹ O grupo que apoiou Scarrone “era mais conservador, do velho PTB, e o grupo mais novo, digamos, do MDB, indicou o Julio”. Conforme aponta Amaral, “não eram inimigos, mas não eram harmonicamente de pensamento.”¹⁸²

Sobre o primeiro, faltam-nos informações mais precisas, embora saibamos que foi diretor do Departamento Municipal de Estradas de Rodagem (DMER) durante a administração Arnaldo Paz e que a sua idade era avançada em 1976. A indicação de seu nome foi ganhando força entre aqueles que defendiam uma legenda que aliasse experiência e juventude, pois o candidato a prefeito, à época, era moço. Mas um grupo essencialmente jovem do MDB, assim como o prefeito Adão Houayek, apoiou Julio Cezar Fagundes. Era irmão de Aldo Fagundes e de Euclídes Fagundes Filho, o Bagre, um dos compositores da música “Canto Alegretense” e vereador entre 1976 e 1982. Julio Cezar já havia sido eleito vereador pelo MDB em 1968, sendo o mais votado na ocasião; mas renunciou ao mandato tempo depois.¹⁸³ Durante os anos de 1970, Julio Cezar foi Secretário Municipal e posteriormente assessor emedebista na Câmara.

Em contrapartida, boa parte da bancada legislativa, além de emedebistas mais antigos ou “petebistas históricos”, como se refere Amaral e Julio Cezar, apoiaram Scarrone. É possível considerar que os indivíduos ligados a Cassiano Motta, que nesse ano era o presidente do partido, tenham se aproximado de Airton Amaral. Do ato partidário que estabeleceu o seu nome para a disputa, Amaral relata que:

[...] Foi uma convenção pacífica. Não houve disputa. Foi consenso. Não houve nenhum outro disputando. Na indicação do vice, quase que surgiu a necessidade de se submeter uma outra chapa, porque havia um grupo que entendia que o candidato que “tava”, o Felipe Scarrone, de bastante idade, não poderia ser candidato à vice. Deveria ser um candidato mais jovem. E finalmente houve uma reunião de consenso. Eu disse: “– Olha, deve ser um

¹⁸¹ AMARAL. Airton Pacheco do: **depoimento** [nov. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

¹⁸² Idem.

¹⁸³ A situação dessa renúncia será discutida no capítulo seguinte.

vice mais maduro do que eu, e esse homem é o Felipe.” (AMARAL, depoimento, 2014).

Assim, prevaleceu à força da ala em torno do candidato a prefeito. De acordo com Julio Cezar Fagundes, “essa escolha se deu democraticamente, por escrutínio secreto, na forma da lei, [...] em um universo de 38 votos”, tendo o candidato Felipe Scarrone Silva obtido 22 votos e ele, 16.¹⁸⁴ Além disso, “à saída da convenção, houve quem ouvisse do então Vereador Gustavo Perfeito a seguinte expressão: ‘Derrotamos eles’, dando a entender que ‘eles’ éramos nós, os Fagundes”.¹⁸⁵

O Candidato Felipe Scarrone era um antigo líder partidário oriundo do PTB, prestigiado pela liderança conservadora do partido, representada pelos antigos militantes. Já o Dr. Airton Amaral era uma novidade jovem que liderava o setor de educação, eminentemente renovado nos conceitos e propostas políticas. Essa associação, sob ponto de vista de estratégia política esteve correta. Possivelmente se tivesse havido uma troca de posições entre os candidatos, usando o mesmo critério de associar experiência com juventude tivesse logrado êxito a campanha. (MARQUES, depoimento, 2015).

Em vista do todo o processo de formação da “chapa” emedebista, é possível destacar que a derrota de um nome apoiado por Houayek durante a convenção representou, também, um enfraquecimento político deste no interior da organização. Além disso, indica que havia, nesse momento, alguns descontentes com a liderança de Aldo Fagundes no diretório.

Isso faz parte da vida partidária. É só prestar atenção ao quadro político atual para se perceber que em todos os partidos há correntes antagônicas lutando por espaços. Confesso que não notei um antagonismo capaz de influir na eleição, mas reconheço que não só entre esses dois líderes, mas incluo outros que na época disputavam liderança no partido, com possível prejuízo à campanha. (MARQUES, depoimento, 2015).

No entanto, o “Partido tinha muita esperança na vitória! O candidato emedebista a Prefeito era o mais indicado e a nominata de candidatos a Vereador a melhor, dos últimos pleitos”.¹⁸⁶ Assim, de fato, o MDB teve a candidatura mais votada, chegando aos 12.726 votos. Mas não foi o suficiente para vencer a eleição, pois a Arena totalizou 13.157 votos, vencendo por meio da soma dos escrutínios das sublegendas, tendo, a Arena 1, atingido uma votação de 10.443 e a Arena 2 de 2.714. Mesmo conquistando 2.283 votos a menos que a

¹⁸⁴ FAGUNDES. Julio Cezar: **depoimento** [jan.2016]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

¹⁸⁵ Idem.

¹⁸⁶ Idem.

“chapa” emedebista, o candidato José Rubens Pillar sagrou-se vencedor.¹⁸⁷ Na ocasião, o eleitorado alegretense era composto por 32.138 pessoas. Desse número, 27.256 compareceram à sessão eleitoral. Especificamente, 4.882 pessoas não votaram, sendo que ao adicionarmos os 721 que preferiram o voto em branco e os 652 que optaram pela anulação do mesmo, o número aumenta para 6.255.¹⁸⁸

Em suma, o resultado final do pleito contrariou a tendência nacional, de avanço eleitoral do MDB e retrocesso da Arena. Por outro lado, o escrutínio favoreceu o partido governista local, através dos propósitos pelos quais as sublegendas foram criadas, pois, em condições normais, o vencedor seria o candidato emedebista. A Arena, no entanto, traçou uma melhor estratégia de campanha, ao lançar duas “chapas”, e também se beneficiou por ter um candidato popular. Esse candidato carregou consigo o fato de ter sido padre da Igreja Católica, explorando junto ao eleitor uma imagem carismática e de integridade moral. Se o partido arenista se organizou de forma compacta para o pleito, isso ocorreu por causa da influência de José Rubens Pillar nos seus bastidores. A cúpula da Arena foi ficando impotente perante o progressivo crescimento do político e pela falta de outras lideranças que o equiparassem. Desse modo, acabou se tornando o principal líder arenista, adotando, a partir de então, uma postura cada vez mais individualista, tal como fez Houayek pouco antes no MDB. Segundo Claudio Rosso, ele “tentava impor sua vontade, talvez por ser padre. Na missa, o padre fala e não é contestado; todos dizem amém”. Mas com relação ao pleito, “O Airton não era tão popular quanto o Pillar. O Pillar batia nas portas das casas”.¹⁸⁹

No MDB, o acirramento das disputas internas foi determinante para o insucesso no pleito. Não é possível identificar falhas graves na campanha política lançada, pois os postulantes participaram de comícios, reuniões com líderes de bairros, etc. No entanto, as distintas ideias surgidas em meio ao escolha da “chapa” culminaram em um não envolvimento do prefeito na campanha, inserindo o seu nome no discurso construído ou na participação efetiva nos comícios. Como atesta Amaral, o “Houayek ficou ‘em cima do muro’. [...] Ele admitiu, inclusive me incentivou como candidato, só que não me apoiou. [...] Ia a comícios, mas se sentia que era uma posição meio forçada e os assessores também, iam, mas não trabalhavam.”¹⁹⁰

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ Cf. TRE/RS.

¹⁸⁹ Alguns depoimentos dão conta de uma estratégia utilizada por Pillar, crucial para o crescimento político conquistado: as visitas nas casas de moradores de bairros carentes da cidade após as 18 horas, período do dia no qual os trabalhadores já encontravam-se em suas residências. Cf. VARGAS, Paulo (2015); AMARAL, Airton Pacheco do (2014).

¹⁹⁰ AMARAL. Airton Pacheco do: **depoimento** [nov. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

Segundo Amaral, um grande número de metodistas apoiaria a legenda do MDB caso o nome indicado à vice fosse o de Julio Cezar Fagundes, e não o de Felipe Scarrone, por ser praticante da Igreja Metodista. A negativa ao seu nome teria fragmentado esses votos, além de ter gerado um desconforto envolvendo o partido e a família Fagundes, que tinha alguns membros vinculados ao MDB. Além disso, o Felipe Scarrone “não era popular”. Nesse sentido, “o Airton também foi prejudicado por essa escolha. Se o Airton tivesse optado por qualquer liderança, até da Câmara, como vice, ele teria somado.” (VARGAS, depoimento, 2015). De acordo com Amaral, algumas obras realizadas na administração de Houayek, principalmente o Centro Cultural da cidade, que foram finalizadas após a data do pleito, em 15 de novembro, poderiam aparecer na campanha como uma obra em conjunto, vinculando o nome de Amaral a elas, o que segundo o próprio político derrotado, não foi feito. Por outro lado, é válido considerar que um receio por parte do prefeito a possíveis cortes de recursos financeiros ao município, talvez em menor medida, em vista das disputas ocorridas, mas conforme atesta Bráulio Marques em depoimento ao pesquisador, tenham influenciado sobre as ações de Houayek frente à campanha política do MDB em 1976.

Portanto, avaliando as questões traçadas no capítulo, observa-se que o regime civil-militar reprimiu pessoas específicas e grupos organizados em Alegrete, que tinham participação e/ou destaque social no período anterior a 1964. Como exemplo, elencaram-se os casos do movimento estudantil e o do CDA, que perderam força ao longo da década de 1970. Ainda assim, destaca-se que a repressão, aos moldes das ocorridas em grandes centros urbanos, não ocorreu no município. Um dos motivos foi a presença dos inúmeros quartéis no perímetro urbano de Alegrete, o que certamente interferiu no coletivo social, estabelecendo aspectos subjetivos, como o medo e o receio das pessoas em exercer atividades consideradas “subversivas”. Outro aspecto se refere às proximidades entre os indivíduos, pelo modo de vida mais pacato e pela significativa presença de valores sociais, de certo modo, conservadores.

Dessa forma, o exemplo dos casos enumerados corrobora para os cuidados nos quais o pesquisador deve ter em estabelecer generalizações, não apenas sobre o período aqui estudado, mas nos vários processos históricos. Tal generalização também centra as análises que consideram artificiais o bipartidarismo e os dois partidos políticos, cujos pressupostos são questionados pela pesquisa e testados por meio dos dados trazidos pelo capítulo. Logicamente, o funcionamento do sistema, bem como a atuação dos partidos nas esferas federais, evidenciam que o primeiro possuiu uma formatação *sui generis*, por ter sido

formulado em meio a um regime autoritário e de não enquadrar-se na teoria clássica da Ciência Política; já a Arena e o MDB por não terem agido totalmente conforme as deliberações garantidas aos partidos políticos. Contudo, isso não é observado em Alegrete, devido ao acirramento dos pleitos gerais (nos escrutínios das urnas locais) e municipais, ocorridos no período delimitado e ao advento das sublegendas. As sublegendas, por sua vez, são vitais para a compreensão da política local.

Assim sendo, as diferentes frações partidárias estabeleceram inúmeras estratégias frente ao período histórico e às diversas situações locais que exigiram coesão ou disputas internas, em busca de maior espaço dentro da organização ou nas disputas eleitorais. E isso foi transmitido às relações entre as bancadas na Câmara Municipal, que inversamente também fizeram surgir questões relevantes para as disputas à prefeitura. Não obstante, a análise do próximo capítulo é fundamentada justamente pela centralidade da abordagem na Câmara de Vereadores de Alegrete.

3. A ARENA E O MDB ALEGRETENSES FRENTE AO CAMPO PARLAMENTAR

O terceiro capítulo objetiva analisar o legislativo alegretense, inserindo-se à questão das áreas de atuação dos partidos políticos, a eleitoral e a parlamentar, de acordo com Angelo Panebianco. Segundo o cientista político (2005, p. 422), o campo parlamentar é, ele próprio, “uma fonte autônoma, conforme as suas características, de pressões ambientais sobre os partidos”. Mas ambos são interdependentes, “no sentido de que as trocas que se verificam numa condicionam as trocas na outra, e também são por elas condicionadas.” Assim sendo, “o número de cadeiras no parlamento controladas por cada partido depende do número de votos obtidos. Por sua vez, o número de assentos incide sobre as relações entre os partidos (sobre as opções de governo, sobre as políticas praticáveis etc.)” (PANEBIANCO, 2005, p. 423).

Sem embargo, essas questões elucidam a análise dos movimentos das bancadas na Câmara alegretense e do exame sobre os discursos dos vereadores durante o bipartidarismo, em situações de pressão e defesa do governo no Executivo, de disputas internas nas organizações ou pelos cargos, como o de presidente da Casa, e dos pronunciamentos referentes ao contexto nacional.¹⁹¹ Os diferentes acontecimentos e temas ocorridos e discutidos no parlamento municipal ao longo dos anos delimitados pela pesquisa serão interligados pelas próprias palavras dos vereadores, como será percebido no capítulo. Tal recurso é considerado eficiente para se articular, no caso da Câmara, o método defendido por Pierre Rosanvallon, que é buscar o “presente do passado” dos atores históricos. Próximo disso, Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes escrevem:

Nenhum processo histórico é inexorável “desde o início”. Esse tipo de interpretação toma o “fim” como a única direção e explicação do “começo”. Isso é teleologia, não história. Em história política, sobretudo, há muitas variáveis e há escolhas, possibilidades e ação de indivíduos e grupos. (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 224).

Dessa forma, dividiu-se o capítulo em três partes. Na primeira, entre os anos de 1966 e 1972, e na segunda, entre 1973 e 1979, foi observado períodos de compressão e descompressão política, respectivamente, isto é, de a repressão característica do regime ter influenciado mais sobre o campo político alegretense até o início dos anos de 1970, sendo que, posteriormente, as disputas intrapartidárias tiveram maior relevância para as estratégias e ações das duas organizações em nível local. Na terceira parte, finalmente, o foco será entre 1979 e 1982, destacando como se distribuíram as bancadas da Arena e do MDB alegretenses

¹⁹¹ A lista dos componentes das bancadas durante o período em análise está inserida nos anexos.

após a extinção do bipartidarismo. Partindo disso, é possível estabelecer dois questionamentos principais: que posições foram tomadas pelos vereadores e pelas bancadas, conforme os conflitos políticos e sociais do município, dos embates originários das rivalidades locais, e das discussões sobre as esferas nacionais, acerca da “ditadura” e da “revolução”, dependendo do ponto de vista do pronunciante? Como os pleitos municipais foram atingidos pelas questões iniciadas na Câmara?

Um dado interessante a ser questionado se dá pelo fato de o prédio da prefeitura municipal ter sido, também, palco das sessões legislativas na primeira década do regime. Até a Câmara alocar-se em uma sede própria, no início dos anos de 1970, e de posteriormente se instalar no prédio onde ainda hoje abriga o Legislativo local, durante a gestão do presidente João Oliveira Freitas (MDB), entre 1973 e 1976, um corredor de poucos metros separava os ambientes de trabalho do prefeito e dos vereadores.¹⁹² Além disso, os vereadores se reuniam apenas uma vez na semana.

Outras duas informações importantes se deram por conta dos mandatos dos vereadores serem gratuitos até a metade dos anos de 1970 e da profissionalização política ocorrida a partir do momento em que estes passaram a receber salários. Até então, somente o Presidente da Câmara e os assessores parlamentares (um de cada partido) recebiam remunerações. Sobre isso, Luiz Félix, suplente de vereador pela Arena na legislatura 1973-1976, relata:

Durante mais de dois anos, sempre estava sendo convocado para substituir licenças de vereadores da legenda. Às vezes parecia ser o titular. Os vereadores não recebiam nada, a não ser Cr\$ 50,00 [cruzeiros] por ano, para selos postais. 1974 ou 75 veio a Lei dos subsídios e todos os vereadores passaram a receber mensalmente, pelo número de sessões presentes. Ninguém mais tirou licença, nem os que estiveram doentes, e ficaram mais de trinta dias afastados. Não fui mais convocado. (FÉLIX, depoimento, 2013).

Quanto à profissionalização da política, Airton Amaral rememora situações de recrutamento de candidatos pelo MDB:

Tu sabes que nós sempre tivemos a busca de candidatos populares e desde o período em que o vereador não era remunerado. Para serem candidatos nós muitas vezes fazíamos “vaquinha”, pra poder fazer os famosos santinhos. Na

¹⁹² Primeiramente, a Câmara se instalou na Rua Gaspar Martins, onde era a loja de Rafael Faraco. Sobre esse fato, citamos o trecho do discurso de Odilon Bessa Simões, proferido na sessão de 9 de maio de 1973: “Apresentando os agradecimentos da família de Rafael Faraco pelo registro de pesar inserido na ata dos trabalhos legislativos. Disse o orador que Rafael Faraco tinha grande admiração pela Câmara de Vereadores, tanto que não hesitou em ceder o imóvel de sua propriedade para que lá venha a funcionar a sede do legislativo”. Posteriormente, a sede da Câmara passou a ser no prédio da antiga Escola Modelo Dr. Lauro Dornelles, onde ainda está instalada, na Rua Vasco Alves, no centro da cidade.

medida em que as coisas se modificaram e o vereador passou a receber remuneração houve uma transformação total, porque aí, “o que acontece?” Os com “mais possibilidades” de se financiarem passaram a tomar os espaços e aqueles sem grandes possibilidades [o depoente encerra o raciocínio, mas é possível complementá-lo, dizendo que essa nova condição implicou no afastamento de candidatos detentores de menor capital financeiro, em vista das dificuldades de campanha e dos recursos nela empregados]... [Pergunta feita pelo pesquisador: “e antes, quando não era remunerado, qual a vantagem?”] Nenhuma. Simplesmente um voluntariado cívico, a “gente” fazia uma verdadeira pregação pra conseguir candidato. (AMARAL, depoimento, 2014).

Com base em todas essas informações, até que ponto elas se relacionaram às atividades intra e interpartidárias na Câmara Municipal? Conforme escreve Karina Kuschnir (2000, p. 8), os vereadores possuem relações “com a população em geral, com outros vereadores e com o Poder Executivo da cidade”, uma vez que o “Parlamentar é uma peça fundamental nessas relações, atuando como um mediador de alianças e intérprete cultural entre esses diferentes domínios do campo político.” Ademais, essas questões se integram a mudanças contínuas que ocorrem nos partidos, sendo “alterações induzidas pelo exterior, ou em razão de escolhas deliberadas, ou de uma combinação de escolhas deliberadas e de efeitos não previstos.” (PANEBIANCO, 2005, p. 474).

3.1 AS RELAÇÕES ENTRE AS BANCADAS LEGISLATIVAS NA CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRETE

3.1.1 Os anos entre 1966 e 1972

O regime civil-militar restringiu as atribuições políticas, esvaziando aquilo que seria a sua oposição, por meio das cassações de mandatos eletivos e de direitos políticos, além de impor “alterações casuísticas” nos sistemas eleitoral e partidário, conforme considera Rogério Schmitt. Isso sem mencionar os aparatos repressivos de espionagem, perseguição e tortura aos considerados “subversivos”, assim como as medidas estratégicas que visavam conquistar legitimidade social. Tudo isso ocorrendo simultaneamente.

Mas como se sabe, em Alegrete os grupos de oposição detiveram vantagem frente aos de apoio ao regime. O PTB elegeu Adão Faraco presidente legislativo durante os dois primeiros anos da legislatura, fazendo valer os seis votos contra cinco de sua bancada. Além da vantagem mínima na Câmara, o partido havia eleito o prefeito, proporcionando maior influência petebista nas instituições de poder locais, mesmo após o início do regime

autoritário. Como anteriormente assinalado, as principais lideranças dessa organização, suas bases estruturais e seu eleitorado partidário, fundamentaram a formação do diretório local do MDB em Alegrete. Tais características disseminaram traços de continuidades coexistentes à notória percepção de mudança oriunda da presença de um novo sistema partidário. O mesmo ocorreu com a Arena, fundada a partir da coligação entre o PL, o PSD e a UDN.

Assim sendo, boa parte dos trabalhos acerca desse período destacam eventos históricos marcados pelas grandes rupturas, como a instauração do AI-5 ou a vitória do MDB nas eleições de 1974, por terem promovido grandes modificações sociais e políticas no momento em que ocorreram. Este mesmo trabalho destacou isso anteriormente. No entanto, as relações entre a Arena e o MDB em Alegrete, especialmente na Câmara, articularam-se mais por uma dinâmica fundamentada nas estratégias e posições dos grupos partidários no município do que apenas pelo contexto nacional. Em outras palavras, observou-se num primeiro momento uma coesão dos grupos partidários fundadores do MDB, por causa da repressão sofrida, e uma considerável pressão dos membros da UPPA e da Arena no período de maior autoritarismo do regime; e em momento posterior, de rivalidades intrapartidárias mais acentuadas, sobretudo nos anos de 1970. E isso tudo se configurou independentemente das presenças do AI-2, do AI-5 ou do pleito nacional de 1974, embora, logicamente, o contexto local não estivesse desprezado do nacional.

PTB e MDB, este a partir de 1966, adotaram posturas defensivas na Câmara, para evitar possíveis cassações de mandatos, o que, em vista da imprevisibilidade política proporcionada pelo regime, poderia render ao partido a deformação ou até mesmo a perda da vantagem numérica obtida na bancada. Conforme Panebianco (2005, p. 402), esse “fenômeno corresponde à tese segundo a qual as ameaças externas tendem a aumentar a coesão dos grupos”. Além do mais, Panebianco também considera que a “hostilidade do ambiente produz incerteza ambiental e, nesse caso, a incerteza tende a aumentar a compactação da organização”. (2005, p. 402). Embora houvessem disputas internas voltadas às definições da postura a ser tomada pelo MDB, sobretudo entre os dois grupos de maior influência, centrados nas figuras de Adão Houayek e Cassiano Motta, prevaleceu a moderação do primeiro. Moderado e defensivo, nesse caso, significou a orientação do diretório para que os seus vereadores não realizassem discursos contundentes acerca do cenário nacional e do próprio regime. Airton Amaral, um dos líderes do MDB local, resume a situação enfrentada:

Em função da perseguição militar, houve uma posição forçada de convivência entre eles [vereadores]. Tinha divergências internas, mas em

função da posição e da perseguição militares... O Adolfo [Solto Corrêa] [por exemplo] volta e meia levavam [para prestar esclarecimentos no quartel]... O Gustavo [Perfeito] não chegou a ser preso, mas foi várias vezes levado... O Adão [Faraco] a mesma coisa... Então [isso] foi unindo o pessoal, qualquer divergência que existia desapareceu. Começou a desaparecer pela necessidade de convivência e do apoio. (AMARAL, depoimento, 2014).

De acordo com o depoimento de Amaral, os vereadores Adolfo Corrêa, Adão Faraco e Gustavo Perfeito “foram várias vezes levados ao quartel, mas não como presidiários, mas para prestar informações – [essa] era uma maneira de levar –; mas não chegaram a pernoitar”. Segundo ele, foram presos “o Cassiano [Motta], [e] o Eroní [Carús]... O Cassiano não como vereador, mas como político”. “Inclusive [com exceção de Motta, todos eles foram] tirados das sessões da Câmara pra subir a carruagem”.¹⁹³

Ao final de 1965, a bancada petebista e “situacionista” já havia sofrido mudança significativa em sua formação: Ary da Silva Carbonell pediu licença por tempo indeterminado para tratar de problemas de saúde (falecendo no início de 1965) e Waldemar Caloví, em 8 de junho, renunciou ao cargo. Foram substituídos pelos suplentes Gustavo Perfeito e José Guedes do Canto. Além disso, Eroní Carús, como já indicado, foi preso duas vezes pelo Exército: a primeira detenção ocorreu em abril de 1964 e a segunda, em março 1965.¹⁹⁴ Em 15 de julho de 1965, Carús renunciou o mandato. Outro vereador, Adolfo Solto Corrêa, enfrentou inúmeras intimidações por parte do regime, com ameaças de demissão do emprego de funcionário público. Corrêa era uma importante liderança do Sindicato dos Ferroviários de Alegrete.

O Adolfo Souto Corrêa sofreu uma barbaridade, era ferroviário e era ameaçado permanentemente ser posto na rua. E o cara, um homem pobre, com muitos filhos, de família grande, de uma dignidade fantástica, nunca se dobrou. (FARACO, depoimento, 2010).

¹⁹³ Expressão usada em alusão a “subir a rampa”, anteriormente mencionada.

¹⁹⁴ Eroní Carús era o vereador petebista mais enfático quanto à crítica ao regime. Seguidamente discutia com o vereador Brasilêncio Machado, da UPPA. Durante a sessão do dia 5 de maio, o presidente da Câmara Adão Faraco comunicou aos presentes a sua prisão. Disse que “em companhia do líder da bancada da UPPA, Dr. Ruy Barbosa da Silveira, havia visitado o referido vereador e tomado providências junto ao comandante da guarnição militar de, as quais haviam sido infrutíferas, lamentando o ocorrido”. Em julho deste mesmo ano declarou em plenário que havia na “bancada da UPPA vereadores capazes de denunciar colegas aos militares”, tendo sido contestado por Salatiel Antunes, alegando que essas acusações eram inverdades. No ano seguinte, novamente esteve preso, desta vez junto com o na época presidente do PTB, Cassiano Motta, conforme comunicado novamente feito por Adão Faraco, durante a sessão de 17 de março de 1965. Retornou à Câmara na sessão do dia 23 de abril, mas anunciou o desligamento das atividades legislativas, oficializando sua renúncia, bem como a sua transferência para Porto Alegre, em 28 do mesmo mês. ALEGRETE. **Câmara Municipal**, 5/5/1964; 8/8/1964; 10/7/1964; 17/3/1965; 23/4/1965; 28/4/1965; 15/7/1965; 25/8/1965.

Outra questão fundamental para a bancada do PTB/MDB foi a postura diante da garantia de governabilidade da administração do correligionário Adão Houayek.

Lá [na Câmara] teve sempre, como tem agora, o “Grande Expediente”, onde os assuntos eram livres. E lá tinha sempre a crítica ao governo do João Goulart, a crítica ao Leonel Brizola, a crítica a nós. Quando existia algum assunto que até poderia se admitir procedente, era sempre deturpado, e quando era absolutamente improcedente, era mentira, e a reação nossa foi sempre a mesma, de não aceitar as “atacadilhas” que faziam a cada quarta-feira [Ocorria apenas uma sessão parlamentar por semana]. Por que acontecia isso? Alegrete está na fronteira, mas não faz limite com os países externos. Então houve intervenção só nos municípios que faziam fronteira com o Uruguai e com a Argentina. Nós [no sentido de Alegrete] não... Os “caras” daqui ficaram no maior recalque, tiveram que engolir o prefeito eleito por ampla maioria, que foi o Adão Houayek. Então eles passaram a querer [cassar o prefeito]. Como era 6 a 5, eles queriam conseguir um voto dos nossos, que daí virava a situação, cassavam o mandato do Adão Houayek na base do voto e fariam a intervenção militar aqui. Nós [bancada] nunca deixamos. Todos os nossos foram formidáveis, ninguém dobrou a coluna, nunca. (FARACO, depoimento, 2010).

Palavras semelhantes são usadas por Faraco em seu livro de memórias.

Sempre por orientação do partido, como Vereadores nós garantimos a normalidade institucional do mandato de Houayek, através de nossos votos! Sob coação! [...] Queriam o absurdo moral através dos votos dos Vereadores do PTB! [...] Luta espúria por um só voto que fosse, dentre os nossos seis! Como éramos onze, um voto que fosse, daria o resultado que persequiam. Pretendiam fazer maioria inversa do que tivéramos nas urnas. Assim, cassariam o Prefeito, o que seria uma dupla traição. Por um lado, fraudando a eleição pelo povo. E de outro, porque pretendiam forçar a entrega de um dos nossos. (MARTINS; FARACO, 2011, p. 288).

Em depoimento prestado à pesquisa, esse político disse-nos que as sessões legislativas eram gravadas e catalogadas em fitas cassete, mediante um acordo estabelecido entre os vereadores no período anterior a 31 de março. Segundo ele, a ideia era formar um arquivo contendo as informações registradas nas reuniões. Entretanto, no período posterior à data um militar diariamente se dirigia ao prédio da Câmara com a orientação de confisco dos materiais em áudio, levando-os ao comandante da guarnição militar para melhor analisar os pronunciamentos feitos na Casa.¹⁹⁵

A onipresença militar fomentou a mencionada aliança com as elites políticas locais favoráveis ao regime. Valendo-se disso, os grupos representantes da UPPA e, posteriormente da Arena, buscaram reverter algumas derrotas sofridas democraticamente. A coligação

¹⁹⁵ FARACO, Adão Dornelles: **depoimento** [ago. 2010]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

“União Pelo Progresso de Alegrete” havia vencido apenas uma vez, em anos, a disputa para a prefeitura de Alegrete. Isso foi em 1959. Além disso, nunca conquistou maioria na Câmara. Ao final de 1963, também foi derrotada na disputa da presidência legislativa. Portanto, esse grupo político tentou aproveitar-se do período histórico para obter o controle das instituições de poder locais.¹⁹⁶

Não conseguindo vencer a dignidade nem do conjunto, nem de pelo menos um só Vereador, apresentaram projeto de lei que cassaria um de nossos, por ter à época, sido portador de uma enfermidade infecciosa!!! Derrubamos pelo voto! Outra vez, quiseram cassar outro Vereador porque uma “patrôla” da Prefeitura tinha arrumado a entrada de sua fazenda! Nada mais do que era costume arrumar o acesso às fazendas de todos que requeressem! Derrubamos pelo voto aberto! E assim, diversas e cansativas assacadihas. De um jeito e de outro, tentavam sistematicamente conseguir um voto que fosse, para fazer a maioria na marra! A disposição de resistência não caiu nunca. A extravagância serpenteou por todo 1964, o resto de todo 1965 e 1966, sem trégua. Foi grande o sufoco. (MARTINS; FARACO, 2011, p. 288).

Tudo indica que as duas tentativas de cassações de mandatos apontadas acima foram direcionadas aos senhores Gustavo Perfeito e José Guedes do Canto. Se assim o for, houve de fato um processo contra Perfeito, negado em votação por cinco votos a três no dia 26 de outubro de 1966.¹⁹⁷ Mas esse não foi o caso de Guedes do Canto. Isso porque houve um afastamento, possivelmente solicitado pelo próprio vereador, em virtude de doença, e por causa disso a bancada foi completada pelo suplente. O caso desse político foi discutido no início de 1966, durante a primeira reunião parlamentar do ano. Contudo, o centro do debate foi outro: a sessão anterior, de 31 de dezembro de 1965, e o modo pelo qual transcorreu a eleição que empossou o novo presidente da Casa. A “Oposição” questionou a presença de Guedes do Canto na bancada da “Situação”, apesar do mencionado afastamento do vereador, enquanto a “Situação” considerou que isso estava sendo usado como uma forma de impedir o avanço da questão levantada, a anulação da sessão de dezembro.¹⁹⁸

Sem embargo, a eleição da presidência da Câmara ocorrida ao final de 1965 proporcionou o mais emblemático exemplo das articulações em comum acordo entre o Exército e as elites civis apoiadoras do regime em Alegrete. Acerca do fato, o depoimento de

¹⁹⁶ Nesse sentido, vale ressaltar que essa interpretação se dá pelo cruzamento entre os relatos que abordam os primeiros anos da legislatura “1964-1968”, as atas da Câmara e informações da imprensa local, lembrando que nenhum dos entrevistados que eram da ARENA recordaram ou aprofundaram seus relatos a esse período inicial do regime. Por outro lado, todos os eleitos pela UPPA em 1963 já faleceram.

¹⁹⁷ ALEGRETE. *Câmara Municipal*, 26/10/1966.

¹⁹⁸ Durante o período entre o AI-2, o AC-4 e a fundação da ARENA e o MDB, os grupos partidários foram organizados conforme o governo local. Assim, a UPPA foi denominada como “Oposição” e “Coalizão” e o PTB de “Situação”.

Adão Faraco ilustra bem o que se passou naquele dia 31 de dezembro, véspera de ano novo.¹⁹⁹

[...] o pessoal queria me reeleger [para o terceiro mandato consecutivo] e podia, porque tinha 6 votos contra 5. E eu fiz o seguinte raciocínio: “– esse pessoal da ARENA quer assumir a presidência.” Pra pacificar o ambiente político, que era um horror, um nojo, violência de cada quarta-feira, que era dia de sessão, vamos escolher um homem decente, tantos que tem, de todos os lados. E de comum acordo, a Arena e o MDB, escolhemos o Dr. Ruy Silveira. Médico; excelente pessoa; unanimidade. Embora fosse do partido oposto, era uma unanimidade entre nós todos na cidade. Todos íamos votar, por unanimidade no Dr. Ruy. (FARACO, depoimento, 2010).²⁰⁰

Consta-se que antes da sessão legislativa de 31 de dezembro ser iniciada, “já presentes no recinto da Câmara, Oficiais do Exército solicitaram para parlamentar com o Presidente da Casa, no que foram atendidos na secretaria da Câmara.”²⁰¹ Reaberta a sessão, “foi o presidente novamente solicitado pelos já referidos Oficiais do Exército para outro contato, no que também foram atendidos.” Após as conversações com os militares, a reunião foi pausada em cinco minutos para a confecção das “chapas”. Formou-se apenas uma, que foi registrada como de “situação”. Mediante o cruzamento entre o depoimento destacado e a ata da sessão do dia, chegou-se a conclusão de que essa “chapa” foi a encabeçada por Ruy Barbosa da Silveira, apoiada pela “situação”.

Segundo Faraco, os militares presentes instruíram os vereadores a votar em Nelcy Oliveira, da UPPA. Todavia, esse político não possuía a mesma simpatia do médico Ruy Silveira, pois havia sido responsável por um incidente considerado constrangedor no dia da posse, ainda em 1963. Em vista da centralidade de Nelcy Oliveira no caso, é necessário retornar ao evento de posse dos mandatos eletivos, conforme o depoimento de Adão Faraco:

A questão foi a seguinte: eu fui eleito Presidente da Câmara em 31 de dezembro de 1963. No ano da eleição. A legislatura começou daquele dia imediato, 1º de janeiro, que teria duração de 4 anos. Próximo à finalização dos 4 anos, houve a prorrogação de um ano. Bom, no dia 31 de dezembro de 63 houve a posse do Adão Houayek, [e] empossados todos os vereadores. [...] Na instalação da sessão solene de posse do prefeito, o Nelcy Oliveira [vereador eleito pela UPPA] resolve fazer a crítica... [Em] Um dia de festa, espetacular dia de festa, de posse do novo prefeito, a Câmara “dura” de gente, do lado de dentro e do lado de fora, nas imediações, e o Nelcy

¹⁹⁹ Nenhum dos entrevistados que foram da ARENA durante os anos delimitados pela pesquisa recordaram-se ou quiseram falar sobre o ocorrido no referido dia.

²⁰⁰ O depoente relembra o ocorrido citando a presença da ARENA e do MDB. Em vista disso, há um pequeno anacronismo, pois os dois partidos ainda não tinham sido fundados. Por outro lado, reforça a tese da pesquisa segundo a qual defende a ideia de que a ARENA e o MDB alegretenses herdaram estruturas partidárias praticamente prontas.

²⁰¹ ALEGRETE. **Câmara Municipal**. 31/12/1965.

Oliveira resolve fazer uma crítica ao Adão Houayek, pela maneira como ele se conduziu na campanha. Uma crítica completamente personalista, subjetiva. Que tivesse ou não tom de verdade, não era hora né? Era tom de festa... Que fizesse em curso do exercício do mandato dele! Foi um escândalo! O pessoal começou a protestar e começou a pedir que eu suspendesse a reunião na Câmara. Eu não suspendi, [pois] se eu suspendesse, não dominava mais, e dei tempo pra ele concluir o pensamento. Dei um minuto pra ele concluir o pensamento. Ele concluiu, e com isso “a gente” evitou o tumulto e que arrebatassem ele fisicamente. Foi um horror! Houve gente que saiu pela janela, gente que entrou pela janela... Porque tem gente que gosta de bochincho. Houve gente atacando, [para] que não chegassem até a figura do Nelcy. Quando ele saiu [do plenário], eu o levei até a porta da frente, pra garantir a [sua] integridade física. Não pode se dar escândalo maior dentro de uma ordem pública, em um dia de festa! Bueno, foi tão forte essa situação, que 3 dias depois, 2 dias depois, o Partido Libertador, ao qual o Nelcy era filiado, escreveu uma nota repudiando a atitude dele, desautorizando a atitude dele. Ele entrou em licença, nunca mais veio à Câmara. [Durante] Todo o ano de 64, a legislatura toda de 64, a sessão legislativa, a sessão legislativa de 65, não veio. Eu fui eleito e reeleito presidente. (FARACO, depoimento, 2010).

Retomando o caso da sessão de 1965, os militares presentes solicitaram novamente a palavra: “dois vereadores, os Senhores Adalberto Rodrigues Cony e Osorio Soares Nunes [ambos eram suplentes], foram convidados por um capitão para um entendimento com o Major, o que se verificou.”²⁰²

Na hora que se instalou a reunião para eleger o Dr. Ruy, se apresentam 3 militares na Câmara. E aí veio a intervenção militar e a imposição, porque nos prenderam, veio a imposição de que votassem no Nelcy, que reapareceu dois anos depois – aquela figura abjeta politicamente – [e] que já tinha feito aquele fiasco todo [no dia da posse]. Ninguém quis ele! (FARACO, depoimento, 2010).

Para evitar tumulto, a sessão foi encerrada mediante solicitação do vereador Gustavo Perfeito, por entender que a reunião tinha falta de garantias legais para a realização da eleição, “tendo o presidente dito que, se tornando evidente tal situação, suspendia os trabalhos até ulterior deliberação.”²⁰³ Isso levou o vereador da “oposição” Brasilêncio Machado a protestar efusivamente, “afirmando não ver motivos para a suspensão, nem concordar com a alegada falta de garantias.”²⁰⁴ Com a sessão encerrada,

Prenderam todos. Depois, largaram alguns. Ficou Gustavo Perfeito e eu, presos no 6º Regimento de Cavalaria. [...] Primeiro, todos tiveram lá uma hora e depois, quando liberaram os demais, e deram ordem de prisão pra nós

²⁰² Idem.

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ Idem.

dois, ficamos mais uma hora. Quer dizer, isso durou uma tarde, digamos assim. Essa irregularidade, essa incoerência em termos de democracia... E quem queria se achar democrata e restaurar a democracia no Brasil porque achavam que antes não era [uma democracia, em vista do discurso difundido pelas direitas de “ameaça comunista” e das ligações entre Jango e as esquerdas]... Um fiasco total! [Pergunta feita pelo pesquisador: “ficaram em celas?”] Não. [Ficamos] Na primeira sala à esquerda pra quem chega no prédio principal do quartel... Primeira sala à esquerda. Nós fomos recebidos – antes, lá em cima [no segundo andar do prédio do 6º RC]; era um salão nobre, não me recordo se não era o Cassino dos oficiais na época – para uma entrevista – que não houve – com o comandante da guarnição. E quando nos liberaram, nós descemos pra ir embora. E na saída foi dada a ordem de prisão. (FARACO, depoimento, 2012).

Em outras palavras, após o término da sessão, os vereadores de ambas as bancadas foram conduzidos até o 6º Regimento de Cavalaria, onde ficaram detidos.²⁰⁵ Pouco depois, o grupo foi liberado por ordem do comandante, com exceção de Adão Faraco, presidente da Câmara, e Gustavo Perfeito, líder da bancada “situacionista”. Os dois teriam recebido a notícia de que seriam transferidos para o município de Uruguaiana, mas, para surpresa de ambos, foram soltos por volta das 17h30min.²⁰⁶ Imediatamente, dirigiram-se à Câmara, e lá ficaram sabendo que não apenas a sessão havia ocorrido como também uma nova presidência sido escolhida. Isso se deu porque:

Reabertos os trabalhos às 16:30 horas, com a presença de seis vereadores, cinco da Bancada da Oposição e um da Situação ver. Osório Soares Nunes, após informação dêste que seus companheiros não iriam comparecer ao plenário, assumiu a presidência o ver. mais idôso, Dr. Ruy Barbosa da Silveira, nos têmos regimentais, de vez que não compareceu nenhum integrante da Mesa. O Presidente suspendeu a sessão, por cinco minutos, para a elaboração das chapas, reabrindo após para que se processasse a votação que acusou o seguinte resultado: eleitos com cinco votos cada um – Nelcy Soares Oliveira – Presidente, Salathiel Antunes da Silva – Vice Presidente, Odilon Bessa Simões – 1º Secretário, Ruy Barbosa da Silveira – 2º Secretário. (ALEGRETE. Câmara Municipal. 31/12/1965).

À tarde, a bancada da “oposição” estava completa. Mesmo assim, não atingiria o quórum necessário para a realização do evento parlamentar, que era de seis vereadores. Mas como foi observado, Osório Nunes concedeu o número legal à reunião e, por causa dessa escolha, os postulantes da UPPA sagraram-se vencedores por cinco votos a um. O voto de Osório foi nulo.²⁰⁷

²⁰⁵ FARACO, Adão Dornelles: **depoimento**. [Ago. 2010]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

²⁰⁶ Idem.

²⁰⁷ Idem.

Teve um dos nossos vereadores que se desesperou com aquela situação, que foi o Osório Soares Nunes. Excelente companheiro, um homem simples, lá do Durasnal... Se desesperou com aquela coisa, do voto no “cara” lá que “botaram” obrigatoriamente [do Nelcy Oliveira]... Sem consultar ninguém, ele deu número [legal] na Câmara, mas não votou. Absteve-se de votar e elegeram o Nelcy. (FARACO, depoimento, 2010).

Possivelmente, os vereadores da “situação” foram coagidos a comparecer à tarde, o que não podemos afirmar. Durante a sessão da manhã, Osório fora um dos dois vereadores abordados individualmente pelos militares presentes no local, o que pode estar vinculado ao conhecimento antecipado de ambos de que os vereadores seriam detidos no quartel. A transferência de Adão Faraco e Gustavo Perfeito ao município vizinho foi provavelmente articulada contra a bancada em troca da soltura dos detidos. Outro fato curioso a se refletir sobre uma suposta pressão ao vereador Osório Nunes, é a menção de que era oriundo do Durasnal, área de influência da UPPA e posteriormente da Arena.

Ao final da sessão de 31 de dezembro, Osório disse que “veio a plenário resolver a solução do caso, por sua livre e espontânea vontade, sem imposição ou opressão, a fim de que a sociedade alegreense não fôsse abalada.”²⁰⁸ Em seguida, pediu licença dos trabalhos legislativos por tempo indeterminado. Por sua vez, Brasilêncio Machado salientou que “enormes dificuldades foram encontradas para a realização da eleição, mas que, ao final correspondeu ao espírito da revolução democrática de 31 de março”.

Em 9 de março de 1966, na primeira sessão após o recesso de férias e também a primeira após o ocorrido, o vereador Gustavo Perfeito colocou em discussão um Projeto de Resolução justificado e apresentado por escrito “que declara nula a eleição da Mesa da Câmara Municipal [...] pedindo no mesmo instante o Regime de Urgência.”²⁰⁹ O vereador Brasilêncio Machado usou a palavra para dizer que “entendia não poder a Casa discutir a matéria apresentada pelo vereador Gustavo Perfeito, sem que antes fôsse solucionado o problema relativamente à presença no Plenário do Legislativo Municipal do vereador que havia se aposentado das funções que exercia nesta Casa por motivo de doença,”²¹⁰ afirmando ainda que “tal fato está justificado através de documentos e exames que possuía em seu poder.”²¹¹ Como anteriormente mencionado, foi questionada a presença de José Guedes do Canto.

Em outras palavras, o vereador Gustavo Perfeito formalizou uma Resolução. No

²⁰⁸ ALEGRETE. **Câmara Municipal**. 31/12/1965.

²⁰⁹ *Ibidem*, 9/3/1966.

²¹⁰ *Idem*.

²¹¹ *Idem*.

entanto, estava presente na sessão o Sr. Guedes do Canto, que pedira desligamento da Câmara, entre janeiro e fevereiro de 1966, e que também havia adquirido aposentadoria das atividades profissionais, em virtude de problemas médicos. A presença dele foi desaprovada por Brasilêncio Machado e pelo restante da sua bancada. Para o político, algo como uma votação de Resolução, ainda mais em se tratando de pedido de urgência, não poderia ser deliberada nem levada adiante tendo a estada e participação de um vereador afastado.²¹²

Adão Faraco, então, pediu à Presidência para que Brasilêncio se restringisse ao trato da questão da Resolução, porque o arenista estaria desviando deliberadamente o debate para que a mesma não fosse levada adiante. Em contrapartida, Brasilêncio, “retomando a palavra afirmou que de forma alguma a Casa poderia discutir o assunto sem que, preliminarmente fôsse dada uma solução relativamente à presença no Legislativo do Vereador José Guedes do Canto.”²¹³ Adão Faraco protestou contra Brasilêncio; em contrapartida, Nelcy Oliveira, o novo presidente legislativo, defendeu o ponto de vista do correligionário, acerca da “impossibilidade de permanecer no plenário, de tomar parte das discussões dos trabalhos dêste Poder de um vereador que infelizmente adoecera em virtude do que havia sido aposentado como funcionário.”²¹⁴

Com isso, Adão Faraco solicitou à presidência para que fosse ouvido o Doutor Ruy Barbosa da Silveira, também vereador e presente na sessão, para que tirasse dúvidas e apontasse uma solução. Ruy Silveira declarou que, mesmo não sendo o médico pessoal de José Canto, tendo a oportunidade de atendê-lo somente por uma vez e conhecendo a sua enfermidade, declarou que nada impedia que um “funcionário ou qualquer vereador enfêrmo compareça para exercer o seu cargo, durante uma, duas ou três horas.”²¹⁵ Por conseguinte, finalizou dizendo que somente poderia ser oferecido um novo exame.

Contudo, Brasilêncio reiterou a sua opinião, afirmando que “não se discutia o projeto de resolução sem que antes fôsse dada uma solução à preliminar levantada.”²¹⁶ Por meio do pronunciamento de Adão Faraco, havia o entendimento de que “os assuntos até então tratados não invalidavam tal iniciativa [o pedido de urgência] conclamando à Presidência para a votação imediata da matéria.”²¹⁷ Para a bancada da “Situação”, as abordagens de Brasilêncio Machado continuavam centradas no desvio da questão até então primordial, que era a anulação da eleição. José Guedes do Canto, em sua fala, respondeu à intervenção do arenista,

²¹² Tal ocasião foi considerada uma tentativa de cassação por parte de Adão Faraco, mostrada anteriormente.

²¹³ ALEGRETE. **Câmara Municipal**. 9/3/1966.

²¹⁴ Idem.

²¹⁵ Idem.

²¹⁶ Idem.

²¹⁷ Idem.

declarando “que estava pronto a deixar a Casa, mas, desde uma vez que, aqueles que, segundo comentários há outros males nos jornais.”²¹⁸ Indiretamente, José Guedes também sustentou a ideia do desvio do foco do debate para assuntos, segundo ele, de menor urgência, como a sua doença. Por fim “declarou que retirar-se-ia definitivamente desta Casa no instante em que fôsse feita eleição livre, sem interferências de fôrças estranhas.”²¹⁹

Ao final da sessão, Adão Faraco solicitou o encerramento das atividades sob a alegação de falta de segurança, devido à presença de um militar no plenário, afirmando “que aquilo que estava feito não seria desfeito.”²²⁰ A Presidência, “em resposta declarou não suspender os trabalhos posto que, não via razões para tal e que a sessão continuaria enquanto houvesse numero legal.”²²¹ Dito isso, “de imediato retirou-se a Bancada da Situação tendo declarado o Vereador Adão Faraco que ficaria à disposição de qualquer pessoa na rua ou em sua residência.”²²²

Um dos beneficiados com a interferência, Nelcy Oliveira, tinha se licenciado dos trabalhos legislativos no dia da posse, ainda em 1964, como já assinalado. O político declarou em nota publicada pelo jornal *Gazeta de Alegrete* em janeiro de 1966, que havia sido procurado em seu escritório de advocacia por Brasilêncio Machado, no início de dezembro, e este o havia orientado a retornar à Câmara. No texto, observa-se que a proposta de Brasilêncio não foi para que Oliveira encabeçasse uma “chapa” da UPPA na disputa do dia 31, mas sim para que fosse indicado para a Presidência da Câmara. De uma forma ou de outra, isso abre brecha a interpretações; nesse caso, de que houve uma conspiração articulada há muitas semanas antes do fato consumado. Sem embargo, a nota intitulada “*Notícia facciosa e inverídica, publicada ontem no jornal ‘A Platéia’, de Santana do Livramento*”, pode ser vista na íntegra a seguir:

Foi com espírito revoltado que lemos no jornal “A Platéia” de ontem, dia 13 de janeiro, notícia sôbre a eleição da atual mesa diretora da Câmara Municipal de Vereadores, que temos a honra de presidir.

É objetivo precípua desta nota repelir a assertiva contida em a notícia em aprêso, no sentido de que a chapa que tivemos a satisfação de encabeçar fôra organizada por militares.

Nada menos verídico e temerário.

No início de dezembro último, fomos procurados em nosso escritório de advocacia pelo ilustre líder da bancada da oposição, vereador Brasilêncio Lopes Machado que, em nome da Revolução de 31 de março de 1964, a que

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ Idem.

²²⁰ Idem.

²²¹ Idem.

²²² Idem.

nos plenamente integrados, desde de sua deflagração, fazia-nos um apelo no sentido de que reassumíssemos nossa cadeira no Legislativo e concordássemos em que fôsse coordenado nosso nome para a Presidência da Câmara.

Depois de muito pensarmos a respeito do caso, concluímos que, embora sacrificando interesses particulares, não poderíamos negar mais êsse serviço à revolução saneadora de março.

Aceitamos o encargo, e, desde o dia 31 de dezembro último, estamos à testa do Legislativo, cumprindo fielmente nossa missão.

Do ligeiramente exposto, evidencia-se que nossa candidatura e a da chapa vencedora surgiu no seio da Câmara, sem qualquer interferência estranha, ficando desta maneira, repelida a maliciosa afirmação contida em a notícia do jornal santanense “A Platéia”. (GAZETA DE ALEGRETE, 14/1/1966, p. 1)

A conspiração ocorrida na Câmara também teve a participação direta do Coronel João Carlos Rodrigues Beltrão, comandante do 6º Regimento de Cavalaria e da Guarnição Militar de Alegrete,²²³ e foi movida principalmente por causa da força política desempenhada pelos grupos de oposição ao regime no município. Se fosse feita uma intervenção na prefeitura, como era o objetivo da UPPA, conforme indica Adão Faraco, as consequências seriam negativas para a imagem que o regime queria passar de si à sociedade local. Desse modo, a pressão se direcionou ao Legislativo, e o objetivo foi conquistar primeiramente a presidência da Casa, importante do ponto de vista partidário. Mais do que nunca, a posição do presidente poderia ser decisiva durante questões vinculadas às votações de projetos e à oposição ao governo Houayek.

Ainda repercutindo os fatos ocorridos em 31 de dezembro de 1965, os “situacionistas” elaboraram um pedido formal para a anulação da votação. Acerca disso:

Aqui, ganhamos o mandato de segurança. O juiz mandou anular a eleição e fazer novamente, [mas] no Tribunal de Justiça empurraram com a barriga até terminar o mandato do Nelcy Oliveira. Uma desmoralização para a Justiça [o depoente é advogado]. E só foi haver eleição novamente quando terminou o mandato do Nelcy. E aí nós elegemos o Ruy Silveira, que era pra ter sido eleito um ano antes. Foi um escândalo. O Nelcy nunca mais veio na Câmara depois desse período que exerceu o mandato... Um mandato em baixo de um mandato de segurança. (FARACO, depoimento, 2010).

Um ano após a polêmica sessão, em 31 de dezembro de 1966, outro incidente marcou o processo de eleição da nova Mesa Diretora. Inicialmente, alguns membros da bancada da ARENA – Brasilêncio Machado, Salathiel Antunes e Nelcy Oliveira (este em seu último ato como presidente) – questionaram a constitucionalidade da presença na sessão de um vereador

²²³ A confirmação desse coronel como comandante da Guarnição de Alegrete em 1965 decorre da presença do mesmo em cerimônias especiais nas sessões da Câmara e em festividades em clubes da cidade, no qual é citado o seu nome e a instituição que representava, nas atas legislativas ou em notas no jornal *Gazeta de Alegrete*.

do MDB, Adalberto Cony. Segundo eles, existia um problema na suplência do emedebista, embora não indicado na ata do dia, mas que tornava a sua estada na reunião irregular. Tal fato, se confirmado, impediria a participação do referido vereador no processo de escolha que se daria. Instante depois, após eloquentes esclarecimentos acerca da regularidade de Cony, se permitiu que o vereador participasse da votação. Dando sequência, formou-se apenas uma “chapa”, com Ruy Barbosa da Silveira como postulante.

Contudo, a presença de emedebistas na “chapa” foi motivo para desentendimentos entre os arenistas. Em suma, Honório Paines e Adalberto Cony foram postulantes respectivamente aos cargos de vice-presidente e 2º secretário, enquanto o arenista Odilon Bessa Simões, candidatou-se a 1º secretário. Isso revoltou os mesmos três arenistas citados anteriormente. De acordo com o texto oficial da ata do dia,

Brasilêncio Lopes Machado – tecendo considerações sobre o problema da escolha dos novos dirigentes da Câmara. Salatiel Antunes da Silva – também fazendo considerações sobre a eleição da Mesa e justificando sua posição. Dr. Nelcy Soares Oliveira – também se manifestando com relação ao problema da eleição da nova Mesa. (ALEGRETE, Câmara Municipal, 31/1/1966).

Em contrapartida, “esclarecendo pontos relativos à indicação de sua pessoa para candidato a Presidente da Câmara”, Ruy Barbosa da Silveira defendeu-se dos ataques dos correligionários. Posteriormente, o emedebista Adalberto Rodrigues Cony convidou “a fazer parte da Mesa o dr. José Pinto de Medeiros, ex-presidente deste Legislativo [e que seria candidato, poucos meses depois, a vice-prefeito pela sublegenda 1 do MDB].” A homenagem parece ter sido a gota d’água para os três arenistas, pois “Retiraram-se do plenário os vereadores Dr. Nelcy Soares Oliveira, Salatiel Antunes da Silva e Brasilêncio Lopes Machado”.

Mesmo com a retirada dos três arenistas do plenário, a sessão continuou com a presença de sete vereadores. Desse modo, a “chapa” foi eleita por unanimidade. Todos os membros receberam sete votos, com exceção do presidente, pois houve um voto em branco. Considerando o problema surgido na bancada arenista, possivelmente o voto em branco foi de Bessa Simões, o que não podemos afirmar. Seja como for, Ruy Silveira permaneceu como presidente da Casa por dois anos. Mas, em março de 1968, ou seja, um ano e meio depois do ocorrido, o seu processo de escolha para o cargo ainda era questionado. Na ocasião, Brasilêncio Machado “teceu críticas à Mesa, pela atitude política tomada na eleição de 31/12/66, quando não foi acatada decisão da sua bancada”. O vereador considerou como

“atitude política” a aliança entre membros do MDB e Ruy Silveira, atitude esta que havia desrespeitado decisão tomada pela bancada.

Nesse caso, Silveira pode ter preferido à autonomia frente às decisões do partido ou entrado em atrito com Machado, por este ser o líder da bancada e nessa condição ter agido independente da vontade da maioria. Infere-se que o desentendimento foi resultante de disputas por influências na bancada, abrindo duas possibilidades de interpretação. Por um lado, podendo ter sido fruto de conflitos entre as frações oriundas dos antigos partidos, pois Brasilêncio Machado era proveniente da ala udenista da Arena e Ruy Silveira, da libertadora. Assim sendo, embora a UDN e o PL estivessem coligados coesamente por anos, a convivência em uma mesma organização poderia estar cobrando o seu preço.

Todavia, dois fatos praticamente diminuem as possibilidades dessa hipótese: o primeiro, por indicar que Nelcy Oliveira se posicionou ao lado de Machado, apesar de ser oriundo do PL, tal como Silveira; e o segundo, ocorrido pouco depois, mediante a formalização das sublegendas para o pleito de 1968, constituídas por membros cruzados do PL e da UDN. Ocorreram, de fato, desavenças entre os antigos grupos dirigentes dessas duas organizações, mas isso se intensificou a partir dos anos de 1970, sendo que, entre 1967 e 1968, ainda não era um problema.

Descartando essa possibilidade, chega-se a conclusão de que possivelmente a questão esteve centrada nas estratégias que a Arena elaboraria naquele momento diante do regime e do cenário político-eleitoral alegretense. Silveira era conhecido pelas suas posições moderadas e, talvez, fosse flexível ao debate ou à negociação política. O apoio de emedebistas ao seu nome quando estes poderiam promover candidato próprio a presidente da Câmara, e a articulação ocorrida em 1966, que permitiu que o MDB integrasse a Mesa Diretora junto com o antigo libertador, servem como bons exemplos. Por seu turno, Machado possuía um discurso contundente em favor da “revolução” e era áspero contra adversários partidários. Não obstante, a influência de um grupo parlamentar que mantivesse postura semelhante à dele corroboraria para estratégias agressivas contra o MDB.

Em resposta aos ataques de Brasilêncio Machado, o também ex-libertador Odilon Bessa Simões discursou:

Referindo-se as manifestações do vereador Brasilêncio Lopes Machado, e solicitando consignar em ata o fato de que o referido vereador veio a esta sessão com o intuito de perturbar a ordem e a boa marcha dos trabalhos. Solicitou, ainda, consignar o fato do vereador aludido ter participado da reunião portando afrontosamente arma de fogo, o que foi constatado pela maioria dos presentes. Foi dito, ainda, pelo vereador Odilon que a licença

solicitada pelo vereador Brasilêncio Machado correspondia ao seu intento de continuar tentando obstruir os trabalhos do Legislativo, [...] pôsto que durante o ano decorrido [1967] ter permanecido em licença por tempo indeterminado, sem dar oportunidade a que vereadores suplentes assumissem uma cadeira nesta Casa. A licença ora requerida, já de acordo com a Legislação da República e do Estado, nada mais é do que afirmar o seu intento de relegar o interesse público em favor da satisfação de vaidades pessoais. (ALEGRETE, Câmara Municipal, 20/3/1968).

Por seu turno, Ruy Barbosa da Silveira defendeu-se das críticas de Brasilêncio Machado. “Declarando que, em face da presença de um ilustre visitante, Dr. Walter Wagner, desejava explicar a atitude de sua bancada quando da eleição da Mesa. Após esclarecer os fatos, o Presidente disse que mantinha sua atitude política tomada na oportunidade” e que “desejava deixar consignada o seu pensamento de não mais concorrer a cargos eletivos”. Meses depois, em outubro de 1968, Machado teceu elogios ao correligionário Odilon Bessa Simões, aparentemente dando fim aos desentendimentos na bancada.²²⁴

Durante esse período, os mandatos eletivos foram prorrogados em um ano, alterando a data de realização do pleito municipal. Sem embargo, dois relatos distintos de Adão Faraco podem ilustrar como se deu o final da legislatura. No primeiro, ele versa sobre a posição dos vereadores frente à administração municipal, em especial às posturas dos arenistas após as tentativas frustradas de cassação do prefeito. No seguinte, sobre as relações entre as bancadas. Desse modo, entre 1966 e 1968,

Coordenei tudo o que o Executivo precisava de licença do Legislativo. E aprovava! Apesar da tenaz oposição da Arena local, acabavam votando conosco os grandes projetos do Executivo – pela evidência do acerto de propostas do Governo trabalhista do município. [...] Na verdade, num Plenário de onze Vereadores, nós com seis, não precisávamos daqueles votos. Mas era importante uma posição política mais representativa do Legislativo em favor da cidade. Apesar de todos os trancos e barrancos, foi um período de avanços importantes na administração do Município. Nunca dispensei discussão ampla e participação de todos os pares! (MARTINS; FARACO, 2012, p. 192).

Por outro lado, entre 1967 e 1968 na Câmara, os arenistas não exerceram a mesma pressão ao MDB como nos três primeiros anos do regime. Conforme ele sustenta, essa mudança ocorreu por causa de um fato bastante específico, ocorrido entre esses dois anos.

Assim foram os primeiros três anos, 64, 65 e 66 [de bastante repressão]. Acabou isso com uma ideia que eu tive de nós termos uma conversa com o comandante da guarnição. O comandante da guarnição e nada na época foi a mesma coisa. Conversamos, então, com o comandante da região, general

²²⁴ Ibidem, 16/10/1968.

Gastão, e esse homem nos ouviu. No outro dia veio, sem dar conhecimento... Veio aqui em visita extra e mandou [os arenistas] “calarem a boca”. E foi um “cala boca” pra valer, porque aquele não era o interesse do Exército, [de] tumultuar a cidade. Eu admito que sim, não era interesse tumultuar a cidade. Acabaram as intervenções militares e acabou o abuso dos vereadores. Isso foi em 66. (FARACO, depoimento, 2010).

Como o recorte temporal do depoimento enfoca apenas a legislatura encerrada em 1968, não é possível avaliar a partir dele se a pressão aos emedebistas persistiu após o pleito. Além disso, o mesmo saiu do círculo de convivência legislativa, pois foi eleito vice-prefeito. Por seu turno, a bancada da Arena foi praticamente renovada na eleição, com exceção do vereador Brasilêncio Machado, reeleito. Desse modo, a pressão tal como a que Faraco diz ter ocorrido anteriormente, feita por meio de discursos inflamados e seguidas ordens do Exército a emedebistas prestarem esclarecimentos no 6º Regimento de Cavalaria, talvez não tenha se dado de forma tão explícita. Entretanto, isso não quer dizer que tenha encerrado o prevalecimento das elites dirigentes do diretório local da Arena com relação ao período histórico. Pelo contrário. A legislatura iniciada em 1969 marcou a fase mais efervescente da Câmara durante o bipartidarismo.

Ainda assim, Ary Marimon é enfático acerca desse período e o contato entre militares do Exército e o Legislativo local:

Não houve problema, absolutamente nenhum. Não houve porque eram pessoas [refere-se aos vereadores] conhecidas. Todos com a vida, digamos, de trabalho, de serviço na cidade, na comunidade. E essas coisas na cidade pequena ficam mais fáceis. Não houve problema nenhum, interferência nenhuma na Câmara. (MARIMON, depoimento, 2015).

A nosso ver, o primeiro evento relevante sobre a legislatura foi novamente a escolha da presidência da Casa. Assim, no dia 1º de janeiro, a Arena e o MDB formaram uma “chapa” cada, com Brasilêncio Machado representando à primeira, e Honório Paines, que também havia sido reeleito, encabeçando a segunda. Tendo uma bancada composta por seis vereadores, os emedebistas certamente foram à sessão com confiança de vitória ao natural. Mas se esse sentimento de fato existiu, rapidamente deu lugar à apreensão, pois o correligionário Nilson Machado Medeiros não compareceu. Consequentemente, a eleição culminou num empate em cinco a cinco, sagrando vencedor o vereador mais idoso, no caso, Brasilêncio Machado. Machado se manteve como presidente da Câmara Municipal até o final de 1971, dando lugar ao correligionário Claudio Rosso no último ano da legislatura. Sobre essa eleição, Ary Marimon, vereador arenista à época, dá o seu depoimento:

Olha, aconteceu algo interessante. Nós éramos minoria. E no dia da eleição da primeira votação da Mesa Diretora, o Peixoto [Newton Peixoto, da ARENA], era dentista, carioca... O Peixoto era vereador e se deu conta que um vereador do MDB não estaria na hora, não estaria na votação. Então, ficaria cinco a cinco. O candidato de presidência da Câmara era eu, pela ARENA. [...] Nos reunimos rapidamente: “– Olha, não vai estar aí [no plenário] o...” Baixinho... Como era o nome? [Nilson Medeiros] Bom, não vem ao caso. Então, a decisão, se desse empate, seria eleito o mais velho. Então, retirei a candidatura naturalmente e colocamos o Brasilêncio de candidato à presidente. E ele foi eleito. Ganhou pela idade. Ele foi presidente em função disso. Só que depois ele foi presidente por mais três anos. Não queria largar, e quando ele deixou a presidência, não podia ficar no plenário, não queria ficar no plenário. (MARIMON, depoimento, 2015).

Pouco depois, em junho de 1969, foi oficializada a cassação do mandato dos três emedebistas, Adão Faraco, Honório Paines e Eleú Menezes. Todos eles eram populares e haviam conquistado expressivas votações. O primeiro, como já abordado, possuía elevado prestígio social e era uma das principais lideranças do partido. Paines, por sua vez, era comerciante e bastante conhecido no subdistrito de Passo Novo. Foi o terceiro mais votado do partido e no geral, com 1.359 votos. Já Eleú Menezes era jovem e ligado ao movimento estudantil e às esquerdas, tendo sido o segundo mais votado no geral, com 1.494 votos. Em vista disso, Faraco e Menezes possuíam boa capacidade de expressão e oratória, exigida pela profissão de advogado, e eram lideranças significativas do partido, o primeiro mais que o segundo, devido à influência na organização e no grupo ligado a Adão Houayek.

Sem embargo, anteriormente foi assinalado informações sobre ambos. Por outro lado, é difícil avaliar os motivos que estenderam a punição ao Sr. Paines. O antigo vereador emedebista Paulo Vargas opina: [a cassação do Paines] “Só [visou] a transformação de uma bancada de minoria em maioria. [pergunta feita pelo pesquisador: “os suplentes assumiram?”] Acho que não assumiram, [os suplentes] dos cassados não assumiram”. Comentando sobre os vereadores cassados, Ary Marimon relata:

O Eleú... Eu era amigo do pai dele. O Eleú sempre foi meio desafortado, mas o Paines não. Achei que foi uma injustiça. Bom, aconteceram muitas injustiças. As acusações, se verdadeiras ou não, “a gente” não sabe... Mas as cassações não foram, assim, objeto de preocupação nossa [da bancada]. O Eleú, realmente, batia boca, falava... Mas o Paines não. Não tinha sentido [a sua cassação]. (MARIMON, depoimento, 2015).

A nosso ver, os objetivos das cassações foram desestabilizar estrutural e eleitoralmente o MDB. Assim, eliminava-se um importante articulador do partido, Faraco, e dois “puxadores de voto”, sendo um deles, Menezes, um “subversivo” perigoso em nível local, aos olhos da “revolução”. Além disso, possivelmente a cassação de Honório Paines visou reverter

numericamente à vantagem obtida na eleição, diminuindo a força da bancada, que passou a contar com quatro integrantes. Corrobora com essa afirmação o depoimento de Julio Fagundes, ao salientar que a medida visou “a maioria da bancada do MDB na Câmara, e calar, temporariamente, no caso do Dr. Adão Faraco, a voz de uma liderança pujante, que se impunha, no Alegrete e na região.”²²⁵

[Pergunta feita pelo pesquisador a Ary Marimon: “as cassações foram usadas como forma de reverter a vantagem de 1968 conquistada pelo MDB?”] A cassação foi de outra instância, não foi da Câmara. Então, eu não me animo a... [opinar] E também não duvido que tenha sido com esse objetivo. [...] Pode ter acontecido isso sim. Eu acho que houve um pouco de excesso no período da revolução, e esses excessos dependia[m] muito de quem mexia com o negócio, de quem sugeria [possivelmente denúncias], de quem encaminhava, de quem trabalhava nas entrelinhas por aí, pra conseguir os objetivos. (MARIMON, depoimento, 2015).

Sem dúvida alguma, o caso mais emblemático foi o de Eleú Menezes. Isso porque o seu nome esteve na pauta política local desde a divulgação dos resultados do escrutínio, com boatos de que seria cassado devido aos pronunciamentos durante a campanha, fato que se agravou após a instauração do AI-5 e se estendeu até o dia da posse do mandato. Segundo o relato do próprio Eleú, ficou escondido nas matas ciliares do Rio Ibicuí por mais de 30 dias, amparados por integrantes do PCB local.

O Maj. Art Alfredo Laydner [...] informou que, em Alegrete, por ocasião da campanha política para as eleições para prefeito e vereadores daquela cidade, um candidato ao Legislativo Municipal – Eleú Menezes – [...] fez as mais torpes acusações às classes armadas [...]. Tal fato chegou ao conhecimento do Cmt. de Alegrete, que determinou a prisão do citado elemento. No entanto, este conseguiu fugir, só reaparecendo, surpreendentemente no recinto da prefeitura, no instante de tomar posse, solenemente, do seu cargo de vereador, pois que se fez eleger pelo MDB.²²⁶

Conforme as palavras de Eleú Menezes:

Naquela época o pessoal tinha coragem... Eram umas pessoas intrépidas, destemidas e solidárias... E num período de “chumbo”! Foram capazes de ser solidárias, de, naquele momento, me dar proteção e me convocar para sair de Alegrete. E saímos. Nós tivemos uns 45 dias aqui no Ibicuí, e o Exército, evidentemente, que me procurava. [...] Quando fui eleito já foi dada a ordem; quando saiu as urnas, que eu fui eleito, foi dada a ordem de prisão do 3º Exército. Mais ou menos é isso aí que eu sei... E quando [os membros do PCB] detectaram isso aí, de certo o pessoal tinha ligações, me pegaram...

²²⁵ FAGUNDES, Julio Cezar: **depoimento** [jan. 2016]. Entrevista concedida Diego Garcia Braga.

²²⁶ BRASIL. **Conselho de Segurança Nacional**. Processo de cassação de Eleú Rosa Menezes. 1/7/1969.

Disseram: – “‘vamo’ embora daqui [pois] não se sabe o que vão fazer de ti. Foi denúncia. Não imagina o que podem fazer.” Aí saí com eles. Fomos pro mato. Ficamos no Ibicuí [por] 45 dias. [...] Corria boato que eu “tava” foragido no Uruguai, etc. Eu era uma pessoa que centralizava as decisões pela postura política, eloquência, enfim. Também tinha uma carga emocional muito forte, porque o momento era emocional. [...] Eu sei que eles fecharam todas as estradas pra me prender, até por que deviam “tá” sabendo que eu “tava” no Uruguai [conforme o boato]. (MENEZES, depoimento, 2014).

Mesmo indiretamente, o relato também mostra a organização do PCB local, apesar das atividades clandestinas e da pouca expressão em um município interiorano. Além disso, o depoente diz que o dono da fazenda no qual se esconderam, localizada no município de São Francisco de Assis, era cunhado do ex governador de Goiás, Mauro Borges, que naquele momento havia perdido os direitos políticos.

Claro, depois, paulatinamente, se montou o sistema logístico de apoio, de alimentação. Chegou barraca, isso, aquilo... Aí ficamos lá. Eu saí de lá pra tomar posse, só. [Quando] Eu tomei posse, estava todo o Comando ali [no prédio da prefeitura, que também abrigava a Câmara]. E depois, iam me prender? Ía ser um escândalo, né? (MENEZES, depoimento, 2014).

Dessa forma, no segundo dia de julho de 1969, houve na Câmara Municipal o comunicado oficial da cassação dos dois vereadores emedebistas. Em meio aos pronunciamentos dos vereadores, também se citou o nome do vice-prefeito.

[...] – extinto os mandatos dos vereadores Honorio Paines e Eleú Menezes, visto que a Câmara ainda não havia recebido comunicação oficial à respeito. [...] Pelo Presidente foi esclarecido que a decisão tomada, fôra face a divulgação dada pelo órgão oficial, ou seja a Agência Nacional. (ALEGRETE. Câmara Municipal. 2/7/1969).

Entre os vereadores, Julio Cezar Fagundes, do MDB, manifestou seu protesto contra “as cassações determinadas pelo Conselho Nacional de Segurança, em sua reunião de 1º do corrente [mês], especialmente no que refere aos conterrâneos atingidos por aquela medida”; para ele, “foram cassados mandatos de três cidadãos, que na vida pública, primaram pelo cumprimento do dever.”²²⁷ Gustavo Perfeito e Átila Etchepare, do mesmo partido, manifestavam tristeza, pois o ato atingia, segundo palavras de Átila, “pessoas que muito tem feito em prol do bem comum da nossa população.”²²⁸

Pela Arena, foram expressadas manifestações de lamento e de solidariedade. No entanto, os votos de solidariedade foram direcionados ao Governo Federal e não para os

²²⁷ ALEGRETE. Câmara Municipal. 2/7/1969.

²²⁸ Idem.

cassados. Ary Faria Marimon, na época, lamentou que a Casa estivesse sendo atingida “pelas medidas tomadas pela Presidência da República.”, mas demonstrou “a sua solidariedade ao Govêrno Federal, que muito está fazendo em pról da recuperação do nosso país, especialmente no setor de educação, escolas e habitação”.²²⁹ Newton Peixoto, por sua vez, afirmou que “o Conselho de Segurança têm atingido com a máxima honestidade, pois que as cassações só se tornam efetivas quando há unanimidade de votos daquele órgão”; expressou, ainda, “sua solidariedade ao Govêrno Federal, que está envidando o máximo de seus esforços no sentido de recuperação do país.”²³⁰ Por fim, Claudio Rosso lamentou que ainda se fizessem necessárias cassações de mandatos”, embora tenha discursado acerca do trabalho feito pelo governo, que visava “o bem estar da população” e que, por isso, estaria colocando “o Brasil no lugar de destaque entre as demais nações.”²³¹

Curiosamente, Eleú Menezes havia discursado sobre cassações de mandatos pouco antes de ser vitimado pela mesma medida. Nesta ocasião, manifestou protesto “pelas últimas cassações de mandatos eletivos, visto que tais não admitiam defesa, ferindo, assim, consagrado princípio do nosso direito.”²³² Em resposta, Newton Peixoto disse que “o Conselho de Segurança Nacional, no estudo de processos de cassações de mandatos ou de direitos políticos, têm se mantido dentro de um critério justo, só deliberando após minucioso estudo.”²³³

Exerci o mandato por seis meses, e depois, em junho de 68, não lembro, foi 69... Fiquei seis meses de mantado e fui cassado. Aí passou o tempo, eles me prenderam. Vim aqui pro 6º. Mas, tudo normal, não houve agressão, não houve ofensa, absolutamente nada. Só me interrogaram, pra saber... Uma das perguntas que me ficou gravada: – “Mas vem cá, teu pai é um homem rico, e como é que tu é comunista?” (MENEZES, depoimento, 2014).

Em janeiro de 1970, houve a escolha para a mesa da presidência da Câmara, no qual Brasilêncio Machado foi reeleito, tendo como vice, Ary Faria Marimon. Contudo, o início dos trabalhos políticos foi marcado por outra questão: a elaboração de um processo movido pela ARENA que visou a tentativa de impeachment do prefeito Arnaldo Paz. O fato se iniciou no dia 16 de janeiro. Nesse dia, os trabalhos legislativos foram iniciados através de uma sessão secreta, que se destinou a levar aos vereadores o conhecimento da denúncia recebida, com

²²⁹ Ibidem, 2/7/1969.

²³⁰ Idem.

²³¹ Idem.

²³² Ibidem, 19/3/1969.

²³³ Idem.

referência a possíveis irregularidades da administração municipal.²³⁴ As mesmas partiram das declarações feitas pelo ex-secretário de fiscalização do município, Luis Cleir Alves Jacques, após ser exonerado do cargo.

Sobre as denúncias, Luis Cleir dizia que o funcionário João Peres da Silva teria recebido salários relativos a período de férias no qual não tinha direito, num total de Cr\$ 2.352, 00 a mais, com sete férias concedidas em quatro anos de trabalho. Além disso, o clima turbulento foi intensificado pela denúncia simultânea ao vereador Julio Cezar Fagundes (MDB), pois, cobrava-se do prefeito alguns pagamentos feitos a ele, referentes a horas-extras, no qual entendia-se serem ilegais. Estando licenciado do cargo de funcionário municipal enquanto vereador, Julio Cezar não poderia, portanto, receber vencimentos relativos ao seu antigo emprego até o término do seu mandato.²³⁵ Acerca disso, Julio Fagundes presta o seu depoimento:

No processo em que o Prefeito Arnaldo Paz foi absolvido, fui ouvido como testemunha, primeiro no âmbito da Câmara e, depois, em Juízo. Contra mim, pesava o “ônus” de, por certo tempo, por ser Vereador – e por ato assinado pelo Presidente da Câmara, Vereador Brasilêncio Lopes Machado, da ARENA – estive licenciado das funções de funcionário municipal, recebendo regularmente meu salário... Diga-se, a bem da verdade, que essa deliberação da presidência da Câmara foi tomada, a partir de recomendação exposta em um dos Congressos de que participamos, o Prefeito Municipal, Arnaldo da Costa Paz, o Presidente da Câmara, Vereador Brasilêncio Lopes Machado, o Líder da Bancada da Arena, Vereador Cláudio Amildon Rosso e, eu, como Líder da Bancada do MDB. Tendo sido esse ato considerado, posteriormente, ilegítimo, fui instado a devolver a totalidade dos valores recebidos quando “em licença”. (FAGUNDES, depoimento, 2016)

Para a bancada do MDB, o caso era encarado com estranheza, pois os fatos eram trazidos à tona após o secretário ter sido exonerado, sendo que, conhecendo a dinâmica administrativa, invadiu uma sala da prefeitura e retirou dos arquivos documentos lá existentes.²³⁶ Por outro lado, a Bancada da Arena utilizou-se desse episódio para pressionar o governo municipal na tentativa de desestabilizá-lo. De acordo com Claudio Rosso, em depoimento prestado à pesquisa, “o prefeito seria processado por ser o administrador, e o impeachment foi tentando por dispositivo legal”.²³⁷

Na sessão de 21 de março, foi realizado na Câmara o julgamento, mediante uma

²³⁴ Ibidem, 16/1/1970.

²³⁵ Idem.

²³⁶ Idem.

²³⁷ ROSSO, Claudio: **depoimento** [dez. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

comissão processante.²³⁸ Caso Arnaldo Paz fosse cassado, o presidente do Legislativo, Brasilêncio Machado, ocuparia em definitivo o seu cargo. Em definitivo porque o mesmo assumira interinamente a prefeitura em três oportunidades, conforme indica o Sr. Airton Amaral. Acerca disso, vale destacar um trecho de seu depoimento:

[Nos momentos em que o prefeito viajava], quando era com prazo inferior a dez dias assumia um Secretário e quando era superior a dez dias era o presidente da Câmara [Brasilêncio Lopes Machado]. Ele assumiu acho que umas três vezes. A primeira foi difícil. [...] Mas ele teve habilidade de aproveitar todo o secretariado do Arnaldo. Ele levava só o Chefe de Gabinete dele. Eu me recordo que a primeira vez que fomos ver o resultado do concurso público municipal [este foi o primeiro concurso público realizado em Alegrete e visou o Magistério], ele “tava” em exercício na prefeitura. E ele deu respaldo, porque ele acompanhou tudo. O Arnaldo viajou pra que ficasse o Brasilêncio. [...] Ele [o Arnaldo Paz] nunca me disse, mas mais tarde eu entendi [no sentido de, indiretamente, indicar ao arenista que não haveria fraudes no processo de admissão dos candidatos aprovados]. E ele efetivamente não se aprofundou no período de governo. Ele teve uma participação “light”, mais política e não uma participação partidária. Claro, a “gente” se cuidava muito pra não deixar nada que pudesse ter uma representação duvidosa. Mas nunca se percebeu que ele tivesse a intenção de assumir qualquer coisa. Tanto que no período do “seu” Arnaldo, [...] teve a queda de um Secretário. Um Secretário do “seu” Arnaldo acusou um outro colega de ter recebido em dobro as férias. E claro que a oposição fez carnaval, entre esses, o “seu” Brasilêncio era um dos que cobravam. E aí o que aconteceu? Na sindicância interna que o “seu” Arnaldo abriu, esse cidadão, “seu” João, que era a pessoa que tinha recebido, era um homem velho... Mas de cara foi possível ouvi-lo e ele confessou que não tinha percebido [...]. Aparecia na folha o pagamento em dobro. E o camarada que fez o pagamento tinha feito de propósito, pra complicar a vida dele, havia divergência entre eles. Até que as coisas ficaram claras, ele devolveu o dinheiro. [Mas] Ficou manchas do episódio. Bueno, esse resultado da sindicância, concluído, o “seu” Arnaldo mandou direto pra Câmara. Estavam fazendo uma Comissão Parlamentar de Inquérito. E o Brasilêncio, percebendo o que tinha acontecido e percebendo que tinha sido com lisura a sindicância [tal como no processo de admissão dos aprovados no concurso], liquidou. (AMARAL, depoimento, 2014).

Conforme as palavras do depoente, Machado teria percebido a inocência do prefeito no caso, defendendo na Câmara esse ponto de vista. No entanto, não foi o que se viu na votação, pois tudo leva a crer que o referido vereador votou contra Paz. Conforme Julio Fagundes, o vereador arenista Auri Dornelles votou contra a bancada, “por conhecer a pessoa do Prefeito Arnaldo Paz”, e tempo depois “renunciou ao mandato”.²³⁹ Seja como for, o mal-estar causado pelas acusações ao prefeito e as controvérsias entre as bancadas sobre o caso, motivaram o vereador Gustavo Perfeito a apelar, em pronunciamento meses depois, para que

²³⁸ ALEGRETE. **Câmara Municipal**. 21/3/1970.

²³⁹ FAGUNDES, Julio Cezar: **depoimento** [jan. 2016]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

“não fossem incentivados os delatores”.²⁴⁰

[Durante a sessão da Câmara destinada a apurar em definitivo a referida CPI] Lido o processo passou-se ao julgamento. A palavra coube a cada uma das bancadas, alternadamente, pelo espaço de 15 minutos a cada vereador. Os debates foram acalorados porem num clima de ordem, de disciplina e de respeito. [...] A defesa do prefeito Arnaldo da Costa Paz, coube ao Dr. Miguel Siqueira, que falou por duas horas, apresentando os seus argumentos. (GAZETA DE ALEGRETE, 24/3/1970, p. 3).²⁴¹

Nas três votações ocorridas no plenário da Câmara, Arnaldo Paz foi considerado culpado em duas das acusações: por 5 votos a 3, pelo pagamento de Cr\$ 3.352 a título de férias ao ex-servidor João Peres da Silva; pelo mesmo placar, na acusação de omissão, por não ter mandado verificar a procedência das denúncias; e empate de 4 votos a 4 sobre a acusação referente ao pagamento ao funcionário municipal e vereador Julio Cezar Fagundes de 1/3 a mais em seus vencimentos.²⁴²

No entanto, o objetivo do processo não foi consolidado, pois o resultado alcançado nas votações não atingiu 2/3 dos membros da Câmara. Ainda assim, foi levado à Justiça Civil.

Finalmente, em virtude de requerimento apresentado pelo vereador Dr. Ari Faria Marimon, solicitando que fosse o processo encaminhado à justiça civil, foi feita nova votação nesse sentido. O resultado foi de 5 votos contra 4 favorável ao encaminhamento à justiça civil. E ficou assim encerrada a sessão com esse resultado, após acalorados debates entre os vereadores das duas bancadas, uma, a da ARENA, defendendo a legitimidade do encaminhamento à justiça e outra a do MDB, defendendo a nulidade dessa medida. As votações apresentaram o resultado total de 8 votos em virtude do impedimento do vereador Julio Cezar Fagundes, que por estar arrolado no processo não pode votar. (GAZETA DE ALEGRETE, 24/3/1970, p. 3).²⁴³

Saindo da esfera exclusiva do Legislativo, a sentença do Juiz Almengo Echeverria Medeiros foi concluída, um ano depois, com a absolvição de Arnaldo Paz. Segundo o Juiz, não se tinham provas concretas sobre o caso e os vencimentos referentes às férias do servidor teriam sido iniciados na administração anterior, embora o acusado tenha admitido o erro, justificando ter se tratado de um equívoco burocrático. (GAZETA DE ALEGRETE,

²⁴⁰ ALEGRETE. **Câmara Municipal**. 1/7/1970.

²⁴¹ O advogado Miguel Siqueira era anteriormente da UDN. Seu nome consta na comissão que se destinou escolher o candidato da UPPA para o pleito de 1963, processo este abordado na primeira unidade do segundo capítulo.

²⁴² *Ibidem*, 21/3/1970.

²⁴³ Há um erro nessa informação, movida, talvez, por desatenção do autor do texto ao datilografá-lo, à época. Como anteriormente citado no corpo do texto, o resultado foi de 5 votos a 3. Além disso, apesar de constar em um dos depoimentos, o vereador Auri Dornelles possivelmente votou contra a bancada apenas na acusação que responsabilizava o prefeito pelos pagamentos a Julio Fagundes. Em 30 de abril, Dornelles formalizou a renúncia ao mandato, assumindo Miguel Jacques Trindade, após a recusa de Carlos Roberto Juliani.

20/5/1971, p. 4). No caso de Cezar Fagundes, o Juiz salientou que o processo envolvendo o vereador não era claro, pois a Lei que o acusava teria sido mal interpretada pelo Legislativo. Finalizando, verificou-se que o réu não agira de forma dolosa.²⁴⁴ No texto publicado pela Gazeta de Alegrete, Medeiros também se manifesta com relação ao julgamento ocorrido na Câmara:

[A Câmara] Tomando conhecimento de que teria ocorrido crime de responsabilidade do Sr. Prefeito, deveria ter enviado os elementos à Justiça Comum. Entretanto, se se tratasse de, apenas, infrações político-partidárias, sim, seria o único órgão competente para julgar o Sr. Prefeito. [...] Independentemente do pronunciamento da Câmara de Vereadores, não tomo conhecimento das conclusões a que chegaram os Senhores Vereadores. (GAZETA DE ALEGRETE, 20/5/1971, p. 4).

Por meio de depoimento à pesquisa, Ary Marimon reflete sobre esse fato:

Houve um processo de impeachment pro Arnaldo, em função de uma bobagem, diárias a um funcionário. Isso foi uma coisa que incomodou muito a mim. Eu me dava muito bem com o Arnaldo. Houve essa coisa, e eu era o presidente da... Me “botaram” presidente da Comissão de Inquérito, e eu tinha que trabalhar em função disso. Mas na votação, felizmente... Loucura pedir o impeachment do “cara”! [...] Mas na votação, acabou. [...] Foi absolvido, com justiça. Não havia razão. (MARIMON, depoimento, 2015).

Não obstante, os fatos permitem a interpretação de que a tentativa de afastamento de Arnaldo Paz, mesmo sendo um “dispositivo legal”, foi uma estratégia, juntamente com as cassações ocorridas, de o partido ter acesso ao poder independentemente do que o resultado do escrutínio de 1968 havia indicado. Ary Marimon é questionado a respeito disso: “acho que não. De minha parte não. Mas tinha gente mais, de espírito mais... Que talvez tivesse até ter imaginado [da Arena obter o controle do Executivo a partir da exploração do impeachment], mas nunca foi comentado, pelo menos com a minha participação.”²⁴⁵ Por seu turno, Airton Amaral diz que integrantes da Arena exploraram essa questão, mediante “o vereador Miguel Jacques Trindade, que mais tarde se tornou um homem pacífico; mas ele era muito exagerado”. Segundo Amaral, “o principal era o Nelcy Oliveira [envolvido no episódio da escolha da presidência em dezembro de 1965]. Esse pregava abertamente a intervenção. [O] Delcy Dornelles, esse [também] pregava abertamente a intervenção”. Contudo, eles “falavam, mas nunca tiveram apoio no poder central, porque, como Uruguaiana tinha intervenção, não

²⁴⁴ Idem.

²⁴⁵ MARIMON, Ary Faria: **depoimento** [set. 205]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

era conveniente”.²⁴⁶

A atitude da então bancada da Arena foi eminentemente política! Vislumbraram seus então integrantes, na possibilidade de um processo, a condenação do Prefeito Arnaldo Paz, homem reconhecidamente probo e honesto, incapaz de qualquer malversação do dinheiro público. O que mais doeu no então Prefeito – a gente falava com frequência – foi o fato de que todos os vereadores da ARENA o conheciam há longo tempo, alguns do seu Clube de Serviço e, muitos, por suas atividades comerciais e comunitárias. A bancada arenista esqueceu tudo isso e proporcionou que se levasse “às barras dos tribunais” um homem sabidamente justo e honrado, enxovalhando-lhe o nome. Não tenho dúvida de que o saudoso Prefeito Arnaldo Paz morreu com essa mágoa. (FAGUNDES, depoimento, 2016).

Outra pressão direcionada a Arnaldo Paz ocorreu também em 1970, durante o mês de julho, principalmente nas sessões dos dias 15, 18 e 24. Os arenistas questionaram uma viagem do prefeito a São Paulo, no qual não teria solicitado autorização do Legislativo.

A sessão [do dia 24] foi das mais agitadas dos últimos tempos, em virtude de nova denúncia feita pelos vereadores da bancada da ARENA, Drs. Ary Faria Marimon e Wilson Dornelles Crespo, contra o prefeito Arnaldo da Costa Paz. Tendo tais fatos chegado ao conhecimento de nossa reportagem já na manhã do dia seguinte, procuramos entrevistar os dois vereadores denunciadores. [...] Os dois vereadores confirmaram as notícias, complementando-as com estas declarações: O prefeito Arnaldo da Costa Paz foi realmente denunciado, da tribuna da Câmara, por ter se afastado do município e do Estado, sem a permissão legal, como determina a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, em seu Capítulo II, Artigo 152, item IV, quando diz das atribuições dos Legislativos Municipais ‘autorizar o prefeito a afastar-se do município por mais de 10 dias e do Estado por qualquer tempo’. Viajou para São Paulo. Segundo declaram os edis arenistas, o prefeito foi denunciado ainda por pagamentos ilegais [...] primeiro: por ter retirado dos cofres da prefeitura a importância de mais de 1.000,00 cruzeiros, a título de diárias, ou o que seja, para suas despesas de viagem a São Paulo, quando é publicamente sabido que a excursão foi patrocinada pela poderosa firma, Link S/A, que levou aquele estado, vários prefeitos do Rio Grande, em viagem com fins comerciais (promoção de vendas), com todas as despesas pagas pela firma. A outra denúncia foi contra uma possível irregularidade, que é referente ao pagamento de 6.000,00 cruzeiros, ao advogado Miguel Dornelles Siqueira, como parte do pagamento total de 10.000,00 cruzeiros, para a defesa pessoal, do cidadão Arnaldo da Costa Paz, não o prefeito, perante a Comissão Processante instituída pela Câmara, na primeira denúncia que lhe foi feita, também por pagamentos irregulares a funcionários da prefeitura e cujo desenlace está pendente na justiça civil.” Finalizando, Wilson Crespo declarou: “Chega de sangria nos magros cofres municipais”. (GAZETA DE ALEGRETE, 26/7/1970, p. 4).

²⁴⁶ AMARAL. Airton Pacheco do: **depoimento** [nov. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

Após esses episódios, Paz completou o mandato e não mais se candidatou a cargo eletivo. Segundo Airton Amaral, o prefeito teria confidenciado a amigos que o processo havia lhe desgastado consideravelmente, do ponto de vista moral e também como político, embora tenha sido absolvido. De fato, o desgaste pessoal foi inevitável, pois teve que resistir por aproximadamente um ano e meio à forte oposição imposta pela Arena. Contudo, ele contribuiu sensivelmente para essa pressão, pois viajou sem autorização durante um conturbado período, dando argumentos aos arenistas intensificarem a oposição ao seu governo.

Seja como for, mesmo sendo uma das maiores lideranças do MDB local, não poderia tentar a reeleição em 1972²⁴⁷. E a isso se somou três questões: a impossibilidade da participação de Adão Faraco devido à perda dos direitos políticos por dez anos, o enfraquecimento político de Cassiano Motta e a ausência de lideranças fortes surgidas autonomamente em relação aos dois grupos anteriormente comentados. A única liderança de destaque foi a de Airton Amaral, oriundo do grupo de Adão Houayek, mas tendo atritos com este, por causa de suas posições personalistas no partido, conforme palavras do próprio Amaral e de Paulo Vargas. No início dos anos de 1970, as estratégias lançadas pelo MDB centraram-se principalmente no carisma de Houayek, consideravelmente popular e adepto à negociação.

Julio Cezar Fagundes, por sua vez, renunciou ao mandato de vereador em 15 de abril de 1970. Acerca disso, um trecho de seu depoimento é elucidativo:

Vislumbrei, então – por inexperiência e por mau assessoramento – que, frustrada a clara intenção de cassar-se o mandato do Prefeito Municipal, a “bola da vez” seria eu, e, então, me convenci de que, como, na época, uma cassação não possibilitava a posse de suplente, a cassação do meu mandato deixaria a bancada da Arena com dois terços dos Vereadores, quórum suficiente para, então sim, cassar-se o mandato do Prefeito Municipal. Redigi, assim, a Carta-Renúncia e, ainda antes de entregá-la à Câmara de Vereadores, dei cópias ao Prefeito Municipal e ao então Presidente do MDB, Sr. Waldemar Borges, que concordaram com os argumentos por mim expendidos. Os ataques que sofri depois, de membros da bancada arenista,

²⁴⁷ O seu nome foi cotado para ser candidato a deputado estadual pelo MDB no pleito de 1974. Em 27 de janeiro de 1973, pouco depois de passar o mandato a Adão Houayek, Arnaldo Paz concedeu entrevista à *Gazeta de Alegrete*, comentando esse assunto. Disse na ocasião que havia sido convidado pelo deputado João Osório, no qual defendia que a “Fronteira Oeste pode e deve ter uma representação muito maior na Assembléia Legislativa”. O texto ainda afirma: “O nome do prefeito de Alegrete que está saindo vem sendo cogitado como candidato de conciliação do MDB”. No entanto, salientou que não poderia aceitar, pois prejudicaria interesses particulares, embora tivesse o incentivo de amigos. Essa decisão, segundo ele, não era definitiva. Mas como se sabe, acabou sim, sendo definitiva. Não obstante, Cassiano Motta foi indicado a postulante a uma vaga na Assembleia estadual pelo MDB, juntamente com Rubens Pillar pela Arena. Ambos não se elegeram. GAZETA DE ALEGRETE, 27/1/1973, p. 8.

me deixam, por assim dizer, “quase” convencido do acerto da minha decisão. (FAGUNDES, depoimento, 2016).

O referido político, certamente aliando qualidades próprias e o prestígio social de sua família, havia se eleito em 1968 com a maior votação do pleito. Cumpria o primeiro mandato eletivo e inseria-se, como líder de bancada, na defesa da administração local e ao difícil período pós-cassações enfrentado pelo MDB. Após a renúncia, foi convidado para ser Secretário da Fazenda do governo Arnaldo Paz²⁴⁸ e posteriormente assessor parlamentar do MDB na Câmara, ficando no cargo até 1976.

3.1.2 Os anos entre 1973 e 1979

Os sete anos delimitados pela presente sessão do capítulo destacam a vantagem do MDB na prefeitura e na Câmara nos quatro primeiros, e da Arena, após a vitória em 1976, nos três últimos. O fim do bipartidarismo, no entanto, alterou a data de realização do pleito municipal seguinte, ampliando os mandatos eletivos até 1982. Não obstante, Paulo Roberto Vargas, eleito em 1972 e reeleito em 1976, considera que a relação entre as bancadas durante esses anos, foi “cavalheiresca”, embora tivesse “o acirramento das votações”, sendo algumas, segundo ele, “dramáticas”. Ao longo desse período, “o regime não exerceu pressão. ‘Tu via’ eles, a bancada opositora, com discurso oficial forte, mas dos militares ameaçarem a Câmara, não, não tinha...”.

A Arena modificou a sua estratégia. Desempenhou, de fato, forte oposição ao governo Houayek, e em certo momento, pressionou também a administração correligionária. Mas isso se deu de forma diferente de antes, no qual explorou, em algumas oportunidades, artifícios alheios ao processo democrático. Isso porque as “cassações somaram muito mal” a ela, como destaca Paulo Vargas em depoimento já referenciado anteriormente. Além do mais, possivelmente os atritos ocorridos entre as duas sublegendas do partido em 1972 exigiram uma reestruturação ou uma reavaliação do cenário político local por parte do diretório. Essa mudança foi concomitante ao crescimento da popularidade daquele que seria o seu principal líder, José Rubens Pillar, eleito prefeito em 1976.

²⁴⁸ De acordo com Julio Fagundes, “o então Secretário de Cultura e Assistência Social (hoje Secretaria de Educação e Cultura), Doutor Airtom Pacheco do Amaral, precisou se desincompatibilizar, para concorrer a Prefeito (eleições municipais de 72) e o Prefeito me designou para responder, cumulativamente, por esse importante setor. E, como, no mesmo período, o então Secretário do Município (hoje Secretaria de Administração), Eduardo Rodrigues Palma, entrou em gozo de licença-prêmio, fui, também, designado para responder por essa Secretaria.” FAGUNDES, Julio Cezar: **depoimento** [jan. 2016]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

Pelo lado do MDB, nove vereadores compuseram em 1972 a sua bancada. Possuindo uma vantagem mínima, a primeira estratégia foi recuperar o cargo de presidente da Casa, perdido na polêmica sessão de 31 de dezembro de 1965. Mas como indica o título do texto publicado na *Gazeta de Alegrete* em 1º de fevereiro de 1973 o “*MDB Levou Um Susto Mas Acabou Ficando Com Todos os Cargos*”. A “eleição da mesa da Câmara de Vereadores, que parecia tranquila (o MDB tem maioria), ganhou um inesperado clima de expectativa ontem, quando o vereador Paulo Roberto Vargas, o segundo mais votado de sua legenda, não compareceu para tomar posse”. A ausência “do edil emedebista determinou a igualdade numérica entre as bancadas”.

Nem mesmo o deputado Aldo Fagundes, que saiu às pressas, conseguiu demover Paulo Vargas a ir tomar posse. Em vista disso, o MDB teve que partir para uma composição de última hora, a fim de garantir a presidência da Mesa. E aí ficou provado que se tamanho não é documento, a idade é. Todos os cargos ficaram com o partido situacionista no município, em razão da maior idade dos seus candidatos (em todas as votações deu empate em oito votos). Assim, o MDB elegeu para presidente do legislativo o sr. João Bicca de Freitas. Para vice (e líder da bancada) o sr. Gustavo Perfeito, enquanto Arnaldo Peres foi eleito 1º secretário e Gaspar Paines 2º secretário. (GAZETA DE ALEGRETE, 1º/2/1973).

O próprio Paulo Vargas presta a sua versão sobre o fato:

Quando eu desapareci, a preocupação do Aldo [Fagundes] foi gigante. Ele foi várias vezes na minha casa. Eu dizia: “– Deputado, eu só fui pescar”. Eles não acreditavam. Ninguém acreditava. Eu contei várias vezes: “– tchê, eu não fui cassado, ninguém me levou pro quartel, nem nada. Eu só fui pescar”. Fiquei 15 dias. Me deu um branco. [Fui] Pensar um pouco. Muita pressão na rádio, no meu trabalho, pressão política, e eu resolvi descansar e eles não acreditavam. (VARGAS, depoimento, 2015).

Apesar disso, o segundo mandato de Adão Houayek iniciou com boas expectativas. Em entrevista à *Gazeta de Alegrete*, disse “que o seu primeiro ano de seu governo deverá dar continuidade ao Plano Trienal determinado por lei”, sendo que um “dos pontos relevantes a merecer cuidados imediatos será a urbanização da cidade”. No dia 30 de janeiro de 1973, o mesmo periódico publicou um texto bastante positivo acerca da posse do prefeito, elaborando uma breve biografia do emedebista.

O Sr. Adão Houayek exerceu cargos de tesoureiro da Legião Brasileira de Assistência. Mais tarde foi eleito presidente do Conselho de Desenvolvimento de Alegrete [CDA], órgão que desenvolveu notável atuação em benefício do progresso de Alegrete, notabilizando-se como

entidade congregadora de forças e disciplinadora de projetos que trouxeram no seu contexto, uma gama formidável de providências ligadas à ascendência do Município no plano social, humano e econômico. Além disso, o prefeito que amanhã assume foi presidente, em três oportunidades, da Associação Comercial e Industrial de Alegrete, uma de nossas mais ativas entidades classistas.

Foi como prefeito de Alegrete no período de 1964 a 1969 que o sr. Adão Ortiz Houayek conseguiu, entretanto, mostrar suas inatas qualidades de administrador e líder. Sua atuação nesse período foi marcada por realizações magníficas e atitudes de larga ressonância popular, a ponto de ter sido a sua administração anterior a maior arma utilizada no último pleito, quando tentou com sucesso sua volta à chefia do executivo. Foi fundador da Associação dos Municípios da Fronteira Oeste – AMFRO, sendo também seu presidente por cinco anos. Seu brilhante trabalho administrativo foi reconhecido em todo o Estado, quando o Jornal dos Municípios, em conjunto com a Caixa Econômica Estadual o elegeu como o ‘Prefeito do Ano’. (GAZETA DE ALEGRETE, 30/1/1973, p. 4).

O principal desafio de Adão Houayek era conter a crise econômica do município, que preocupava os administradores locais há décadas.²⁴⁹ No seu primeiro mandato, a área urbana de Alegrete havia passado por um intenso processo de modernização, se assim podemos nos referir: calçamento de ruas e asfaltamento das avenidas e ruas centrais, bem como melhorias na iluminação destas vias. Além disso, houve a construção de inúmeras escolas na zona rural e urbana, a melhora nas estradas municipais e a construção de pontes nessas vias.²⁵⁰ De acordo com o depoimento de Adão Faraco, esses projetos puderam ser colocados em prática pelas verbas repassadas aos municípios durante o governo de Humberto Castelo Branco, o primeiro do regime civil-militar, mas que foram cortadas pelo presidente seguinte, Artur da Costa e Silva.²⁵¹ O corte das verbas, segundo ele, fez o município enfrentar algumas dificuldades, em virtude das obras realizadas e do acúmulo de algumas dívidas, que se somaram às contraídas pelas administrações anteriores. Isso agravou a crise financeira em Alegrete.

Em junho de 1967, Houayek expôs na Câmara a situação econômico-financeira do município, pois a arrecadação não estaria correspondendo à previsão orçamentária. Entre 1967 e 1968, houve uma redução na receita, de Cr\$ 250.000,00 para Cr\$125.000,00, e nas despesas, de Cr\$ 280.000,00 para Cr\$ 155.000,00.

²⁴⁹ Consta-se que o prefeito petebista Waldemar Borges (1956-1959), que foi posteriormente presidente do MDB, no início dos anos de 1970, tirava dinheiro particular para pagar algumas despesas do município, como o funcionalismo público.

²⁵⁰ Essas informações não constituem uma análise nossa do governo Houayek, pois esse não é o objetivo da presente pesquisa. Também não se busca desmerecer ou criticar o que foi feito pelas administrações anteriores e posteriores a essa. No entanto, podem ser vistas facilmente por meio de jornais da época, fotografias, relatórios e documentos em geral, contidos no acervo do Centro de Pesquisa de Alegrete (CEPAL).

²⁵¹ FARACO, Adão Dornelles: **depoimento** [ago. 2010]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

Tais problemas foram assimilados pela administração de Arnaldo Paz, levando-o a discursar por várias vezes no plenário da Câmara, para apresentar aos vereadores as dificuldades enfrentadas. Em 13 de setembro de 1972, Paz tentou aprovar a medida que objetivava contrair um empréstimo para o pagamento de dívidas municipais, não obtendo êxito, por causa da retirada da bancada arenista do plenário. Essa decisão da Arena foi influenciada pela turbulência interpartidária que marcou o fim do seu governo. Na ocasião, o vereador Gustavo Perfeito solicitou “regime de urgência para o processo que trata da operação de crédito, no valor de Cr\$ 500.000,00, por antecipação da receita”, tendo sido “verificada a falta de número legal para votação do projeto, razão pela qual foi retirado da pauta.”²⁵²

Já na segunda administração Houayek, quatro empréstimos foram realizados entre 1973 e 1974. O primeiro, de 18 de abril de 1973, no valor de Cr\$ 152.000,00, dentro do esquema operacional de aplicação dos recursos do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), para aquisição de dois chassis com motor Mercedes-Benz a ser equipado com caçamba basculante coletora de lixo. O segundo, de 13 de junho do mesmo ano, no valor de Cr\$ 190.000,00, para a aquisição de um trator esteira. O terceiro, de 26 de setembro, no valor de Cr\$ 480.000,00, para o financiamento da elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Integrado, cadastro técnico municipal, plano diretor e planos complementares. E o último, em 10 de julho de 1974, no valor de Cr\$ 287.200,00, conforme o PASEP, para a aquisição de uma motoniveladora, vinculando parte das quotas do município no Fundo de Participação dos Municípios.²⁵³

Não obstante, essas dificuldades também se deram pela rápida transformação da zona urbana de Alegrete, devido ao processo de êxodo rural, e pelas estruturas econômicas do município estarem voltadas às atividades agropecuárias, proporcionando, ao mesmo tempo, forte concentração de renda e pouca capacidade no setor industrial.

Seja como for, as dificuldades econômicas fundamentaram os embates entre as bancadas legislativas. No início de 1973, a Arena apresentou proposta de aumento salarial ao funcionalismo público municipal. Após “a discussão, a proposição foi votada, tendo alcançado oito votos favoráveis (bancada da Arena) e oito votos contrários (bancada do

²⁵² Por causa disso, o vereador Gustavo Perfeito registrou “seu veemente protesto pelo comportamento da Bancada da ARENA que, vem, sistematicamente, obstruindo o andamento de processos que dizem respeito à problemas financeiros do Município. Disse o orador que lamentava que a Bancada da ARENA, ao ser discutido processo de real importância como a autorização para contrair empréstimo, tivesse se retirado do plenário, deixando sem o “quorum” suficiente. Disse que dessa forma não poderia o Prefeito atender seus compromissos financeiros”. Por seu turno, Alvarez Gomes disse que os credores poderiam responsabilizar a Câmara Municipal pelo atraso ou o não pagamento das dívidas.

²⁵³ Desse montante, Cr\$ 40.000,00 seria investido em iluminação pública, material de consumo, DMER e obras públicas.

MDB).” “Pelo voto de desempate do Presidente, a indicação foi rejeitada.”²⁵⁴ Para João Farret, sua bancada “tentou apressar o aumento de vencimentos para o funcionalismo, mas a rejeição da indicação prejudicou a iniciativa”; e Gustavo Perfeito, “Justificando que sua bancada não foi contrária a iniciativa, apenas não concordou com os termos da indicação, pois o sr. Prefeito já está elaborando estudos nesse sentido. O voto foi contrário por não ter sido aceita pelo autor a emenda proposta”.

Durante a sessão do dia 4 de abril de 1973, Paulo Roberto Vargas pronunciou-se dizendo que notícias levadas por vereadores à imprensa “não são fornecidas de forma completa, como aconteceu com a indicação relativa ao aumento do funcionalismo”. Por seu turno, Gustavo Perfeito “disse entender que primeiro deve ser estudada a reforma administrativa proposta pelo sr. Prefeito, que é o primeiro passo para uma melhoria salarial.”

Juntamente com a referida reforma administrativa, estava inserido o denominado Conselho Consultivo de Alto Nível, criado pelo prefeito para auxiliar nas questões econômicas municipais. Mas, pelo lado arenista, essa foi a brecha encontrada para aprofundar a oposição ao governo local. Acerca disso, João Farret informou “que na próxima sessão levantaria sua voz em defesa da Casa, face a criação do Conselho de Alto Nível, mediante decreto do sr. Prefeito.” Tais afirmações corroboraram com as de Miguel Jacques Trindade, que registrou protesto contra a criação do Conselho, “do qual não fazia parte nenhum economista, elemento que considerava indispensável em órgão dessa natureza”, desprestigiando ao mesmo tempo, “a Câmara de Vereadores e o Conselho de Desenvolvimento de Alegrete [CDA] que era um órgão comunitário”.²⁵⁵ Farret, em 9 de maio de 1973, disse que o prefeito, além de negar a atuação da Câmara”, também negava “o trabalho da bancada do MDB”, lembrando ainda que o CDA “era escolhido pela comunidade e não designado por ato do próprio Executivo”.²⁵⁶

Em contrapartida, o líder da bancada emedebista Gustavo Perfeito, mencionando “pronunciamento do ver. Miguel Jacques Trindade, através de emissora local”, disse que “tal atitude não trouxe nada de produtivo e que não irá mudar o conceito que o povo tem do sr. Prefeito, eis que a resposta foi dada nas últimas eleições, pela larga soma de votos com que foi eleito”. Salientou também que o Conselho de Alto Nível “escolhido pelo Prefeito é constituído por homens de alto gabarito e que o mesmo fôra preconizado pela indicação do

²⁵⁴ ALEGRETE, *Câmara Municipal*. 21/3/1973.

²⁵⁵ *Ibidem*, 2/5/1973.

²⁵⁶ *Ibidem*, 9/5/1973.

ver. Miguel Jacques Trindade, aprovada em 28.3.73.”²⁵⁷ No entanto, Miguel Jacques Trindade considerou “que esse não era o espírito da indicação que apresentou em 28 de março do corrente ano, pois naquela proposição pedia a constituição de órgão técnico”; ao concluir, “abordou certos aspectos da administração municipal dizendo que, segundo sua opinião as coisas não vem indo bem.”²⁵⁸ Recordou ainda “que em 1967 apresentou um trabalho em plenário, no qual sugeria a instituição de benefícios fiscais no município, a fim de atrair indústrias que pudessem possibilitar um desenvolvimento mais rápido da nossa região”.

Além da presença do Conselho Consultivo de Alto Nível, os vereadores arenistas discordaram da forma pela qual o MDB se portou diante dos debates sobre o orçamento municipal para o ano de 1974. No dia 29 de novembro, a bancada do partido solicitou convocação para discutir e votar a questão. “Abertos os trabalhos, o sr. Presidente informou não haver quorum legal para votação de matéria relacionada com o objetivo da convocação, não podendo, assim, os vereadores em suas manifestações formularem proposições em plenário”. Desse modo, o vereador Wilson Homero Dornelles Crespo, discursou “Em nome da Bancada da ARENA”:

[...] consignando registrar em ata a sua desaprovação às atitudes tomadas pelo sr. Gustavo Perfeito, vice-presidente e líder da Bancada do MDB, que somente após reiteradas insistências declarou abertos os trabalhos da sessão anterior e alegando compromisso inadiável, retirou-se do plenário antes das 20 Horas. O orador comentou o fato de ter o sr. Gustavo Perfeito recebido o documento subscrito pela ARENA, dizendo acatar ao pedido e determinando providências da Secretaria para a convocação da sessão extraordinária, sem no entanto retornar à Câmara para assinar as convocações conforme havia prometido.” (ALEGRETE, Câmara Municipal, 29/11/73).

Diante disso, João Farret “Comentou sua estranheza ante a atitude da bancada do MDB, evitando discussão de assunto de tanta relevância, como é o caso do orçamento para 1974” e “Solicitou consignar em ata a declaração de que levará ao conhecimento de setores que tem vinculação e que não são políticos, oportunidade em que fará comentários a essas atitudes da bancada do MDB.”²⁵⁹ Para Newton Peixoto, a postura dos emedebistas “causa estranheza visto ser a bancada majoritária”. Odilon Bessa Simões, em seu pronunciamento, comentou “fatos ocorridos em sessões anteriores e que culminaram com a atitude da bancada do MDB em não discutir a lei orçamentária.”²⁶⁰ Referindo-se “ao comportamento ao vereador Gustavo Perfeito na sessão anterior,” disse que “o referido cidadão no exercício da

²⁵⁷ Idem.

²⁵⁸ Idem.

²⁵⁹ Ibidem, 29/11/1973.

²⁶⁰ Idem.

presidência tentou humilhar e faltou com o respeito para com a Bancada da ARENA.” Acrescentou que o mesmo se portou

Como um irresponsável. Como um homem sem maturidade cívica. Deu péssimo exemplo de homem público. Pretendeu burlar a boa fé da Bancada da ARENA, mas o ato serviu apenas para humilhá-lo, pois a bancada da ARENA quer cumprir com o seu dever. Disse o orador não entender porque uma maioria foge de uma minoria, talvez seja por tratar-se de uma minoria atuante, que enfrenta o debate e que se impõe pela sua responsabilidade. Lançou seu mais veemente protesto por essa atitude da bancada do MDB e afirmou que quando se pretende usar um êrro para justificar outro êrro se está caindo no criminoso. (ALEGRETE, Câmara Municipal, 29/11/73).

Simões também criticou a destinação de verbas para a construção do que seria o Centro Cultural Adão Ortiz Houayek. De acordo com o texto publicado na ata do dia:

[...] manifestou sua desaprovação quanto as verbas que se pretende destinar à construção do centro cívico, enquanto a miséria anda pela periferia da cidade, onde muitas pessoas não têm sequer uma casa para morar e abrigar sua família. [...] salientou ainda o fato do orçamento consignar a previsão da realização de um empréstimo de cinco milhões de cruzeiros, pois efetivada essa operação naturalmente os futuros administradores é que deverão pagar os compromissos. (ALEGRETE, Câmara Municipal, 29/11/73).

Por fim, Wilson Crespo complementou: “No momento em que se torna necessário discutir algo de tanta importância, a bancada fugiu como já vinha fugindo há tempos.”²⁶¹ No dia seguinte, em 30 de novembro de 1973, novamente a bancada do MDB não compareceu, com exceção apenas do presidente, João Oliveira Freitas, que se pronunciou em defesa dos seus correligionários frente aos ataques dos arenistas. Contudo, no dia 12 de dezembro, Odilon Bessa Simões pronunciou-se dizendo que acreditava “que no próximo ano [se] tenha a oportunidade de votar o orçamento municipal”.

No ano seguinte, a questão do orçamento para 1975 gerou novo embate discursivo. Isso porque, Adão Houayek, ao que tudo indica, enviou-o primeiramente ao Conselho de Alto Nível ao invés da Câmara Municipal. Miguel Jacques Trindade, ao comentar “a entrada da proposta orçamentária na Câmara, registrou protesto [...], por ter o sr. Prefeito anteriormente submetido àquele expediente à aprovação do Conselho de Alto Nível”, pois “esse órgão não é representativo de entidades, e sim formado de pessoas de livre escolha do Executivo.”²⁶² João Farret, em sua fala, lembrou “a posição assumida quando da criação do Conselho de Alto

²⁶¹ Idem.

²⁶² Ibidem, 2/10/1974.

Nível, pois previa que o Conselho, aos poucos, iria exorbitar de suas atribuições”.²⁶³

Como se percebe, questões vinculadas ao setor econômico municipal geraram dificuldades ao governo Houayek. Não obstante, esse não foi o único problema enfrentado pelo MDB. Em primeiro lugar, Paulo Roberto Vargas, ao depor à pesquisa, disse que considerava a sua bancada “politicamente fraca”, “envelhecida” e “que se submetia”. De acordo com Vargas, dois dos seus companheiros, Arnaldo de Oliveira Peres e Gaspar Paines, militares reformados, se constrangiam frente à hierarquia militar, ao debaterem com o major da reserva João Farret.

Eu considero de boas posições o José Guedes do Canto, que tinha uma história política na cidade, mas não era dado às palavras. Tinha um discurso curto, mas tinha boas posições políticas em defesa da democracia. [...] [Além disso] Nós tínhamos o Otto Anhaia, que era um “cara” exímio conhecedor do passo municipal. Então, ele dominava a questão da municipalidade e exercia bem o mandato. E de resto, tínhamos uma bancada que somava muito pouco, que não tinha um nível [intelectual] como o da bancada da ARENA. (VARGAS, depoimento, 2015).

Em contrapartida, “Nós tínhamos o Major Farret lá do outro lado, da ARENA, que era defensor do sistema. [Tinha também] o Marimon, o Crespo, o Odilon Bessa Simões, que era um tribuno, professor, um grande tribuno, forte...”.²⁶⁴

Além do mais, o partido, aparentemente, entrou em “descompasso” a partir de dezembro de 1974, com desentendimentos entre os membros da bancada e destes com o prefeito. Nesse caso, o descompasso da bancada parece ter iniciado durante a escolha da Mesa da presidência do Legislativo. Na votação legislativa, em 14 de dezembro, a Arena não indicou ninguém ao cargo. Mesmo assim, duas “chapas” se formaram, ambas do MDB. Uma encabeçada pelo Sr. João Oliveira Freitas – também chamado de João Bicca de Freitas – e outra pelo Sr. Gaspar Cardoso Paines. Freitas venceu por nove votos a sete, tendo um voto em branco.

Nós tínhamos dois grupos bem distintos na bancada. Os cinco, era[m] eu, o Gaspar Paines, o José Guedes do Canto, o Gustavo Perfeito, e tinha um outro ... Nós formávamos cinco vereadores! [...] [Neste momento, o depoente recorda-se do quinto nome] O [Antônio] Jesus Franco... Nós ganhamos [na reunião da bancada, a indicação do nome de Gaspar Paines], no fim, o João

²⁶³ Idem.

²⁶⁴ De acordo com Julio Fagundes, “Havia, realmente, uma certa diferença no nível intelectual entre os membros de ambas as bancadas, mas essa diferença desaparecia nos trabalhos escritos, já que todos eram redigidos pela Assessoria de Bancada. E, como Assessor, sempre procurei me manter equidistante de eventuais questões entre membros da bancada.

Bicca acabou vencendo a eleição. [Pergunta feita pelo pesquisador: “como eram esses dois grupos, como se formaram?”] Mais pela amizade. Eu tinha uma amizade com o Zé Canto, uma história de amizade. O Gaspar Paines, por que nós queríamos homenagear, pelo fato da cassação do irmão dele [Honório Paines], como uma resposta ao Exército. [...] Deve ter formado um grupo dos mais radicais e um grupo dos menos radicais, politicamente falando. Os menos radicais era[m] [d]o grupo do João Bicca. Era um grupo que não somava com o que nós pensávamos. Ele, o Otto, o Djalma Beyer [o depoente não cita, talvez por esquecimento, o nome do vereador Arnaldo de Oliveira Peres. Tudo indica que esse emedebista compôs o segundo grupo mencionado, pois Paulo Vargas é enfático em dizer que o dele era composto por cinco pessoas]... O fato principal foi esse episódio, a Arena votar no João Bicca. Eles fizeram um conchavo com o João Bicca, e votaram unânimes nele. E nós perdemos a eleição. (VARGAS, depoimento, 2015).

Após a divulgação do resultado, Gaspar Paines, declarou “que em reunião da bancada havia sido escolhido um nome para concorrer à presidência, e que esse compromisso lamentavelmente não havia sido cumprido por alguns de seus companheiros”²⁶⁵. Além disso, lamentou a falta de lealdade partidária. Tentando harmonizar o ambiente no partido, Gustavo Perfeito disse que “sua bancada não havia conseguido eleger o candidato à presidência escolhido em uma reunião prévia de bancada” e que “face ao episódio da eleição para presidente, a bancada do MDB não concorreria ao preenchimento das demais vagas na mesa e se retiraria do plenário a partir daquele momento.”²⁶⁶ Em seguida, a mesma se retirou da sessão.

O episódio fez com que João Oliveira Freitas demonstrasse tristeza, conforme dito pelo mesmo, por ver as cadeiras vazias em sua bancada, pertencentes ao partido que ajudara a fundar e para o qual muito trabalhava.²⁶⁷ Lembrou ainda que a quantidade de votos que havia conquistado na eleição possibilitara a eleição de alguns integrantes da bancada. Finalizou explanando que os acontecimentos “não iriam afetar a sua atuação na presidência do Legislativo” e justificou o voto em branco, alegando que apenas colocou a sua assinatura em lugar indevido.²⁶⁸

O novo presidente Legislativo parece ter sido o único emedebista que permaneceu até o fim da sessão, em vista da retirada dos demais correligionários do plenário. Os vereadores do partido haviam acordado a escolha de Gaspar Paines, irmão de Honório Paines, vereador cassado em 1969, para o cargo em voga. Mas, por alguma questão na qual desconhecemos até o momento, outro postulante ingressou na disputa, justamente o Sr. Oliveira Freitas. Este, por sua vez, teve o apoio arenista. Desse modo, toda a bancada da Arena votou em Freitas, em um

²⁶⁵ ALEGRETE. **Câmara Municipal**. 14/12/1974.

²⁶⁶ Idem.

²⁶⁷ Idem.

²⁶⁸ Idem.

suposto acordo político entre as partes; ou através de uma sequência de mal entendidos e desencontros emedebistas que, coincidentemente, acabaram beneficiando a Arena. Acerca disso, Julio Fagundes, que nessa época era assessor emedebista na Câmara, dá o seu depoimento:

[...] a bancada da Arena havia convencido o Vereador João de Oliveira Freitas que votaria nele. Já havia murmúrios, no seio da bancada emedebista, de que tal acerto já estava firmado. Mesmo assim, na hora de distribuir as cédulas com o nome do Vereador Gaspar Paines na cabeça da chapa, após entregá-las a cada um dos vereadores da bancada, fui entregar a cédula ao Vereador João de Oliveira Freitas, que não a aceitou. Com a adesão da totalidade da bancada arenista e com o seu próprio voto, o Vereador João de Oliveira Freitas reelegeu-se para mais um mandato na presidência da Casa. (FAGUNDES, depoimento, 2016).

Por seu turno, Paulo Roberto Vargas é mais enfático:

Houve uma maioria pra escolha do Gaspar Paines. Os vereadores saíram dessa reunião com uma ideia de que o Paines seria o presidente. [Mas] Nós sabíamos, no dia da reunião, que iria[mos] perder... Nós já sabíamos que havia o conchavo, que nós perderíamos a votação. Nos levantamos na hora que foi proclamada a Mesa. Nos levantamos e saímos da sessão, nós cinco. Os outros ficaram. Nós tivemos o episódio de um vereador [Arnaldo de Oliveira Peres] que não queria votar no João Bicca; e queria, mas não queria expressar. Então ele se licenciou. Aí entrou a Olívia [Cleoni da Silva Pereira, suplente]. A Olívia votou no João Bicca. Aí o titular não queria votar, não queria contrariar a bancada. Mas depois disso aí, é o seguinte, no outro ano, o João Bicca ganhou sem discussão. Nós sabíamos que o formato seria o mesmo. “– Ou vocês votam em mim ou a Arena vota...” [Pergunta feita pelo pesquisador: “ele recebeu algo em troca?”] Não! [Comentário feito pelo pesquisador: “mas não fica estranho pra alguém apelidado de “João PTB”?”] Mas aí entra o conteúdo [talvez o depoente se refira ao conteúdo intelectual]. O único cargo remunerado era o de presidente. Se ele tivesse colocado pra nós que precisava da remuneração, mas não foi colocado. Houve uma cisão na bancada, porque a maioria vence, democraticamente, a maioria vence. Aí depois “tu” contraria essa decisão? A bancada começou com essa cisão. (VARGAS, depoimento, 2015).

Ainda assim, o arenista Wilson Crespo “disse ter havido uma demonstração de que os homens pensam acima dos problemas políticos, eis que a Bancada da ARENA, na oportunidade em que tinha a maioria no plenário, votou integralmente em vereadores pertencentes a bancada do MDB.”²⁶⁹ Jacques Trindade mencionou que “o Sr. João Oliveira Freitas se manteve sempre com dignidade, eis que em todas as oportunidades que teve que decidir, votou com a bancada do MDB, o que prova que a ARENA não procurou tirar

²⁶⁹ Idem.

vantagem em reelegê-lo.”²⁷⁰

[Posteriormente] O João Bicca me chamou: “– Paulo...”

“– João Bicca, não tenho nada pessoalmente contra ti. Só contrariou a bancada. Acho um absurdo.”

Mas ele foi um presidente construtivo em termos de Câmara. Politicamente não, mas materialmente a Câmara ganhou com o Bicca. [Ganhou] Um prédio. [...] [Contudo] ele tinha uma ligação forte com a Arena. [Pergunta feita pelo pesquisador: “como ficou a relação entre os emedebistas nas sessões seguintes?”] Ficou ruim, todo o primeiro ano, foi uma relação muito ruim da bancada. Nós não considerávamos um presidente nosso. Nós considerava[mos] um presidente que a Arena elegeu. No segundo ano, de novo, nós tivemos problema, mas daí, “o que aconteceu? Vamos votar no ‘cara’. Não tem saída, nós vamos só desmoralizar a bancada. Vamos criar uma guerra aqui dentro da bancada. De novo, vamos nos dividir aqui dentro. Eles vão ganhar de novo.” Então resolvemos votar no João Bicca eternamente. (VARGAS, depoimento, 2015).

Em 10 de dezembro de 1975, João Oliveira Freitas novamente venceu a votação referente à mesa da presidência do Legislativo para o ano de 1976, como já assinalado. Nessa ocasião, Gaspar Paines lembrou que, “como homem de Partido havia votado na chapa vencedora, respeitando, assim, a vontade da maioria de sua bancada, o que não foi respeitado na eleição anterior, pelos dois vereadores que encabeçam a referida chapa.”²⁷¹

Junto a esse episódio, iniciaram-se atritos entre a bancada e o prefeito. Otto Anhaia declarou em algumas oportunidades o seu descontentamento com Adão Ortiz Houayek e com o Poder Executivo. A sua primeira manifestação foi a alegação prévia de que votaria contrário à uma indicação de congratulações ao prefeito apresentada por Paulo Roberto Vargas, “por entender que o chefe do Executivo não está fazendo favores, e sim cumprindo com as suas obrigações.”²⁷² Posteriormente, em 11 de junho de 1975, criticou a suposta falta de atenção aos seus pedidos, através das suas indicações.” Ainda disse que “processos de aforamento se acham na gaveta do esquecimento da Secretaria de Obras.”²⁷³ Acerca disso, o depoimento de Paulo Vargas, nos dias atuais, é instigante, pois diverge com alguns de seus pronunciamentos da época, no qual propôs em algumas oportunidades homenagens a Houayek, como a acima referenciada: “Eu sentia o Piola com um pouco de quebra de ética.” No entanto, ele menciona outras afirmativas com relação ao prefeito, ao dizer que o mesmo era “acessível, conversava com os vereadores; recebia os vereadores; recebia as duas bancadas e se encaminhavam coisas diretamente, fora, é claro, no período eleitoral; até por que eles [arenistas] tinham

²⁷⁰ Idem.

²⁷¹ Ibidem, 10/12/1975.

²⁷² Ibidem, 21/5/1975.

²⁷³ Ibidem, 11/6/1975.

nomes muito fortes”. Por outro lado, “ele trafegava bem na Arena, e esse era o problema [...], o teu prefeito que convive com os “caras”, é difícil né?”²⁷⁴

[Pergunta feita pelo pesquisador: “qual era o atrito entre o prefeito e a bancada?”] A questão dos cargos. O MDB não estava privilegiado [...]. O MDB devia participar do governo do Piola. O Piola foi um prefeito que abriu a prefeitura pra outros seguimentos políticos, tentando mais um lado pessoal dele [...]. E nós vinha[mos] de um partido que vinha sendo constrangido pela ditadura, [que] precisava de espaço, e a prefeitura não dava espaço político pra nós. A prefeitura era omissa. O Piola não foi politicamente positivo para o MDB, ele tinha um discurso político vazio; pra construir; ele era um administrador, ele construiu a rodoviária, fez obra... Nós tínhamos uma bancada bem definida, os cinco, e nós criticávamos o Piola. [Pergunta feita pelo pesquisador: “e o Otto criticava, pois ele não era desse grupo dos cinco, como o Sr. indicou?”] O Otto conhecia todo o processo. Ele era funcionário público. Era líder sindical. Ele conhecia muito, mas a questão levantada pelo Otto era mais burocrática. (VARGAS, depoimento, 2015).

O depoente ainda relata que, “inclusive, um dos secretários dele criou muitos problemas... Jorge Alberto Castelline Moreira”;²⁷⁵ Moreira teria se tornado uma espécie de “braço direito” do prefeito. Além do mais, Houayek “não tinha uma relação partidária forte conosco [bancada], pois “nunca fomos chamados pra discutir”, sendo “sempre decisão do Piola.” “Daí “tu” vence uma eleição e constrói uma administração à revelia da bancada!”²⁷⁶

Apesar dessas questões, durante os anos de 1970 o MDB reformulou as suas relações nos bairros da cidade. E isso ocorreu, significativamente, pela participação do vice-prefeito Airton Amaral. O político ganhou destaque no interior do partido pela liderança e mediante relações estabelecidas no setor educacional do município e com a bancada na Câmara. Tais questões levaram o seu nome a ser indicado para o pleito de 1976. Sem embargo, a estratégia adotada pelo MDB visou as

Lideranças de bairro. Ainda que não fosse com facilidade que se conseguisse formar subdiretórios, na época surtiu efeito. Nós começamos a prestar homenagem aos nossos antigos líderes que não mais existiam. Por exemplo, Maria da Luz, uma grande líder do trabalhismo, [no] Porto dos Aguateiros [localizado na zona urbana de Alegrete], formamos um subcomitê em homenagem ao nome dela. Nós conseguimos reunir as pessoas em torno

²⁷⁴ Acreditamos que esse trecho do depoimento esclarece, como já tentado anteriormente, a questão pela qual tenta compreender a figura de Adão Houayek, pois devido às exigências profissionais de comerciante, o mesmo era carismático ou simpático e um negociador, transpondo isso para a política.

²⁷⁵ O secretariado de Adão Houayek: Chefia de Gabinete do Prefeito, Bel. Nilson Machado Medeiros; Secretaria de Planejamento e Coordenação, Bel. Jorge Alberto Castelline Moreira; Secretaria de Administração, Acad. Dorval Braulio Marques; Secretaria da Fazenda, Acad. Luiz Carlos Schimit; Secretaria de Educação e Secretaria de Cultura e Assistência Social, Dr. Airton Pacheco do Amaral; Departamento Municipal de Estradas de Rodagem, Eng. Nelson Travassos. *GAZETA DE ALEGRETE*. 30/1/1973.

²⁷⁶ VARGAS, Paulo: **depoimento** [set. 2015]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

daquela liderança, mesmo falecida. E assim por diante. Na Boa Vista [bairro alegretense], pegávamos o nome do grande companheiro, do [Timóteo] Mombach. O Timóteo, nós pedíamos, ele inclusive participou da organização, de início... Liderança dele... “Judiado” [pelas seguidas prisões sofridas; seu nome é citado no início do capítulo 2], sempre perseguido... “- Então Timóteo, tu que é líder na Boa Vista, consegue formar um subdiretório?” Então pegávamos uma liderança daquele bairro. Chegamos a ter 15 subdiretórios. Ao tempo que prestávamos homenagens, aproveitávamos pra fazer política partidária. Não era direto, política partidária, porque haveria dificuldade. “- As pessoas não se abrem né!” Nós tivemos algumas vezes inaugurando subcomitê e passar na rua um jipe do quartel. As pessoas ficavam meio apavoradas. Então, não era fácil. [Pergunta feita pelo pesquisador: “onde ocorriam essas reuniões?”] Normalmente em casas de família. Até no pátio. Às vezes as casas eram humildes. [Pergunta: “e os vizinhos não denunciavam?”] Até os participantes! “- ‘ah’, isso não vai nos prejudicar? [perguntavam os donos das casas que serviam de local para a ocorrência das reuniões]” “Não, não vai... [respondiam os dirigentes do partido]”. (AMARAL, depoimento, 2013).

Entretanto, os problemas surgidos nas instituições de poder, isto é, a formação de dois grupos na bancada emedebista e o desentendimento surgido pela escolha de João Oliveira Freitas para presidente da Câmara no final de 1974, quando este teve o apoio da Arena, fragilizaram o MDB. Soma-se a isso a opinião extraída de um dos entrevistados pela pesquisa, de que a bancada era intelectualmente inferior à arenista, pois não contra-argumentava de forma incisiva ou no mesmo nível, quando ocorriam debates com temas mais aprofundados. Esse partido manteve-se compacto na Câmara durante os anos de 1960, devido a maior repressão ocorrida durante o período, buscando evitar as cassações de mandato, embora houvesse, no diretório, a presença de duas frações politicamente distintas. Contudo, os anos entre 1973 e 1976 foram turbulentos e trouxeram certa desarmonia na bancada e entre as suas principais lideranças. Isso refletiu no pleito municipal de 1976 e contribuiu para a derrota, ao formalizar uma sublegenda em meio a vários empasses, perdendo apenas na soma dos votos para as duas “chapas” da Arena.

Como se sabe, o pleito de 1976 promoveu a vitória de José Rubens Pillar para a prefeitura de Alegrete, culminando também para a eleição de nove vereadores da Arena, contra oito do MDB. Por um lado, o partido de sustentação do regime teria a primeira oportunidade de governar o município. O candidato vencedor havia estabelecido vínculos políticos importantes nos anos anteriores, somado aos seus méritos próprios. Por outro, a bancada do MDB se oxigenou, mediante o aparente desaparecimento das desavenças entre os membros da bancada. Evidentemente, tal observação é feita com base nas atas das sessões, sabendo-se, aos olhos do historiador, os desfechos de cada discussão. Mas essa mudança talvez tenha se dado pela presença de vereadores estreates, alguns com as maiores votações

do MDB, e do contato estabelecido com os mais experientes, que estavam sendo reeleitos.²⁷⁷

No início de 1977, Gustavo Perfeito solicitou em ata a transcrição de um documento que versava sobre a defesa do projeto e da obra do Centro Cultural Adão Ortiz Houayek, inaugurado durante a segunda administração de Adão Houayek, e que foi amplamente criticado pelos arenistas. Aos membros da Arena, os recursos financeiros empregados na obra poderiam ter tido outras finalidades, como aplicado nos bairros carentes, enquanto os emedebistas defendiam o investimento na área da cultura. O referido texto, escrito pela denominada “Comissão Pelo Fortalecimento do MDB em Alegrete”, dizia:

No momento em que nossa cidade ganha um “Centro Cultural”, idealizado e construído pelo correligionário ADÃO HOUAIEK, não poderíamos deixar de manifestar o nosso repúdio pela concretização de mais um marco que atende aos interesses de uma minoria em detrimento da grande maioria da população, especialmente os moradores dos Bairros e Vilas, que constituem o maior contingente de nosso partido.

A propósito, o próprio Governo, cujo partido representativo vimos fazendo oposição há mais de 10 (dez) anos, através do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, vai contestar e de escolher as destinações orçamentárias para as finalidades de Praças e Centros Culturais, entre outras, por entender obviamente, os precários benefícios que tais obras trazem aos municípios. Por entendermos conveniente, juntamos fotocópias da edição do Jornal do Brasil, de 19 do corrente, a respeito do assunto.

Esperamos que os companheiros doravante tenham presente o comportamento pessoal e descomprometido com seus representados e ainda quem sabe até ilegal do nosso atual mandatário, que impensadamente foi por nós escolhido e sejamos todos iluminados no futuro para escolhas políticas através de representantes íntegros e idealistas. (ALEGRETE, Câmara Municipal, 25/1/1977).

Por meio da nota, ficou expressa, embora de forma confusa, a primeira manifestação pública do MDB contra o governo municipal, em sua nova condição de oposição na esfera política local. Durante essa legislatura, observou-se que os vereadores do MDB intensificaram os pronunciamentos contra o regime civil-militar, o que já ocorria antes, entre 1973 e 1976, mas de forma bem mais contida. Por outro lado, tais críticas passaram a ser cada vez menos rebatidas pelos arenistas, principalmente entre 1978 e 1979. Entretanto, as discussões

²⁷⁷ No entanto, Dorval Bráulio Marques, ao se referir sobre o pleito de 1976, fez referência à alternância do Poder, característica do processo democrático, através da vontade popular. Paulo Roberto A. Vargas, por sua vez, comentou sobre as cassações de mandatos com base no AI-5, que, segundo ele, ainda aconteciam. Em sua opinião, contrariando o correligionário emedebista, “não [estaria] havendo democracia no país.” ALEGRETE: Câmara Municipal. 18/3/1977.

afloravam nos momentos em que os emedebistas questionavam o governo de José Rubens Pillar.²⁷⁸

A Câmara de Vereadores foi o palco de embates memoráveis entre MDB e Arena. A virulência e extensão dos debates eram permanentes entre os membros da Oposição e Governo. Fato interessante, no entanto, é que isso não fomentou inimizades pessoais, mantendo tais disputas nos restritos parâmetros políticos e nos limites da Câmara de Vereadores. (MARQUES, depoimento, 2015).

Em 13 de maio de 1977, em resposta ao pronunciamento de Euclides Fagundes (irmão de Aldo e Julio Cezar Fagundes), Miguel Jacques Trindade “disse que o governo da Revolução implantou uma política salarial, visando assegurar melhores condições ao trabalhador brasileiro. Comentou ainda as inovações introduzidas no campo da previdência social.”²⁷⁹ Em meio a isso, foi contestado por Paulo Roberto Vargas, “com respeito a política sócio-econômica implantada no país, citando o fato de que o trabalhador ganha um salário que não dá para o sustento de sua família.”²⁸⁰

No início de 1977, a bancada da Arena levou ao plenário, inicialmente por meio do vereador Wilson Dorneles Crespo, que a dívida da Prefeitura apresentada pela administração anterior não correspondia à realidade, e que, embora Alegrete não parecesse uma cidade “bombardeada ou assolada por um violento terremoto”, parecia uma “estância abandonada”.²⁸¹ Miguel Jacques Trindade, meses depois, disse que a dívida contraída do governo anterior era “de mais de 8 milhões de cruzeiros e não de 4 milhões como foi informado.”²⁸²

Quanto aos embates entre as bancadas, em 21 de outubro de 1977, Euclides Fagundes Filho referiu-se à viagem de estudos feita por Pillar à Europa. Em seu pronunciamento, “reclamou da situação em que se encontra o município, esburacado, sujo e às escuras”, fazendo menção à má informação prestada na Câmara pelos integrantes da bancada da Arena, “que enganaram os vereadores da oposição, afirmando que o senhor Prefeito viajaria à Europa sem ônus para os cofres municipais, uma vez que era convidado pelo Governo do Estado”, destacando “que a pouco tempo atrás, um número mais expressivo de vereadores não pôde participar do Congresso Nacional realizado na Bahia”, mas que naquele momento, o prefeito

²⁷⁸ Por exemplo, em 27 de maio de 1977, o vereador Laudelino da Costa Alende questionou as manifestações de Otto Anhaia, por considerá-las agressivas.

²⁷⁹ Ibidem, 13/5/1977.

²⁸⁰ Idem.

²⁸¹ Ibidem, 25/3/1977.

²⁸² Ibidem, 18/11/1977.

mesmo com todas as suas despesas pagas pelo Governo do Estado, “ainda sobrecarrega os cofres municipais, com um lançamento cujo montante ultrapassa a casa dos trinta mil cruzeiros.”²⁸³

Em resposta, Evódio Severo (Arena) contestou as acusações, principalmente os termos ditos contra o prefeito (“subornador” e “corrupto”), no qual teria “comprado votos a troco de óculos.”²⁸⁴ Além disso, o vereador considerou que “a elevada dívida que a atual administração recebeu [...] tem dificultado a execução de seus planos, em prol de melhoramentos para o bem estar da comunidade”; “com relação a viagem de estudos do Sr. Prefeito à Alemanha, disse que o mesmo adquiriu ensinamentos que virão em benefício do município; disse, ainda, que o Sr. Prefeito não vive de turismo, como entendem os vereadores da oposição”, pois “é preciso viajar para trazer recursos, recursos esses inclusive, para o pagamento de dívidas da prefeitura”.²⁸⁵

Posteriormente, o emedebista Nilo Gonçalves argumentou que “não se surpreendia por o Sr. Prefeito não estar cumprindo com suas promessas, feitas durante a campanha eleitoral, citando entre outros, a promessa de instalar postos de COBAL e do INPS nos bairros da cidade.”²⁸⁶

Outro ponto a ser destacado foi a reação dos vereadores emedebistas contra determinadas manifestações públicas de José Rubens Pillar, com relação a eles, principalmente em seu programa de rádio. Em 1977, por exemplo, Paulo Roberto Vargas comentou respostas do prefeito aos trabalhos da Câmara, dizendo que ele estava “se referindo de maneira pouco cortês para com os vereadores do MDB, não dando as devidas considerações às suas proposições.”²⁸⁷ Acerca disso, Nilo Soares Gonçalves discursou sobre a falta de harmonia entre os poderes Legislativo e Executivo, “face aos termos usados do Sr. Prefeito nas respostas às proposições aprovadas pela Câmara.”²⁸⁸ Para Otto Anhaia (MDB), era lamentável a “maneira como o Sr. Prefeito responde aos pedidos de providências dos senhores vereadores, como se estes estivessem pedindo vantagens para si próprios quando na verdade estão somente procurando resolver os problemas daqueles que os elegeram”.²⁸⁹ Para o vereador, “esquece o Sr. Prefeito que grande número de vereadores que aqui se encontram,

²⁸³ Ibidem, 21/10/1977.

²⁸⁴ Idem.

²⁸⁵ Idem.

²⁸⁶ Ibidem, 18/11/1977.

²⁸⁷ Ibidem, 13/5/1977.

²⁸⁸ Ibidem, 26/6/1978.

²⁸⁹ Ibidem, 6/10/1978.

vieram para esta CASA quando o mandato era gratuito, sem qualquer remuneração, ao contrário do Sr. Prefeito, que já foi para a prefeitura ganhando polpudos vencimentos”.²⁹⁰

Em outras palavras, o pronunciamento de Dorval Braulio Marques resume a discórdia do MDB com Rubens Pillar, no qual exigia mais respeito:

[...] tal relacionamento vem sofrendo um processo contínuo de deteriorização e que o “pomo” de toda a discórdia tem sido o Sr. Prefeito, cuja personalidade é marcada por um temperamento agressivo e provocativo; e assim agindo, Sua Excelência tem se revelado um homem despreparado para o cargo que está ocupando, [...] até aqui a Bancada da oposição tem procurado colaborar ao máximo com a administração municipal, mas não pense sua Excelência que a oposição ficará inerte ou passiva diante de tais ataques; pois saberemos usar a força que temos, para barrar até, se necessário for, a tramitação de projetos de leis e outras iniciativas do Executivo, o que até aqui não o fizemos em respeito ao povo que nos elegeu e o desejo sempre honesto que tem norteado a oposição no plenário da Câmara. (ALEGRETE, Câmara Municipal, 24/11/1978).

Na sessão seguinte, em 1º de janeiro, Euclides Fagundes Filho adjetivou José Rubens Pillar de “inepto e incapaz”, sugerindo a ele que cedesse ao vice-prefeito, Hernani Antunes, o seu cargo.²⁹¹ Outro episódio envolvendo o prefeito e o vereador Euclides Fagundes Filho merece destaque, por ter resultado em Inquérito Policial. Na queixa do vereador, o prefeito teria usado contra ele termos agressivos e que lhe faltavam com o respeito. Durante o referido caso, foram ouvidos como testemunhas os vereadores emedebistas Dorval Braulio Marques, Gaspar Cardoso Paines e Nilo Soares Gonçalves.²⁹²

Em seu depoimento, Dorval Marques disse que em uma data da qual não se recordava e após a leitura de uma ata, tomou-se conhecimento da resposta “a uma indicação do vereador Euclides F. Filho, dizendo que o vereador sofria de deformação catatímica da realidade.”²⁹³ Disse também, que no dia em que ocorreu o fato, a Câmara abrigava não somente os vereadores, por tratar de sessões públicas, mas um número considerável de pessoas, e que estas, juntamente com os vereadores, expressaram “manifestações de surpresa, indignação e pejorativas em relação ao vereador atingido,” finalizando que seria costumaz o prefeito agir daquela forma em resposta aos vereadores.²⁹⁴

No depoimento de Gaspar Paines, o mesmo afirma que

²⁹⁰ Idem.

²⁹¹ Ibidem, 1/12/1978.

²⁹² Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), SOPS / A – 1.-.1.1.1 a SOPS / A.-.18.4.1.

²⁹³ Idem.

²⁹⁴ Idem.

[...] desde longa data, as respostas que o Senhor Prefeito Municipal de Alegrete, Dr. José Rubens Pillar, às indicações e sugestões oferecidas pelos vereadores, de ambas as bancadas da Câmara, muitas vezes, contém termos que não são condizentes com a função que o mesmo exerce, qual seja a importante função do Prefeito Municipal. Há uns dois meses, ou três meses atrás, o vereador Euclides Fagundes Filho, apresentou uma indicação, que já foi aprovada por unanimidade pelos vereadores da Câmara Municipal e encaminhada ao senhor prefeito municipal, indicação essa que versava sobre o envaletamento ou canalizações de água, que estava causando mau-cheiro no bairro Macedo; em resposta a essa indicação, o senhor prefeito alegou que o aludido [...] estava “CATATÍMICO DA IMAGINAÇÃO” o que, parece ao declarante, significa ser débil mental, “tarado”, ou “biruta.”²⁹⁵

Nilo Gonçalves, por seu turno, salientou que a “resposta deixou surpreso os vereadores de ambas as bancadas, eis que o relacionamento entre ambas tem sido, desde o início, de grande respeito e consideração.”²⁹⁶ Ele ainda cita que os vereadores Wadroil Trindade e Evódio Severo já haviam obtido respostas nestes termos por integrantes da bancada da situação e lembrou, por fim, em respostas dadas igualmente violentas e agressivas aos vereadores Otto Anhaia e Paulo Roberto Vargas.²⁹⁷ Não obstante, o arenista Ary Marimon é questionado sobre esse episódio, anos após ter ocorrido:

[A resposta de Pillar a Euclides Fagundes, mais conhecido como Bagre Fagundes] foi por escrito. Nós recebemos lá [na Câmara] [riso] e começamos a dar risada... “– O que esse padre quer, o que ele quer dizer?” [dizia Fagundes]. A “gente” dava risada! Nós não tínhamos um dicionário na Câmara [riso], não sabíamos o que era [o significado de catatímia]. Aí o Dr. Jesus Rodeiro ligou pra casa, pra mulher dele, pra Ida, e ela procurou o dicionário e respondeu. Olha, vou te dizer uma coisa, foi cômica a risada! Acabou a reunião que a “gente” fez. Todos os vereadores, a “gente” ria até não poder mais. Ele [o Euclides] dizia “o que é isso? O que ele quer dizer?” Acabou que ninguém sabia definir o que o padre queria dizer [...]. Depois a “gente” brincava com o Bagre: “– Ô catatímico!” Ele brincava junto, [pois] ele é um “gozador” [brincalhão]. (MARIMON, depoimento, 2015)

O prefeito Rubens Pillar, em sua defesa, considerou que o vereador emedebista estava “exagerando o fato” e que “pretendia atingir à administração do Partido contrário.”²⁹⁸

José Rubens Pillar – declara que, conforme ofício nº 358/78, de 12 de junho do corrente ano o vereador EUCLIDES FAGUNDES FILHO, referindo-se a um valo, assim se expressou: “não há nariz que suporte, estômago que resista as emanações fétidas do referido valo.” Que, em se tratando de uma

²⁹⁵ Idem.

²⁹⁶ Idem.

²⁹⁷ Idem.

²⁹⁸ Idem.

realidade existente, respondeu que o vereador estava deformando a realidade, padecendo de uma “Deformação Catatímica da Realidade.”²⁹⁹

Em medida de conclusão, o delegado de polícia Jorge Tabajara Monteiro Mafra considerou o processo a respeito de crimes de Difamação e Injúria um instrumento não legal para a instauração do inquérito policial, “pois se tratando de um crime de AÇÃO PENAL PRIVADA, deveria o representante agir na conformidade do artigo 5º, parágrafo 5º do C.P.P.B. [Código de Processo Penal Brasileiro].”³⁰⁰ Segundo o delegado, os delitos de ação privada dependeriam de uma Queixa-Crime, e mesmo assim, encontrava algumas dificuldades. A princípio, dever-se-ia saber o que ao certo seria uma “catatimia” e se teria procedência considerar tipicidade delituosa, difamatória ou injuriosa dizer que alguém sofreu deformação catatímica da realidade. No relatório, há a preocupação em se explicar o significado do termo “catatímico.”³⁰¹

Ensina o professor HELIO GOMES, em sua obra MEDICINA LEGAL (pag. 280) que a CATATIMIA é um fenômeno interessante de psicologia judiciária e que consiste na influência que sobre as nossas percepções exerce nossa tendência afetiva. Diz ainda, que vemos não como são, mas como quisermos que fossem. Exemplifica dizendo que quem ama o feio, bonito lhe parece.³⁰²

Para o delegado, a primeira dificuldade estaria na observação da palavra “nossa”, citada duas vezes na colocação do autor da obra consultada, “pois entende que o eminente professor de Medicina Legal, ao usar o termo ‘nossa’, está se incluindo entre os que podem sofrer a deformação em análise e, portanto, colocando o fenômeno dentro da universalidade humana.”³⁰³ No relatório, ainda cita Edmur Aguiar Whitaker, “em seu manual de Psicologia e Psicopatologia Judiciárias, pg. 78.”³⁰⁴ Para Whitaker “a catatimia refere-se à deformação que os nossos estados afetivos exercem sobre os processos perceptivos e associativos, levando a uma deformação mais ou menos pronunciada do processo anêmico.”³⁰⁵

As principais funções psíquicas, assim se expressa: exercem influência regular e constante nas manifestações da memória os três fatores principais:

²⁹⁹ Idem.

³⁰⁰ Idem.

³⁰¹ Idem.

³⁰² Idem.

³⁰³ Idem.

³⁰⁴ Idem.

³⁰⁵ Idem.

1º) a repetição; 2º) a constelação associativa³⁰⁶[...]; 3º) a Constelação Afetiva.³⁰⁷

Portanto, para o delegado, “a deformação catatímica pode [ria] ocorrer com qualquer pessoa normal.” Ademais, o delegado acrescenta que o vereador Euclides Fagundes Filho, junto à sua representação, “anexou cópias de ofício, nº 448/78 e 644/78, datados respectivamente de 15 de junho e 18 de agosto do ano em curso, como prova das afirmações.”³⁰⁸ Entretanto, ao analisar tais documentos, “vê-se que se trata de cópias sem as assinaturas do signatário e sem qualquer outro indício que comprove a sua autenticidade (como reconhecimento autêntico, por exemplo).”³⁰⁹ Por fim, o relatório de inquérito que seria enviado ao Juiz responsável concluíra-se da seguinte forma:

Assim sendo, eminente magistrado, entendi por bem não indiciado o Sr. José Rubens Pillar, tendo em vista as dúvidas [...] que me assolam a respeito dos fatos. Entretanto, rogo a vossa Excelência que, se a vosso juízo, ou do eminente representante do Ministério Público entenderem ao contrário, que seja devolvido o presente Inquérito Policial a esta Delegacia, para que seja complementado.³¹⁰

Dessa forma, o Inquérito foi arquivado. Mas ainda em 1978, as declarações do prefeito sobre o Legislativo desagradou até mesmo integrantes da bancada do seu partido, com exceção de Evódio Severo³¹¹ e Miguel Jacques Trindade, que continuaram defendendo-o dos ataques dos demais vereadores. Por conseguinte, a relação entre a bancada da Arena e o prefeito José Rubens Pillar pareceu ter esfriado, se assim podemos nos referir. Em 6 de outubro de 1978, por exemplo, o vereador arenista Wilson Homero Crespo foi aplaudido de pé pela bancada do MDB; em meio a isso, o Sr. Paulo Roberto Antunes Vargas deixou registrado que o vereador estava “sendo aplaudido por dizer a verdade.”

Abaixo, segue o pronunciamento de Homero Crespo (Arena), conforme a ata do dia.

Sobre criação de um “consórcio” Exportador de Indústrias na Fronteira Sudoeste do Rio Grande do Sul, foi fruto do encontro com lideranças, que ansiosos esperam a criação de um consórcio Exportador de Indústrias [...]

³⁰⁶ É a combinação dos conteúdos psíquicos do que esta manifestação faz parte.

³⁰⁷ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), SOPS / A – 1.-.1.1.1 a SOPS / A.-.18.4.1.

³⁰⁸ Idem.

³⁰⁹ Idem.

³¹⁰ Idem.

³¹¹ Evódio Ribeiro, na sessão de 24 de novembro de 1978, “prestou informações sobre gravação das sessões, dizendo ser orientação da MESA, para que toda a matéria polêmica seja gravada. [...] Lamentou críticas feitas pelo ver. Nilo Gonçalves ao Prefeito, quando afirmou que há falcaturias nos atos da atual administração municipal.” Ao final, pediu para que os vereadores “dessem um melhor tratamento ao chefe do Executivo.” ALEGRETE. **Câmara Municipal**. 24/11/1978.

trabalho que fora remetido a S. Excia. O Governador do Estado, com cópias ao Secretário de Indústria e Comércio do Estado, Presidente da Associação Comercial de Alegrete, Presidente da ULFRO e Prefeito Municipal. E, por isso, discordava da resposta que chegara a esta CASA remetida pelo Executivo Municipal. Lembrou que, o assunto é opinião generalizada dos líderes da região da Fronteira Oeste de longa data, pois no tempo em que era Presidente da ULFRO gestionou para que dito consórcio fosse efetivado. Credo, que atualmente, o assunto chega no momento da realização, pois, motivarão já vem de longa data. O Prefeito não se arvorar como árbitro dos trabalhos apresentados pelos senhores vereadores. Estranhou a conceituação que o Prefeito tem sobre os trabalhos dos vereadores, muitas vezes com respostas não muito condizentes. Apelou a Presidência da CASA para que fatos como este não se repitam mais. Jamais moveu este vereador o desejo de se intitular o primeiro a mencionar este assunto; o Prefeito deveria agradecer a esta casa pelo trabalho apresentado e não criticá-lo. (ALEGRETE, Câmara Municipal, 6/10/1978).

No dia 15 de dezembro de 1978, os arenistas Jesus Pinheiro Rodeiro e Cláudio Amildon Rosso foram escolhidos presidente e vice, respectivamente. Nesse dia, mais uma vez, Wilson Dorneles Crespo pronunciou-se de modo a divergir com a opinião defendida pelo prefeito em entrevista ao jornal Gazeta de Alegrete. Na ocasião, Pillar teria afirmado que “enquanto os vereadores tiveram um aumento de 60% os funcionários [públicos municipais] tiveram 40%.”³¹² Segundo Crespo, “os subsídios para 1979 ainda não foram fixados e o serão dentro das normas estipuladas pela Legislação Federal; disse ainda, que o Prefeito não tem competência para manifestar-se quanto aos subsídios dos vereadores.”³¹³ Miguel Jacques (Arena), no último pronunciamento como presidente da Casa, informou que procederá uma nota para publicar, “tendo em vista as declarações do Sr. Prefeito.”³¹⁴

Pouco depois José Rubens Pillar seria acusado de invasão de domicílio pelo vereador Euclides Fagundes Filho (MDB). Segundo ele, seria “o cúmulo que uma cidade que teve Oswaldo Aranha como prefeito tenha, agora, no mesmo posto, um homem despreparado para o cargo, que invade lares de cidadãos pacatos e lança ameaças sobre o mesmo.”³¹⁵ Por essas palavras, o vereador Evódio Severo (Arena) expressou a sua opinião, no qual disse que o cidadão pacato, conhecido pelo apelido de “Santo”, estava construindo uma casa de alvenaria em um terreno da prefeitura, tendo apenas a permissão ou a licença de construir uma casa provisória de madeira. Para o vereador, o episódio não se enquadraria na definição de invasão, pois o prefeito teria entrado somente no pátio, “manifestando o desejo de falar com o Sr.

³¹² Ibidem, 15/12/1978.

³¹³ Idem.

³¹⁴ Idem.

³¹⁵ Ibidem, 20/4/1979.

Santo, mas como este não estava deixou o recado para sua espôsa.”³¹⁶ Em seguida, Dorval Marques (MDB) contestou Evódio Severo, relatando “que ainda há pouco tratava a greve dos professores de ilegal, agia de arredio a Lei, invadindo a residência de um homem simples, num bairro humilde.”³¹⁷ Encerraria o discurso expressando o estranhamento sobre o episódio, pois “havendo instrumentos legais para agir e sendo o Sr. Prefeito bacharel, tivesse enveredado por tão perigoso caminho.”³¹⁸

Durante o ano de 1979, o descontentamento dos vereadores com os ataques do prefeito persistiu, sendo considerado como “falta de respeito”. Em dezembro, Laudelino da Costa Alende (Arena) refutou as críticas feitas por Pillar em uma “emissora local, indiretamente querendo atingir sua pessoa e a Câmara.”³¹⁹ O vereador, ao referir-se sobre a situação financeira do município, comentou a falta de organização da Campareada Internacional de 1979 e nos valores excessivos empregados nela, com “dinheiro extraído dos cofres municipais”.³²⁰ Isso configuraria uma situação inversamente proporcional às insistências do próprio prefeito sobre as finanças de Alegrete. Segundo Costa Alende, embora reconhecesse “que o sistema de concentração de tributos, pelo governo federal, tenha deixado os municípios em dificuldades”, não se poderia “ignorar que o prefeito, no nosso caso, as dificuldades devem-se a falta de um melhor trato com o dinheiro do nosso contribuinte; que deveria ser aplicado em obras de interesse social, que viesse beneficiar diretamente a comunidade.”³²¹

[...] a bancada do MDB não deu tréguas ao Prefeito Pilar. Ocorre que esse tinha uma personalidade forte, que não se submetia a nenhuma restrição, seja política ou administrativa, tanto com relação ao MDB, quanto à sua bancada. Isso muitas vezes beneficiava a oposição. Usando este descontentamento da bancada governista é que conseguimos aprovar várias proposições contra o Executivo, já que tínhamos minoria na Casa. (MARQUES, depoimento, 2015).

De forma simultânea à “fiscalização do Executivo”, os vereadores emedebistas começaram a direcionar os seus discursos à “pregação política contra a ditadura e a favor da redemocratização do Brasil”.³²² E talvez pela própria situação do regime ao final dos anos de 1970, parte da bancada da Arena na Câmara alegretense começou a admitir a necessidade de mudança no cenário político brasileiro. Sobre o tema, Evódio Severo exigiu cuidado especial

³¹⁶ Ibidem, 27/4/1979.

³¹⁷ Idem.

³¹⁸ Idem

³¹⁹ Ibidem, 14/12/1979.

³²⁰ Idem.

³²¹ Ibidem, 14/12/1979.

³²² MARQUES, Dorval Braulio: **depoimento** [set. 2015]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

por parte do Presidente da República;³²³ Dorval Marques, por sua vez, abordou as eleições indiretas, expressando também o desejo em ver uma democracia na qual houvesse independência de poderes.³²⁴ Euclides Fagundes Filho lembrou que, em São Paulo, estavam reunidas lideranças políticas, a fim de estruturarem a formação da Frente de Redemocratização Nacional, para que fosse encontrada uma fórmula eficaz de tirar o país do impasse institucional.³²⁵

Pelo lado da Arena, Wilson Dorneles Crespo frisou: “a volta ao estado de direito e a plenitude democrática é o que todos desejam [...] mas devemos contribuir para que isso ocorra”.³²⁶ Já Claudio Amildon Rosso,³²⁷ destacou a atuação dos governos da “Revolução”, dizendo que “o Brasil estava vivendo o fim do Estado de Exceção, que fora criado anteriormente com o objetivo de acabar com os desmandos que existiam no país”. Ao final da sessão, o vereador pediu a supressão do trecho “criado com o objetivo de acabar com os desmandos que existiam no país” de seu pronunciamento no “Grande Expediente”.³²⁸ Na ata do dia 11 de agosto de 1978, foi citada a ocorrência de uma reunião de líderes políticos em Porto Alegre, no qual foram debatidos assuntos referentes à problemática nacional, em termos de redemocratização, tendo como destaque a palavra dos Senadores Teotônio Vilela, Magalhães Pinto, Marcos Freire e Paulo Brossard e, em especial, do General Euler Bentes Monteiro.

Quanto ao tema da redemocratização, houve entre os vereadores alegretenses um otimismo inicial. Dorval Braulio Marques destacou que “estamos em vésperas de um acontecimento político em que o Brasil poderá mudar seus rumos, pois a Frente de Redemocratização é um movimento de conscientização, visando reformulações do atual sistema.”³²⁹ Segundo Euclides Fagundes Filho “felizmente esses 15 anos de escuridão e de retrocesso estão passando, e a redemocratização haverá de chegar, como chegou na Alemanha de Hitler no Portugal de Salazar e na Espanha de Franco.”³³⁰ Avaliando a fase da política brasileira, vivenciada ao final da década, o vereador fez um apelo ao General Figueiredo, para que cumprisse “o que prometeu e propicie condições para que o país se transforme,

³²³ Ibidem, 7/4/1978.

³²⁴ Ibidem, 26/6/1978.

³²⁵ Ibidem, 30/6/1978.

³²⁶ Ibidem, 7/4/1978.

³²⁷ Rosso, durante a sessão de 24/11/1978, repudiou manifesto lançado contra o ex-prefeito Adão Ortiz Houayek, “declarando que embora o mesmo seja seu adversário político, deve merecer o respeito de todos, pelos serviços realizados em sua administração, em benefício da coletividade.” ALEGRETE. **Câmara Municipal**. 24/11/1978.

³²⁸ Ibidem, 30/6/1978. Na sessão de 31 de março, inúmeras questões de ordem foram geradas pela solicitação de Rosso em homenagem ao aniversário do regime.

³²⁹ Idem.

³³⁰ Ibidem, 16/6/1979.

verdadeiramente, numa democracia.”³³¹ Além disso, Wadroil Marques Trindade, da Arena, “ressaltou que se encontra no Congresso Nacional um projeto de reformas políticas, que haverá de implantar novos destinos para a nossa pátria – manifestou-se favorável ao pluripartidarismo.”³³²

Em meio a esse debate, estava sendo discutida no Congresso Nacional a Lei da Anistia, para a qual Evódio Ribeiro Severo (Arena) “manifestou a sua satisfação pela aprovação do projeto [...], que veio perdoar todos quantos cometeram delitos políticos.”³³³ Na ocasião, Dorval Braulio Marques disse que “os da nova geração começam a pisar terreno que ainda não conheciam, mais aberto e mais democrático. Não deve faltar, agora, à classe política, diante de novo quadro, coragem e independência para não permitir qualquer tipo de retrocesso.”³³⁴ No entanto, para Euclides Fagundes Filho, na Lei da Anistia é “concedida apenas uma meia anistia.”³³⁵

Dessa forma, a discussão sobre a redemocratização e a Lei da Anistia, aliou-se a determinadas opiniões de otimismo e dúvida sobre o que viria *a posteriori*, com relação ao ano de 1979 e a virada da década. Também se expôs o quadro econômico, político e social do Brasil (principalmente o primeiro) e de como eles seriam suplantados. A partir desse momento, a volta à democracia embasou os discursos das duas bancadas na Câmara. Por outro lado, foi negada por seis votos a três a proposta de sessão dedicada aos políticos alegretenses cassados em 1969, que estavam readquirindo os seus respectivos direitos políticos dez anos depois.³³⁶ Isso nos torna, de certa forma, um tanto reticentes a não afirmarmos com certeza se uma coesão de pensamento entre as bancadas e, especialmente, sobre a da Arena, a respeito da democracia plena, discutida nas sessões, realmente existia.

Ao final de 1979, o regime extinguiu o bipartidarismo.

3.1.3 A volta ao pluripartidarismo e os anos entre 1980 e 1982

A redemocratização desejada pela grande maioria da sociedade, discutida amplamente no Legislativo alegretense, ocorreu somente em 1985. No entanto, vários acontecimentos tornaram o processo de transição dificultoso, a começar pelos obstáculos entre os próprios militares e civis dirigentes do regime autoritário. De acordo com Maria D’Alva Gil Kinzo

³³¹ Idem.

³³² Ibidem. 25/8/78

³³³ Ibidem. 24/8/1979.

³³⁴ Idem.

³³⁵ Ibidem. 31/8/1979.

³³⁶ Ibidem. 10/8/1979.

(2001), o primeiro empecilho foi a derrota nas eleições de 1974, que fez a redemocratização ser algo praticamente inevitável. Em segundo lugar, “a necessidade de os militares se retirarem da vida política a fim de preservar a própria instituição” (KINZO, 2001, p. 5). No interior do Exército, o presidente Geisel enfrentou pressões causadas por grupos contrários à distensão, agindo para que eles não minassem o seu comando político, e tampouco interferissem, mais tarde, na questão crucial, que seria a sucessão presidencial (KINZO, 2001, p. 5).

Geisel foi bem-sucedido ao lidar com ambos os problemas, jogando nas duas direções ao mesmo tempo: de um lado, puniu com a cassação do mandato alguns dos parlamentares de postura oposicionista mais aguerrida, alterou leis eleitorais e procedimentos legislativos para controlar a oposição, apaziguando assim os militares da linha-dura, ao mesmo tempo em que reafirmava seu controle sobre a oposição democrática; de outro lado, reagiu à radicalização dos militares da linha dura, demitindo o comandante das Forças Armadas de São Paulo após a morte por tortura de um jornalista e de um trabalhador metalúrgico, nas dependências dos órgãos de repressão. Reafirmando assim seu comando absoluto sobre o processo político, Geisel conseguiu não apenas dar continuidade à política de distensão, como também controlar o processo sucessório. Deste modo, ao final de 1978, reformas políticas de cunho liberalizante foram implementadas de acordo com o caráter gradual e seguro da política de distensão. Um novo presidente, general João Figueiredo, encarregado de dar continuidade à transição política nos seis anos seguintes, havia sido eleito estritamente de acordo com a determinação de Geisel de impor o nome por ele escolhido. (KINZO, 2001, p. 5).

João Baptista Figueiredo assumiu a presidência em 15 de março de 1979. Meses depois, em 28 de agosto, foi sancionada a Lei Nº 6.683, conhecida como Lei da Anistia. Com relação a ela, Carlos Fico (2010, p. 319) cita importante passagem de Jarbas Passarinho (que em 1979 era líder do governo no Senado), o qual admitia em seu livro de memórias intitulado “*Um híbrido fértil*”, que “o gradualismo, planejado como se fosse uma operação de estado-maior, deveria prosseguir pela anistia e a reformulação partidária”. Fico também menciona algumas palavras de José Sarney, antigo presidente da Arena, no qual afirmava que “tudo aquilo [a anistia e a extinção do bipartidarismo] era uma coisa feita segundo um planejamento rígido, em nível de estado-maior, pelo Golbery [do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil] e pelo presidente Geisel”. (FICO, 2010, p. 319).

Segundo o texto da referida lei:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos

políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares e outros diplomas legais.³³⁷

Conforme as deliberações da Lei, os “anistiados” estavam sendo “absolvidos” das ações subversivas e “terroristas” que eram anteriormente acusados, permitindo também o regresso dos exilados políticos ao país. Mas, em contrapartida, havia a preocupação do Exército em possíveis investigações aos atos de tortura, sequestro e desaparecimento de pessoas dos anos anteriores. Por um lado, era dado o “perdão” aos anistiados, por outro, era negociado o esquecimento sobre todos os crimes de terrorismo cometidos pelas Forças Armadas, sob a justificativa de que se evitassem supostos “revanchismos”. (FICO, 2010, p. 320).

Em meio a isso, o modelo partidário, que é a alteração mais significativa a esta pesquisa, foi revisto e propiciou o retorno do pluripartidarismo, mediante a Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979.³³⁸

Nesse contexto, pode-se observar dois pronunciamentos do mesmo vereador, Dorval Braulio Marques (MDB), sobre possíveis expectativas e decepções acerca do cenário político-partidário nacional. Em 19 de outubro de 1979, ao contrário do discurso otimista pronunciado meses antes (no qual disse: “Não deve faltar, agora, à classe política, diante de novo quadro, coragem e independência para não permitir qualquer tipo de retrocesso”), o vereador criticou o projeto de reforma partidária. Para ele, o governo estava encaminhando ao Congresso uma “manobra política”. O modelo proposto seria, segundo suas palavras, uma “farsa, para o governo se perpetuar no poder.”³³⁹ Na mesma sessão, respondendo ao vereador emedebista, Gaspar Fernandes Antunes (Arena) reagiu com estranhamento ao fato de os vereadores da oposição, segundo ele, duvidarem da “plena abertura democrática no país”.³⁴⁰

Além disso, comentou “que a abertura democrática que está por sair poderá ser prejudicada por radicais que existem nos dois partidos”, conclamando a todos os “companheiros de plenário meio para cerrarem fileiras em termos de Brasil”, pregando,

³³⁷BRASIL. **Lei nº 6.683, de 28 de Agosto de 1979**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccIVIL_03/Leis/L6683compilada.htm. A parte grifada da citação foi vetada pelo Presidente. Acesso em: 15 nov. 2015.

³³⁸BRASIL. **Lei nº 6.767, de 20 de Dezembro de 1979**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6767-20-dezembro-1979-357280-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 nov. 2015.

³³⁹ ALEGRETE. **Câmara Municipal**. 19/10/1979.

³⁴⁰ Idem.

inclusive, o combate “aos ocultos comunistas e baderneiros que, às escondidas, estão agindo em todas as instituições, com interesse único de jogar classe contra classe, governos contra governos.”³⁴¹

De acordo com Kinzo (2001, p. 6), embora a reforma partidária representasse um importante avanço no processo de liberalização, foi também “uma estratégia do governo para dividir a oposição e assim manter a transição sob controle.” Maria Tereza Sadek e Carlos Fico corroboram com Kinzo. Sadek (1993) salienta que “não se tratava, nesta estratégia, de criar quaisquer partidos, mas sim agremiações políticas que agilizassem os projetos governamentais e, de outro, descaracterizassem a bipolarização plebiscitária que marcara as eleições anteriores”.³⁴² Fico, por sua vez, descreve a situação referenciando Soares, D’Araújo e Castro, por meio de outra passagem extraída das memórias de Jarbas Passarinho:

[...] o governo tinha o maior interesse em anistiar esses líderes [Arraes, Prestes e Brizola], para que cada um, segundo suas ideologias ou doutrinas, atuasse separadamente, o que impediria de o MDB transformar-se no escoadouro único de todas as correntes oposicionistas, uma vez que à anistia seguir-se-ia a reformulação partidária, acabando com o bipartidarismo. (SOARES; D’ARAÚJO; CASTRO, 1995, p. 484).

Em 1980 foi decidido que as eleições previstas para novembro daquele ano seriam adiadas. Os mandatos dos prefeitos e vereadores eleitos em 1976 foram prorrogados.³⁴³ Ademais, uma Emenda Constitucional aprovou por unanimidade, em novembro de 1980, o reestabelecimento das eleições diretas

Antes do pleito de 1982, contudo, novas alterações foram feitas: o "pacote eleitoral" de novembro de 1981 impôs a vinculação total do voto, obrigando os partidos a apresentarem candidatos para todos os cargos em disputa (vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal, senador e governador); proibiu-se coligações e alianças partidárias. A estas modificações seguiram-se outras, impostas às vésperas das eleições: a Lei 6.989 determinava que se considerasse nula a cédula eleitoral em que o eleitor escrevesse apenas a sigla partidária, não indicando o candidato de sua preferência; foi alterado o sistema de sobras e o modelo da cédula eleitoral.³⁴⁴

Com base nas considerações elaboradas pela historiografia e pela Ciência Política, já assinaladas anteriormente, constatou-se que a Arena se manteve praticamente intacta dentro

³⁴¹ Ibidem. 16/3/1979.

³⁴² Sadek. 1993. Op. Cit.

³⁴³ Sadek, 1993. Op. Cit.

³⁴⁴ Idem.

do Partido Democrático Social (PDS). Enquanto isso, das antigas correntes internas do MDB surgiram o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Registra-se também o Partido Popular (PP), oriundo de parlamentares da Arena e do MDB e que se fundiu ao PMDB em 14 de fevereiro de 1982.³⁴⁵ Além do mais, a criação de estados onde antes eram territórios, como o Mato Grosso do Sul, governados por militares indicados e cuja presença do MDB era praticamente inexistente, fez aumentar o eleitorado do PDS. Assim sendo, o governo mantinha a supremacia partidária, importante no processo de “abertura política” e nas discussões sobre a transição democrática dentro das assembleias federais.

Entre os fatores a serem controlados estava a sucessão presidencial de 1985, que deveria possibilitar o restabelecimento do governo civil. Tratava-se de garantir não apenas que o próximo presidente fosse eleito via Colégio Eleitoral (e não por sufrágio universal), mas também a maioria governista no Colégio Eleitoral. Assim, alteraram-se as regras eleitorais e mesmo a composição do Colégio Eleitoral, de forma a reduzir as chances de a oposição obter a maioria. (KINZO, 2001, p. 6).

Em Alegrete, o MDB soltou uma nota, publicada na sessão legislativa do dia 30 de novembro de 1979, tratando sobre o fim do bipartidarismo:

O trabalhismo na sua essência e como fundamento pragmático não se bitola numa única sigla partidária. Ele cresce e fortalece à medida que o pregam com justeza e o praticam com despreendimento. Seus líderes do passado e os seus documentos históricos que vivem na mística popular, não são propriedades de ninguém. Pertencem ao acervo da história, guardados no sentimento do nosso povo. Quando, pelo golpe do arbítrio foram banidas as siglas dos partidos políticos pela primeira vez e quando pela truculência das cassações de mandatos, prisões arbitrárias, torturas e banimentos desfiguraram a democracia em nossa Pátria, aqui ficou um grupo de homens e mulheres que não se intimidou com a prepotência e nem pactuou com ela. Pelo contrário, ficou empunhando a bandeira do trabalhismo, desfraldada para abrigar sob suas cores, a todas as correntes de opiniões, unidas por aspirações maiores de democracia, de liberdade e de justiça social. Nesses quinze anos de lutas e de sofrimentos [...] Agora, novamente a força travestida de “abertura”, vem de golpear, pela ditadura de uma maioria congressual servil e dócil, o grande partido da oposição brasileira, o Movimento Democrático Brasileiro. No entender que tal manobra do Sistema, outro objetivo não tem, senão dividir essa força oposicionista nacional, nossa liderança no Congresso, despontando de forma magnânima e coerente o Senador Pedro Simon, propôs a permanência da unidade até que

³⁴⁵ Sobre os partidos políticos, nomes, datas de fundação e história, ver mais em Depto. de Arquivos, disponível no site da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em: <http://www.alerj.rj.gov.br/center_arq_inf_fase_2_partidos.htm>. Acesso em: 12 ago. 2014.

alcançássemos um clima democrático que permitisse a formação de partidos políticos de baixo para cima. [...] Assim, os vereadores da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, abaixo firmados, querem expressar ao povo alegretense a sua decisão de continuar unidos, trilhando o caminho da oposição, inspirados em valores maiores que os identificam com apreciável parcela da comunidade nacional, sem sectarismo, e valorizando o trabalho e o sacrifício de tantos quantos, nestes quinze anos lutaram e continuarão lutando pelos postulados da Democracia e da Liberdade. (ALEGRETE, Câmara Municipal, 30/11/1979).³⁴⁶

A nota anunciou que a oposição, como um todo, se manteria unida. Mais do que isso, deixou claro que os partidos formados da estrutura do MDB agiriam em conformidade, seguindo uma determinação geral da antiga sigla. No dia 14 de dezembro, Euclides Fagundes tornou pública a notícia de que estava se reintegrando ao PTB, “na [segundo ele] grande batalha pela redenção do povo brasileiro”. Na mesma sessão, alguns relevantes pronunciamentos foram feitos, com destaque aos proferidos por Dorval Bráulio Marques, agora no PMDB, e Ary Faria Marimon, no PDS.

Marques, em tom conciliatório, disse ser normal nas batalhas dos Parlamentos pessoas divergirem e discordarem, com veemência ou de forma agressiva.³⁴⁷ “O importante, entretanto, salientou, é saber conviver nas discórdias, fazendo-se respeitar e respeitando o adversário político, aquele que tem idéias diferentes. Somente assim, estaremos construindo uma verdadeira democracia”.³⁴⁸ Ary Marimon, por seu turno, pronunciou: “Precisamos aceitar o nosso semelhante como ele realmente é, e não como gostaríamos que ele fosse. No regime democrático o salutar é a divergência de idéias e pontos de vistas, desde que tenhamos sempre presente que, embora por caminhos diferentes, buscamos objetivos comuns”.³⁴⁹ Ainda assim, a concepção política conservadora embasou as suas considerações sobre o regime, como podemos ver em dois discursos, pronunciados nas sessões de 31 de março de 1978 e de 28 de março de 1980. No de 1978, consta na ata: “a revolução de 64 [...] que veio pôr ordem a Nação Brasileira; mencionou os esforços desenvolvidos pelos governos da Revolução, no sentido de assegurar o bem estar e a tranquilidade da população”.³⁵⁰ No de 1980, solicitou “que a sessão do dia fosse dedicada à revolução de 31 de março”; polêmica requisição, se avaliarmos o seu discurso de dezembro de 1979, a pouco destacado, o qual se referia a respeito de adversários políticos e do regime democrático. É possível que Marimon estivesse

³⁴⁶ Os erros de pontuação e escrita contidos no texto foram inalterados.

³⁴⁷ Ibidem, 14/12/1979.

³⁴⁸ Idem.

³⁴⁹ Idem.

³⁵⁰ Ibidem, 31/03/1978.

se referindo apenas às relações entre os membros das bancadas legislativas locais, sem qualquer vinculação com o cenário nacional.

Do mesmo modo polêmico sugerimos ter sido um pronunciamento feito por Euclides Fagundes: “[o vereador] referiu-se ao 31 de março, data histórica, em que serão comemorados 16 anos da Revolução”, dizendo que, “se a Revolução tinha bons propósitos, foi golpeada pela ascensão ao Poder, do Triunvirato Militar. [...] Há alta do custo de vida, há corrupção e há subversão, nada mudou nestes 16 anos. Só melhorou o lucro das empresas estrangeiras”.³⁵¹ O curioso é que esse discurso é amplamente diferente e bem mais comedido do que aqueles em tom mais enérgico proferidos nos anos anteriores, contra o regime. Ao inferir sobre o parágrafo que contém o referido pronunciamento, temos: “se [a revolução] tinha bons propósitos” faz-se crer que em 1964 Euclides era favorável ou simpático ao regime ou que acreditava no “período de transição militar” para “sanar o Brasil da subversão e do comunismo”. Além disso, unindo a frase com as palavras “há subversão, nada mudou...” questiona-se hipoteticamente que, acreditando, inicialmente que o regime iria acabar com a “subversão” no país e, posteriormente, não observando essa mudança “prometida”, mudou de opinião e passou a difundir críticas ao regime.³⁵²

Em 14 de março de 1980, a sessão da Câmara foi aberta para a avaliação da Resolução que tratava da “constituição e funcionamento de Blocos Parlamentares instituídos pela Lei Federal nº 6767 de 20 de dezembro de 1979”.³⁵³ Segundo a Lei, em seu artigo primeiro, “Os vereadores reuni-se-ão em blocos até o registro e funcionamento dos partidos políticos”. Em parágrafo único (§), “Os blocos constituídos dos filiados ao mesmo partido em organização, terão as mesmas atribuições de partidos políticos”. O Art. 2 registra que “Os integrantes dos blocos encaminharão à Mesa, documento por ele subscrito, em conjunto ou separadamente, indicando o nome do bloco a que pertenciam”. No Art. 3, “O vereador que deixar de se filiar a um bloco, não poderá fazer parte de qualquer comissão permanente ou especial”.

No dia 21, “a ata da sessão extraordinária do dia 14 de março de 1980, foi aprovada com a seguinte emenda no Art. 6º da Resolução nº 01/80”, passando a ter a seguinte redação: “[...] Ocorrendo vaga ou licença será convocado o suplente da mesma legenda a que pertencia o titular”. Seguindo, “a sessão foi suspensa por 10 minutos, para que fossem confeccionadas as cédulas para eleição das comissões parlamentares”.³⁵⁴ “[...] Reabertos os trabalhos, o

³⁵¹ Ibidem, 21/3/1980.

³⁵² Isso posto, lembra-se que as inferências são apenas suposições, pois o referido pronunciamento permite inúmeras interpretações.

³⁵³ Ibidem, 14/3/1980.

³⁵⁴ Ibidem, 20/3/1980.

senhor presidente fez a leitura dos ofícios comunicando a constituição dos três blocos parlamentares que ficaram

PDS: Ary Faria Marimon, Cláudio Amildon Rosso, Evódio Ribeiro Severo, Gaspar Fernandes Antunes, Jesus Pinheiro Rodeiro, Laudelino da Costa Alende, Miguel Jacques Trindade, Wilson Homero Dorneles Crespo e Wadroil Marques Trindade.

PMDB: Antonio Jesus Franco Pereira, Dorval Bráulio Marques, Gaspar Cardoso Paines, Nilo Soares Gonçalves e Otto Ávila Anhaia.

PTB: Euclides Fagundes Filho, João de Oliveira Freitas e Paulo Roberto Antunes Vargas.

Fonte: Alegrete: Câmara Municipal.

O primeiro atrito entre os blocos parlamentares ocorreu no dia 28 de março de 1980, quando um requerimento “foi colocado em discussão na hora do expediente; e o vereador do PMDB, Dorval Bráulio Marques solicitou vistas, o que foi negado pelo presidente.”³⁵⁵ “Em face da decisão do Presidente, o Bloco do PMDB retirou-se do plenário em expressão de protesto, no que, foi acompanhado pelo Bloco do PTB”.³⁵⁶

Durante o pleito municipal de 1982, o número de assentos na Câmara foi aumentado para 21. O PDS elegeu dez vereadores, enquanto o PMDB elegeu nove e o PDT dois. Por conseguinte, o PDS foi o partido que formou numericamente a maior bancada; mas a oposição ao regime, supondo uma união entre PMDB e PDT, embora não tivessem obrigações institucionais para isso, foi composta por onze vereadores. Para a prefeitura, Adão Faraco foi o vencedor, pela sublegenda 1 do PMDB. Teve como vice Nilo Soares Gonçalves, e obtiveram 12.379 votos. Pelo PMDB 2, concorreu Claudio Rosso, conquistando 1.837 votos. Rosso havia sido ex-vereador e presidente da Câmara pela Arena. Em 1972, foi candidato a vice-prefeito pela Arena 1 e posteriormente foi integrante do bloco parlamentar do PDS, criado em 1980. Ingressou no PMDB por meio do PP, que também teve a participação do vereador Gaspar Paines. Na soma dos escrutínios das sublegendas, o PMDB alcançou 14.216 votos. Pelo PDS, o mesmo número de sublegendas se formou: o PDS 1, com Miguel Jacques Trindade e Eduardo Rossal Guedes, recebendo 6.002 votos; e o PDS 2, com Luís Carlos Félix de Oliveira e Gaspar Fernandes Antunes, conquistando 7.801. No total, o PDS obteve 13.803 votos.³⁵⁷ Por meio da chapa do PDT, Euclides Fagundes Filho recebeu 2.478 votos.

³⁵⁵ Idem, 28/3/1980. A presidência da Câmara ficou a cargo Claudio Rosso para o ano de 1980.

³⁵⁶ Idem.

³⁵⁷ Félix, que já havia assumido algumas vezes o mandato de vereador, na condição de suplente, durante a legislatura “1973-76”, dá a sua versão sobre a campanha de 1982: “Fui um candidato de última hora. Os outros

Contudo, duas questões foram observadas nesse pleito: a primeira, das tendências ainda bipolarizadas entre as organizações partidárias, tal como no período anterior a 1964, entre ADP/UPPA e PTB. Essa tendência pode ter relação com a nota publicada pelo MDB local em 1979, dizendo que o partido (o MDB) se manteria unido, “trilhando o caminho da oposição”, apesar da proibição das coligações partidárias. O segundo ponto, do acirramento das disputas interpartidárias e da formação de bancadas ou de blocos parlamentares com diferenças mínimas de integrantes: dez contra nove, em 1982, se partirmos dos sufrágios conquistados pelos dois partidos mais votados, PDS e PMDB, e onze contra dez, se olharmos pela questão “oposição vs. regime civil-militar”, somando-se aos peemedebistas os dois vereadores do PDT.

Apesar da boa convivência mantida sob o manto da “oposição à ditadura”, é óbvio que os partidos que saíram do MDB não tinham compromisso com a Administração [de Adão Faraco, do PMDB]. Assim, algumas vezes se aliavam na crítica com a Arena [com o PDS] e às vezes compunham com o [P]MDB na crítica ao regime. (MARQUES, depoimento, 2015).

Referente a esse pleito, dois dos três políticos alegretenses cassados em 1969 elegeram-se: Adão Faraco, como já indicado, escolhido prefeito, e Eleú Menezes, vereador, pelo PDT. Honório Paines já havia falecido.

Como se pode perceber, o regime buscou desarticular os movimentos de oposição dividindo o MDB, para que este se esfacelasse em virtude das diferenças ideológicas entre os seus membros, e também substituir o desgastado nome “Arena”. Outra articulação era o voto vinculado, que poderia confundir o eleitor ao registrar o seu voto na cédula eleitoral.

já estavam em campanha. PMDB, Adão Faraco e Claudio Rosso, PDT, Bagre Fagundes. No PDS, o Miguel Jacques Trindade que se lançou com o apoio de um grupo, já estava em campanha. O diretório desejava sublegenda, o candidato natural era o Raul Englert, que não desejava concorrer. Ficaram pressionando ele por muito tempo para aceitar. O tempo passava, os prazos de registros também. Marcada um reunião no gabinete do prefeito Pillar, para decidir o nome, todos os presentes, executiva do Partido e vereadores aprovaram meu nome. Estava trabalhando na Delegacia de Educação, quando uma comissão convidou-me para comparecer naquela reunião. Frente ao convite, pedi tempo para decidir e conversar com a família e meus amigos. Os amigos sempre diziam que eu deveria concorrer, mas nunca alimentei essa pretensão, pois achava oneroso e desgastante o cargo. Aceitei o convite, tendo como vice o José Ferrari, que depois de dois comícios desistiu, entrando em seu lugar o Gaspar Antunes. Foi uma campanha organizada, com coordenadores para cada área e estratégias, que eram revistas semanalmente pela Coordenação Geral. Como não era popular e conhecido do grande público, centramos a campanha nos bairros e vilas e no fim de semana na zona rural, invariavelmente com um grande churrasco (naquele tempo era permitido) patrocinado pelos líderes políticos da região. Tínhamos caminhonetes, de apoio para esses deslocamentos. Particularmente, não participei com um centavo na campanha, nem com meu carro. O único gasto foi com a confecção de uma bombacha nova, para as visitas e bailes na campanha. Nosso maior adversário foi a juventude, que deseja mudanças e via na minha pessoa o representante do sistema. Aprendi muito na política, convivi com gente muito boa e aumentei o círculo de amizades. Os adversários eram e são pessoas que até hoje mantemos fraterna amizade.”

Quanto à oposição, a precaução do regime era evitar o possível retorno à vida pública dos seus antigos inimigos políticos, dotados de significativo fortalecimento popular. Outra preocupação foi manter o trabalhismo dividido e, se possível, conflitante. Foi o caso do direito de uso do nome “PTB”, que foi concedido à sobrinha de Getúlio Vargas, Ivete Vargas, caracterizada por manter posições conservadoras. O caso foi resolvido após uma disputa judicial contra Leonel Brizola, que também reivindicava a responsabilidade pelo uso da sigla. Saindo derrotado na ocasião, Brizola fundou o PDT.

Em Alegrete, os partidos desmembrados do MDB manter-se-iam unidos nesse primeiro momento “pós-79”, em alusão à antiga bancada do partido, de acordo com a nota oficial do MDB anteriormente referenciada. Contudo, isso não garantia que a união permanecesse no futuro.

Apesar disso, eleitores essencialmente partidários e que concentravam votos no antigo PTB antes de o regime iniciar, poderiam estar em considerável dúvida: votar novamente no PTB; votar no partido que se originou do PTB, o MDB, agora com o acrescento da letra “P”; ou votar no PDT, sob a organização de um dos antigos líderes trabalhistas. Uma confusão maior, do ponto de vista do eleitor, ainda se encaixa em ocasiões como a do futuro Presidente da República, José Sarney, dissidente da Frente Liberal e eleito indiretamente pelo PMDB, já em 1985, mesmo tendo sido um dos antigos líderes da Arena.

Um exemplo da divisão da oposição é vista no trabalho de Rhuan Trindade, no qual aponta abalos nas relações entre os diretórios estaduais do PMDB e do PDT no início dos anos de 1980. Nas palavras do autor, ambos outorgavam para si o papel de oposição, tendo em vista a eleição e as vagas na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. No caso do PMDB, o partido se dizia o representante da oposição por ser o herdeiro direto do MDB. Já o PDT, defendia ser ele o “verdadeiro” partido de oposição, com o argumento-base de que o PDS e o PMDB partiam do mesmo pressuposto político. O PDT teria filtrado o “trabalhismo”, uma vez que no PMDB havia vários grupos e visões diferentes de política – característica marcante do MDB. Criticava-se também a incorporação do PP, com antigos membros influentes e políticos da Arena.³⁵⁸ Possivelmente, debates desse tipo ocorreram em outros estados do país.

³⁵⁸ Rhuan Trindade cita depoimentos de campanha de candidatos do PDT, como Porfírio Peixoto e Alceu Collares. O primeiro, disse que “vencer o PDS e o PMDB é a mesma coisa. Pois o PDS é a ARENA e o PMDB é a ARENA dois” (2011, p. 33). O segundo, dizendo que o “O PMDB é o primo-irmão do PDS [...]. Conservadores liberais que se reuniram numa frente ampla com interesses eleitoreiros para formar o PMDB se assemelham muito aos integrantes do PDS” (p. 34).

À guisa de conclusão do capítulo e buscando responder os questionamentos lançados no início do mesmo, observamos que as relações político-partidárias ocorridas na Câmara de Alegrete – mas não apenas nesta instituição de Poder –, corroboram a mudanças organizativas ocorridas tanto nas bancadas como no próprio diretório dos partidos. A mudança organizativa, se assim podemos considerar, pode ser intencional ou não intencional, isto é, “diz respeito ao problema de a mudança ser o fruto de escolhas deliberadas e conscientes ou o efeito, não previsto nem desejado, da dinâmica organizativa”. (PANEBIANCO, 2005, p. 469). Sendo duas teorias distintas, a da intencionalidade da mudança “tem o seu ponto forte na constatação empírica de que, efetivamente, muitos agentes organizativos têm, no mínimo, alguma liberdade de ação” e a usam com “certa continuidade para adotar escolhas que incidam sobre as organizações, que modifiquem, ao menos em parte, certas características suas”. (PANEBIANCO, 2005, p. 470).

Em contrapartida, sendo a organização um sistema de partes independentes, a “não-intencionalidade” considera que “a mudança numa das partes produz mudanças em toda a organização, o que, virtualmente, exclui possibilidades de mudanças totalmente deliberadas e controladas em razão da ‘racionalidade limitada’ dos agentes, que não podem prever tudo”. (PANEBIANCO, 2005, p. 471). De acordo com Angelo Panebianco, ambas coexistem nos partidos, mas dependem de equilíbrio. Nesse sentido, “a mudança organizativa é ao mesmo tempo, o fruto de escolhas e, por causa da ‘racionalidade limitada’ dos agentes e da multiplicidade de expressões a que a organização é submetida, também é fruto de efeitos não previstos.” (PANEBIANCO, 2005, p. 472). Ou melhor, “a mudança é o resultado do encontro entre escolhas deliberadas (negociadas no interior da coalizão dominante)”, mas “submetidas ao vínculo da racionalidade limitada e das pressões anônimas (a resistência à mudança, às alterações ambientais, tecnológicas etc.), que interagem com as escolhas produzindo inovações desejadas e previstas ou efeitos contra-intuitivos.” (PANEBIANCO, 2005, p. 472).

Além disso, tais mudanças que podem ocorrer de forma exógena e endógena, mas, novamente, não podem ser aplicadas separadamente. A primeira se refere às modificações ambientais “que induzem a organização a adequar-se à mudança, renovando-se”. (PANEBIANCO, 2005, p. 473). A segunda, por sua vez, “é fundamentalmente o fruto de mudanças na distribuição de poder no interior da organização.” (PANEBIANCO, 2005, p. 473). Desse modo:

O estímulo externo age, portanto, como catalizador, acelerando uma transformação da estrutura do poder (da distribuição dos recursos entre os

diferentes grupos), para as quais já havia precondições internas. E a mudança da estrutura do poder (de acordo com a teoria do ‘desenvolvimento político’) estimula a inovação organizativa. Porém, se não estiverem presentes nem o desafio ambiental nem as precondições internas (mas apenas um dos dois fatores), a mudança não se produz. (PANEBIANCO, 2005, p. 474).

Nesse sentido, questões ambientais resultaram em distintas ações da Arena e do MDB durante o bipartidarismo em Alegrete, no que diz respeito às relações interpartidárias. Quando o regime civil-militar foi mais repressivo, pressão e autodefesa foram as estratégias mais características das duas bancadas legislativas.

A Arena valeu-se do período histórico para obter o controle das instituições de poder locais, explorando a possibilidade de cassações de mandato para reverter à vantagem numérica da bancada do MDB. Como pôde ser visto, algumas tentativas já haviam ocorrido antes das efetivadas em 1969. Além disso, a influência sobre o Executivo foi buscada através do processo de impeachment contra o prefeito em 1970, apesar de não ter ocorrido nessa oportunidade a presença do Exército, tampouco de aparatos repressivos, como em 31 de dezembro de 1965. No entanto, novamente o contexto autoritário contribuiu para que a Arena explorasse a vantagem de ser o braço político do regime civil-militar, mesmo que isso tenha sido feito através de um recurso juridicamente legal. Dificilmente tais ações tiveram o apoio de todas as lideranças do partido, pois como foi observado em alguns depoimentos, questões como essas não eram discutidas abertamente nas reuniões da organização.

Seja como for, foram escolhas deliberadas, intencionais. O mesmo pode se dizer da compactação da bancada do MDB, principalmente durante a legislatura 1964-1968. A bancada do partido adotou posições deliberadas visando um objetivo claro, a autodefesa, e estas estiveram submetidas à imprevisibilidade ambiental proporcionada pelo regime. Outro exemplo, desta vez mais específico, foi a decisão de Julio Fagundes ao argumentar a sua renúncia em 1970. Segundo o seu depoimento, possivelmente seria perseguido politicamente pelos arenistas e posteriormente cassado, caso não abrisse mão do mandato, o que deixaria a bancada com apenas três componentes, ou 37,5% dos assentos da Câmara, contra 62,5% da Arena. De acordo com Panebianco (2005, p. 403), as “organizações não se limitam a ‘adaptar-se’, mas, em muitos casos, exercem uma ação autônoma sobre o ambiente; portanto, têm condição, ao menos em certa medida, de ‘defender-se dos golpes’ das mudanças e das pressões ambientais”.

Ademais, quando o regime passou a enfrentar desgastes sociais, principalmente após a metade dos anos de 1970, a repressão passou a ser menor. Por causa disso, as articulações na Câmara de Alegrete foram modificadas. A bancada da Arena alterou a forma de fazer

oposição ao governo municipal (que foi do partido oposito até 1976), sem empenhar-se em específicas providências antidemocráticas, visando maioria parlamentar. À bancada do MDB, por sua vez, isso permitiu aprofundar discussões acerca de questões nacionais, como a própria repressão, os resultados econômicos e sociais gerados pelo fim do denominado “milagre econômico”, a constituinte defendida pelo diretório nacional ao final da década, a reforma política e assim por diante. O discurso de oposição ao regime, ainda discreto entre 1972 e 1975, foi intensificado após 1976.

Contudo, a mudança estratégica arenista no início dos anos de 1970 não se deu apenas pelo desgaste ou não do regime. No âmbito local, possivelmente as ações acima mencionadas pesaram negativamente ao partido, exigindo uma reavaliação do cenário político e eleitoral alegretense. Mas isso foi concomitante a disputas entre antigos libertadores e udenistas e pelo fortalecimento de uma liderança carismática, eleita para o Executivo em 1976, embora tenha enfrentado significativo atrito entre os vereadores correligionários durante o mandato.

Por seu turno, a compactação emedebista na Câmara foi simultânea a presença de duas frações defensoras de posições distintas, uma de maior crítica ao autoritarismo, inclusive às próprias restrições enfrentadas localmente, e outra mais moderada, defendendo uma concepção que teve, aparentemente, maior influência entre os vereadores. Durante os anos de 1970, ao mesmo tempo em que o partido se via carente no recrutamento de lideranças populares como candidatos, houve, por questões específicas do início da década, a adição da influência do líder e candidato vencedor do pleito de 1972. Mas as posturas deste como prefeito, em seu segundo mandato, resultaram na sensível divisão da bancada entre apoiadores e críticos moderados à administração. Além disso, os vereadores emedebistas durante o período 1973-1976 desentenderam-se em meio ao mandato, após um deles, o mais votado do partido e na época presidente da Casa, acordar-se com a bancada da Arena para se perpetuar no cargo, talvez por influência ou status político. Nesse caso, não se defende a ideia de que o mesmo agira e de forma argilosa. Mas ele, antigo líder do PTB e um dos fundadores do MDB em Alegrete, não agiu de encontro com a decisão da maioria dos membros da bancada.

Todavia, os desentendimentos encerraram-se quando a bancada foi renovada em 1976. Apesar da derrota eleitoral, os emedebistas engrossaram o discurso às questões nacionais, como anteriormente mencionadas, além de terem pressionado o governo local, desta vez com a Arena, tal como esta fizera anteriormente. Isso também se deu quando foi decretado o fim do bipartidarismo, no qual foram organizados dois blocos parlamentares visando encerrar a legislatura.

CONCLUSÃO

Os anos marcados pela presença do regime civil-militar no Brasil (1964-1985) foram terríveis para o país, apresentando ainda nos dias de hoje marcas difíceis de serem cicatrizadas e memórias que necessitam cada vez mais serem ouvidas, para que experiências como esta jamais se repitam. Indubitavelmente, a memória e a história desse período vão sendo construídas continuamente. A memória, por parte de quem lembra, é movida pela seleção de fatos e sofre influências do momento em que este passado é rememorado, não estando imune à omissão e ao esquecimento. Já a história se transforma com as discussões teórico-metodológicas e com a abertura de novos arquivos, por exemplo.

A extensa bibliografia acerca do período indica que o regime civil-militar impôs à sociedade complexos aparatos coercitivos, que foram da espionagem à tortura aos considerados “subversivos”. O regime foi letal ao se direcionar a pessoas e grupos específicos, principalmente os indivíduos que se envolviam em atividades militantes, como sindicalistas, estudantes e políticos, sendo os de orientação comunista os mais perseguidos. Além disso, determinou a censura nos campos jornalístico e cultural (letras de músicas, peças de teatro, cinema etc.), ainda que boa parte da imprensa tradicional tenha dado apoio editorial durante a conspiração de 1964 e desempenhasse papel importante para a formação de uma opinião pública favorável à autodenominada revolução, sobretudo nos anos em que esta teve mais força. Tal contribuição inseriu-se na questão da legitimidade social almejada pelo regime, isto é, na busca de apoio da sociedade às ações desenvolvidas pelo Governo Federal nos campos político, econômico e assim por diante. Nesse sentido, evitava-se publicar notícias que focassem a violência promovida pelo Estado e que aprofundassem temas como as próprias detenções, Inquéritos Policiais Militares (IPMs), demissões, expulsões e/ou ações que enviaram militares para a reserva, exonerações de funcionários públicos, cassações de mandatos eletivos etc. Vale lembrar que embora muito se comente sobre as publicações de poemas de Camões e receitas culinárias nos locais onde seriam de textos censurados pelo regime, também é verdade que um número considerável de empresas ligadas às comunicações se beneficiou do referido período histórico. Coube, sobretudo, à imprensa alternativa o corajoso papel de denunciar a violência estatal que vinha ocorrendo.

Nessa perspectiva, o regime civil-militar acabou se tornando amplamente complexo e heterogêneo. No entanto, a repressão não foi a sua única característica. Isso porque outras instâncias estiveram inseridas ou imbricadas à conjuntura por ele proporcionada. Como exemplo, pode-se salientar a mudança no campo educacional mediante a Lei nº 5.692/71, que

à época fixou “Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus”. Apesar de o discurso difundido levantar a questão dos avanços no sistema e na capacidade das escolas cumprirem melhor o seu papel social, o que se viu foi a substituição das disciplinas humanas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia) pelas de Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil (O.S.P.B). A reforma de 1971 fomentou a aplicação de um ensino tradicional, ao contrário da construção reflexiva e crítica do educandário. Para um regime ditatorial, isso serviu a “bons” propósitos, tendendo a modificação da cultura política. Outro aspecto importante foi a burocratização do Estado e a prática da meritocracia, devido principalmente a mudanças tecnológicas e de gestão exigidas pelo período, promovendo equipes técnicas especializadas em setores específicos da máquina estatal.

Em resumo, muito do que se pode considerar como característica do regime brasileiro e das ações desempenhadas nas diversas instâncias, com ou sem o uso direto da violência física, decorreram da dimensão da participação política obtida pela sociedade nos anos anteriores. Rechaçando-se isso, novos aspectos acabaram sendo estabelecidos. Combater-se-ia, portanto, a “ameaça comunista”, a “corrupção” e as organizações sindicais e estudantis engajadas militantemente, cerceando de diferentes maneiras a sociedade, ainda que a discussão sobre este “social” seja delicada. É sempre difícil compreender como as ditaduras surgem e se consolidam mantendo vínculos com a sociedade, buscando o consenso, mesmo quando arquitetadas pelas elites. O que se quer dizer é que grandes parcelas da sociedade aplaudiram o golpe e respaldaram o regime de inúmeras formas, assim como outras partes consentiram ou se calaram, por temor ou constrangimento. Muitos também foram contrários ao autoritarismo e outros tantos se somaram na oposição de acordo com os rumos tomados pelo regime, não deixando de considerar os absolutamente alienados ao que estava ocorrendo no país.

Seja como for, militares, burocratas do Estado e elites econômicas apoiadoras do regime, ao dominarem a “máquina estatal” e o acesso aos recursos públicos, legitimaram a “operação saneadora” contra a “subversão” e a política liberal, desenvolvimentista e autoritária. Por sua vez, o capital, nacional e estrangeiro, se beneficiou vorazmente ao explorar mudanças no mercado, assim como nos direitos trabalhistas, visando o seu crescimento econômico. Fruto disso foi o denominado “milagre econômico”, ocorrido entre 1967 e 1973, aproveitado pelo governo para criar consenso, mas que culminou no agravamento da concentração de renda e nas desigualdades sociais, além de ter promovido um aumento considerável da dívida do país com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Outra modificação ocorrida após o golpe de 1964, e a que nos interessa na presente análise, se deu no sistema partidário. Isso porque a representação do regime nos legislativos federais poderia enfrentar contratempos para aprovar legalmente os seus projetos de governo. E mais: a UDN, partido que participou efetivamente da conspiração, não teria condições de vencer, sozinha, a união entre políticos do PSD e do PTB, estabelecida anos antes, em coligações para as eleições presidenciais e composições no Congresso. Além disso, os partidos originários do pluripartidarismo vivenciavam um importante processo de maturação política e dotavam de boa aprovação popular, comprovada por meio da divulgação de pesquisas realizadas pelo IBOPE pouco antes da conspiração contra o presidente João Goulart. Desse modo, em 1965, o regime instaurou o Ato Institucional nº 2 (AI-2) e o Ato Complementar nº 4 (AC-4) visando eliminar o cenário acima descrito, após ter como prova necessária a vitória de opositoristas em diversos pleitos estaduais neste mesmo ano. Pouco antes – e em vários momentos posteriores –, foram suprimidos mandatos eletivos e direitos políticos de vários opositores.

Nessa lógica, os antigos partidos deram lugar a um bipartidarismo caracterizado pelo centralismo do regime e constituído por duas organizações que representaram a “situação” (Arena) e a “oposição” (MDB). Em meio a isso, as atribuições políticas foram consideravelmente restringidas, dificultando a atuação social de ambos, caso comparemos com os apontamentos dos cientistas e historiadores políticos quanto às deliberações desempenhadas por organizações como essas. Ademais, os sufrágios para os cargos de presidente da República, governador de estado e prefeitos de municípios considerados como Área de Segurança Nacional passaram a ser indiretos, ou seja, a população não possuiu o direito ao voto a esses cargos, uma vez que os representantes eram escolhidos em um colégio eleitoral constituído por uma assembleia fechada.

Por conseguinte, mesmo expressando que se legitimava “por si mesma”, conforme indicado no primeiro Ato Institucional, a ditadura civil-militar necessitou de aspectos que a legitimassem socialmente. Neste caso, além daquilo que já foi mencionado sobre a questão, buscou-se autenticidade pela via parlamentar. É de se concordar que dificilmente um regime como este respeitaria as instituições e o bom funcionamento do sistema. De fato, foram colocados diversos empecilhos à atuação dos partidos. Mas o Congresso nacional seguiu funcionando, mesmo que de forma controlada e de ter sido fechado autoritariamente por três vezes entre 1964 e 1985, além da constante ameaça a parlamentares com as cassações de mandatos eletivos. Isso posto, o regime teve um desafio delicado: promover o equilíbrio entre

as interferências no sistema, proporcionando vitórias legítimas à Arena, sem desestimular a participação da oposição.

Vários autores concordam que não era interesse do regime atuar sem a presença do Congresso, tampouco através de um sistema de partido único. Uma das intenções era passar uma imagem internacional de país democrático, permitindo o funcionamento de uma oposição formal e justificando a repressão como um combate ao “terrorismo” (a esquerda alinhada à luta armada). Ademais, se houvesse um modelo de partido único ou sem a presença deles, o regime seria totalitário, sendo, portanto, em vão a busca por uma suposta opinião internacional favorável. Outro propósito, em nível de Brasil, seria a preparação das formas políticas, tornando os parlamentos cada vez mais conservadores.

Não obstante, o sistema eleitoral foi praticamente inalterado, no que tange às regras de contagem de votos. Evidentemente, isso se deu de modo concomitante às várias modificações que visaram prejudicar a expansão oposicionista. Mas é inegável que as exigências sobre o cadastramento de eleitores e os modos de escrutínios para o Congresso, assembleias estaduais e câmaras municipais permaneceram os mesmos. Portanto, as eleições – logo, a competição partidária – foram mantidas legitimamente. E este, talvez, seja um dos pontos mais emblemáticos dos governos civil-militares brasileiros, pelo menos no campo político, ao ponto de ter sido diferenciado de outras ditaduras latino-americanas, ainda que inserido ao mesmo contexto histórico.

Mas tal argumento de modo algum se subordina à consideração de “ditabranda”, como insinuou o editorial da *Folha de S. Paulo* em fevereiro de 2009. A nosso ver, o regime civil-militar formou-se por aspectos que poderiam ser considerados particulares. O próprio sistema bipartidário, que funcionou entre 1966 e 1979, é um exemplo disso.

Na teoria clássica que aborda o funcionamento dos sistemas partidários, os modelos de dois partidos são classificados com base em alguns preceitos típicos. Conforme os auxílios buscados em Giovanni Sartori – cuja discussão abordou experiências em países ocidentais –, consideraram-se como características mínimas as chances iguais concedidas pelo sistema, a alternância no poder como algo possível e a disposição de um dos partidos passar de “oposição” para “situação”, tendo, por meio disso, condições de “governar sozinho”. Outros recursos são também utilizados para examiná-los, visto que os mesmos podem conter mais de dois partidos, desde que sejam irrelevantes frente à competição entre os dois maiores ou que componham coalizões coalescentes.

Em vista disso, a nossa premissa acerca do bipartidarismo brasileiro pôde facilmente ser ilustrada a partir da figura de linguagem proveniente da estrofe da conhecida canção

nativista sul-rio-grandense. Nesse caso, se se considera que em margens pedregosas de rios não colidem graciosamente águas sossegadas, como as “quebradas do Inhanduí” ao curso normal desse pequeno arroio alegretense, metaforicamente se equivale dizer que no Brasil o sistema não se encaixou totalmente às conceituações elaboradas pela teoria clássica da Ciência Política.

A Arena, no Congresso, apresentou ao mesmo tempo padrões de “predominância” e de “hegemonia”. Ou seja: obteve o índice mínimo de três legislaturas consecutivas com maioria absoluta, podendo ser considerada predominante, embora a legitimidade das vitórias tenha sido concomitante ao autoritarismo e aos escrutínios indiretos. E esse cenário, evidentemente, influenciou sobre a atuação da Arena e do MDB, na medida em que a superior envergadura eleitoral do primeiro tenha sido simultânea à maior força do regime.

Como destacado no primeiro capítulo, a onipresença do autoritarismo permitiu a discussão sobre o fato de o partido arenista ter sido hegemônico. Todavia, examinando o conceito empregado aos sistemas de partido hegemônico, observou-se que ele também não se confirma, pois a categoria aponta a total falta de competição, uma vez que este tolera as demais organizações e apenas “distribui” parte do seu poder, o que não foi o caso. A conclusão à que chegamos é a de que dificilmente a Arena pode ser abalizada como partido predominante ou hegemônico. Ainda assim, deteve uma estrutura partidária mais consolidada, possuindo um número bem maior de diretórios municipais do que a oposição, especialmente durante o seu período de maior capacidade eleitoral. Ocupou, por meio dos seus dirigentes, boa parte dos espaços de poder, incluindo-se os cargos referentes às escolhas indiretas – chanceladas pelos parlamentos estaduais e municipais –, secretarias de governo, ministérios e gerência de empresas estatais. Contudo, nem mesmo os seus mais renomados políticos nacionais participaram das grandes decisões do Executivo Federal.

Já o MDB foi uma organização que buscou questionar o regime, pregando ao longo do período o retorno à democracia. Mas foi praticamente marginalizado nos anos de 1960 e início dos 70, até aproveitar-se do enfraquecimento social do regime e do seu partido legitimador, para crescer eleitoralmente, sobretudo após o pleito de 1974. A partir de então, atuou como um importante canalizador de oposição, abrigando forças oriundas de inúmeras correntes políticas, das que estiveram integradas a ele desde os momentos mais difíceis às que foram se vinculando conforme as mudanças dos rumos da ditadura e/ou por conveniência de momento. Além disso, na segunda metade da década, seus dirigentes também viam o progressivo aumento do número de sedes municipais, em locais onde antes encontrava dificuldades em penetrar.

Considerando todas essas informações, parece ser plausível admitir a artificialidade do sistema e dos seus dois partidos formadores. O contexto pelo qual foram instituídos e o próprio AI-2, ao mencionar a criação de duas organizações, a princípio, provisórias, corroboram para isso. Contudo, na prática, entendemos que o bipartidarismo não foi, de modo algum, artificial. A nosso ver, o emprego do termo denota uma generalização perigosa. A noção de “artificialidade”, inegavelmente transmite a ideia de que a Arena e o MDB não tiveram qualquer serventia para a política nacional e que foram partidos totalmente subjugados pelo regime. Se assim o fosse, teriam sido mais facções do que partidos; ou meras organizações legais formadas apenas para acomodar as antigas elites políticas e para que internacionalmente as sociedades vissem que no Brasil a democracia persistia.

Entretanto, esse debate deve ser argumentado de modo mais aprofundado, pois os dados empíricos levantados pela pesquisa expressaram outra situação. Os sufrágios alegretenses contrariaram as tendências nacionais de dominação arenista durante a primeira década do regime e de avanço emedebista ao final dos anos de 1970. Mais do que nunca, os quatro aspectos apontados por Giovanni Sartori como primordiais para as análises dos sistemas bipartidários foram identificados em Alegrete, por mais contraditório que pareça à primeira vista. Isso porque a Arena alegretense também obteve vantagens, tal como nacionalmente.

De modo a explicar o entrave, analisou-se a questão local a partir de duas perspectivas, reduzindo-se geograficamente a escala de observação e relacionando-a com o macro, ou seja, confrontando aspectos específicos da localidade e os característicos das esferas estaduais e federais da política.

Em primeiro lugar, a análise do bipartidarismo sob a ótica do cenário alegretense voltou-se a aspectos conjunturais, isto é, na organização política e nas relações interpartidárias anteriores ao início do regime civil-militar. Em Alegrete, os grupos políticos que formaram os diretórios da Arena e do MDB já concorriam pelos espaços de poder desde décadas antes. Mas isso não foi uma exclusividade do município. Houve, de fato, a sequência de um padrão político ocorrido em boa parte do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1950 e 60. Nesse contexto, rivalizaram as forças trabalhistas, representadas quase que na totalidade pelo PTB, e as alianças formadas por partidos liberais e conservadores, denominadas por inúmeros estudiosos como “Anti-PTB”. Contudo, é relevante mencionar que a formação “PTB vs. Anti-PTB” não ocorreu em todo o estado, apesar de ter sido importante para o entendimento das disputas para o Executivo estadual. Em São Borja, por exemplo, no pleito referente ao Executivo local, em 1959, somente o PTB indicou candidato; em outros municípios, como no

norte do estado, os partidos de “direita” é que disputavam entre si a vitória nos escrutínios, independente das alianças “Anti-PTB” e da envergadura eleitoral petebista.

Sem embargo, em Alegrete a Arena foi organizada pelas elites que constituíram a União Pelo Progresso de Alegrete (UPPA), coligação formada por PL, UDN e PSD. Já o MDB foi originário do antigo PTB. Assim, o que se quer destacar é o fato de a Arena e o MDB alegretenses abrigarem as principais lideranças das duas forças predecessoras, que mantiveram fidelidade para com os antigos partidos e com a UPPA, especificamente se referindo ao processo de formação arenista. Do mesmo modo, herdaram estruturas partidárias e eleitorais praticamente enraizadas no município. Outra situação de vinculação partidária foi a familiar, principalmente entre os antigos libertadores.

Por conseguinte, vale lembrar que esse padrão político bifurcado é apontado como indicativo de o bipartidarismo ter sido “menos artificial” no Rio Grande do Sul do que no restante do Brasil. Discordamos dessa afirmação, inicialmente por causa do termo destacado entre aspas. Na Assembleia Legislativa, com exceção das cassações ocorridas no início do “novo” sistema, Arena e MDB sempre elegeram bancadas numericamente equitativas. Contudo, na conjuntura alegretense, se comparado apenas às relações em nível de estado, houve uma proximidade maior entre políticos e eleitores. Isso foi crucial, inclusive, para a amostragem dos resultados dos pleitos locais, de acirramento nas disputas para o Executivo e de percentuais praticamente iguais para o Legislativo, com bancadas formadas pela diferença mínima em um período delimitado de aproximadamente 25 anos, entre o início dos anos de 1950 e o final dos de 1970. A exceção foi apenas o pleito municipal de 1955, em que o PTB elegeu dois vereadores a mais que a coligação conservadora.

O acirramento aconteceu também durante as eleições gerais, sendo impossível traçar vantagem para um ou outro partido. O que se pôde verificar foram grupos intrapartidários apoiando candidatos específicos, inclusive fomentando vínculos partidários anteriores a 1966, principalmente entre os arenistas. Nessa relação de trocas, as elites engajaram-se mais nas campanhas eleitorais dos postulantes a deputado – estadual ou federal – do que para senador. Mas o maior engajamento não representou as maiores quantias de votos, pelo menos nas urnas alegretenses. As disputas para senador tiveram os mais altos índices de votos válidos, além das abstenções presenciais terem sido as mais baixas em 1974 e 1978. É presumível pensar que isso tenha ocorrido porque envolviam menos candidatos, mediante escolhas proporcionais de lista aberta.

Seguindo a análise dos resultados das urnas alegretenses, compararam-se os sufrágios para deputado federal e estadual. Em todos os pleitos os votos válidos para a Assembleia

estadual foram mais altos do que para a Câmara dos Deputados, embora com percentuais muito próximos. Nos referentes às abstenções presenciais, os resultados para os cargos estaduais foram mais baixos em 1970, 1974 e 1978.

Outra amostragem, quiçá parecida com os escrutínios nacionais, foi a de votos brancos e nulos e a de não comparecimento à sessão eleitoral, sobretudo em 1968 e 1970, apesar de sempre demonstrar percentuais mais baixos do que os dados gerais. Nos anos de maior repressão do regime, os índices de não comparecimento e abstenções presenciais foram altos nas três esferas abordadas (nacional, estadual e municipal). Tais informações são significativas, pois representaram o número de votantes que deixou de participar do processo de escolha pública, anulando, votando em branco ou simplesmente não indo ao local de votação. Por sua vez, o não comparecimento pode facilmente ser considerado uma forma racional de contrariedade com o regime civil-militar, juntamente com as abstenções presenciais, pois estas são, geralmente, vistas como a única forma de protesto durante os anos em estudo. Por outro lado, o aspecto poderia ser balanceado, por exemplo, pelo desagrado para com os candidatos ou de o eleitor ter enfrentado problemas logísticos, que o impedissem de chegar até o local de votação. Em contrapartida, grande parte do eleitorado alegretense, ao participar dos processos de escolhas públicas, preferiu validar o voto ao invés do contrário.

Ademais, o segundo item a ser destacado aponta o caminho da curta duração; mais estritamente, às articulações e às ações individuais e coletivas esboçadas pelos partidos. O pressuposto lançado foi o de relativa autonomia nas duas organizações partidárias em Alegrete, para elaborar inúmeras estratégias políticas. Essa proposição foi vinculada às ideias da racionalidade limitada e da racionalidade política dos atores históricos; ambas com orientações weberianas, ainda que a primeira em menor medida. Também se esteve atento à dualidade das teorias da “intencionalidade” e da “não intencionalidade” dos movimentos político-partidários, debatidas por Angelo Panebianco e referenciadas no último capítulo.

Como destacado ao longo do trabalho, durante os anos de 1960 as alianças entre militares do Exército e membros da Arena foram mais palpáveis. Este partido buscou se favorecer da maior força do regime para conseguir alguns dos seus interesses. O primeiro deles foi empenhando-se em reverter a vantagem emedebista na Câmara de Vereadores. Essas medidas abriram espaço a alguns partidários defenderem medidas mais severas, como no caso da escolha da Mesa da Presidência legislativa em dezembro de 1965 e nas tentativas de cassações de mandato, chegando-se às últimas consequências mediante as três punições efetivadas em 1969. Esses exemplos foram abordados ao longo dos capítulos dois e três, mas a questão das cassações requer atenção especial.

Primeiramente, tentou-se punir um emedebista, sem sucesso. Houve também quem defendesse uma intervenção militar na prefeitura, conforme confirmam antigos partidários do MDB, mas negado por antigos arenistas. Todavia, foi possível observar que articulações com aspectos antidemocráticos foram movidas por integrantes da Arena. Dificilmente todos os membros influentes do partido participaram, até mesmo por desconhecimento. Mas tais articulações não eram discutidas abertamente no diretório. E como indicado em depoimento por ex-arenistas, as denúncias ou o processo que resultou nas cassações de 1969 não partiram da Câmara. Contudo, dois dos punidos foram acusados de comunistas, sem a devida apuração se eram ou não aquilo que os consideraram. O objetivo foi desestruturar o MDB, excluindo uma de suas principais lideranças e estendendo a punição a um terceiro nome, para diminuir a bancada de seis para quatro vereadores, contra cinco da Arena. Portanto, certamente integrantes da bancada arenista sabiam e/ou inseriram-se a essas medidas autoritárias contra o MDB.

Não obstante, a atuação dos dois partidos no âmbito alegretense pode facilmente enquadrar-se ao raciocínio de Angelo Penebianco, sobre o fato de as organizações não se limitarem a apenas adaptar-se ao ambiente ao qual integram, mas de também possuírem sobre este uma ação autônoma, de acordo com as mudanças e com as pressões sofridas. Na Arena, as alianças com o Exército e o beneficiamento do contexto histórico para exercer pressão ao partido oposto se referem a adequar-se ao ambiente político do período. Porém, de modo concomitante, isso trouxe a necessidade de afirmação do partido como tal, por parte das suas elites dirigentes locais, isto é, de desvencilhar-se do fardo de ser considerada submissa aos militares. No MDB, o posicionamento externo foi de autodefesa, de modo a evitar a desarticulação dos seus principais quadros partidários, em virtude das incertezas no campo político (ameaças de cassações, perda da vantagem numérica da bancada na Câmara etc.). A postura também era necessária para que mantivesse a influência sobre as instituições de poder locais, conquistada democraticamente por meio dos escrutínios municipais. De acordo com depoimentos de antigos membros do partido nos dias de hoje e da análise sobre os discursos dos vereadores nas atas legislativas da época, observamos em vários momentos a menção aos eventuais delatores, embora não possamos comprovar as informações por causa da ausência de fontes e da informalidade de muitas denúncias em Alegrete. Apesar disso, mencionamos dois exemplos abordados no terceiro capítulo: Eroní Carús, depois de retomar o mandato eletivo após a sua primeira detenção, em 1964, disse que havia vereadores (implicitamente se referindo à UPPA) “capazes de denunciar colegas”; e Gustavo Perfeito, em meio ao processo contra o prefeito Arnaldo Paz, em 1970, ao solicitar que “não se incentivassem os delatores”.

Por conseguinte, Panebianco avança as suas explanações à questão das variações que ocorrem na fisionomia dos partidos políticos. Nessa concepção, as mudanças decorrem de inúmeros motivos, por intermédio de situações inesperadas ou por serem racionalmente planejadas. Sobre o caso alegretense, elas cancelaram o ponto de vista segundo o qual abriu espaço à possível autonomia dos diretórios, corroborando com as formas de se visualizar as complexas estratégias partidárias. A questão permitiu, então, a busca do “vivido” ou o “presente do passado” dos grupos e dos indivíduos analisados.

No que se refere às relações interpartidárias, na bancada parlamentar da Arena aflorou-se inicialmente o debate sobre que postura tomar diante da oposição à administração municipal, entre uma linha mais radical e outra mais moderada. Considerando alguns fatos vistos na primeira unidade do terceiro capítulo, ficou evidente que a postura moderada passou distante das ações em episódios como as já assinaladas interferência na Câmara de 1965 e as cassações de 1969. Em menor medida, pode-se mencionar a CPI contra o prefeito municipal em 1970, processo pelo qual buscou o impeachment do mesmo.

Além disso, as alas provenientes do PL e da UDN divergiram constantemente, buscando espaço dentro da Arena. Os antigos libertadores compunham um número maior, mas os udenistas foram adquirindo uma força superior à que possuíam quando militavam no seu próprio partido, quando o mesmo funcionava e integrava a UPPA. Os oriundos do PSD formavam um grupo menor e se moveram ora como conciliadores, ora se aproximando mais dos udenistas. Por outro lado, o relacionamento entre as duas alas parece ter sido bom até o final dos anos de 1960, quando o partido lançou duas “chapas” cruzadas na eleição municipal de 1968.

Na ocasião, os representantes da sublegenda 1 foram Joaquim Milano e Manoel Antunes, respectivamente oriundos do PL e da UDN, enquanto na sublegenda 2, foram candidatos Jarbas Mendonça e Delcy Dornelles, com vinculações partidárias inversas aos primeiros. Como o próprio Mendonça indicou, em depoimento, o seu vice fez campanha em alguns comícios para o Sr. Milano, que era o grande favorito da disputa, além de ser, à época, o grande nome local da Arena. Independente disso, o partido arquitetou uma estratégia que possivelmente visou somar os votos das duas “chapas”, estando ciente das maiores chances de vitória da sublegenda 1, e, em contrapartida, sabendo da força dos nomes indicados pelo MDB. Sem embargo, a soma dos votos acabou sendo decisiva na eleição. O vencedor foi o candidato do MDB 2, mesmo tendo conquistado menos votos do que o postulante da Arena 1.

Todavia, durante esse e o pleito seguinte, em 1972, as rivalidades entre libertadores e udenistas se intensificaram, atingindo o seu ápice durante a campanha eleitoral. Nessa

oportunidade, os dirigentes da fração oriunda da antiga UDN estavam insatisfeitos com a influência de Joaquim Milano no diretório. Após ser derrotado do pleito municipal, Milano candidatou-se deputado estadual em 1970 e conquistou a primeira suplência da Arena. No início de 1971, após um dos deputados eleitos ter sido indicado a uma das secretarias de governo, assumiu o mandato e nele permaneceu até o final da legislatura. Utilizando-se dessa influência, Joaquim Milano apoiou, evidentemente, a sublegenda “pura” formada por dois antigos libertadores, Ary Marimon e Claudio Rosso. Entretanto, a fração udenista formalizou uma segunda candidatura, com Brasilêncio Machado e José Rubens Pillar. A presença da segunda “chapa” foi argumentada sob o ponto de vista do eleitor, sobretudo o partidário: caso não houvesse simpatia a um dos nomes arenistas, por parte de sua avaliação subjetiva, este teria uma segunda opção de voto. Assim, a Arena lançou duas candidaturas e novamente buscou vencer a partir da soma dos votos das sublegendas, dando liberdade de ação aos candidatos. Mas os atritos ocorridos entre elas se mostraram desastrosos para o resultado do pleito. Os ataques de lado a lado – mais do lado udenista, ao que tudo indica – foram travados internamente, mediante articulações de “bastidor”. Outro motivo de desavença foi a de antigos maragatos e chimangos, fomentada pelos partidários mais velhos. Contudo, uma publicação de um jornal de Porto Alegre externou a disputa e comprovou o descontentamento dos udenistas com relação ao apoio do deputado Milano à Marimon. De modo geral, tais rivalidades, aliadas à popularidade do candidato emedebista, contribuíram para a derrota estridente da Arena.

Entretanto, o pleito de 1972 representou a primeira experiência político-partidária de José Rubens Pillar, ex-padre católico e bastante popular no município. Essa popularidade fez crescer a sua liderança no partido e se deu ao mesmo tempo em que Joaquim Milano retirou-se da política, pois retomou as suas atividades como advogado e não concorreu mais a cargos eletivos, após o mandato de deputado estadual. Brasilêncio Machado também se afastou da política, mas internamente seguiu sendo um dos principais financiadores de campanhas políticas, juntamente com Manoel Antunes, mesmo após a extinção da Arena. Machado ficou marcado como o “padrinho político” de Pillar, sendo confirmado informalmente pelo próprio nos anos seguintes.

Não obstante, o crescimento político de Pillar tornou a divergência entre libertadores e udenistas mais amena ou com menor importância, nas relações internas da Arena. No pleito de 1976, portanto, foi natural a sua indicação à sublegenda 1, sendo ainda, o favorito do partido. Seguindo as experiências anteriores, lançou-se uma segunda candidatura, formada por dois vereadores de prestígio. O candidato a prefeito, João Farret, era militar e, na época,

presidente do diretório; o vice, Odilon Bessa Simões, um político oriundo da antiga UPPA. Não houve grandes rivalidades durante a campanha e, como se esperava, Pillar foi o mais votado da Arena. Contudo, pela primeira vez a estratégia de obter vantagem frente à soma dos escrutínios surtiu efeito. A sublegenda 1 venceu apesar de o candidato emedebista ter obtido mais votos.

Já no MDB, houve inicialmente a presença de duas correntes distintas sobre o posicionamento do partido frente ao regime civil-militar. O critério para distingui-las foi a partir da acidez e da moderação, conforme as posições políticas tomadas pelos emedebistas. Coincidentemente, os principais líderes dessas correntes foram os candidatos a prefeito em 1968. Na sublegenda 1, Cassiano Motta e José Pinto Bicca de Medeiros defendiam um discurso direcionado à crítica enfática ao autoritarismo e às restrições ao campo político. Essa concepção teve certo apoio das esquerdas, apesar de o representante a prefeito ser declaradamente anticomunista. Na sublegenda 2, Arnaldo Paz e Adão Faraco, inserido a um grupo no qual tinha a presença de Adão Houayek, defendiam as mesmas questões, mas em um tom mais ponderado.

Ambos os grupos não possuíam desavenças, inimizades. Mas foram, de fato, adversários durante a campanha eleitoral. Com isso, o diretório concedeu liberdade às duas candidaturas, não havendo necessariamente uma favorita. Uma postura mais imparcial visou não agravar os problemas, principalmente a estratégia de autodefesa frente ao regime na Câmara. Também evitou atritos com um ou outro correligionário, perdendo o apoio dos partidários que estes carregavam consigo.

Contudo, as posturas públicas de Motta certamente levaram eleitores e membros do partido a temerem que o mesmo fosse eventualmente cassado, se eleito fosse, embora isso nunca tenha sido comentado externamente. Como se viu, o discurso moderado foi o mais aceito, inclusive entre boa parte dos vereadores, resultando na maior influência do grupo de Houayek, Paz e Faraco. Contudo, os votos conquistados por Cassiano Motta foram necessários para a vitória da sublegenda 2, pois Arnaldo Paz obteve menos votos que Joaquim Milano e mesmo assim sagrou-se prefeito municipal.

Após o pleito, Motta enfraqueceu-se politicamente, ao mesmo tempo em que moderou o tom do discurso. Já havia sido preso pelo Exército, e, posteriormente, se aproximou do grupo de Houayek, principalmente quando este se candidatou a prefeito em 1972. Por seu turno, Houayek foi indicado candidato por unanimidade, graças a questões pontuais. A primeira delas, devido ao fato de os companheiros mais influentes estarem alijados da disputa: Arnaldo Paz era o atual prefeito, impedido de tentar reeleição e desgastado pela forte pressão

da bancada da Arena, que tentou a todo custo o seu impeachment; e Adão Faraco, possivelmente quem seria o seu concorrente direto, pelo menos na busca de influência, mas que tinha perdido os direitos políticos por causa da cassação do mandato. Ao mesmo tempo, Houayek lograva o auge do seu prestígio político.

Todavia, em seu segundo mandato, Houayek enfrentou dificuldades. Além da natural oposição arenista, o prefeito encontrou os cofres públicos municipais praticamente raspados. A crise econômica vinha de décadas, devido principalmente à insuficiência dos recursos repassados pela União aos municípios. Além do mais, na metade da administração teve divergências com integrantes da bancada correligionária. Não se quer dizer que os emedebistas tenham engrossado junto com a Arena o discurso de oposição. Porém, pela primeira vez durante esses anos foram observadas críticas de vereadores ao prefeito do mesmo partido nas atas da Câmara. Como apontado ao longo do trabalho, tal divergência foi resultante das suas características individualistas para com as decisões do governo e de não abrir espaço para o debate com correligionários acerca dessas decisões, conforme apontam algumas de nossas fontes orais. Inclusive, o emedebista não esteve engajado com a candidatura a prefeito do seu vice, em 1976. Essa foi a maior frustração demonstrada por Airton Amaral, quando lembrou da campanha eleitoral perdida em depoimento ao pesquisador. O processo de formação da “chapa” emedebista para esse pleito foi problemático para o partido, influenciando para a derrota, apesar do maior número de votos com relação ao candidato vencedor.

Em suma, os desentendimentos no MDB durante os anos de 1970 tiveram início na Câmara Municipal, pouco antes. Além das críticas ao prefeito, a bancada do partido não assimilou bem o apoio arenista ao correligionário postulante do cargo de presidente legislativo, gerando desentendimentos só resolvidos após o ingresso de vereadores recém-eleitos, no início de 1977. Mas quando isso ocorreu, a derrota para a prefeitura já era um fato consumado.

Por seu turno, o prefeito eleito em 1976 também se tornou uma forte liderança partidária, tal como Houayek, e do mesmo modo enfrentou problemas de relacionamento com a bancada correligionária. Isso posto, o personalismo político e o carisma pessoal foram características marcantes entre as lideranças do período. Mas a peculiaridade de Pillar com relação ao prefeito anterior decorreu da forma com que se manifestava publicamente, principalmente em seu programa de rádio, mantido concomitantemente ao mandato eletivo. Nesse caso, primeiramente o prefeito foi acusado pelos emedebistas, que se queixavam das respostas dadas por Pillar a eles, desrespeitosas do ponto de vista da bancada. Ao longo do

mandato, a maior parte da bancada da Arena aliou-se aos emedebistas nos questionamentos ao chefe do Executivo, pelo mesmo motivo.

Por conseguinte, foi possível observar a partir de situações como essas, que os vereadores não se prendiam a defender os governos correligionários quando se desgostavam do direcionamento dado pelos mesmos. Possivelmente, a maior fidelidade dos vereadores para com uma estratégia partidária parece ter sido simultânea à maior repressão do regime; nessa época, as relações entre os prefeitos e as bancadas emedebistas (1964-68; 1969-72) foram praticamente homogêneas, de rebate às críticas e de união nas votações dos projetos. Em contrapartida, a maior liberdade dos parlamentares se deu conforme iam aparecendo ou se intensificando os problemas intrapartidários em suas respectivas organizações.

Ambos os diretórios alegretenses modificaram o direcionamento de suas estratégias ao longo do tempo, devido às questões internas e ao próprio debate político. Sobre o primeiro, já de falou. O debate político, sobretudo acerca do contexto nacional, foi atrofiado por inferências do autoritarismo, até o início dos anos de 1970. Durante esse período, os arenistas, foram timidamente rebatidos pela bancada oposta, quando insistiam na pauta sobre os benefícios trazidos pelo movimento de 1964, em vista dos perigos que os posicionamentos contrários ao regime poderiam trazer ao declarante e ao partido naquele momento. No entanto, a partir de 1973 os debates passaram a ser democraticamente mais igualitários, sendo aprofundados na medida em que os anos de 1980 iam se aproximando, com discussões centradas em questões como a redemocratização, a possível volta do Estado de Direito, a Lei da Anistia e assim por diante.

Dessa forma, se avaliássemos apenas o contexto político alegretense, o sistema bipartidário passaria distante do artificial. Ainda assim, chegamos à conclusão de que esta é uma classificação demasiadamente forte e deslocada do que realmente o sistema representou para o campo político nacional. Neste caso, alude-se para o funcionamento do bipartidarismo e não apenas para o seu processo de criação.

Evidentemente, sabemos dos riscos que corremos ao questionar isso. A noção de artificialidade leva em conta os problemas apresentados pelo bipartidarismo brasileiro e pelas suas atribuições menos aparentes nas esferas políticas federais e estaduais. A concepção se ampara, além disso, nos aspectos “não naturais” pelo qual o bipartidarismo surgiu – aspectos estes nunca desconsiderados pela pesquisa, como a sua imposição de cima para baixo por parte do governo ditatorial. Contudo, esse argumento perde força a partir do momento em que se reflete sobre o fato de que, ao longo da história brasileira, pouca coisa tenha sido constituída espontaneamente, isto é, de não ter havido uma força central proponente. A isso se

inclui como instigantes exemplos à cidadania e os direitos sociais, conquistados no país mais por intervenções estatais do que por militância popular (embora houvesse a intensificação dos apelos pela implantação dos direitos trabalhistas desde o início do século XX); e também a organização partidária ocorrida entre 1946 e 1964, que foi inicialmente fundamentada pelas elites pró e contra Vargas. Relativo aos partidos, de fato, suas bases organizacionais no Brasil nunca foram fortes o suficiente, conforme as suas atribuições sociais e no que discute a Ciência Política (paradoxalmente ao dito acima, a exceção foram os partidos existentes entre 1946 e 1964, pois se consolidaram estruturalmente ao longo do período, sobretudo nos anos de 1960, tendo boa aprovação social pouco antes de serem extintos em 1965). Não obstante, esse problema na cultura política do país não pode ser sobrecarregado apenas à Arena e ao MDB, apesar da presença singular do regime civil-militar. Por outro lado, isso não os isenta de suas carências.

Portanto, em vista da complexidade do bipartidarismo, consideremo-lo frágil, o mesmo valendo para os dois partidos. Acredita-se que o termo “frágil” é semanticamente menos forte do que “artificial”. Como exemplo, propomos dois questionamentos simples: como não considerar frágil um sistema no qual possibilitou com a derrota candidatos mais votados e, inversamente, um modelo que permitiu ao MDB vitórias utilizando-se legalmente da regra da soma dos votos, em uma clara representação do ditado popular que arrola sobre o “feitiço contra o feiticeiro”?

Como se pode perceber, os questionamentos se remetem ao recurso das sublegendas. Acerca disso, acreditamos que elas possuíram espaço privilegiado para o entendimento de vários dos pontos de análise elencados pela pesquisa e representaram, sem dúvida alguma, o principal ensejo da aproximação teórico-metodológica elaborada. Além disso, aguçaram os antagonismos intra e interpartidários e movimentaram as bases organizacionais das duas instituições em prol do poder político local em constante disputa. Os processos de formação das sublegendas, a posição das alas do partido, a movimentação dos seus dirigentes e demais lideranças, assim como o recrutamento de partidários visando o apoio durante a campanha eleitoral, coexistiram às diferentes formas de relações ocorridas no interior do partido. Sejam elas por causa de atritos entre as frações da organização ou devido a questões específicas do período em que foram constituídas.

Evidentemente, as sublegendas foram criadas para beneficiar a Arena, impedindo que o partido ruísse por causa das disputas entre as variadas elites que a integraram. Em contrapartida, muitos grupos arenistas rivais preferiram coexistir em vez de se organizarem no partido de oposição, pelo acesso ao poder ser facilitado mediante a atuação na Arena. Em

muitos pleitos municipais, especialmente naqueles de populações inferiores a 50 mil habitantes, elites arenistas disputaram entre si o cargo para a prefeitura, com a irrelevância ou a total ausência emedebista no sufrágio. Mas esse não foi o caso de Alegrete, como insistimos em destacar. Analisando a questão do município, visualizamos que os dois diretórios tiveram, de fato, autonomia para estabelecerem estratégias. E estas, se distinguiram de partido para partido, conforme os diferentes planos de ação e as respectivas condições ambientais pelas quais foram estabelecidas. A Arena, por exemplo, em todos os pleitos indicou duas sublegendas, almejando a soma dos votos para conquistar a vitória. Por seu turno, o MDB indicou duas somente em 1968, mais por uma questão de divisões entre elites dirigentes do que para aproveitar-se da possibilidade propiciada pela soma dos votos. O mesmo não se viu nos dois sufrágios seguintes, devido, talvez, aos custos internos causados pela experiência de 1968. O partido, acreditando que a sublegenda dividia-o em vez de compactá-lo, lançou candidatura única em 1972 e 1976, tendo sido penalizado com a derrota no último, em decorrência dos problemas enfrentados na formação da “chapa”. Sendo assim, estudos sobre as sublegendas necessitam ser estendidos a outros contextos político-partidários e inseridos às análises sobre a artificialidade ou não do bipartidarismo. Junto a essa amostragem, têm-se as relações entre os partidos nas câmaras municipais, inclusive em locais enquadrados como Segurança Nacional. Em Alegrete, tais desdobramentos foram divididos em três unidades ao longo do último capítulo.

Por conseguinte, essas são questões que possibilitaram examinar as disputas locais e regionais ao longo do regime civil-militar e contribuem para um debate historiográfico bastante profícuo e distante de se esgotar. Além disso, evidencia o quanto pode ser útil o diálogo interdisciplinar entre a História Política e a Ciência Política, e o quanto a primeira pode ser enriquecida mediante contatos com outras subdisciplinas históricas, como a História Oral e a Comparada. Já assinalamos a importância da primeira na averiguação de aspectos nos quais as fontes escritas não dizem, desde que as entrevistas sejam devidamente problematizadas. No segundo caso, comparando as semelhanças e as diferenças político-partidárias em outros municípios, se as respectivas eleições locais foram tão acirradas quanto às de Alegrete. Como destacou Marc Bloch em texto clássico, se pode verificar sociedades vizinhas e contemporâneas, influenciadas umas pelas outras por causa da proximidade e do seu sincronismo, submetidas às mesmas grandes causas e que remontam, pelo menos em parte, a uma origem comum. Mas a isso se adverte, obviamente, a não reificar e/ou distorcer as características de cada localidade estudada.

Ademais, acreditamos que a pesquisa permitiu uma discussão entre as perspectivas micro e macro, pois atentamos, ao longo do trabalho, para a redução geográfica da escala de observação. Em suma, a questão da escala propicia diferentes considerações. A primeira, sobre o potencial dos estudos acerca da História Local ou Regional, em que a preocupação é avaliar especificamente o nível local e/ou as relações sociais estabelecidas neste espaço. Embora seja também aplicável à comparação, os estudos regionais ou locais podem ser inseridos em um universo maior ou utilizar-se disso para confirmar ou corrigir grandes formulações narrativas. A segunda, em uma reflexão mais fértil – e também mais densa – com a Micro História. Para ela, a escala é o problema e não puramente uma opção metodológica, como para a História Local. Por esse ângulo, a abordagem é complexa e por vezes indutiva, podendo se voltar a grupos ou comunidades em uma sociedade, e não necessariamente a uma sociedade reduzida geograficamente, desde que se destaque o micro como uma forma de entender o macro, refutando-se holismos.

Por conseguinte, reconhecemos que a Micro História influenciou sensivelmente este trabalho. Por isso, abrimos brecha para interpretações de a pesquisa ser, como um todo, micro histórica. Um dos autores discutidos também corroborou para a consideração, pois valemos de alguns de seus pressupostos para refletir acerca das ações dos grupos e dos indivíduos, ainda que isso tenha se dado mais pelas suas influências weberianas, embora não muito claras. Essa questão foi útil no debate sobre a racionalidade, cujo enfoque se deu em articular interdisciplinarmente a curta duração e algumas atribuições da Ciência Política com o “presente do passado”. Assim sendo, não consideramos este trabalho como micro histórico, pois conflitaríamos os autores utilizados na questão dos paradigmas, em vista da inserção da Micro História ao debate sobre a pós-modernidade, além de a escala reduzida não ser, como já destacado, uma propriedade da disciplina. Entretanto, apesar de a maior parte de suas pesquisas se voltarem ao social, cultural ou econômico, o qual se inclui a serialização de fontes em alguns estudos, uma de suas características é a de não ser metodologicamente estática. Com isso, é bastante viável expandir a perspectiva micro histórica ao debate do político e da História Política, seja em análises biográficas, de trajetórias ou até mesmo prosopográficas.

Além dessas possibilidades teórico-metodológicas, enumeraremos a seguir alguns pontos empíricos que permitem discussões futuras. Um deles é o processo de redemocratização no país, período no qual o governo alegretense foi administrado pelo PMDB. O partido venceu uma eleição concorrida por cinco postulantes, dois lançados pelo seu diretório, dois pelo PDS e um pelo PDT. Nessa eleição, possivelmente os grupos

dirigentes do PMDB tiveram como influência a derrota emedebista de 1976 e concluíram que o êxito somente viria com a elaboração de sublegendas. Seria plausível avaliar também como a bancada do PDT agiu diante do fato de ser, junto com a do PMDB, oposição ao regime, e, ao mesmo tempo, desobrigada institucionalmente a compor com este a situação ao governo local. Outras possibilidades seriam entender a força do trabalhismo na região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, antes do golpe de 1964, especialmente em Santana do Livramento e Uruguaiana, enquadrados como Área de Segurança Nacional, e como se deu o choque desta ideologia com o autoritarismo típico dos anos entre 1964 e 1985. Não obstante, problematizar o papel da imprensa implicaria verificar como, por exemplo, os periódicos locais atuaram durante o regime civil-militar nos seus respectivos municípios e de que forma o jornal *A Platéia*, de Livramento, influenciou na opinião pública, por ter circulação em toda a referida região. Outras propostas poderiam percorrer os movimentos das esquerdas ou dos partidos comunistas locais, tanto nas ações durante a ditadura e no processo de redemocratização quanto no interior do MDB, assim como apurar os legados do bipartidarismo ou aprofundar estudos sobre as elites políticas provenientes deste sistema.

Portanto, o presente trabalho, ao analisar dados empíricos, propor discussões teóricas e refletir sobre inquietações acerca do tema, procurou contribuir com um debate complexo, mas antagonicamente profícuo, em prol do conhecimento histórico. E este, mais especificamente o conhecimento sobre o passado, “é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e [se] aperfeiçoa”. (BLOCH, 2001, p. 75).

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ANDRADE, Luis Aureliano Gama de. O município na política brasileira: revisitando Coronelismo, enxada e voto. In: Avelar, Lúcia; Cintra, Antônio Octávio (Orgs.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP, p. 243-255, 2007.
- ASEFF, Marlon. **Retratos do exílio: solidariedade e resistência na fronteira**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2009.
- ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. **A fronteira gaúcha como espaço crítico de defesa da segurança nacional: repressão e resistência nas cidades geminadas de Santana do Livramento-Rivera (1964-1968)**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Monografia de Graduação (História).
- ASSUMPÇÃO SANTOS, Danilo. **Câmara Municipal de Alegrete: 180 anos**. Alegrete: Gráfica Universitária. 2011.
- BATISTELLA, Alessandro (org.). **O golpe civil-militar de 1964 no sul do Brasil**. Chapecó: Argos, 2014.
- BARROS, José D'Assunção. **O projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- _____. **O campo da história: Especialidades e Abordagens**. 7ª ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2010.
- BENETTI, Daiane. **Dissidência no Partido Social Democrático (PSD) gaúcho: As Eleições Presidenciais de 1955 e o Embate em torno da herança getulista (1954 – 1958)**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Monografia de graduação (História).
- BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.
- BOBBIO, Norberto. In: BOVERO, Michelangelo (Org.). **Teoria geral da política: a filosofia política e a lição dos clássicos**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Vol. I e II. 5ª ed. Brasília: Udundb, 1993.
- BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 10ª ed. São Paulo: Malheiros, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. **História e Historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998.

BRAGA, Diego Garcia. **Anos de chumbo na fronteira oeste sul rio-grandense: A ditadura militar em Alegrete (1964 – 1974).** Monografia de graduação (História), URCAMP, Alegrete, 2010.

_____. **Ditadura militar e Alegrete: O legislativo Municipal e o Bipartidarismo – 1966 – 1979.** Monografia de especialização, URCAMP, Alegrete, 2012.

BRAGA, Maria do Socorro Souza; BOURDOUKAN, Adla: Partidos Políticos no Brasil: Organização partidária, competição eleitoral e financiamento público. **Perspectivas**, Revista de Ciências Sociais, São Paulo: UNESP, v. 35, p. 117-148, jan./jun. 2009.

BRANCO, Carlos Castello. **Os militares no poder.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

BRASIL: NUNCA MAIS. 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

BURKE, Peter. **Historia e teoria social.** 3ª ed. São Paulo: UNESP, 2012.

CARVALHO, Alessandra. Elites políticas durante o regime civil-militar: um estudo sobre os parlamentares da ARENA e do MDB. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2008.

_____. As atividades político-partidárias e a produção de consentimento durante o regime militar brasileiro. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade e consentimento no século XX – Brasil e América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** 18ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO: **História dos 150 do Poder Legislativo,** 2007.

CHALOUB, Jorge. Dois liberalismos na UDN: Afonso Arinos e Lacerda entre o consenso e o conflito. **Revista Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, n. 6, 2013, p. 294-311. Disponível em: <<http://revistaestudospoliticos.com/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

COSTA, Célia; GAGLIARDI, Juliana. Lysâneas, um autêntico do MDB. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 37, p. 201-212, jan./jun. 2006.

COUTO E SILVA, Golbery do. **Conjuntura política nacional: o poder Executivo & Geopolítica do Brasil.** 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **O Golpe Militar e a Ditadura: 40 anos depois.** Bauru – SP: EDUSC. 2004.

DIAS, Reinaldo. **Ciência política.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

DISCURSOS PARLAMENTARES. **Ruy Ramos**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1991.

DREIFUSS, René Armand. **1964**. A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

DUVENGER, Maurice. **Los partidos políticos**. México: Fondo de Cultura Económica, 2010.

REVISTA ESTUDOS HISTÓRICOS. v. 9, n. 17, 1996.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs). **Domínios da história**: Ensaios de teoria e metodologia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 23, n 81, 2002, p. 21-47.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n 47, 2004. p. 29-60.

FILHO, Luís Viana. **O Governo Castelo Branco**. Tomo I e II. Rio de Janeiro: BIBLEX e José Olympio, 1975.

FLEISCHER, David V. (Org.). **Os partidos políticos no Brasil**. Volume I e II. Brasília: UNB, 1981.

_____. Os partidos políticos. In: Avelar, Lúcia; Cintra, Antônio Octávio (Orgs.). **Sistema Político Brasileiro**: uma introdução. 2ª ed. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP, 2007. p. 303-339.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.

GASPAROTTO, Alessandra. **O terror renegado**: a retratação pública de integrantes de organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

GASPARI, Elio. **A Ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A Ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A Ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **A Ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GENTILLI, Vitor. O jornalismo brasileiro do AI-5 à distensão: “milagre econômico”, repressão e censura. Artigo. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis: Insular; UFSC, vol. 1, n 2, p. 87-99, jun./dez. 2004.

GIANNASI, Carlos Alberto. **A doutrina de segurança nacional e o “milagre econômico”** (1969/1973). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2011.

GRINBERG, Lucia. **Partido Político ou Bode Expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965 – 1979**. Rio de Janeiro: Mauad x, 2009.

GUARESCHI, Pedrinho A.. **Mídia & democracia**. 5ª ed. Porto Alegre: Evangraf, 2005.

HOBBSAWM, Eric J.. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914 – 1991**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

JACOBINA, André Teixeira. **Clivagens partidárias: ARENA e MDB baianos em tempos de distensão (1974-1979)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2010.

LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Raquel. **Partidos políticos e consolidação democrática**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAMOUNIER, Bolivar. (Org.). **Voto de desconfiança**. Eleições e Mudança Política no Brasil: 1970 – 1979. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In. STEPAN, Alfred (org.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 83-134.

LEAL, Rogério Gesta. **Operação Condor: há uma responsabilidade internacional solidária de Estados consorciados em atos de repressão política?** NOMOS/Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC, v. 33, n. 1, jan./jun. Fortaleza, 2013, p. 283-303.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LÉVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In. BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da história**. Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 2011. p. 135-164.

KINZO, Maria D’Alva Gil. **Representação política e sistema eleitoral no Brasil**. São Paulo: Símbolo, 1980.

_____. **Oposição e autoritarismo – Gênese e Trajetória do MDB: 1966 – 1979**. São Paulo: Vértice, 1988.

_____. **Radiografia do quadro partidário brasileiro**. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.

_____. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **Revista São Paulo em Perspectiva**. v.15 n. 4, São Paulo: Seade, p. 3-12, out./dez. 2001.

KLEIN, Lúcia; FIGUEIREDO, Marcus. **Legitimidade e coação no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Forence-Universitária, 1978.

KRIEGER, Daniel. **Desde as Missões...** Saudades, lutas, esperanças. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

HEINZ, Flávio M. (Org.). **170 anos do parlamento gaúcho vol. III.** O Parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembléia e de seus deputados – 1947 – 1982. Porto Alegre: Corag, 2005.

HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas:** o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

MADEIRA, Rafael Machado. **ARENA ou ARENAS?** A coesão partidária da legenda do regime em três estados brasileiros. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2002.

_____. **Vinhos antigos em novas garrafas:** a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2006.

MADEIRA, Rafael Machado; GERARDI, Dirceu André. Descomprimindo tendências: os embates intrapartidários no interior da ARENA e MDB em eleições municipais gaúchas (1968-1976). In: Cuarto Congreso Uruguayo de Ciencia Política, “**La Ciencia Política desde el Sur**”, Asociación Uruguaya de Ciencia Política. Disponível em: <http://www.aucip.org.uy/docs/cuarto_congreso/11132013%20-%20Gerardi%20Dirceu,%20Andr%C3%A9%20-%20Machado%20Madeira,%20Rafael.pdf>. Acesso em: 21 dez.2014.

MARTINS, Gilmar de Lima. **74 perguntas a Adão Faraco.** Vol. I e II. 1ª ed. Alegrete: Q&B Publicações Ltda e Bumerangue Comunicação Total, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros.** Belo Horizonte: UFMG Ed., 1999.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil:** Do império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

NOGUEIRA, Octaviano. **Vocabulário de política.** Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2010.

_____. **Sistemas políticos e modelo brasileiro.** Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2012.

OLIVEIRA, José Ueber. Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do regime militar: um estudo regional acerca das trajetórias de ARENA e MDB (1964-1982). Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2013.

PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões. **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul**

(1964 – 1985): história e memória, vol. 1, Da campanha da Legalidade ao golpe de 1964. Porto Alegre: Corag, 2009.

_____. **Ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964 – 1985):** vol. 2, Repressão e Resistência nos "Anos de Chumbo". Porto Alegre: Corag, 2009.

_____. **Ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964 – 1985):** vol. 3, Conexão Repressiva e Operação Condor. Porto Alegre: Corag, 2009.

_____. **Ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964 – 1985):** vol. 4, O Fim da Ditadura e o Processo de Redemocratização. Porto Alegre: Corag, 2009.

PADRÓS, Enrique Serra. **As ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul.** Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura. Porto Alegre, 2006.

_____. **Como el Uruguai no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional.** Uruguai (1968-1985): do *Pachecato* à Ditadura Civil-Militar. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre: UFRGS, 2005.

PAIVA, Vanilda. MOBRAL: um desacerto autoritário. Artigo. Síntese, **Revista de Filosofia**, Belo Horizonte: FAJE, v. 8, n. 23, p. 83-114, 1981. Disponível em: <http://faje.edu.br/periodicos2/index.php/Sintese/article/view/2214/2499>. Acesso em: 12 fev. 2015

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos.** 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PESSOA, Mário. **O Direito da segurança nacional.** Rio de Janeiro: Editora do Exército; Revista dos Tribunais, 1971.

PINHEIRO, Milton (org.). **Ditadura: o que resta da transição.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

PORTO, Walter Costa. **Dicionário do voto.** Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

PLATT, Washington. **A Produção de informações estratégicas.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Livraria Agir Editora, 1974.

PRATES, Antônio Augusto Pereira. Administração pública e burocracia. In: Avelar, Lúcia; Cintra, Antônio Octávio (Org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP, 2007. p. 117-128.

RAMÍREZ, Hernán "A configuração das alianças golpistas nas ditaduras de Brasil e Argentina: uma perspectiva a partir da imbricação cívico-militar." **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre: PUCRS, v. 38, n 1, p. 62-80, jan./jul.2012.

RAMÍREZ, Hernán; FRANCO, Marina (Org.). **As ditaduras do Cone Sul.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, no prelo.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Daniel Aarão. *A Revolução Faltou ao Encontro: Os Comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS, Fábio Wanderley (org.). **Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro**. São Paulo: Símbolo, 1978.

RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
_____. Por que a história política?. **Estudos Históricos**. v. 7, n. 13, 1994.

RICOEUR, Paul. **La memoria, la historia, el olvido**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2000.

_____. Histoire et mémoire: l'écriture de l'histoire et la représentation du passé. **Annales. Histoire, Sciences Sociales**. Núm. 55-4. Paris: jul/ago, 2000, pp. 731-747.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

SADEC, Tereza. Sistema Partidário Brasileiro: A debilidade Institucional. **Working Papers**, v. 72, p. 1-43, Barcelona, 1993. Disponível em:
<http://www.icps.cat/archivos/workingpapers/wp_i_72.pdf>. Acesso em: 9. set. 2013.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 9, n. 25, jun. 1994. Disponível em:
<http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=212:rbc-25&catid=69:rbc&Itemid=399>. Acesso em: 10 fev. 2015.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Coalizões parlamentares e instabilidade governamental: a experiência brasileira — 1961/1964. **Revista de Administração de Empresas**, v.13, n.4, out./dez. Rio de Janeiro, 1973.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SARTORI, Giovanni. **A política**. Brasília: Edunb, 1981.

_____. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Edunb, 1982.

SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SILVA, Francisco Carlos da. A modernização Autoritária do Golpe militar à Redemocratização (1964 – 1984). In: LINHARES, Maria Yedda. (Org.). **História Geral do Brasil**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campos, 1990. p. 351-384.

SKIDMORE, Thomas E.. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985. In. STEPAN, Alfred (org.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 25-82.

SOARES, Teixeira. **História da formação das fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. **A volta aos quartéis**. A memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil: 1930-1964**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1990.

STEFAN, Alfred. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TAUFER, Paulo Roberto. **Partido Libertador: Formação e Atuação Política**. São Leopoldo: Unisinos, 2008. Dissertação de Mestrado.

TAVAREZ, Aurélio de Lyra. **O Brasil de minha geração**. Vol. 2. Rio de Janeiro Biblioteca do Exército, 1977.

TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas: memórias – voltando à planície**. Vol. 3. Rio de Janeiro Biblioteca do Exército, 1977.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

TRINDADE, Adriana de Albuquerque. **O estilo político da Bica D'Água: o chaguismo na Guanabara 1969-1974**. Rio de Janeiro: Texto Cpdoc nº 37, 2000.

TRINDADE, Héliqio. (Org.). **América Latina**. Eleições e Governabilidade Democrática. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.

TRINDADE, Héliqio; LEITE, Luiz Osvaldo. (Orgs.). **Leônidas Xausa**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

TRINDADE, Héliqio; NOLL, Maria Izabel. **Rio Grande da América do Sul: Partidos e Eleições (1823 – 1990)**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/ Sulina, 1991.

TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski. **A divisão das Oposições e as Oposições Divididas: a rivalidade PDT x PMDB na campanha eleitoral de 1982 no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Monografia de graduação.

WASSERMAN, Claudia. **O Golpe de 1964 – Tudo Que Se Perdeu...**, Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura, 2006.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2011.

_____. **Ensaio de sociologia e outros escritos**. 1ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

LEIS, DOCUMENTOS OFICIAIS E ATOS BAIXADOS PELO REGIME CIVIL-MILITAR

BRASIL. **Conselho de Segurança Nacional**. Processo de cassação de Eleú Rosa Meneses. 1/7/1969.

_____. **Ato Complementar nº 4**. Disponível em:
<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=90596&norma=116094>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. **Ato Institucional nº 2**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. **Ato Institucional nº 3**. Disponível em:
<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=189347>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. **Ato Institucional nº 8**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. **Emenda Constitucional nº 1**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. **Lei Orgânica dos Partidos Políticos**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4740.htm>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. **Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967**. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos. Disponível em:
<[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-norma-1967-359071-norma-1967-359071-norma-pl.pdf](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-norma-1967-359071-norma-1967-359071-norma-1967-359071-norma-pl.pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2015.

_____. **Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968**. Declara de interesse da segurança nacional, nos termos do art 16, § 1º, alínea b, da Constituição, os Municípios que especifica, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5449-4-junho-1968-359221-norma-pl.html>>. Acesso em: 8 jun. 2014.

_____. Lei nº 6339, de 1º de julho de 1976. Dá nova redação ao artigo 250 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, alterado pelo artigo 50, da Lei número 4.961, de 4 de maio de 1966, e ao artigo 118 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971. Disponível em:
<<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/103382/lei-falcao-lei-6339-76>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. **Lei nº 6.683, de 28 de Agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6683compilada.htm>. Acesso em: 15 nov. 2015.

_____. **Lei nº 6.767, de 20 de Dezembro de 1979.** Modifica dispositivos da Lei nº 5682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), nos termos do artigo 152 da Constituição, alterado pela Emenda Constitucional nº 11, de 1978; dispõe sobre preceitos do Decreto-Lei nº 1541, de 14 de abril de 1977; e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6767-20-dezembro-1979-357280-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

ÓRGÃOS OFICIAIS

ALEGRETE. **Câmara Municipal** (Arquivo de documentação da Câmara). Livros-ata: 1964-1982.

_____. **Centro de Pesquisas de Alegrete** (CEPAL). Plano Diretor, 1971.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** (IBGE). Censo 1950; 1960; 1970; 1980.

RIO DE JANEIRO. **Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro**. Depto. de Arquivos. Disponível em: <http://www.alerj.rj.gov.br/center_arq_inf_fase_2_partidos.htm>. Acesso em: 12 ago. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. **Tribunal Regional Eleitoral**. Eleições: 1959; 1968, 1972; 1976, 1982. Disponível em: <<http://www.tre-rs.gov.br>>. Acesso em: 15 set. 2014.

_____. **Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/Informa%C3%A7%C3%B5esParlamentares/Legislaturas/tabid/3543/Default.aspx>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

PERIÓDICOS

BASTIDORES. **Gazeta de Alegrete**, Alegrete, n. 121, 7 out. 1967. Brasil, p.1.

GAZETA DE ALEGRETE. Vários exemplares.

DEPOIMENTOS

AMARAL. Ailton Pacheco do: **depoimento** [ago. 2013]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

_____. **Depoimento** [nov. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

ANTUNES, Maria Ignácia: **depoimento** [out. 2010]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

BRANDOLT, Gilberto: **depoimento** [dez. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

FARACO, Adão Dornelles: **depoimento** [ago. 2010]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

_____. **Depoimento** [mar. 2012]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

_____. **Depoimento** [nov. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

FAGUNDES, Julio Cezar: **depoimento** [jan. 2016]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

FÉLIX, Luiz Carlos: **depoimento** [fev. 2013]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

LEÃES, José Virgílio: **depoimento** [set. 2015]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

LOPES, Carlos: **depoimento** [set. 2010]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

MARIMON, Ary Faria: **depoimento** [set. 2015]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

MARQUES, Dorval Braulio: **depoimento** [set. 2015]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

MENEZES, Eleú: **depoimento** [out. 2010]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

_____. **Depoimento** [nov. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

NEVES, Rui: **depoimento** [nov. 2010]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

MOOJE, Jorge: **depoimento** [set. 2010]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

ROSSO, Claudio: **depoimento** [dez. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

VARGAS, Paulo: **depoimento** [set. 2015]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

ANEXOS**ANEXO A – Mapa da localização do município de Alegrete**

Fonte: Wikipedia. <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Alegrete_\(Rio_Grande_do_Sul\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Alegrete_(Rio_Grande_do_Sul))>. Acesso em: 1/1/2016.

ANEXO B – Bancadas legislativas alegretenses: 1963 – 1982

1963
PTB/MDB: Adão Dornelles Faraco, Adolfo Souto Corrêa, Ary da Silva Carbonell, Carlos Eroní Carús, Honório Paines e Waldemar Caloví.
UPPA/ARENA: Brasilêncio Lopes Machado, Odilon Bessa Simões, Nelcy Oliveira, Ruy Barbosa da Silveira e Salatiel Antunes da Silva.

Fonte: ALEGRETE, Câmara Municipal. 8/1/1964.

* Pelo PTB/MDB: Ary Carbonell faleceu em 1965, mas estava licenciado desde o ano anterior. Eroní Carús e Waldemar Caloví renunciaram o mandato. Assumiram os senhores Gustavo Perfeito, Osório Nunes e Adalberto Cony.

** Pela UPPA/Arena: Nelcy Oliveira pediu licença em 1964. Foi presidente da Câmara em 1965, mas posteriormente pediu nova licença. Complementou a bancada o Sr. Miguel Jacques Trindade.

1968
MDB: Átila Nunes Etchepare, Eleú Rosa de Menezes, Honório Cardoso Paines, Júlio Cezar da Silva Fagundes, Lino Rodrigues da Silva e Nilson Machado Medeiros.
ARENA: Ary Faria Marimon, Brasilêncio Lopes Machado, Claudio Amilton Rosso, Newton Peixoto e Wilson Dorneles Crespo pela ARENA.

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RS)

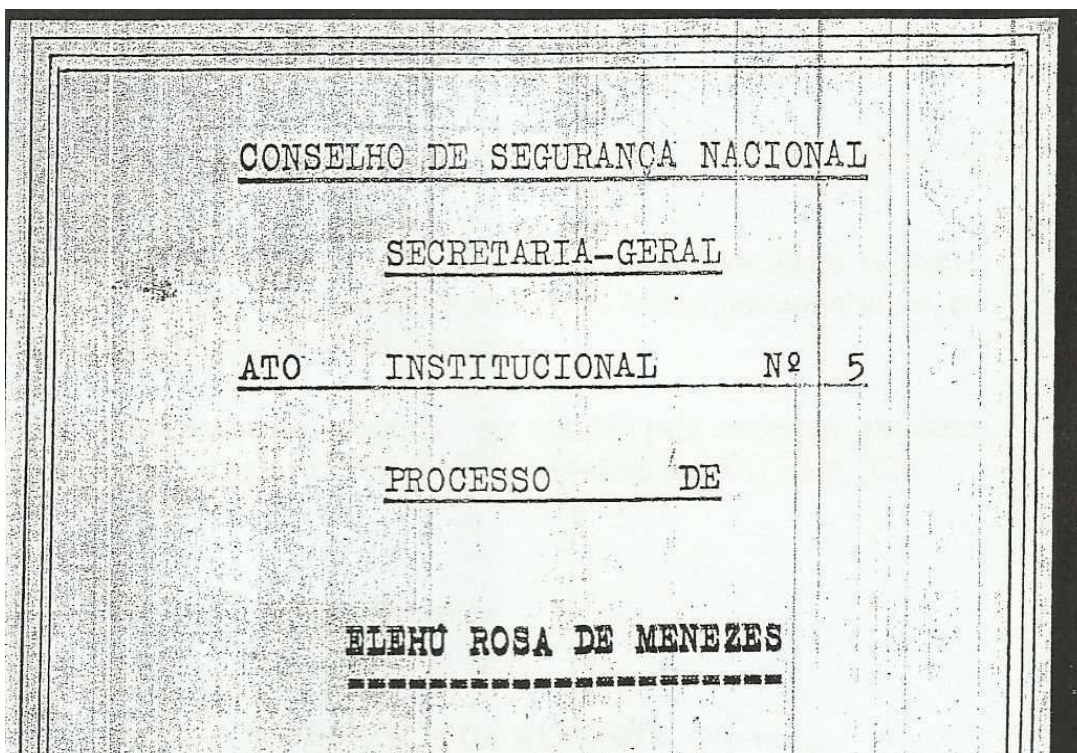
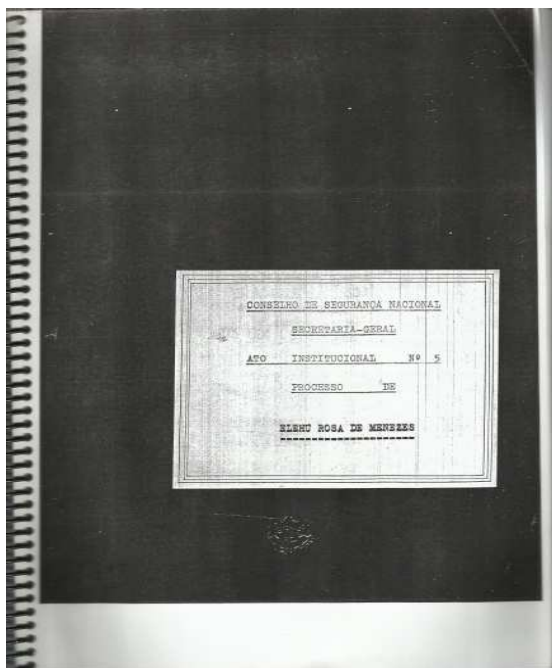
* Pelo MDB: Eleú Menezes e Honório Paines foram cassados em 1969. A bancada não foi repostada devido a essas ausências. Posteriormente, Julio Fagundes renunciou o mandato. Novamente Gustavo Perfeito compôs a bancada.

** Pela Arena: Miguel Jacques Trindade seguiu imediatamente assumiu um assento do partido, devido a pedidos de licenças solicitados por correligionários. Outro suplente, Auri Dornelles, quando ocupante do cargo, renunciou o mandato.

1976
ARENA: Miguel Jacques Trindade, Jesus Pinheiro Rodeiro, Evódio Ribeiro Severo, Claudio Amildon Rosso, Gaspar Fernandes Antunes, Wilson Dornelles Crespo, Laudelino da Costa Alende, Ary Faria Marimon e Waldroil Marques Trindade.
MDB: Nilo Soares Gonçalves, Otto Ávila Anhaia, Euclides Fagundes Filho, Dorval Braulio Marques, João Oliveira Freitas, Antônio Jesus Franco Pereira, Gaspar Cardoso Paines e Paulo Roberto Antunes Vargas.

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RS)

ANEXO C – Relatório de cassação de Eleú Menezes: capa do relatório



Anexo D – Relatório de cassação de Eleú Menezes : página onde consta o nome do suposto delator de Eleú Menezes e Adão Faraco

MINISTERIO DO EXERCITO GABINETE DO MINISTRO CIE		Rio de Janeiro, Guanabara Em 5 de MAR de 1969
INFORME N.º 235 / 69 / S.103		CIE
ASSUNTO	Cassação de direitos políticos	
ORIGEM	Informante	
CLASSIFICACAO	A 1	
DIFUSAO	B 102	

O Maj Art ALFREDO LAYDNER LELIS, Cat do Dep Arat e Fun da 3ª RM, informou que, em Alegrete-ES, por ocasião da campanha política para as eleições de Prefeito e Vereadores daquela Cidade, um candidato ao Legislativo Municipal - HELUIR MENEZES - elemento reconhecido como comunista, fêz as mais tôrpes acusações às classes armadas e, para materializar o seu espírito anti-militarista, queimou um uniforme do Exército.

Tal fato chegou ao conhecimento do Cat Ou Alegrete, que determinou a prisão do citado elemento. Entanto, este conseguiu fugir, só reaparecendo, surpreendentemente no recinto da Prefeitura, no instante de tomar posse, volensmente, do seu cargo de Vereador, pois que se fêz eleger pelo MDB.

Ainda sobre o mesmo fato, o Dr. JOAQUIN FONSECA MILAEO, ex-Prefeito de Alegrete, comentou que não só HELUIR MENEZES é comunista atuante, como também outros elementos ligados à atual administração municipal:

- LUIZ TRIUNFANTE, Secretário do Município e
- ADÃO DORFELIS FARACO, eleito Vice-Prefeito.

OPS: Sugere-se como medida de Contra-Inteligência a cassação dos elementos acima sublinhados, convido, entretanto, colher mais informações a respeito com o III Ex.